



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA:
fatores da permanência espaço-temporal do campesinato em Itinga,
Vale do Jequitinhonha-MG**

ANDRÉ RICARDO DOS SANTOS BERSANI

**TRÊS LAGOAS
2014**

ANDRÉ RICARDO DOS SANTOS BERSANI

**TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA:
fatores da permanência espaço-temporal do campesinato em Itinga,
Vale do Jequitinhonha-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação– Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração Análise Geoambiental e Produção do Território, como exigência final para obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Valéria de Marcos.

**TRÊS LAGOAS
2014**



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
CPG - Coordenadoria de Pós-Graduação
SIGPOS - Sistema de Gestão de Pós-Graduação



Ata de Defesa de Dissertação
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Mestrado

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, às nove horas, no Anfiteatro da Unidade VI, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos Professores: Valéria de Marcos (USP), Lúcia Cavalieri (UFF), Sedeval Nardoque (UFMS/CPTL) para julgar o trabalho do aluno: **ANDRÉ RICARDO DOS SANTOS BERSANI**, CPF 38778615801, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "Territorialização Camponesa: fatores da permanência espaço-temporal do campesinato em Itinga, Vale do Jequitinhonha-MG". A presidente da Banca Examinadora, Valéria de Marcos, declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os Membros. A seguir, concedeu a palavra ao aluno que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, a presidente da Banca Examinadora fez suas considerações como orientadora. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação, e após, emitiu Parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR

ASSINATURA

AValiação

Profª. Dra. Valéria de Marcos

Valéria de Marcos

aprovado

Profª. Dra. Lúcia Cavalieri

Lúcia Cavalieri

Aprovado

Prof. Dr. Sedeval Nardoque

Sedeval Nardoque

APROVADO

Prof. Dr. Francisco Jose Avelino Junior (Suplente)

RESULTADO FINAL:

☒ Aprovação

☐ Aprovação com revisão

☐ Reprovação

OBSERVAÇÕES: Destaca-se a qualidade do trabalho de campo e o diálogo com a teoria ao longo do trabalho e sua importância para a Geografia Agrária. Solicita-se a realização das revisões sugeridas pela banca.

Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

Assinaturas:

Valéria de Marcos
Orientadora

André Bersani
Aluno

Dedico este trabalho

aos meus pais: Orandi e Maria,

aos meus avós: Luís (*in memoriam*) e Luzia, Olga e Amaro,

aos meus irmãos: Dani e Matheus,

aos camponeses da Comunidade Gangorra.

AGRADECIMENTOS

Muito(a)s contribuíram para a realização deste trabalho. A experiência da pesquisa é partilhada, e é aqui, no momento de agradecer, que mais nos damos conta disso. Dentre todo(a)s, quero agradecer à alguns, em especial:

À Professora Valéria de Marcos, pela orientação atenta e generosa deste trabalho, criando as possibilidades para construí-lo, quando, mais que dar-me respostas, fez-me perguntas. Então, pude compreender melhor a *pedagogia da autonomia* de Paulo Freire.

Aos professores Sedeval Nardoque e Marta Inez Medeiros Marques, pela contribuição no momento de qualificação do trabalho. Ambos continuam a contribuir. Marta por seus textos, sempre instigantes; Sedeval por sua prática docente comprometida com a mudança social, pelos diálogos e pela amizade.

À professora Lúcia Cavalieri, pela arguição, pelo debate e pelas ideias partilhadas na banca examinadora (defesa da dissertação).

Aos professores da época de graduação, por fazerem desses sete anos de convívio e amizade, mais que um aprendizado acadêmico, um aprendizado para vida. Em especial, à Professora Rosemeire Aparecida de Almeida.

Aos professores do curso de História que contribuíram para minha formação. Em especial à Professora Maria Celma Borges.

Aos amigos Marco Aurélio e Gabriela Selingardi, pela ajuda dispendida antes mesmo do ingresso no mestrado, quando isso ainda era um sonho. Ajuda que permanece nos dias de hoje, neste momento de finalização do trabalho.

Aos amigos do mestrado, particularmente ao André Amorim, Tayrone Roger, Danilo Souza, Cristovão Henrique, Marcos Prudencio.

Aos amigos do Grupo de Estudos Terra-Território (GETT/UFMS), pelos debates e pelo companheirismo.

Ao Elicardo Heber, pela companhia durante o trabalho de campo e pelas ideias compartilhadas.

Aos amigos da república *Tabôa*, Marquinho, Pipi e Gilsão, pela partilha do dia a dia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que possibilitou a realização da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFMS), e todos seus funcionários/trabalhadores.

A Luana, companheira, por partilhar as *Geo-grafias* da vida e do amor.

Àqueles que me ajudaram na realização do trabalho de campo, pelos sertões do Nordeste Mineiro. Aos colegas que me concederam moradia durante a viagem. Às famílias camponesas que me acolheram em Itinga; às pessoas que comigo prosearam. Foram muitos cafezinhos e pães de queijo, sem falar do delicioso angu de milho de Dona Pretinha.

A todos, agradeço pela *gentileza*!

Ser capaz de olhar o que não se olha,
mas que merece ser olhado,
as pequenas, as minúsculas coisas da gente anônima,
da gente que os intelectuais costumam desprezar
esse micro-mundo onde eu acredito que se alimenta a grandeza do universo
e ao mesmo tempo ser capaz de contemplar o universo
através do buraco da fechadura,
ou seja, a partir das pequenas coisas ser capaz de olhar as grandes
os grandes mistérios da vida
o mistério da dor humana
mas também o mistério da persistência humana nesta mania,
às vezes inexplicável de lutar por um mundo que seja a casa de todos
e não a casa de pouquinhos

Eduardo Galeano

RESUMO

Baseados na concepção de que os sujeitos participam e intervêm no processo histórico, temos como objetivo principal dessa pesquisa, compreender as estratégias de reprodução social e as formas de resistência do campesinato de Itinga, Vale do Jequitinhonha (MG). Nossa investigação focou-se nas famílias camponesas da comunidade Gangorra, onde concentramos o trabalho de campo, tendo como seu principal sustentáculo a análise da ação do Estado, via políticas públicas; das migrações, realizadas pelos sujeitos; e das estratégias de reprodução social. O principal instrumento metodológico utilizado foi o trabalho de campo, no qual realizamos entrevistas, observação empírica e fotografias. A partir desse aparato, compreendemos as estratégias desenvolvidas pelos sujeitos pesquisados, caracterizando-as como territoriais, por se desdobrarem em todas as dimensões do espaço geográfico: econômica, social, cultural, política e natural; além de detectá-las: a organização social na unidade familiar e na comunidade; as tramas tecidas pelas migrações; e as práticas cotidianas *fora* da comunidade, nos lugares para onde as famílias migram. Compreendemos a articulação entre essas estratégias, criadas e recriadas, como forma de territorialização do campesinato da comunidade Gangorra, garantindo sua permanência espaço-temporal.

Palavras-chave: territorialização camponesa; estratégias territoriais de reprodução social; migrações; território-zona; territórios-redes.

ABSTRACT

Based on the concept that the subjects participate and intervene in the historical process, our main objective of this research was to understand the strategies of social reproduction and the forms of resistance of the peasantry in Itinga, Jequitinhonha Valley (MG). Our investigation focused on the peasant families of Gangorra Community where our fieldwork, was focused, having as its main supporter the analysis of State action, through public policies; migration, performed by the subjects, and strategies of social reproduction. The main methodological tool used was the fieldwork in which we conducted interviews, empirical observation and photographs. From this apparatus, we understood the strategies developed by the surveyed subjects, characterizing them as being territorial by unfolding them in all dimensions of geographic space: economic, social, cultural, political and natural ones, besides detecting them: the social organization of the family unit and the community; the plots performed by migration; and everyday practices outside the community, in places where families migrate. We understand the relationship between these strategies, created and recreated as a form of territorialization of the peasantry Gangorra Community, ensuring its spatio-temporal permanence.

Keywords: peasant territorialization; territorial strategies of social reproduction; migration; territorial area; network-territories.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Itinga/MG.....	49
Figura 2 – Capa da Revista Veja. Em Itinga/MG.....	55
Figura 3 – Travessia do Jequitinhonha em canoas e balsa.	63
Figura 4 – Ponte que liga as duas partes do município de Itinga/MG	64
Figura 5 – Mercado municipal de Itinga: acima o antigo e abaixo o novo.	71
Figura 6 – Caminho do Senhor da Boa Vida e Festa da escrava Feliciano.	72
Figura 7 – Fazenda onde a chapada foi convertida em pasto para pecuária.	77
Figura 8 – Mapa mental da comunidade Gangorra.	93
Figura 9 – Instrumentos de trabalho.....	99
Figura 10 – Sementes para o cultivo de: a) abóbora, b) arroz, c) alface, d) milho..	102
Figura 11 – Sociabilidade no espaço do <i>quintal</i> /compatibilidade <i>casa-quintal</i>	108
Figura 12 – Horta de uma família da comunidade Gangorra.	109
Figura 14 – Alguns cultivos do <i>quintal</i>	112
Figura 15 – Entrada, flores e sociabilidade no <i>quintal</i>	113
Figura 16 – Espaços da comunidade: destaque para roçado e quintal próximos as casas.....	114
Figura 17 – Roçados de milho e mandioca na comunidade Gangorra.....	115
Figura 18 – Feijão d'arranca secando/ Feijão sendo <i>batido</i>	117
Figura 19 – Variedade de Feijão: de porco (branco), catador e guandu.	118
Figura 20 – Rodrigo, filho de Tião, no local onde estava plantando roçado de mandioca.....	120
Figura 21 – <i>Manga</i> (a área circulada corresponde ao espaço da <i>manga</i>).	122
Figura 22 – Vista da <i>chapada</i>	127
Figura 23 – Mercado municipal de Itinga/MG.....	130
Figura 24 – Trajeto migratório do grupo familiar de Sr. Tião.	165
Figura 25 – Trajeto migratório do grupo familiar de Sr. Zé.....	169
Figura 26 – Trajeto migratório do grupo familiar de Sr. Reinaldo.	173
Figura 27 – Trajeto migratório do grupo familiar de Dona Gerinha.	177
Figura 28 – Trajeto migratório do grupo familiar de Dona Joanita.....	181
Figura 29 – Trajeto migratório do grupo familiar de Sr. Antônio.	184
Figura 30 – Trajeto migratório do grupo familiar de Dona Vânia.....	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes (Itinga/MG)	66
Tabela 2 – Renda, Pobreza – Itinga/MG	67
Tabela 3 – População Total, por Gênero e Rural/Urbana – Itinga/MG	68
Tabela 4 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários em Itinga/MG	69
Tabela 5 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários em Itinga/MG	79
Tabela 6 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMAI – Associação dos Amigos de Itinga
CODEVALE – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
EFA – Escola Família Agrícola
EMATER – Empresa de Assistência e Extensão Rural
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural.
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE – Programa Nacional Alimentação Escolar
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: O FAZER-SE DA PESQUISA	13
INTRODUÇÃO: OS MEANDROS DO TRABALHO DE CAMPO	15
A CHEGADA DO ESTRANHO: O PESQUISADOR “ESTRANGEIRO” E O LUGAR	21
 1. VALE DO JEQUITINHONHA: FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA E REGIONALIZAÇÃO	26
1.1 DESENVOLVIMENTO, EXPROPRIAÇÃO E CONDIÇÕES DE (RE)PRODUÇÃO CAMPONESA	31
1.2 RUPTURAS ESPAÇO-TEMPORAIS DO TERRITÓRIO CAMPONÊS E MIGRAÇÕES FORÇADAS.....	42
 2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM ITINGA	48
2.2 REPRESENTAÇÕES DA POBREZA: ITINGA E O VALE DO JEQUITINHONHA ENTRE RÓTULOS E NÚMEROS	54
2.3 O ESPAÇO RURAL EM ITINGA	67
2.4 COMUNIDADES RURAIS E CAMPESINATO EM ITINGA	75
 3. ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA	85
3.1 COMUNIDADE GANGORRA	90
3.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E (RE)PRODUÇÃO CAMPONESA	98
3.2.1 Espaços de resistência: estratégias territoriais de (re)produção calcadas no território-zona	104
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, VENDA DO EXCEDENTE E OUTRAS FONTES DE RENDA.....	127
 4. AS MIGRAÇÕES ENQUANTO PARTE DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA	146
4.1 EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS.....	156
4.1.1 Trajetórias marcadas pela permanência no lugar de origem.....	159
4.1.1.1 <i>Grupo familiar de Sr. Tião</i>	160
4.1.1.2 <i>Grupo familiar de Sr. Zé</i>	166
4.1.1.3 <i>Grupo familiar de Sr. Reinaldo</i>	170
4.1.2 Trajetórias marcadas pela permanência no lugar de destino	174
4.1.2.1 <i>Grupo familiar de Dona Gerinha</i>	174
4.1.2.2 <i>Grupo familiar de Dona Joanita</i>	178
4.1.3 Trajetórias marcadas pelo retorno.....	182
4.1.3.1 <i>Grupo familiar de Sr. Antônio</i>	182
4.1.3.2 <i>Grupo familiar de Dona Vânia</i>	185
4.2 SAÍDAS, RETORNOS E PERMANÊNCIAS NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA	188
 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E AS TESSITURAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA	204
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	208
SITES CONSULTADOS	212
APÊNDICE A	213

APRESENTAÇÃO: O FAZER-SE DA PESQUISA

A construção dessa pesquisa vem tomando corpo desde o trabalho monográfico realizado na pós-graduação *latu senso* em História e Sociedade na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)¹, no qual buscamos entender a dinâmica do trabalho temporário de camponeses do Vale do Jequitinhonha-MG no corte da cana de açúcar no município de Mirandópolis-SP. O trabalho pautou-se na concepção de que esses sujeitos estariam inseridos numa complexa dinâmica de subordinação e resistência, na qual vivenciam experiências que parecem ser antagônicas, a saber: o trabalho camponês enquanto trabalho concreto e o trabalho assalariado/temporário enquanto trabalho abstrato.

Inicialmente tínhamos o objetivo de entender a exploração dos trabalhadores rurais no corte da cana. Com o andamento da pesquisa e a partir da realização do primeiro trabalho de campo, tomamos ciência de que estes trabalhadores provinham de uma mesma região e que a maioria possuía um pequeno pedaço de terra. Isso despertou-nos a curiosidade de entender por que estes homens, em sua maioria chefes de família, deixam suas terras e suas famílias para trabalhar no corte da cana. Interessou-nos, também, entender porque não conseguiam garantir a reprodução social do grupo familiar a partir de suas lavouras. Para tanto, tivemos como respaldo a análise teórica e empírica da realidade pautada na própria concepção dos sujeitos a partir das entrevistas com eles realizadas. Além disso, foram analisadas as contradições entre os “dois mundos” vivenciados, ou seja, como camponeses em suas propriedades e, em contraposição, como trabalhadores assalariados na monocultura da cana. Como a maioria dos trabalhadores provinha do Vale do Jequitinhonha, esse fato despertou-nos a curiosidade de conhecer empiricamente aquela região, levando-nos à construção da proposta de análise para ser realizada no mestrado.

Após estudo e ampliação do referencial bibliográfico, foi possível formularmos novos problemas teórico-conceituais para possível interpretação da realidade. Esse “novo olhar” voltou-se para a compreensão das condições e estratégias de reprodução desse campesinato. A literatura apontava para a importância de elaborar políticas públicas voltadas para os pequenos proprietários para possibilitar a

¹ O trabalho foi realizado sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Celma Borges.

permanência no campo, debate que converge para a questão da pobreza rural e das migrações.

Após pensarmos a proposta de análise, surgiu-nos a questão do *lócus* da pesquisa empírica. Trabalhar com a escala regional decorreria no risco de generalizar dinâmicas que, mesmo que parecidas, possuem suas especificidades locais devido às diferentes formações territoriais do Vale do Jequitinhonha. A dúvida foi: como estudarmos uma região tão vasta, constituída por oitenta e três municípios? A solução encontrada foi escolhermos um município-chave cujas características se aproximassem do que até então, para nós, aparecia como aspectos e estereótipos do Vale do Jequitinhonha.

Resolvemos, então, realizar o levantamento de alguns municípios do Vale do Jequitinhonha que se destacassem no cenário regional por algum motivo. Encontramos Itinga, município de visibilidade política e midiática por ter sido escolhido como palco para o lançamento do programa Fome Zero do Governo “Lula”, em 2003. Muitas reportagens se voltaram para o município no intento de demonstrar a pobreza vivenciada por sua população.

Também nos chamou a atenção, ao pesquisarmos os dados censitários do município, o fato da maioria de sua população ser considerada rural, sendo a maior parte dos estabelecimentos caracterizados como de agricultura familiar². Tais características fizeram com que o município se tornasse o *lócus* empírico da pesquisa.

Na busca tanto por aprimorar a problemática quanto para compreender como ocorre o processo de reprodução do campesinato em Itinga, o trabalho de campo foi essencial e se tornou o nosso principal instrumento metodológico. Foi somente a partir do trabalho de campo que formulamos os objetivos centrais desta dissertação e foi, também, por meio dele que conseguimos alcançá-los. Para que seja possível compreender o caminho trilhado, discorreremos a seguir sobre os elementos norteadores dessa metodologia e as bases em que nosso trabalho de campo foi realizado.

² Terminologia adotada pelo IBGE. Neste trabalho adotamos o conceito de agricultura camponesa.

INTRODUÇÃO: OS MEANDROS DO TRABALHO DE CAMPO

O reconhecimento da importância que o trabalho de campo possui em uma pesquisa, principalmente na Geografia, é incontestável. A partir da realidade estudada podemos elaborar considerações sobre as formas de reprodução e condições de existência de uma sociedade, como também sua relação com a natureza; sua organização social e de relações de trabalho; sua identidade e suas crenças. Enfim, sobre seu modo de vida.

Muitas vezes o caminho da pesquisa é percorrido, em nosso entendimento, de maneira inversa, ou seja, parte-se da teoria, dos livros, das ideias em direção ao real. Tenta-se averiguar se o recorte escolhido cabe nos conceitos e estudos utilizados e mesmo que tal recorte/realidade não tenha o tamanho correto da moldura, aparam-se as arestas e enquadra-se a pesquisa neste recorte, processo que pode causar muitas distorções e idealizações da realidade. Assim, quando adentramos o universo da pesquisa acadêmica e todos os seus meandros - aqui nos referimos ao próprio ato de pesquisar e dissertar - acreditamos que o correto seria juntar tudo aquilo que aprendemos com as aulas e com os textos sobre o assunto escolhido e então partir para campo com ideias e questões/questionários pré-elaborados, como se já soubéssemos o que estaria à nossa espera.

Ultrapassar essa concepção é importante, pois os “[...] homens concretos, por serem históricos, e por serem sujeitos de suas ações, são mais complexos que os modelos produzidos pelos recortes” (WOORTMANN, 1999, p. 19). Isso pode ser feito na medida em que pensamos e repensamos o fazer-se da pesquisa e do próprio trabalho de campo. Ao refletirmos sobre essas questões, como não conhecíamos *in lócus* a área de estudo e, também, os sujeitos ali presentes, foi essencial a leitura de Marcos (2006) para pensarmos o trabalho de campo. A partir daí refletimos, também, sobre as questões colocadas em movimento no ato de pesquisar. Primeiramente sobre a forma, as técnicas e os instrumentos da pesquisa e, posteriormente, as questões relacionadas ao local de estudo, “como chegar” e até mesmo “aonde ir”, além de outras questões relacionadas aos sujeitos: como entrar em contato, como se aproximar e obter confiança.

Logo percebemos que a pesquisa e o trabalho de campo são tarefas árduas, devendo ser realizadas com cautela. Deparamo-nos com algumas questões antes de ir a campo e chegamos a pensar em objetivos a serem alcançados, ambos

colocados para servirem de norte para nosso trabalho, partes do próprio projeto de pesquisa. Contudo, partimos da ideia de Marcos (2006, p. 106): em campo é “preciso olhar com profundidade e observar, sobretudo aquilo que não havíamos considerado antes de sair para campo”. Ao assim fazermos, a realidade se torna muito mais dinâmica e complexa que os recortes teóricos e analíticos com os quais nos deparamos em nossas análises bibliográficas. Damos destaque, claro, às questões discutidas pela Geografia Agrária e, mais especificamente, sobre a temática do campesinato.

Ratificamos as ideias de Löwy (2009), para quem a objetividade nas ciências sociais e humanas está restrita à posição teórico-metodológica do pesquisador, assim como seus pressupostos político-filosóficos. Então, enveredamos nossa pesquisa pela vertente teórico-metodológica da Questão Agrária³, inseridos na perspectiva do *materialismo histórico dialético*.

Foi preciso pensarmos o trabalho de campo para além do tempo que teríamos para realizar a pesquisa, pois nos tornou importante entender que o tempo do grupo pesquisado não é o mesmo tempo da pesquisa e do pesquisador, ainda mais quando se tratam de camponeses possuidores de significados de tempo diferentes daquele do tempo linear do capital.

A partir dessas concepções e do reconhecimento sobre os diferentes ritmos entre pesquisador e pesquisado, optamos por *descer a campo* sem o arsenal de questões prontas, ainda que tivéssemos nos preocupado com o que falar, como nos comportar, entre outras coisas que acabamos por descobrir em campo. Tal decisão, de tentarmos *viver a prática para produzir a teoria*, foi tomada perante a prática pedagógica da orientadora. Diante dessa decisão, nossa ideia de trabalho de campo deixou de se pautar no produtivismo acadêmico e se tornou, nos termos de Brandão (2007), uma vivência. A esse respeito, o autor nos ensina que:

O trabalho de campo [...], é uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, realizam, por exemplo, antropólogo, educador e pessoas moradoras de uma comunidade rural, lavradores, mulheres de lavradores, pequenos artesãos, professoras das escolas e assim por diante. (BRANDÃO, 2007, p. 12).

³ Uma análise mais bem elaborada sobre a questão agrária em conjunto com a do conceito de campesinato, será feita no penúltimo subitem dessa apresentação.

Olhar, ouvir, comer, beber, viver na comunidade, mesmo que por pouco tempo, nos ensinam muito. Notamos questões que se manifestam nos pequenos atos, como, por exemplo, o fato de enquanto os homens conversam na varanda de uma casa, as mulheres na cozinha preparam o almoço. Uma vez pronto o almoço, os homens são chamados para comer. Neste momento, somente eles sentam à mesa e as mulheres continuam o serviço da cozinha, lavando a louça e, só depois que todos os homens acabam de comer e deixam a mesa é que elas se sentam e comem. Essa dinâmica se configura numa questão de gênero que também pode ser percebida em outras ações do cotidiano. Tais questões fazem parte daquilo que Brandão (2007) chama de *banalidades do cotidiano*. É a partir dessas relações que se torna possível compreendermos as particularidades e/ou similitudes entre diferentes grupos sociais e suas formas de *ser e estar* no mundo.

Assim, ser um pesquisador “estrangeiro” nos permite um

[...] *olhar de longe e de fora*, ou seja, um olhar distanciado do grupo, que permite uma visão do conjunto, amplia o horizonte de análise e complementa a perspectiva do *de perto e de dentro*, revelando, muitas vezes, dados e fatos que este *olhar de dentro e de perto* não permite observar e compreender, mesmo através da realização da pesquisa participante. (MARCOS, 2006, p. 114)⁴.

Outras técnicas, também, corroboram com o *olhar de fora* do pesquisador “estrangeiro” e com o *olhar de dentro* cauteloso sob o cotidiano, como as conversas sem data e hora marcadas, que ocorrem no dia-a-dia. As fontes orais somam-se à análise empírica enquanto ferramenta metodológica que vem tomando corpo nos estudos da Geografia após a renovação dessa ciência e estruturação daquilo que hoje chamamos de *Geografia Humana*. Compreendemos que as fontes orais possibilitam o transitar no *tempo* e *espaço* por meio da memória dos sujeitos, como também entendermos suas territorialidades e interpretarmos a realidade a partir da análise das relações sociais dentro e fora da unidade familiar. Por exemplo, um chefe/pai de família que narra a realidade vivenciada desde sua adolescência, nos fornece elementos para compararmos tal realidade com a realidade que hoje é vivenciada por seus filhos, o que nos permite, a partir da análise das narrativas, compreender as mudanças ocorridas no *tempo* e no *espaço*.

⁴ Para maiores detalhes ver: MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 17 nº 49, p.11-29. Jun/2002.

Para nós, em alguns casos, não tivemos como fugir das entrevistas,⁵ efetivamente falando, contudo aprendemos com a experiência de outro trabalho já realizado que saber ouvir é a grande contribuição para que as narrações tenham um contorno mais próximo da concepção do entrevistado que do entrevistador. Queremos dizer que a mínima intervenção possível na fala do entrevistado é de fundamental importância para não cairmos no erro de conduzi-los de acordo com as nossas ideias e pressupostos.

Enveredar por esse caminho requer algo que para muitos pesquisadores tem a ver com paciência, pois muitas vezes espera-se que as falas coincidam com o que foi pensado. Não raro, as entrevistas podem se prorrogar por mais tempo que o planejado. Por isso, aprender ouvir se torna essencial para a realização do trabalho de campo que, além da observação empírica, também possui como base as fontes orais. As conversas com os camponeses de Itinga, muitas vezes, duravam horas e horas. Claro que anotamos aquilo que de imediato achávamos importante diante do nosso *olhar*, assim como, também, gravamos as conversas para posteriormente retomá-las e desvendar as tramas despercebidas nas anotações. Durante essas horas de conversas, ouvimos causos, histórias e estórias de vida e do lugar.

Com essa prática, aprendemos, por exemplo, que ao invés de pedirmos para que um senhor – mesmo que este tenha vivido toda sua vida naquele lugar –, conte a história de sua comunidade, é mais interessante e de melhor compreensão para ele, pedirmos para que conte sobre a sua própria história de vida. Dessa forma, também, se tece a história do lugar, projetada pela memória daquele que narra. As vivências daquele que lembra/narra se misturam, e o trabalho da memória se torna um ir e vir constante, como numa passagem do romance de Guimarães Rosa (2001), para quem

Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas - de fazer balancê, de se remexerem dos lugares [...] São tantas horas, de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo muito miúdo recruzado. (ROSA, 2001, p. 200).

Diante desse processo, o pesquisador, além do trabalho de pensar com cautela sobre as falas daquele que narra, deve levar em conta diversos fatores que incidem sobre a própria fala do sujeito. Nessa perspectiva, pautamo-nos na

⁵ Entrevistas semiestruturadas.

concepção de Marx de que “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 1982, p. 25). Dessa forma, estamos certos que a história dos de baixo, dos grupos subalternos, mostra-nos de forma impar a realidade que muitas vezes somente é conhecida a partir da história oficial.

Nosso estudo, então, pauta-se em processos compreendidos a partir da análise empírica no/do *território* que, mesmo com suas especificidades, compõe dinâmicas escalares que o ultrapassam. Isso permite chegarmos a um entendimento mais amplo da realidade estudada, o que nos leva a afirmar que as considerações realizadas na pesquisa não partem somente do trabalho de campo, mas sim, e, também, da atual realidade de uma cadeia de processos mais gerais que aparentam estar em movimento no campo brasileiro.

A pesquisa construída é predominantemente de cunho qualitativo e nosso trabalho de campo se configura como o nosso grande levantamento de “dados”, aliás, ele se torna a nossa principal base de dados qualitativos⁶. Após o primeiro trabalho de campo⁷, a partir das narrativas dos sujeitos, se tornou necessário redefinir a pesquisa. Os objetivos e a metodologia foram repensados de acordo com a realidade encontrada em campo. Tal fato, ao mesmo tempo em que nos assustou por trazer elementos e debates que até então não tínhamos muita aproximação, também nos mostrou que o ato de pesquisar possibilita a ampliação de nossa visão de mundo e, logo, também, possibilita-nos gerar conhecimento, além de novas inquietações. Daí, notamos que realmente estamos em um contínuo processo de aprendizado e que, tentar *parar o que se move*, que é *ler* a realidade em sua permanente mudança, é um dos grandes desafios nessa forma de se fazer pesquisa.

Algumas hipóteses antes levantadas caem por terra e do trabalho de campo surgem outras em maior sintonia com a realidade. Assim, tentamos extrair, a partir da realidade, a problemática, os objetivos e as vertentes teórico-metodológicas. Nessa perspectiva, mesmo que nos propomos à formulação objetiva do roteiro do trabalho de campo, ele possui natureza diferente de outras formas de pesquisa. Como nos chama a atenção Brandão (2007):

⁶ Em algumas análises utilizamo-nos dos dados censitários do IBGE e outros em relação à população e ao mercado de trabalho do município pesquisado, Itinga.

⁷ Realizado em janeiro e fevereiro de 2013.

[...] a experiência de trabalho de campo tem uma dimensão muito intensa de subjetividade. Ou seja, ainda que o antropólogo [como também o geógrafo] possa se armar de toda uma intenção de objetividade, de obtenção, de produção de dados e informações, os mais objetivos, os mais reais (não sei se com aspas ou sem aspas) possíveis, de qualquer maneira, muito mais do que em outros casos, todo trabalho de produção de conhecimento aí se passa através de uma relação subjetiva. A pessoa que fala, fala para uma outra pessoa. Uma relação entre pessoas que tem uma dimensão social, e uma dimensão afetiva se estabelece. Dados de troca, de sinais e símbolos entre as pessoas se estabelecem inevitavelmente e isso marca não só a realização do trabalho, mas o material produzido por esse trabalho realizado. (BRANDÃO, 2007, p. 12).

Foi assim, nas bases desse entendimento, que realizamos nosso trabalho de campo. Uma efetiva troca de conhecimento na qual o pesquisador mais aprende do que ensina, sendo esse aprendizado tão rico e intenso que se torna difícil transformá-lo em escrita.

A pesquisa foi composta por dois trabalhos de campo. O primeiro com duração de um mês, entre janeiro e fevereiro de 2013, no qual, devido às dificuldades encontradas durante sua realização, tentamos realizar, ao menos, uma primeira etapa. Assim, ele se configurou como um *survey*, no qual nos dedicamos a conhecer o lugar, as comunidades e à realização do primeiro contato com os camponeses, sujeitos da pesquisa. Ainda nessa “etapa”, notamos quais os processos em movimento naquele *território*. Ao realizarmos o segundo trabalho de campo, em janeiro de 2014 (duração de quinze dias), tínhamos o objeto e os objetivos delimitados. A realidade não foi observada de forma estática, mas nosso *olhar* já sabia a direção. A análise voltou-se para aspectos específicos da realidade do campesinato de Itinga, inclusive, limitamo-la a uma comunidade rural, Gangorra.

A CHEGADA DO ESTRANHO: O PESQUISADOR “ESTRANGEIRO” E O LUGAR

O primeiro trabalho de campo também se configurou no primeiro contato com o lugar. Após cerca de 1.500 km percorridos, em uma segunda-feira, chegamos a Itinga-MG⁸. Logo na entrada do município, deparamo-nos com a praça onde se encontra a escultura de um canoeiro em sua canoa a realizar a travessia do rio Jequitinhonha. O município é cortado pelo rio que “dá nome” à região. Aproveitamos o fim do dia para o descanso. No dia seguinte, quando acordamos com a intenção de iniciarmos a pesquisa, deparamo-nos com a chuva. Esperada ansiosamente pelos moradores, perdurou de forma irregular durante toda primeira semana de trabalho de campo. A *época das águas* havia atrasado, iniciando-se junto com nossa chegada. Devido à chuva, nossa opção foi perambularmos pela cidade nos intervalos em que a chuva acalmava-se, com a intenção de conhecermos melhor o lugar. Não demorou muito, parecia-nos que todas as pessoas da sede municipal notaram a presença de estranhos, os *de fora* do lugar. Diziam que havíamos levado a tão esperada chuva, que se esquecera de “cair” na época das águas.

Mesmo com pouco tempo para a realização do trabalho de campo, notamos, após a primeira semana de contato, que seria mais eficaz para a pesquisa as conversas sem local e hora marcados, ou seja, aquelas que simplesmente acontecessem. Isso se dava com as pessoas que para nós representavam os sujeitos a serem estudados. Já no caso dos líderes de associações, funcionários da Casa da Agricultura etc., nossas conversas tomaram a forma de entrevistas mais direcionadas e foram agendadas. Tínhamos a ideia de que, a partir das pessoas que trabalhavam nos órgãos públicos, conseguiríamos contato com as pessoas das comunidades e iríamos visitá-las com eles, fato que poderia fazer com que as famílias nos recebessem com maior simpatia e confiança. Porém, o contato com as famílias das comunidades se deu por outras vias.

Primeiramente o fato de não conhecermos o município pesquisado exigiu que procurássemos algum contato que pudesse nos guiar. Desta forma, havíamos antes mesmo de pegar estrada, pesquisado, pela internet, alguém ou alguma instituição que pudesse ser nosso primeiro contato. Conseguimos algumas entrevistas sobre a

⁸ Tive a companhia do pesquisador Elicardo Heber Almeida Batista na realização dos dois trabalhos de campo. Elicardo é doutorando em Geografia pela UNESP, campus de Presidente Prudente, onde realiza sua pesquisa sobre o Vale do Jequitinhonha-MG.

Associação dos Amigos de Itinga (AMAI), e foi nessa associação que encontramos alguém para falar sobre as famílias e as comunidades rurais a serem visitadas.

O contato com alguém conhecedor do lugar e conhecido no município teve grande importância para a pesquisa, pois, assim, conseguimos contato com pessoas que moram na *rua*⁹, filhos de camponeses das comunidades rurais, e que logo nos convidaram para conhecê-las. Não havia melhor forma de entrarmos na casa de uma família que com o filho dos donos da casa, do sítio.

Logo notamos as redes de sociabilidade tecidas entre os moradores, em especial daqueles moradores da *rua* e com parentes nas comunidades rurais. Aliás, notamos que todas as pessoas com quem conversamos têm algum parente, padrinho, compadre ou conhecido que mora em alguma(s) das comunidades rurais do município. Tais redes ganham ainda mais força no interior das comunidades e foi por meio delas que realizamos o trabalho de campo, visitamos algumas comunidades e, até mesmo, passamos alguns dias em duas, dormindo e comendo na casa de algumas das famílias visitadas.

Há no município cerca de 55 comunidades rurais, nas margens esquerda e direita do rio Jequitinhonha. Observamos forte diversidade entre elas, seja em relação ao bioma existente, seja em relação à sua formação. Em nosso trabalho de campo, tal quantidade e diversidade foi um fato que gerou-nos muitas dúvidas, como por exemplo, quais comunidades visitarmos, já que são muitas e o tempo disponível escasso para o trabalho de campo e a grande extensão territorial do município, cerca de 1.649,622 Km². Poucas comunidades estão próximas à sede municipal e o acesso à maioria delas é por meio de estradas precárias de terra e algumas comunidades distam mais de 50 Km da sede.

Quando realizamos o primeiro trabalho de campo, nossa opção pelas comunidades visitadas não se limitou, porém, às dificuldades de acesso. Decidimos ir àquelas via estabelecimento de diálogo com algum parente morador da *rua* e que convidou-nos a visitar a *sua comunidade*. Esse fato tornou a nossa estadia mais confortável para realização da pesquisa. Fomos convidados para ir às comunidades mais distantes e foram as que nos chamaram mais a atenção. Visitamos as comunidades Hermogenes, Taquaral, Gangorra, Santo Antonio das Pindobas,

⁹ Expressão utilizada entre os moradores das comunidades rurais para se referirem à sede municipal, ou cidade.

Jenipapo I e II, Pasmado, Jacaré e Sem-Terra, essa última pertencente ao município vizinho, Itaobim.

Após realizarmos o primeiro trabalho de campo reformulamos os objetivos da pesquisa, de acordo com o encontrado e observado naquele primeiro momento. Diante da realidade encontrada, mudamos o *olhar*, pois a maioria dos camponeses não migrava mais para o corte da cana e alguns sequer experimentaram essa realidade.

Partimos para o segundo trabalho de campo com o plano de visitarmos três comunidades, daquelas já conhecidas, refinando a investigação. Planejamos visitar as comunidades Gangorra, Jacaré e Santo Antonio das Pindobas, exatamente nessa ordem, pois, assim estão dispostas pela distância (cerca de 50 km), tendo a sede do município como ponto de partida. Na comunidade Gangorra, no primeiro trabalho de campo, permanecemos por três dias e estabelecemos bom vínculo com as famílias. No segundo trabalho de campo, quando lá chegamos, além dos moradores, encontramos alguns familiares visitando a comunidade, entre eles um casal que, mesmo *fora*, mantinha seu pedaço de terra na comunidade, e outro, cuja herdeira após um tempo *fora*, acabou vendendo-o diante de algumas necessidades. Encontramos, ainda, uma família cuja casa estava fechada quando realizamos o primeiro trabalho de campo. O planejado seria ficarmos ao menos três dias na comunidade, mas, diante das possibilidades e do que estava se desenhando diante de nossos olhos, escolhemos Gangorra como o *lócus* privilegiado de nossa análise¹⁰.

Elaboramos, na medida do tempo disponível, uma pesquisa participativa, no sentido de convivência com as pessoas das comunidades, no cotidiano delas. Envolvemo-nos nas prosas e, quando possível, na execução de algum trabalho, na limpeza, no fazer e ser/conviver do/no cotidiano de algumas famílias. Desta forma, os dados e as fontes do trabalho de campo se configuram como aquilo que vimos acontecer, ou seja, as relações entre as pessoas da comunidade e delas conosco, além das narrativas a respeito de Itinga, das próprias comunidades, do trabalho no roçado e nos demais espaços da unidade familiar, das migrações realizadas pelo próprio sujeito que narra, como, também, as realizadas pelos pais, irmãos, tios, filhos e amigos.

¹⁰ Outros motivos que levaram a escolha da comunidade Gangorra como *lócus* de análise serão discorridos no capítulo 3, quando o *olhar* analítico estará voltado para a comunidade.

Esboçavam-se novas problemáticas – não desligadas daquelas que havíamos levantado anteriormente – tornando-se centrais na investigação, a saber: quais os fatores da permanência no tempo e espaço daquele campesinato? Como ocorre seu processo de territorialização? Quais as dinâmicas das migrações desses sujeitos? Como essas migrações ocorrem?

Na busca por respostas a essas questões, objetivos centrais desse trabalho, elaboramos objetivos específicos, percorridos em cada capítulo contido na dissertação. Desta forma, no primeiro capítulo, **“Vale do Jequitinhonha: formação histórico-geográfica e regionalização”**, o objetivo principal foi a contextualização geográfica da qual os sujeitos dessa pesquisa são e fazem parte, decifrar a macroestrutura na qual estão inseridos e as dinâmicas relativas ao processo de expulsão e expropriação camponesa por meio da expansão das fazendas e da territorialização do monocultivo de eucalipto no Vale do Jequitinhonha. Demonstramos como um determinado recorte, a Bacia do rio Jequitinhonha, emergiu enquanto região por meio do processo de modernização da agricultura. Ainda, discorreremos sobre a disputa territorial entre o Estado, com projetos de desenvolvimento e criação de leis, e o campesinato, com práticas de resistência e estratégias de reprodução social.

No segundo capítulo, **“A produção do espaço rural em Itinga”**, discorreremos sobre o município de Itinga, lugar do campesinato estudado, com ênfase para a realidade de seu espaço rural. Para isso, além da análise empírica, das fontes orais e do referencial teórico, levantamos alguns dados sobre seus aspectos socioeconômicos e, também, estabelecemos relação entre os rótulos, preconceitos e estereótipos que criaram uma representação de pobreza do município e do contexto regional. Depois, compreendemos como as comunidades rurais se formaram e quais as características do campesinato em Itinga.

No terceiro capítulo, **“Estratégias territoriais de reprodução camponesa”**, analisamos as estratégias territoriais de (re)produção camponesa, com destaque analítico à comunidade Gangorra, na qual centramos nosso trabalho de campo e as investigações. Para isso, discorreremos sobre a formação da comunidade e os vínculos familiares estabelecidos em seu interior. Posteriormente, investigamos as estratégias realizadas no território-zona do campesinato, ou seja, no interior da unidade familiar e entre as famílias da comunidade, sendo relacionadas à organização do trabalho e da produção familiar, às relações de sociabilidade e

reciprocidade, à venda do excedente agrícola e às políticas públicas agrícolas e sociais.

No quarto capítulo, “**As migrações enquanto parte do processo de territorialização camponesa**”, realizamos algumas considerações sobre as teorias migratórias e explicamos o método utilizado para compreensão das migrações enquanto parte do processo de territorialização camponesa. Para interpretarmos as migrações enquanto processo social, baseados em Silva & Menezes (2007), discorreremos sobre as experiências migratórias de algumas famílias da comunidade e as dividimos por trajetórias. Posteriormente realizamos a análise dessas experiências e trajetórias, permitindo-nos *ler* nas entrelinhas o processo a partir do sujeito.

O trabalho possibilitou-nos realizar algumas considerações sobre a reprodução social do campesinato estudado. A compreensão, na qual chegamos, é que o processo de territorialização camponesa se expande, a partir da constituição dos territórios-redes, para espaços além do seu *território abrigo*, que, no caso, é a comunidade rural. Isso é possível pelo fato de que ele possui certa mobilidade, é fragmentado e descontínuo e ao mesmo tempo integrado. Assim, o campesinato consegue reproduzir seu modo de vida em tempos e espaços diferentes, em um complexo processo de *territorialização*.

1. VALE DO JEQUITINHONHA: FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA E REGIONALIZAÇÃO

Para abrir este capítulo tratamos de dois processos, são eles: a) ocupação de um determinado recorte espacial, a bacia do Rio Jequitinhonha; e b) a criação do Vale do Jequitinhonha enquanto recorte regional-geográfico. Essa forma de investigar a formação histórico-geográfica e a regionalização do Vale do Jequitinhonha deriva do entendimento de que a ocupação/povoamento de um recorte espacial (bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha) tenha ocorrido antes de sua criação enquanto região, ou seja, dois períodos distintos, mas complementares.

O primeiro período de ocupação/povoamento, que também pode ser concebido como de formação histórico-geográfica, diz respeito à existência de povos indígenas ao longo da bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha, da chegada dos portugueses e da exploração de recursos naturais e humanos realizada pela Coroa portuguesa.

O segundo período pode ser compreendido como de intervenção pelo Estado, do controle do território e, concomitantemente, da criação do Vale do Jequitinhonha enquanto região geográfica ou, como podemos designá-la, baseados em Haesbaert (2012), uma região-programa e isso justamente pelo fato de emergir a partir de programas governamentais.

O processo de ocupação/povoamento do recorte espacial, como fronteira natural, a bacia do Rio Jequitinhonha, remonta aos grupos indígenas, principalmente aqueles conhecidos como Botocudo.

Com a chegada dos portugueses, no século XIX, colonizadores adentraram o nordeste de Minas Gerais guiados pelas possíveis riquezas minerais ali existentes, começaram os conflitos. Estabeleceu-se a guerra dos colonizadores contra os índios Botocudo, alguns grupos sendo catequizados e os mais difíceis de “domesticar”, dizimados ou expulsos da área.

A exploração de diamante, prata e pedras preciosas ocorreu, principalmente, no Distrito Diamantino, gerando certa fragmentação e diferenciação da área compreendendo a bacia do Rio Jequitinhonha, devido ao isolamento e controle da área pela Coroa (SERVILHA, 2012, p. 44-45).

Paralelamente ao extermínio dos índios, ocorreu a escravidão dos negros nas áreas de exploração aurífera (SILVA, 1999, p. 41). Os escravos fugidos e libertos

fixaram-se em quilombos e, posteriormente, em 1821, no Distrito Diamantino, deram início a “uma revolução de negros que se espalhou por toda a província de Minas Gerais e outras do país. Essa revolução foi favorável à Proclamação da Constituição que libertaria os negros da escravidão” (SILVA, 1999, p. 41).

Para Servilha (2012), após a decadência da mineração, essa população, os *pobres da terra*, deixaram o Distrito Diamantino em busca de terras agricultáveis e novas minas. Posteriormente, o termo Minas Novas surgiu para identificar o local onde se estabeleceram. Ao se fixarem, as principais atividades foram a lavoura (milho, feijão, mandioca), a pecuária e as plantações de algodão para fabricação de tecidos e cobertas, alimentando, pois, a atividade têxtil de grande reconhecimento dentro e fora do país e se estendeu até o final do século XIX. No início do século XX, iniciou-se o declínio das plantações de algodão e da atividade têxtil (SILVA, 1999).

A população pobre era formada por mestiços de brancos, negros e índios dedicados ao trabalho nas lavras juntamente com o trabalho nas lavouras. Com a decadência da mineração, essa população reformulou suas práticas, como observamos na análise de Moura (1988):

Os grandes proprietários que tinham escravos prosseguem suas atividades, dedicando-se às lavouras e criação. Os pobres livres se espraíam em posses no íngreme território das grotas limitantes ou não com as chapadas ou pedem *morada* no interior das fazendas. Gestaram-se assim, no cenário decadente da mineração, o *situante*¹¹, livre, e o *agregado*, dependente. (MOURA, 1988, p. 17).

São esses *pobres da terra*, *desclassificados do ouro*, que deram origem ao campesinato, tanto no interior das fazendas quanto espalhados pelas grotas ao longo da área que compreende a bacia do Rio Jequitinhonha. Muitas referências relatam que nessa época, pós decadência da mineração, houve um período de esquecimento da “região”¹², como se ela estivesse isolada do restante do país. Servilha (2012) elabora crítica a esse “mito do isolamento”, ponderando sobre as relações econômicas, sociais e culturais mantidas com outros espaços e no interior da área da qual emergiria o Vale do Jequitinhonha.

O autor trabalha com a ideia do binômio *canoeiro-tropeiro*, possibilitando as trocas *inter-locais*, formando um arranjo socioeconômico específico, sendo o Rio

¹¹ A autora, ao utilizar o termo *situante*, faz referência aos camponeses que seriam os verdadeiros donos das terras, aqueles que já estavam nela situados, que realmente têm direito à ela.

¹² Colocamos entre aspas, pois, nesse período ainda não havia o conhecimento da região do Vale do Jequitinhonha, o que tínhamos era um determinado recorte espacial.

Jequitinhonha a possibilidade de integração entre as diferentes áreas de sua bacia hidrográfica. Entretanto, destaca que mesmo com esse arranjo, ainda havia certa fragmentação na organização do espaço que não permitia identificá-lo como região (SERVILHA, 2012, p. 47).

Na década de 1960, por meio da ação do Estado intervencionista, negando a história daquela população e seus costumes, o processo de modernização do país adentrou a área da bacia do Jequitinhonha. Nesse período iniciou-se certo processo de coesão entre as diferentes áreas da bacia, que começa a ser delimitada (institucionalmente) com a criação da agência de desenvolvimento regional, a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE). Para Servilha (2012, p. 48), “A chamada história do Vale do Jequitinhonha não existe, enquanto particularidade, antes do surgimento de tal órgão estatal e dos processos desencadeados pelo mesmo”.

Interessante ressaltarmos que o processo de criação de determinada região geográfica, como afirma Servilha (2012), deu-se a partir dos estigmas criados em relação ao recorte espacial com a intenção de exercer, pelo Estado, o controle do território. Uma região que foi criada a partir da intervenção do Estado e, como veremos adiante, até os dias atuais é objeto de sua ação¹³.

Nessa perspectiva, o Vale do Jequitinhonha se constitui enquanto região por meio de um processo histórico, e não por um recorte espacial naturalizado, apesar de relacionar-se aos aspectos físicos/naturais (bacia hidrográfica). Dessa forma, a origem do Vale do Jequitinhonha não está restrita a essa dimensão, a natural, mas sim, ao recorte espacial criado enquanto região e que, a partir de então, passa a existir como uma construção da realidade (SERVILHA, 2012).

Dessa forma, ao tratarmos da formação histórica e geográfica do Vale do Jequitinhonha, mais que transformações temporais, consideramos, também, a dimensão espacial do processo. Temos a região enquanto possuidora de um papel político (HAESBAERT, 2009) e, logo, fundamento “de controle e gestão de um território” (GOMES, 2000, p. 73).

¹³ É necessário ressaltar o processo de resignificação do Vale do Jequitinhonha, analisado por Servilha (2012), diz respeito à luta dos sujeitos sociais *do lugar* contra o estigma criado para legitimar a intervenção estatal e deu origem ao jargão *Vale da Miséria*, entre outros. Essa resignificação permitiu o reconhecimento dos grupos sociais com o lugar, produzindo forte identidade regional. Assim, o olhar sobre o Vale do Jequitinhonha ganhou novas lentes a partir da disputa pela construção da realidade que é também, segundo Raffestin (1993), instrumento de poder. Cabe destacar que essa disputa é realidade atual e o Estado ainda mantém sua intervenção, com vistas ao controle territorial, escorado na representação de região pobre que necessita ser “desenvolvida”.

Assim como ocorreu com a criação do Vale do Jequitinhonha, a partir da visão de alteridade, criou-se, também, a visão estigmatizada dos sujeitos sociais descendentes de índios e escravos, e de suas técnicas e relações de trabalho, consideradas atrasadas, arcaicas e subdesenvolvidas. Construiu-se uma visão eurocêntrica do *outro* e até mesmo o *eu*, sendo preciso desenvolver o lugar e os sujeitos, as relações sociais de produção, e transformar valor de uso em valor de troca, passando da ocupação para a gestão do território.

É possível notar o contínuo processo de (re)organização do espaço e controle realizado pelo Estado, reforçando a criação do Vale do Jequitinhonha enquanto região-programa. Como quer Albuquerque Júnior (2008), a região existe enquanto campo do saber e do poder. Logo, a região é

[...] um espaço sob um dado comando, sob um dado domínio, um espaço regido por alguém, governado por alguma força, a demarcação de um espaço sob controle, um espaço em que se exerce uma soberania, em que se estabelece uma dominação após uma vitória sobre um oponente: a região é espaço de luta, é fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo, de uma dominação. A região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, fiscais e militares. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 57).

Desde a criação do Vale do Jequitinhonha enquanto região, como uma estratégia de controle *territorial*, o Estado permanece como o principal aparelho de dominação capitalista. Atualmente, com a vigência do *território* como conceito analítico e da emergência do discurso do *desenvolvimento territorial* (rural, sustentável etc.), como fundamentação para o crescimento econômico, temos a interessante (inter)relação entre *região* e *território*, na qual um parece não excluir o outro. Em outras palavras, tendo como exemplo o próprio Vale do Jequitinhonha, observamos que no interior da região foram criados diferentes territórios, exercendo o controle territorial sobre a região, vista nesse caso como recorte espacial de ação, ou seja, uma abordagem “instrumental-racionalista” (HAESBAERT, 2009). Essa realidade pode ser observada pela criação dos *territórios rurais* e *territórios da cidadania* pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), surgidos, na verdade, em nossa compreensão, como nova forma de controle regional exercido pelo Estado.

No caso do Vale do Jequitinhonha, dividiu-se a região em três *territórios rurais*, a saber: Baixo Jequitinhonha, Médio Jequitinhonha e Alto Jequitinhonha.

Temos a implementação de um regionalismo que dá continuidade aos estigmas criadores da região, os quais, atualmente, intensificam a intervenção estatal.

Essa subdivisão *territorial* está de acordo com a criada pelas Zonas Fisiografias pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1941, na primeira divisão das microrregiões do território brasileiro (SERVILHA, 2012, p. 49-50). Isso ocorreu antes mesmo da emergência de tal recorte espacial enquanto Vale do Jequitinhonha, algo que, como destacamos, efetivou-se somente com a criação da Codevale.

A construção regional aparece como processo. A região é criada e permanentemente construída, desconstruída e reconstruída. Albuquerque Júnior (2008) afirma que a região

[...] é um objeto em permanente construção e desconstrução, em constante movimento, embora seja uma característica dos discursos e das práticas regionalistas a busca da cristalização, da imobilização de uma dada forma, de uma dada significação ou definição para o regional. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 63).

Nesse sentido, o Vale do Jequitinhonha, criado a partir de representações (hegemônicas), está permanentemente em (des)construção, não se cristalizando no tempo e no espaço, nem mesmo, tão somente, se mantém firmado nos estereótipos, “Vale da Miséria”, “Vale da Morte”, “área de pobreza absoluta”, entre outros. Apesar dessa visão ter sido disseminada, destacamos que não é a única existente, há práticas discursivas e não-discursivas contra-hegemônicas realizadas por diversos sujeitos sociais na direção de sua ressignificação. Sendo assim, a construção do Vale do Jequitinhonha, enquanto região, está inserida na disputa de representações e em conflitos entre sujeitos sociais, ou seja, não se limita à ação do Estado e também não se restringe à visão hegemônica.

Servilha (2012) defende que há o “movimento contra-estigma” realizando a ressignificação regional. Essa dinâmica de ressignificação é importante na medida em que possibilita compreender que, mesmo tendo a criação da região a partir da dominação (e isso não foi tranquilo), a identidade cultural dos sujeitos aparece como conflito, pois, de acordo com Albuquerque Júnior (2008):

As regiões nascem das práticas de significação e de ordenamento do mundo feito pelos homens. Operações de significação que trazem imanente à sua realização estratégias de poder, de domínio, de

controle, de separação, de inclusão e exclusão. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 62).

Sendo assim, entendemos a ressignificação da região pelos sujeitos *do lugar* como um contraponto à dominação, forma de resistência à visão dominante e, por isso, ressignificação da realidade.

Frisamos que essa ressignificação ocorre por aqueles *de dentro*, pois diante da insatisfação dos rótulos criados pelo *outro*, procuram mudar a visão em relação à região ao ressaltarem, principalmente, suas culturas. Por meio de práticas e discursos (cantos, estórias, poemas, festivais), mostram a existência de um “Vale encantado”, de um “Vale da cultura”, uma construção/representação da realidade que ganha força. Essa disputa demonstra que, como afirma Raffestin (1993), a construção da realidade nada mais é que um instrumento de poder.

Enfim, temos que a ocupação de um recorte espacial, emergido enquanto uma região geográfica, o Vale do Jequitinhonha, gerou um campesinato composto pelos *desclassificados do ouro*, brancos, índios e negros. Destacamos ainda que sua criação, desde sua emergência, esteve presente, por um lado, a intervenção do Estado e, por outro, a luta contra-hegemônica de diversos sujeitos sociais, os *de dentro*. Esse entendimento é de suma importância, pois estabelece as bases para nossa compreensão sobre a disputa pelo controle de seu território, primeiro com a criação da região geográfica e, posteriormente, com a implementação de diversos programas governamentais; processo que se estende aos dias atuais.

As nuances que permeiam o período de modernização do Vale do Jequitinhonha, tanto em relação à expulsão do campesinato das fazendas quanto sua expropriação pelo monocultivo do eucalipto, serão analisadas a seguir.

1.1 DESENVOLVIMENTO, EXPROPRIAÇÃO E CONDIÇÕES DE (RE)PRODUÇÃO CAMPONESA

Neste subitem, elaboramos a análise sobre a forma como ocorreu o processo de expulsão e de expropriação de várias famílias camponesas de suas terras e as modificações das condições de (re)produção, com o intuito de desvendarmos seus desdobramentos.

Se partirmos das especificidades do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, da estabelecida aliança terra-capital, designada como aliança do atraso por Martins (1994), é possível compreendermos as principais dinâmicas tratadas no decorrer do texto. Entendemos que para possibilitar a consolidação da aliança do atraso e a gestação de latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários (OLIVEIRA, 2003, p. 114), o Estado¹⁴ e a burguesia legitimaram a tomada das terras camponesas. Para isso, utilizaram-se, além da violência aberta, também, e principalmente, a violência *legal* (SILVA, 1999).

Assim, a ação expulsória, por meio do direito público, foi a maneira para consolidar a aliança terra-capital. De acordo com Silva, a expulsão do campesinato, realizada pelo Estado intervencionista, ocorreu por

[...] detrás da aparência de igualdade de direitos a todos, impunha-se a necessidade da legitimação pelo poder público. É justamente esta imposição que esconde a violência da tomada das terras dos camponeses pobres dentro da lei e da ordem. (SILVA, 1999, p. 33).

O aparato legal configurou-se em expulsão de várias famílias camponesas dentro da lei e da ordem, reafirmando o papel do Estado na manutenção e expansão dos latifúndios no país. Em escala nacional, temos como marco da apropriação capitalista da terra, a Lei de Terras de 1850, estabelecendo o acesso à terra somente pela compra. Assim, o Estado transformou a terra em propriedade capitalista, regularizou as propriedades já existentes e se tornou o detentor jurídico das que não foram tituladas, as terras devolutas. A partir da Lei de Terras, os camponeses não podiam mais abrir posses. Segundo Martins (1994):

[...] a Lei de Terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, teve por objetivo justamente o contrário: instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força-de-trabalho das grandes fazendas [...]. (MARTINS, 1994, p.76).

Dessa forma, a Lei de Terras “surgiu para deter o processo de apropriação livre mediante a posse da terra” (Silva, 1999, p. 30). Com essa lei, ficou sob a exclusividade do Estado a venda e concessão de terras devolutas, o que acarretou grandes mudanças para os camponeses, impedidos do direito de abrir novas posses.

¹⁴ Segundo Martins (1981, p. 42), o Estado era controlado por uma classe de grandes fazendeiros.

A transformação da terra em propriedade capitalista levou os camponeses a estabelecerem relações diferenciadas de trabalho, com a finalidade de garantir a reprodução social de suas famílias; relações estabelecidas no trabalho no interior das fazendas. Elas ocorreram de diversas maneiras, o que lhes atribuíram nomenclaturas também diferentes, como: foreiro, agregado, morador de condição, etc.

Os camponeses, destituídos de terra, mantinham suas roças nas grandes fazendas, cultivadas a partir do trabalho familiar. Para isso, submetiam sua força de trabalho ao fazendeiro pagando o *foro*, seja em trabalho e/ou em produto (rendas camponesas), entregando parte da produção¹⁵. O que podemos observar é que o camponês do interior da fazenda, ao invés de receber pelo seu trabalho, tinha que pagar ao fazendeiro pelo uso da terra e pela morada. O camponês poderia em troca cultivar *lavouras de subsistência* num pedaço de terra, além de poder plantar árvores frutíferas e criar pequenos animais para garantir a reprodução de sua família (GARCIA JÚNIOR, 1975, p. 20-26). Tal fato lhes colocava em uma situação diferente do pequeno proprietário, por terem uma autonomia mais restrita. Diferenciavam-se também do trabalhador urbano/assalariado pelo fato de que, na maioria das vezes, não recebiam em dinheiro pelo seu trabalho, o que levou a compreensão por parte de alguns estudiosos de que essas relações seriam feudais ou semifeudais. Entretanto, entendemos que as relações não-capitalistas de produção derivam do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

Segundo Silva (2004, p. 16), “as relações prevalecentes no campo eram capitalistas, e [...] a miséria e o atraso dos trabalhadores eram resultantes desse sistema e não do feudalismo”. Trabalhos como de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José de Souza Martins apontam para essa compreensão. Entendemos esse processo ligado à apropriação capitalista da terra, que, como destacamos, teve início a partir da Lei de 1850, colocando grande parte do campesinato brasileiro na situação de dependência em relação às grandes fazendas e aos fazendeiros. Esse processo pode ser analisado como realidade a nível nacional, e com a Constituição de 1891 passou a ter certas diferenciações interestaduais, pois a concessão de

¹⁵ A respeito desse pagamento, o *foro*, destacamos a análise de Garcia Júnior (1975) em relação aos camponeses moradores do interior das plantações de cana. O autor destaca que o foreiro “[...] devia pagar uma soma anual ao proprietário, o foro [...]” por meio de dias de trabalho, que eram conhecidos por *cambão* ou em *produto comercial*.

terras devolutas passou a ser responsabilidade dos governos estaduais. De acordo com Martins:

[...] com a primeira constituição republicana, de 1891, as terras devolutas são transferidas para os Estados e colocadas nas mãos das oligarquias regionais. Cada Estado desenvolverá sua política de concessão de terras, começando aí as transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária. Esse processo caracterizou principalmente os Estados do sul e sudeste. (MARTINS, 1981, p. 43).

A constituição de 1891 concedeu essa transferência, sendo que no Estado de Minas Gerais foi somente em 1949, com a Lei n. 550, que foram dispostas algumas alterações a respeito da designação sobre terras devolutas contida na Lei de Terras. Segundo Silva (1999), com a Lei estadual de 1949, as terras devolutas foram consideradas aquelas

[...] que estiverem ocupadas por posseiros ou concessionários incursos em comisso por não as terem legitimado ou revalidado ou pago o preço e mais despesas... Ou seja, a primeira lei [Lei de Terras] garante a prescritibilidade das terras, na medida em que elas forem legitimadas pela lei. No entanto, a de 1949 nega a prescritibilidade aos posseiros ou concessionários, caso não tenham legitimado as terras. (SILVA, 1999, p. 32, grifos do autor).

A partir daquele momento, todas as terras não reguladas pela lei, em sua forma de apropriação, foram consideradas como devolutas. Entendemos que tal modificação na interpretação sobre quais terras seriam consideradas devolutas, foi o primeiro passo para o processo de modernização do campo – atrelado à industrialização –, pensado no Brasil após a década de 1950 e implantado a partir do regime militar, pós 1964.

A lei expoente desse período foi o Estatuto da Terra, criado em 1964 (Lei nº 4.504), como uma das primeiras medidas jurídicas a serem elaboradas pelo governo ditatorial (SILVA, 1999). O Estatuto da Terra visava a modernização do campo brasileiro por meio do aumento da produção e da produtividade (SILVA, 1999, p. 35); versava sobre o discurso de retirar os trabalhadores rurais da suposta condição de miséria e transformar práticas de agricultura, consideradas arcaicas, em modernas, a partir da mecanização e do uso de implementos agrícolas, pois levariam ao desenvolvimento do campo e, conseqüentemente, retirariam os trabalhadores daquela situação. Segundo Silva (1999), tratava-se de nova racionalidade imposta

aos camponeses, pautada no amparo legal. Tratava-se da ideologia desenvolvimentista que, de acordo com a autora, foi adotada pelas classes dominantes a partir dos anos de 1950 (SILVA, 1999, p. 62).

Novamente no Estado de Minas Gerais se manteve a ciranda da modernização do campo e, em conformidade com o Estatuto da Terra, promulgou-se em 1966, pela Lei nº 4.278, a criação da *RuralMinas*, com a finalidade de gerir a propriedade da terra no Estado. De acordo com Silva (2004):

O artigo 7º dessa lei tratava de legitimar as terras consideradas devolutas, isto é, públicas. Segundo o levantamento feito pela RuralMinas, boa parte das terras mineiras eram devolutas ou eram posses não legitimadas pela lei, ou seja, terras cujos proprietários não possuíam a escritura legalizada. (SILVA, 2004, p. 23).

A intenção era legalizar as posses daqueles não detentores dos documentos de suas terras. Entretanto, os camponeses com posses de terras a por herança ou mesmo aqueles que abriram suas próprias posses, principal forma de obter acesso à terra, estavam assentados em relações com *valor de uso* e praticamente não tinham acesso ao dinheiro. Havia a concepção da terra como *dádiva* e não como *mercadoria*, concepção sobreposta do *valor de uso* ao *valor de troca*. No entanto, a partir de então, pagariam pela terra legitimamente suas.

Encontrava-se descrito na lei o pagamento para legitimar as terras consideradas devolutas, tornando as posses em propriedades, por preço simbólico, baixo. Contudo, as famílias camponesas viram-se diante da impossibilidade de arcar com os custos derivados da legitimação. Com isso, o medo de perder a terra, sem nenhum retorno, fez muitas famílias venderem-nas a baixos preços (SILVA, 1999, p. 37-38).

Os mercadores de terra eram, geralmente, de outros lugares do país, em sua maioria do Estado de São Paulo. Silva (1999), a partir do levantamento das vendas e compras dessas terras, demonstra a ocorrência de retificações de suas áreas e, logo após, a venda para grandes empresas do eucalipto. A autora aponta que, no momento da venda, a terra comprada tinha várias vezes o tamanho de sua área original, apontando um *ardil jurídico*¹⁶ realizado “para disfarçar o roubo da terra dos camponeses pobres” (SILVA, 1999, p. 47).

¹⁶ De acordo com a interpretação de Silva (1999), *ardil jurídico* diz respeito às artimanhas e formas de enganar por meio da própria lei.

A partir daquele momento, dois processos concomitantes e complementares ganharam corpo diante das leis anteriormente tratadas e do roubo das terras camponesas, com a finalidade de possibilitar ao Estado implantar o projeto de modernização do campo e criar o Vale do Jequitinhonha enquanto região geográfica de intervenção estatal. Foram eles: a) formação e expansão das fazendas sobre as posses camponesas; e b) concessão, por parte do Estado, das terras consideradas devolutas à empresas de monocultivo do eucalipto. O resultado de ambos os processos foi a intensificação da concentração da terra na região e a expropriação do campesinato.

A formação e expansão das fazendas, ademais dos processos discorridos anteriormente, pautaram-se na lei e na ordem. Com a modernização das bases produtivas no campo, também houve mudanças nas relações de trabalho, principalmente por meio do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) que, em tese, teria a função de levar as leis trabalhistas em vigor na cidade para campo, mas que, na verdade, serviu para estabelecer as condições para a expulsão das famílias camponesas do interior das fazendas e, por outro lado, garantir a exploração de sua força de trabalho legitimada pela lei.

Garcia Júnior (1975) demonstra como a chegada dos *direitos* fragilizou e/ou encerrou as formas de relações até então mantidas entre o grande proprietário (fazendeiro) e o campesinato. Segundo o autor:

A partir dos *direitos* “os patrões ficaram ruins”, e não assistem mais aos seus moradores nas horas em que estes necessitam. É também a partir dos *direitos* que os patrões não querem mais moradores. (GARCIA JÚNIOR, 1975, p. 81).

Com isso muitos camponeses tiveram suas condições de reprodução limitadas ou até mesmo foram expulsos da terra, obrigados a se assalariarem para a reprodução do grupo familiar. Percebemos, a partir de então, a intenção conjunta do Estado e do capital no estabelecimento de relações tipicamente capitalistas de produção no campo.

Silva (1999; 2004) também ajuda-nos na compreensão das mudanças ocorridas na relação entre *patrão* e *morador*. A autora explica que a expulsão dos camponeses do interior das fazendas se deu pelo fato de que, com o ETR, essa relação de agregação se tornara mais onerosa para o patrão, daí a forma para manter a contínua exploração da força de trabalho desses sujeitos: despejava-os da

fazenda e em seguida os contratavam, transformando-os de *agregados* em *empregados*, trabalhadores temporários que não despenderiam gastos sociais, justamente por serem temporários. Além disso, o ETR gerou o trabalhador *volante*¹⁷, aquele que não despende gastos sociais. Fato que, como já discorremos, caracteriza esse estatuto como um instrumento legal de expulsão e exploração de várias famílias camponesas.

Nos casos de os camponeses continuarem no interior das fazendas, houve a transformação da natureza nas relações sociais existentes, conforme o jogo de interesses. Moura (1988, p. 54-55) demonstra como o *agregado* se transformou em *morador de favor* por meio de contratos, ou seja, a partir da elaboração de documentos com declarações de *morada de favor* por parte do fazendeiro. Segundo a autora, as declarações de *morada de favor* eram feitas com diversas finalidades, realizadas, principalmente, para o fazendeiro não cumprir com os direitos trabalhistas em uma possível expulsão da família camponesa do interior da fazenda. A alegação era de não haver relação formal de trabalho entre ambos e isso era possível a partir da dissociação entre as categorias *agregado* e *morador de favor*, pois cada uma definiria uma relação jurídica determinada, na qual o *agregado* teria direito a indenização e o *morador de favor*, justamente por ser um favor, nada poderia reivindicar. Para legalizar essa dissociação, o fazendeiro negava a existência do *quintal* e da *roça* da família camponesa, para não ser obrigado a cumprir com a indenização dos direitos trabalhistas para os camponeses (MOURA, 1988).

Cabe destacar, os camponeses que, *destituídos da terra*, permaneciam no interior das fazendas como *moradores de condição*, na maioria das vezes eram posseiros, verdadeiros donos daquela terra. Assim, quando utilizamos, baseados em Moura (1988), o termo: *destituídos da terra*, referimo-nos ao processo tratado até aqui: transformação da terra em propriedade capitalista; das posses camponesas em terras devolutas e, posteriormente, suas concessões, pelo Estado, para latifundiários e empresas do monocultivo de eucalipto. Observamos esse fato na análise de Moura (1988):

¹⁷ Trabalhador *volante*, além de designar o trabalhador migrante temporário, também lhe conota sentido pejorativo. Segundo Silva (1999, p. 66), *volante* tende a designar o trabalhador como “eventual, ocasional, aquele que voa, irresponsável, que não pára em lugar nenhum, que não tem responsabilidades”.

O Vale do Jequitinhonha, há duas décadas¹⁸, vivencia a expulsão do agregado do interior da fazenda, a compressão e supressão das permissões para plantar na fazenda, dadas a pequenos sitiante, e a invasão da posse camponesa por falsos fazendeiros. (MOURA, 1988, p. 3).

Ressaltamos, em Moura (1988), as considerações dos desdobramentos objetivos da Lei de Terras de 1850, do Estatuto da Terra, do Estatuto do Trabalhador Rural e das mudanças nas relações entre camponeses e fazendeiros, além da análise pautada nas relações simbólicas, práticas do favor. Dessa forma, a invasão e expropriação da terra camponesa estariam ligadas, além das práticas do contrato, especialmente, às do favor, apontando para o fato de, em conjunto com as formas jurídicas, ocorrem formas simbólicas (baseadas no costume) de expropriação.

Notamos que, com a usurpação da terra camponesa por meio do grilo ou da compra das posses por valores ínfimos, aqueles camponeses que seriam de fato e direito os donos da terra, ao se tornarem *moradores de condição*, interiorizaram a dívida simbólica com o fazendeiro que, quando pretendia executar a expropriação da família camponesa de dentro da fazenda (por meio da força), fazia a partir do acordo e da transformação de relações permanentes de trabalho em relações esporádicas, fato de desigualdade do jogo de forças entre fazendeiro e camponês. Para viabilizar o processo de modernização da agricultura, o Estado e a elite econômica, além do aparato jurídico de poder material, ampararam-se na superestrutura simbólica do poder. Notamos as mudanças econômicas entrando em curso na década de 1960, com a finalidade de mercantilizar a terra e estabelecer seu uso em bases capitalistas.

Silva (1999), ao analisar a tomada das terras camponesas pelo Estado e pela elite econômica, considerando-as devolutas e, posteriormente, sua entrega à mercadores de terras (falsos fazendeiros), demonstra como esse processo possibilitou a implantação dos *distritos florestais* e, logo, o projeto de modernização associado ao monocultivo do eucalipto.

Coube a *RuralMinas*, citada anteriormente, a tarefa de, além de transformar as posses camponesas em terras devolutas, criar também os *distritos florestais*. Notamos a estrita ligação entre a tomada das terras camponesas – consideradas devolutas – e posterior criação desses distritos. Esse processo também demonstra o

¹⁸ Aqui a autora se refere às décadas de 1960 e 1970, considerando-se que a obra data de 1988.

elo entre modernização da agricultura e industrialização. Interessante destacarmos que, concomitante a criação dos *distritos florestais* pela *RuralMinas*, deu-se a criação, em 1964, da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE). Entendemos, nesse momento, a criação do Vale do Jequitinhonha enquanto região geográfica, a partir da materialização do processo de modernização da agricultura.

O Vale do Jequitinhonha emergiu como região no seio do processo de modernização da agricultura, por isso, destacamos a transformação de um dado recorte espacial (bacia do rio Jequitinhonha) em um recorte regional, para desnaturalizar o que muitas vezes, por aparecer apenas como um dado, acaba se tornando a-histórico. Assim, além de pensarmos o que ocorre(u) na região, temos também o interesse de problematizar a sua existência enquanto tal. Sendo assim, o Vale do Jequitinhonha não existia *per si*.

O processo de modernização da agricultura no Vale do Jequitinhonha foi o principal expoente da expulsão e expropriação do campesinato, processo que estabeleceu as condições objetivas e simbólicas (representações) para a implantação dos projetos de desenvolvimento regional.

As leis tornaram precárias as formas de reprodução de grande parte do campesinato do Vale do Jequitinhonha, acarretando um aspecto de pobreza do campo e das famílias camponesas. Dessa forma, para a incorporação da região no ritmo de crescimento econômico emergente no restante do país, criou-se a Codevale, pautada no viés da pobreza estritamente ligada ao atraso econômico regional, devido às técnicas de agricultura consideradas arcaicas, assim como pelo baixo dinamismo do mercado, etc., razão pela qual se passou a considerar o Vale do Jequitinhonha como região de pobreza e emigração.

A Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha foi criada em 6 de outubro de 1964 pela Lei constitucional nº 12, tendo como área de atuação os municípios pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha. Segundo a Lei, que dispõe a Codevale, sua finalidade é “elaborar, coordenar e executar os planos, programas, projetos e atividades de aproveitamento dos recursos da região do vale do Jequitinhonha, com vistas ao seu desenvolvimento econômico e social” (Lei 11.711, de 23/12/1994).

O principal projeto pautava-se nas plantações de eucalipto para suprir a demanda por carvão vegetal das indústrias siderúrgicas, na época concentradas no

Estado de Minas Gerais. Sua introdução se deu nas áreas de chapadas, terras devolutas consideradas ociosas e inadequadas para a agricultura (SILVA, 1999, p. 39).

Os camponeses detentores de suas pequenas posses, utilizavam-se do complexo grotas-chapadas (GRAZIANO & GRAZIANO NETO, 1983), possibilitando a reprodução das famílias com melhores condições. Nas grotas, encontravam-se as áreas de maior fertilidade, apropriadas de forma individual, com unidades familiares de lavoura, enquanto as chapadas eram áreas de uso comum, utilizadas para a criação de animais e atividades extrativistas. De acordo com Silva (2001), a população camponesa:

[...] foi com o passar do tempo, desenvolvendo um modo de vida bastante peculiar, caracterizado pela apropriação particular das terras baixas – as veredas e grotas – e a apropriação comum das terras altas – as chapadas. Esta forma de apropriação permitiu a satisfação das necessidades de sobrevivência desse campesinato por muito tempo. As moradias eram construídas nas grotas, nas partes baixas, próximas aos córregos, rios ou minas d'água. Havia uma unidade entre grotas e chapada. A chapada era de todos [...]. (SILVA, 2001, p. 2).

Nessa perspectiva, o projeto de plantio de eucalipto escasseou grande parte dos alimentos e produtos colhidos nas chapadas, como frutos, ervas, madeiras e criação de animais. A perda das chapadas rompia com um dos meios de reprodução daquelas famílias e, em alguns casos, obrigava-os a deixar suas grotas, tendo em vista que esse campesinato se formou a partir da unidade entre grotas e chapadas. De acordo com Silva (1999):

A negação da história baseada nos valores de uso, no direito costumeiro, imprime a este direito positivo o caráter de neutralidade, de abstração da realidade. Assim observou-se quando se impôs o reconhecimento das propriedades das terras mediante a legitimação e quando foram criados os distritos florestais. Ao fim e ao cabo, estes dois atos reconheciam o "direito" à propriedade da terra a todos. Existe aí a violência simbólica imanente a este processo. A repressão não pode confessar-se como tal. Ela precisa de legitimação. Para isso, utiliza-se de mecanismos em favor do bem-estar social e do progresso de todos. (SILVA, 1999, p. 45-46).

Com medo de perderem as terras para o Estado, os camponeses as vendiam por preços ínfimos aos compradores, vindos principalmente de São Paulo, os quais, logo após a compra, as vendiam para as empresas monocultoras de eucalipto.

Uniram-se, assim, fazendas e empresas monocultoras do eucalipto: “[...] se a empresa florestal expropria, a fazenda também expropria. A fazenda precisa da aliança com a empresa reflorestadora para sobreviver” (MOURA, 1988, p. 3-4). Sobre o rompimento do modo de vida baseado na utilização das grotas e chapadas, Moura (1988) argumenta:

Lá, onde se solta o gado, quando a vereda está seca, onde se colhem plantas medicinais e se corta madeira, a companhia ou seus prepostos propõem a compra da área por preço irrisório, oferecendo em troca a permanência na grotá, que, frequentemente, já é propriedade jurídica do lavrador. Verdadeira invasão de terras devolutas, banhadas num código camponês e costumeiro de apropriação, pode-se entender porque o caráter da atividade florestal se materializa, no repertório ideológico regional, como origem de toda a culpa pela miséria que se acrescenta a cada dia. (Moura, 1988, p. 8).

Nas mudanças ocorridas desde a formação do que veio a ser chamado Vale do Jequitinhonha, as políticas públicas nacionais possuíram papel indiscutivelmente importante. O marco inicial da atuação governamental, por meio de políticas públicas, correspondeu à década de 1960, contexto no qual o país adentrava em uma onda de crescimento econômico por meio dos planos e discursos desenvolvimentistas. Na perspectiva das linhas anteriores, notamos quanto o Estado teve/tem influência nas dinâmicas socioterritoriais do campesinato, tanto na escala nacional, quanto, especificamente, no recorte geográfico pesquisado. Notamos também sua influência na organização e no modo de vida camponês.

A partir daqui, nossas análises levarão em conta os desdobramentos do processo de modernização da agricultura para as famílias camponesas lá estabelecidas: expulsão, expropriação e exploração com amparo na violência aberta e simbólica. Nesse caso, o Estado foi/é considerado o principal mediador, caracterizando, segundo Silva (1999), o processo de acumulação primitiva de capital¹⁹, impondo a mobilidade forçada ao campesinato. A autora ainda destaca:

A violência dentro da lei e da ordem, patrocinada pelo Estado autoritário, traçou aos camponeses desta região o destino da migração definitiva ou da perpetuidade da migração temporária ou da exclusão social. (SILVA, 1999, p. 57).

¹⁹ Silva (1999), ao longo de seu trabalho, defende a ideia de o processo de expropriação camponesa no Vale do Jequitinhonha ser considerado como de “acumulação primitiva”, comparando-o com o analisado por Marx na Inglaterra. A autora ainda acrescenta ser conveniente compreendê-lo como acumulação primitiva, além de capital, de proletários.

Analisaremos as principais características dessas migrações, processo ocasionado pela modernização da agricultura, transformando inúmeros camponeses em força de trabalho, posteriormente, analisaremos como o camponinato elabora estratégias para resistir a tais desdobramentos e modificar o destino que lhes foi imposto.

1.2 RUPTURAS ESPAÇO-TEMPORAIS DO TERRITÓRIO CAMPONÊS E MIGRAÇÕES FORÇADAS

Primeiramente, refutamos os estudos que consideram as migrações dos camponeses do Vale do Jequitinhonha como estritamente ligadas à estagnação da fertilidade do solo, em desacordo com o que propomos. É o caso, por exemplo, das análises de Ribeiro e Galizoni (2006), para os quais a

[...] migração, sazonal ou definitiva, está relacionada à terra. Mas, não tanto às condições de propriedade, porque o domínio da terra é incontestável na maioria das comunidades rurais. Migração é associada, principalmente, às condições de produção, ao meio ambiente e sua capacidade de suporte, à sustentabilidade da exploração, à reprodução da população. (RIBEIRO & GALIZONI, 2006, p. 5).

Com essa interpretação, os autores naturalizam as migrações e adentram a ciranda da, para usar os termos de Moura (1988), *aliança entre rótulos e números*, principal sustentáculo dessa ideia. Os autores elaboram a análise fundada no “esgotamento e fertilidade da terra” e, ao assim fazerem, reforçam a *pobreza ideológica da terra* (MOURA, 1988). Tal análise, de certa forma, naturaliza processos sociais. Para nós, as migrações definitivas e temporárias estão estritamente ligadas aos desdobramentos do processo de modernização agrícola implantado no Vale do Jequitinhonha, transformando muitos camponeses em força de trabalho necessária para viabilizar a reprodução do capital em outras regiões do país, bem como empurrá-los para as periferias das cidades, aumentando as fileiras dos desempregados e dos subempregados. Assim, de acordo com Silva (1999), não houve tão somente a transformação mecânica do camponês em *bóia-fria*, pois se tornar *errante* foi o destino daqueles para os quais a expulsão da terra culminou em migrações definitivas.

A reprodução desse campesinato, realizada prioritariamente na unidade familiar, tendo como principais espaços as grotas individuais e as chapadas de uso comum, apropriados a partir de uma forma específica ou no interior das fazendas como agregados, moradores etc., rompeu-se concomitantemente a criação do Vale do Jequitinhonha enquanto região geográfica, em vistas a sua incorporação no rol do desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, a modernização da agricultura ocasionou a ruptura do território camponês formado no Vale do Jequitinhonha antes mesmo de sua conformação enquanto região.

Essa ruptura, espaço-temporal, do território camponês por vezes ocasionou sua desterritorialização, implicando em reterritorializações precárias para aqueles que permaneceram nas grotas, nas cidades vizinhas ou nas grandes cidades. Implicou, também, na formação daquilo que Haesbaert (2012) chama de “aglomerados de exclusão”, aproximando-se do processo de exclusão-inclusão precária (SILVA, 1999) vivenciado pelos cortadores de cana nos alojamentos das usinas.

Para Martins (1988, p. 45), a migração temporária impõe ao sujeito migrante o viver em espaços geográficos diferentes e a dilaceração temporal das contradições sociais, fato que imprime no sujeito o sentimento de desenraizamento ou não pertencimento a lugar algum, ideia próxima da existência do processo de desterritorialização²⁰. O autor separa os migrantes temporários em sete tipos. Desses, grande parcela dos camponeses do Vale do Jequitinhonha se encaixam na condição de:

Trabalhadores rurais que migram temporariamente para outras zonas rurais em busca de trabalho, que aproveitam os períodos de entressafra de suas próprias lavouras para trabalhar na safra de outros produtos, em outras regiões. São geralmente, pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros ou foreiros. É o que ocorre com os pequenos produtores do Agreste pernambucano e da região nordeste de Minas Gerais. (MARTINS, 1988, p. 47).

²⁰ Para Haesbaert (2012), a desterritorialização é uma das “características centrais do capitalismo” e da modernidade “[...] seja pelos processos de acumulação, com a aceleração do ciclo produtivo pela transformação técnica e paralela reinvenção do consumo, seja pela dinâmica de exclusão que joga uma massa enorme de pessoas em circuitos de mobilidade compulsória na luta pela sobrevivência cotidiana”. Segundo o autor, há duas formas de interpretação da desterritorialização: “uma, a partir dos grupos hegemônicos, efetivamente “globalizados” e outra, a partir dos grupos subordinados ou precariamente incluídos na dinâmica globalizadora” (HAESBAERT, 2012, p. 22).

A migração de muitos camponeses do Vale do Jequitinhonha teve (e ainda tem) como destino o Estado de São Paulo, para o corte da cana de açúcar²¹. Entretanto, não é necessariamente a expansão dos agrocombustíveis que ocasionaram essas migrações, mas sim a ligação entre o processo de expropriação ocorrido no Vale do Jequitinhonha e o aumento da demanda por força de trabalho para o corte da cana. Com o decreto de criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em 1975, a demanda por força de trabalho teve salto extraordinário. Para suprir essa demanda, as usinas paulistas enviavam agenciadores para o recrutamento de trabalhadores no Vale do Jequitinhonha, com muitas promessas em relação ao trabalho e, principalmente, ao salário. Após certo tempo não foi mais necessário os encarregados da usina se locomoverem até o Vale para o recrutamento dos trabalhadores. Surgiu o *gato*, trabalhador da própria região e de mesma origem dos demais trabalhadores, cuja função era a seleção dos trabalhadores, como também, informá-los sobre a data e local da partida, tendo destino principal os municípios do interior paulista, onde se concentram as unidades sucroalcooleiras.

Mais do que isso, Silva (1999) explica a importância do papel do *gato* tanto no processo de agenciamento dos trabalhadores quanto no alojamento e no trabalho do corte da cana. O *gato* geralmente era o cortador de cana conhecedor do serviço, aparecendo como exemplo a ser seguido, pois conseguiu, por meio do trabalho árduo, o cargo ocupado. A ideia central é demonstrar para os demais trabalhadores a possível mobilidade social por meio do trabalho pesado, tendo na figura do *gato* o exemplo de possível melhoria nas condições de trabalho e salário (SILVA, 1999, p. 208-209).

Outros mecanismos também foram criados para extrair a mais-valia dos trabalhadores, como a criação do *bom* e do *mal* cortador de cana, sendo vergonhoso ser considerado *mal* cortador. Assim, todos se esforçavam ao máximo para aumentar a sua produção, chegando ao limite de sua força física; com isso instaurou-se a disputa desleal, utilizando-se da concorrência e da humilhação como forma simbólica para aumentar a exploração do trabalho.

²¹ A migração dos sujeitos pesquisados para o trabalho temporário varia no tempo e no espaço. Durante anos essa dinâmica ligava atividades agrícolas na propriedade familiar com atividades agrícolas em outros estados (ou mesmo em Minas Gerais), em diversos tipos de monoculturas. O trabalho era voltado em maior parte para a cultura que estaria em ascensão, o que não indica necessariamente a inexistência de trabalhadores que se dirigissem para atividades diversas.

Além dessas formas de coerções simbólicas, há outros meios de extração da mais-valia, como, por exemplo, a forma de pagamento pelo trabalho baseada no pagamento por produção. Sobre o pagamento por produção, Silva (1999) discorre:

Trata-se de uma forma de salário mais vantajosa ao capitalista uma vez que a intensidade do trabalho não depende dos investimentos em capital constante, mas do próprio trabalhador. É um salário que reforça as diferenças de habilidade, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles. Esta competição estimula o aumento da intensidade do trabalho e, conseqüentemente, da produtividade. (SILVA, 1999, p. 86).

Os mecanismos de exploração não cessam por aí, pois além de instaurar a disputa, em muitos lugares a usina coloca numa lista a quantidade de cana cortada por trabalhador na ordem decrescente, dos que cortam mais cana para os que cortam menos. Nessa lista todos podem ver o desempenho do companheiro de trabalho, fato que aumenta a pressão para o aumento da produtividade. Dessa forma, além da violência expressa pela tomada de suas terras no *lugar de origem*, esses camponeses sofreram, concomitantemente, a violência de mudança cultural em seu modo de vida, na forma de trabalho, em seus costumes. Silva (1999), sobre a violência imposta a esses sujeitos, argumenta:

O tempo cíclico marcado pelos momentos de plantar e colher e definidor do tempo de trabalho foi substituído pelo tempo linear, capitalista das usinas e fazendas do Estado de São Paulo. O tempo, agora, é compreendido pelo tempo da migração forçada, especialmente a temporária, mediante a permanência nas fazendas e usinas durante quase 9 meses ao ano. (SILVA 1999, p. 58).

O trabalho familiar que no Vale acompanha o ciclo da natureza é substituído pelo trabalho no canavial ditado pelo ritmo linear do capital. Além de tantos mecanismos para extrair a mais-valia dos trabalhadores, esses também acabam por intensificar cada vez mais o trabalho, pois estão interessados em ajudar financeiramente a família que ficou na terra.

As migrações para o corte da cana, interpretadas como temporárias pelos dados estatísticos, teriam datas marcadas para saída e retorno, sendo consideradas migrações cíclicas. É interessante a análise que ultrapassa o entendimento de migrações temporárias tendo em vista sua permanência no tempo e espaço dos sujeitos envolvidos, dinâmica tratada por Silva (2001) como partidas

permanentemente temporárias. Dessa forma, para a autora, os migrantes temporários estão inseridos no permanente ir e vir.

Para Cavalieri (2010, p. 218), as condições de reprodução das famílias de camponeses-migrantes do Vale do Jequitinhonha têm como causa a dupla expropriação a que esses sujeitos estiveram submetidos, qual seja, por um lado a perda da terra de uso comum e a consolidação da fazenda e do monocultivo de eucalipto e, por outro, a exploração da força de trabalho no corte da cana. A autora²² interpreta as práticas cotidianas das famílias camponesas como parte integrante de um *tempo ordinário* composto por aquilo que é corriqueiro e está inserido na normalidade; podemos entender o tempo ordinário do campesinato como a indissociação entre tempo de vida e tempo de trabalho. Já o trabalho dos homens no corte da cana, regrado pelo tempo linear do capital, em um mundo da mercadoria e da produção, é interpretado como o tempo do *Extra-ordinário*. Compreende-se a existência de um tempo *ordinário* e outro *Extra-ordinário* apontando para a ambiguidade vivenciada por esses sujeitos: ora camponeses, quando estão no Vale do Jequitinhonha com suas famílias, ora assalariados, quando estão nos canaviais paulistas.

Na mesma direção, em outro trabalho que realizamos²³, entendemos tal ambiguidade vivenciada em tempos e espaços diferentes, a partir da análise do trabalho camponês e do trabalho assalariado como contraditórios e complementares, uma vez que o camponês migrante (temporário) se assalaria no corte da cana, tal assalariamento, contraditoriamente, permite a permanência da família em seu território e assegura a sua reprodução social enquanto camponês.

A dinâmica do deslocamento para o corte da cana aparece como a principal forma de migração dos camponeses do Vale do Jequitinhonha, é, de longe, a mais analisada por pesquisadores, por ser, também, a atividade para qual se destinava a maioria dos migrantes temporários.

A partir do referido trabalho (BERSANI, 2012), foi possível compreendermos melhor a dinâmica da migração e do trabalho para/no corte da cana realizado pelos camponeses do Vale do Jequitinhonha. Como também, a partir de então,

²² Sua investigação versa sobre as estratégias de reprodução social das famílias de camponeses migrantes cortadores de cana. São famílias camponesas de duas comunidades rurais localizadas no município de Araçuaí.

²³ BERSANI, A. R. S. *Trabalho familiar versus trabalho assalariado: os camponeses do Alto Jequitinhonha-MG e o trabalho no corte da cana em Mirandópolis-SP*. Monografia (Especialização em História e Sociedade) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2012.

entendemos que há dinâmica específica em relação ao processo migratório para o trabalho no corte da cana: a migração temporária e todos seus meandros. Também há diferentes dinâmicas quando o processo envolve outras formas de migrar. Nessa perspectiva, quando nos referimos a camponeses-migrantes é preciso ponderar e destacar as diferenciações existentes no processo migratório e as mudanças em curso.

As migrações dos camponeses do Vale do Jequitinhonha persistem no tempo e no espaço, assim como, também, persiste a permanência desse campesinato. Nessa perspectiva, as *migrações forçadas* pelo avanço do capitalismo no campo se tornaram estratégias de reprodução social das famílias camponesas, no processo envolvendo os que partem e os que ficam e, por isso, não podem ser entendidas como *um fim em si*, ainda mais quando destacamos a diversidade existente no que diz respeito a essa dinâmica e às condições sociais dos sujeitos nela envolvidos. Em outras palavras, mesmo o campesinato do Vale do Jequitinhonha sofrendo diversas modificações em sua organização interna, juntamente com mudanças nas dimensões cultural, econômica e política, muitas famílias permanecem no campo, assentadas em um modo de vida camponês. Com o fim do corte manual da cana anunciado, as migrações, por muito tempo realizadas para essa atividade, já não fazem mais parte da principal dinâmica do processo migratório desses sujeitos.

Para compreender as novas dinâmicas do processo migratório, tendo em vista as mudanças ocorridas no espaço rural brasileiro e o findar do corte manual da cana de açúcar, analisaremos as especificidades de determinado contexto socioespacial: o município de Itinga, lócus de nossa pesquisa, para integrar a análise microestrutural das migrações ao panorama analisado nesse capítulo, entendido como macroestrutural.

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM ITINGA

Dividido pelo Rio Jequitinhonha, o município de Itinga (Figura 1) localiza-se a nordeste do Estado de Minas Gerais, especificamente na Mesorregião Geográfica do Jequitinhonha²⁴ e Microrregião Geográfica de Araçuaí (IBGE, 2010)²⁵.

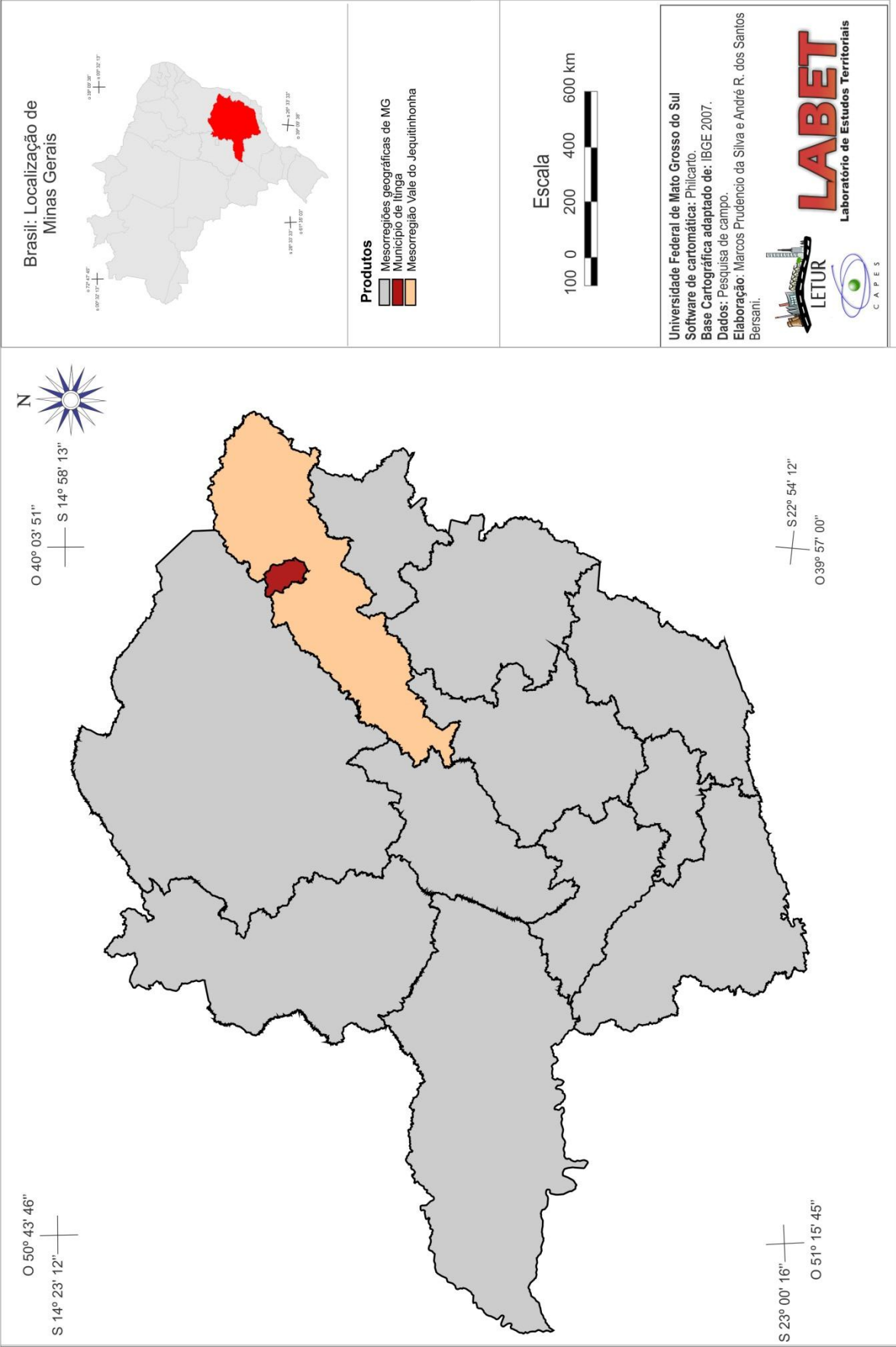
O município dista 642 km da capital mineira Belo Horizonte, possui área de 1.650 km² e 14.407 habitantes, dos quais 7.853 são considerados como população rural e 6.554, como população urbana (IBGE, 2010).

Realizaremos uma breve análise sobre a formação do município de Itinga, por meio das poucas fontes bibliográficas encontradas, do documento pedindo sua emancipação e outros acontecimentos ocorridos concomitantemente, em diferentes escalas. A formação do município, narrada pelos entrevistados de certa forma, da qual permaneceram muitas dúvidas, será construída de acordo com processos ocorridos na Microrregião onde se localiza, visando compreender o contexto histórico-geográfico no qual o grupo estudado está inserido.

²⁴ O Vale do Jequitinhonha é classificado pelo IBGE como Mesorregião do Jequitinhonha.

²⁵ Em outra divisão regional existente o Vale do Jequitinhonha é dividido em Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha; segundo essa divisão, Itinga está inserida no Médio Jequitinhonha. Essa divisão também é utilizada pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) para direcionar o projeto “Territórios da Cidadania”. Segundo o Plano, o território do Médio Jequitinhonha “[...] é caracterizado pelo clima semiárido que determina a maioria das condicionantes climáticas, com predominância do bioma caatinga e ocorrências de cerrado e mata atlântica. O IDH varia entre 0,595 e 0,689, sendo a média de 0,651, sendo que a média de Minas Gerais é de 0,774. Com índice de pobreza em torno de 46%, os municípios têm alto índice de população rural e a agricultura familiar tem participação expressiva na mão-de-obra rural, mas em contrapartida verifica-se alto índice de concentração fundiária e forte migração da população rural” (PTDRS, 2010, p. 12).

Figura 1 – Localização do município de Itinga/MG.



Pinto (2008) afirma que a área do município de Itinga foi habitada por grupos indígenas²⁶ da tribo dos *Borum* (conhecidos como Botocudo²⁷). Inscrições rupestres desses grupos são encontradas em cavernas existentes no município, como na chamada *Toca do Índio*. Observamos nas narrativas de alguns dos antigos moradores das comunidades rurais a referência aos *bugres*²⁸, habitantes daqueles vales, como na fala de um senhor camponês quando, em meio às suas histórias, conta sobre a criação de uma bugrinha por uma das famílias de fazendeiros para quem trabalhou.

A história oficial de povoamento da área inicia-se com a chegada dos colonizadores (1553), conhecidos como bandeirantes, chegando à região em busca de ouro e pedras preciosas por meio da expedição de Bruzza-Navarro (PINTO, 2008). Assim como no resto do Médio Jequitinhonha, a área onde hoje é Itinga pertencia a Minas Novas e fazia parte da capitania da Bahia. Tal expedição enfrentou muitas dificuldades, tanto em relação às adversidades quanto à resistência dos nativos.

Foi somente em 1810²⁹ a instalação da 7ª Divisão Militar às margens do rio Jequitinhonha, sob o comando de Julião Fernandes Leão. A partir de então, criaram vários quartéis militares, entre eles o da Água Branca, onde hoje se localiza Itinga. É nesse momento que se intensifica a guerra contra os índios Botocudo. Segundo Espindola (2011):

As cartas régias de 13 de maio³⁰ e 2 de dezembro de 1808 juntaram a espada e a cruz no processo de guerra contra os botocudos e na conquista do sertão do rio Doce³¹. O sistema de aldeamento foi criticado como instrumento de civilização dos índios, alegando-se fatores subjetivos: indolência, ignorância e incapacidade dos índios

²⁶ A palavra Itinga possui origem indígena e significa *água branca*.

²⁷ De acordo com Espindola (2011): “Os botocudos eram numerosos e habitavam desde o vale do rio Itapemirim, no Espírito Santo, até a Bahia, estando nos rios Jequitinhonha e Doce as duas principais “colônias”” (ESPINDOLA, 2011, p. 55).

²⁸ Segundo o Dicionário Aurélio, *bugre* é uma “designação genérica dada ao índio [...] o bravo ou aguerrido”.

²⁹ Nesse momento já havia sido dirigida ao governador de Minas Gerais a Carta Régia (2 de dezembro de 1808) com as seguintes regulamentações: “[...] concessão de sesmarias nos territórios submetidos às divisões militares; educação religiosa nas aldeias; funcionamento dos aldeamentos e utilização da mão de obra dos índios; participação dos proprietários no processo de civilização e dos benefícios que lhes seriam atribuídos; e, por último, o tipo de aldeamento desejado” (Espindola, 2011, p. 55).

³⁰ Foi a partir da assinatura dessa carta que se declarou guerra aos índios Botocudo (ESPINDOLA, 2011).

³¹ O autor relata a guerra contra os Botocudos em relação à conquista do vale do rio Doce, mas pela implicação dos fatos e datas podemos entender que essa guerra também ocorreu para a conquista do sertão do vale do rio Jequitinhonha.

para serem livres. Era preciso incutir nos índios o amor ao trabalho e à propriedade. (ESPINDOLA, 2011, p. 56).

Foi dessa forma a primeira *limpeza da terra* na área, onde posteriormente surgiria o Arraial de Santo Antonio da Barra Branca do Rio Itinga. Foi a partir desse momento, por volta de 1825, a apropriação daquelas terras por capitães e coronéis designados pelo governador da Bahia (capitania a qual até então aquele território fazia parte). Essas terras foram doadas a título de sesmaria para a família Murta, sobrenome que, como veremos mais adiante, revela a força do coronelismo sobre aquele território.

Nesse período (1825), o capitão Martiniano Antunes de Oliveira fixou residência no quartel da Água Branca e, junto a ele, outros donos de terra deram início ao processo de povoamento não índio da área. Segundo Pinto (2008), contribuíram para a criação de uma capela e, posteriormente, da Igreja de Santo Antonio da Barra do Rio Itinga. Com isso, muitas famílias instalaram-se naquele lugar, tornando-o um Arraial, tendo sido, após alguns anos, elevado à Freguesia e, posteriormente, se tornado uma vila pertencente ao então recém-criado município de Araçuaí (1871).

A ocupação da área se intensificou propiciada pela sua localização, às margens do Rio Jequitinhonha, onde havia intensa circulação das chamadas tropas do sertão. Tornou-se ponto de encontro entre canoieiros e tropeiros, tendo ali se estabelecido intenso comércio. A principal atividade era o cultivo do algodão. Muitos trabalhadores (dentre índios, tropeiros e canoieiros) fixados na área formaram pequenos povoados, onde, além de trabalharem nas plantações de algodão, cultivavam a terra para complementar a reprodução da família.

Segundo Pinto (2008), em 1880 construiu-se uma fábrica de tecidos para aproveitar a grande produção de algodão, encabeçada pelo Comendador Candido Freire de Figueiredo Murta (deputado geral) e pelo Major João Antonio da Silva Pereira. A fábrica era denominada “Pereira Murta e Companhia Itinga do Jequitinhonha”, devido os sobrenomes de seus fundadores e da companhia criada entre alguns moradores, contribuindo com a construção da fábrica. De acordo com o autor, “[...] o primeiro diretor da fábrica foi o Capitão João Antonio Pereira de Souza Castro genro do Comendador Murta [...]”, sendo os demais diretores o “[...] Major Manoel Cesário de Figueiredo Neves e por último outro genro do comendador o Cel. Ildefonso de Freire Murta [...]” (PINTO, 2008, p. 50).

Nesse período, considerado como a fase de maior desenvolvimento de Itinga, antes mesmo de sua emancipação, Pinto (2008) destaca, além da indústria têxtil, a existência da fábrica agrícola de rapadura e açúcar mascavo, pertencente ao Coronel Izidoro Pinheiro Freire, e a fábrica de manteiga, de Erico Melo. O autor, ainda, faz menção ao achado de pedras preciosas pelo Major Hermelino Gusmão, comercializadas com compradores alemães.

Tais apontamentos se tornam importantes, pois possibilita-nos compreender, além do processo de formação de Itinga, também, a partir dos sobrenomes envolvidos, a conformação da oligarquia regional e municipal. Notamos a difusão entre proprietários de terra e comerciantes na mesma figura, o coronel. Nesse sentido, as análises de Martins (1981) ajudam-nos a compreender melhor essa trama. De acordo com o autor:

[...] os coronéis não eram exclusivamente grandes proprietários de terra. Além de serem, geralmente, grandes fazendeiros, eram geralmente também comerciantes que negociavam com os produtos agrícolas da região, comprando a produção dos sitiantes e dos moradores e agregados de sua área. Ao mesmo tempo, tinham estabelecimentos comerciais com tecidos, secos e molhados, ferramentas, etc. Os clientes do coronel eram geralmente seus clientes políticos, incluindo aí pequenos comerciantes que se colocavam sob sua tutela política. (MARTINS, 1981, p. 46-47).

Os coronéis enquanto chefes políticos, ao contribuírem, em tese, com o desenvolvimento econômico do lugar e com sua futura emancipação política (1942), mantiveram sob sua guarda e de sua família forte poder político-oligárquico, ou seja, poder de barganha sobre a população. Podemos, por exemplo, imaginar o grande número de comerciantes, produtores de algodão e demais trabalhadores tornados *clientes* (também no sentido político) dessas famílias. Não por acaso, as famílias dos capitães e tenentes apropriaram-se daquelas terras e se tornaram grandes comerciantes, tendo, por muito tempo, seus sobrenomes em destaque no cenário político. Além da família Murta, alguns outros sobrenomes destaques são: Versiani, Freire, Gusmão, Pinto e Moura. Algumas dessas famílias ainda hoje são referidas como os *fortes* do lugar. Ao analisarmos os sobrenomes notamos, também, o matrimônio entre essas famílias, fato, porém, que não é a regra.

Com a posse da terra, essas famílias conservaram forte poder de mando e desmando, desde o pedido de emancipação do distrito, lavrado por Jacy Pinheiro

Freire Murta, até os seus posteriores prefeitos. Nessa perspectiva, destacamos as análises de Martins (1981) em relação ao poder político do coronelismo:

Os chefes políticos municipais ou regionais acabaram sendo conhecidos como “coronéis” e o fenômeno político que marcaram com a sua presença ficou conhecido como *coronelismo*. O coronelismo se caracterizou pelo rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, construindo os “currais eleitorais” e produzindo o chamado “voto de cabresto”. Isto é, o eleitor e o seu voto ficavam sob tutela dos coronéis, que deles dispunham como coisa sua. (MARTINS, 1981, p. 46).

Os mesmos sobrenomes aparecem por várias vezes nos cargos políticos do município, fato revelador da existência dos chamados *currais eleitorais*. Por exemplo, Precilo Versiani Murta Gusmão foi o primeiro prefeito do município, e nomeou para a sua equipe: Jacy Pinheiro Freire, para secretário; Durval de Castro Pinto, para fiscal do distrito de Santana; Mario Versiani Gusmão, para delegado de polícia; e Candido Versiani Murta, para Juiz de Paz (PINTO 2008, p. 81-82). Poderíamos citar uma gama de nomes de pessoas pertencentes a essas famílias, tornadas representantes do poder político municipal, mas nos limitamos a alguns prefeitos, a saber: Cristiano Lages Murta, José Moacyr Versiani Gusmão e Mario Versiani Gusmão.

A manutenção do poder político é de suma importância, ainda mais quando sabemos que nos sertões de Minas, assim como em outros rincões do país, foram impressas fortes marcas do coronelismo, até hoje presentes nas disputas políticas. Assim, ao pensar a formação das grandes propriedades no município³², é importante atentar para o fato de que a questão política passa também pela questão da terra, sendo reflexos da aliança terra-capital, a aliança do atraso (MARTINS, 1994).

Para completar nosso objetivo nessa parte da investigação, tomamos como importante a reprodução de parte do memorial apresentado como pedido de emancipação de Itinga, então distrito de Araçuaí, constando algumas características consideradas importantes, permitindo a compreensão da conformação do lugar próximo do ato de sua emancipação. Em relação à lavoura, comércio, riquezas naturais e à pecuária, encontra-se descrito no documento:

Lavoura e comércio: - A lavoura é prospera, notadamente a da cana de açúcar, fumo, milho, arroz, feijão e mamona.

³² A análise da formação das grandes propriedades foge dos objetivos do presente trabalho. O que caberá analisar é a formação das comunidades e do campesinato de Itinga, realizado no subitem 2.4.

E' o celeiro do Município de Arassuaí. ITINGA basta-se a si mesma. Possui vários estabelecimentos comerciais; mercado público; casa de detenção; médico; farmácia; gabinete dentário; "atelier" fotográfico; corporação musical; açougue; cemitério; três igrejas; e um albergue para indigentes.

Riquezas naturais: - O seu sólo possui diversas jazidas de pedras preciosas, como a morganita, turmalina, colômbita, água marinha, cristal, etc., tendo sido, mesmo, o berço do comércio de pedras semi-preciosas que se iniciou com a Alemanha. Foi ITINGA a fonte de atração e interesse que atraiu os primeiros exportadores de turmalinas desta região, quando se descobriu a jazida "Laranjeiras".

E' ainda fator econômico importante; a mineração de ouro e diamante, no Rio Jequitinhonha.

Pecuária: - A pecuária é a sua maior riqueza. Considerável é o rebanho de gado de toda espécie, no distrito de ITINGA. Por uma estatística superficial, computamos o nosso rebanho em cerca de 60.000 (sessenta mil) rezes e a nossa exportação em 12.000. Concorreu o gado do Distrito de ITINGA, à exposição de Fortaleza, conquistando prêmio, o que demonstra o zelo de seus fazendeiros pela seleção. (PINTO, 2008, p. 61)³³.

Nesse período (1943), a pequena indústria têxtil já não mais funcionava, sendo a mineração e a pecuária a dianteira da economia no então emancipado município de Itinga (1944). A história de Itinga se cruza com aquela narrada anteriormente, do Vale do Jequitinhonha. Na história oficial, notamos um período considerado de abundância seguido de outro considerado de estagnação e decadência econômica, estendendo-se até o início desse século³⁴. Itinga passa então a ser considerada como micro representação da mesma pobreza atribuída ao Vale do Jequitinhonha.

2.2 REPRESENTAÇÕES DA POBREZA: ITINGA E O VALE DO JEQUITINHONHA ENTRE RÓTULOS E NÚMEROS

O Vale do Jequitinhonha, como vimos no capítulo anterior, emergiu como região estigmatizada a partir da designação *Vale da Miséria*, destaque no contexto nacional, a partir do relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), no qual fora considerada uma das regiões mais pobres do mundo.

³³ Cabe destacar que o documento ao qual nos referimos está contido em Pinto (2008, p. 61). Foi por meio desse documento "pró emancipação da vila de Itinga" que, em 1944, foi emancipada. Mantivemos aqui a grafia como no original.

³⁴ Observa-se uma melhoria real das condições básicas de vida após a "era Lula". Contudo, as representações forçadas pela mídia buscam a manutenção de rótulos e números que reforcem o estereótipo de miséria.

As representações transmitidas pelos meios de comunicação, logo incorporadas pelos receptores, criaram a imagem de região de miséria, conhecida pelo nome de Vale do Jequitinhonha, e assim, também, o fizeram com o município de Itinga. São representações de miséria extrema assentadas no baixo dinamismo econômico da região. Observamos na Figura 2 a foto capa de revista, central na reportagem sobre a questão da miséria no Brasil, tendo como referência o município de Itinga.

Figura 2 – Capa da Revista Veja. Em Itinga/MG.



Fonte: http://veja.abril.com.br/230102/p_082a.html³⁵.

A fotografia de duas crianças, das quais uma seria vítima de rara doença, tornou-se capa da revista Veja, em 2002, para a reportagem intitulada: “Miséria: o grande desafio do Brasil”. Tal reportagem teve como ênfase o “paupérrimo Vale do Jequitinhonha”, especificamente o município de Itinga, onde a foto foi feita. Acompanhada pelo título “Futuro comprometido”, em sua legenda constava:

As pessoas que têm até 15 anos representam 30% da população brasileira, mas são 45% do universo de miseráveis. No paupérrimo Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e em várias outras regiões

³⁵ Acesso em: 31 jul. 2013.

pobres, elas moram em condições extremamente precárias. Muitas vezes, um entrelaçado de palha serve de cama para as crianças (VEJA ON-LINE, 2002)³⁶.

Para dar continuidade e reforçar o enunciado, o começo da reportagem trata especificamente do caso da criança da foto, vítima de tipo de desnutrição descoberta na África. Segundo a reportagem:

No dia 11 de dezembro do ano passado [2001], a médica Iara Vianna da Silva esteve no barraco onde mora o pequeno Mateus Barbosa de Souza, em Itinga, Minas Gerais. O garoto vive com o pai, a mãe e três irmãos no bairro mais pobre da cidade, localizada no paupérrimo Vale do Jequitinhonha. Aos 3 anos e meio, Mateus é vítima de um tipo de desnutrição conhecida como *kwashiorkor*, palavra importada da África, onde a doença foi descrita pela primeira vez no início do século passado. De tão prevalente na África, *kwashiorkor* tem definições em vários dialetos tribais. Num deles, falado em Gana, a palavra designa originalmente a criança que não pode ser alimentada pelo leite materno. Mateus tem a altura de um garoto de 1 ano e 7 meses e o peso de um bebê de apenas 8 meses. A doença atinge crianças que, privadas da proteína encontrada no leite materno, num primeiro momento, e mais tarde na carne, se alimentam basicamente de carboidratos. Numa etapa inicial, o mal produz fadiga, irritabilidade e letargia. O quadro inclui diarreia, anemia e retardamento motor. Mateus, por exemplo, não anda. Não tratada, a doença evolui, a imunidade do paciente cai e o corpo incha. Aparentemente ele está apenas gordinho. É nessa fase que se encontra Mateus. Nos casos mais graves, podem ocorrer deficiência mental e morte. Mesmo tratada, a criança que teve *kwashiorkor* dificilmente atinge altura e peso normais. Acostumada a diagnosticar casos de desnutrição, a médica entregou à mãe do garoto uma receita com o seguinte teor: "Mateus B. Souza – Ao Serviço Social: Criança desnutrida. *Kwashiorkor*. Cesta básica. Precisa comida. Vai morrer. Não anda. Se pegar infecção, morre." (VEJA ON-LINE, 2002).

A reportagem prossegue relatando o aumento do poder de compra da população brasileira e a “contraditória” persistência dos índices de pobreza. Destacamos que a reportagem foi publicada em época eleitoral, com isso colocava como o principal desafio do novo governo a ser eleito: “[...] reduzir esse contingente de padrão africano”. Em seguida, ganha destaque na reportagem a Região Nordeste e a pobreza rural, e depois se compara o Brasil com outros países. Destacava-se que no Brasil “[...] há mais 23 milhões que vivem ainda em pior situação, sobrevivendo de maneira primitiva”, pois não “ganham dinheiro bastante para

³⁶ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/230102/p_082a.html>. Acesso em: 31 jul. 2013.

comprar todos os dias alimentos em quantidade mínima necessária à manutenção saudável de uma vida produtiva”.

Nessa perspectiva, a pobreza aparece como ferida do subdesenvolvimento do país que atrapalha o seu crescimento econômico, pois “[...] a pobreza extrema e inelutável reduz a competitividade do país e restringe suas possibilidades de mover a economia pela força do mercado interno”. A ideia é que a população com maior poder de compra poderia mover a economia interna do país, porém, por termos uma população de famélicos, isso aparece como entrave ao desenvolvimento, considerando que: “A porção mais pobre da pirâmide, os miseráveis, não produz e pouco consome”.

Dessa forma, os miseráveis aparentam não ter a mínima influência e nem fazer parte do contexto nacional e a miséria aparece como “paradoxo”, pois em um país considerado rico, grande parte da população está na linha da miséria. Assim, a riqueza do país tornaria inexplicável a pobreza de grande parte da população.

Entretanto, essa massa de miseráveis, da qual trata a reportagem, ao contrário do que parece, é a própria face do desenvolvimento econômico do país, ou melhor, do campo brasileiro. Não se trata de um contingente de pessoas simplesmente em situação de exclusão, mas de uma massa de camponeses desapropriados e transformados em trabalhadores desempregados e subempregados, mantidos na situação denominada por Silva (1999) de *exclusão-inclusão precária*. Nessa perspectiva, de acordo com Haesbaert (2012):

O próprio modelo político-econômico neoliberal de países periféricos como o Brasil estimulou a “proposital *inclusão precária e instável, marginal [...] em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital*” ([Martins, 1997] p. 20). Ao discutirmos a exclusão, deixamos em segundo plano o mais importante, que são os processos de inclusão precária, “formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de *inclusão*” e que envolvem a própria “reinclusão ideológica na sociedade de consumo” ([Martins, 1997] p. 21). (HAESBAERT, 2012, p. 317, grifos do autor).

A partir dessa concepção, a *inclusão precária* é necessária à própria reprodução do capital e logo do crescimento econômico do país. Entretanto, não se trata apenas de um número de desempregados necessários para compor o chamado “exercito industrial de reserva”. Por detrás e para além do desemprego estrutural, temos também, como parte do processo do desenvolvimento do

capitalismo no Brasil, a perda de autonomia de grupos que possuem um modo de vida específico. Em outras palavras, muitos dos que hoje passam fome são camponeses expulsos da terra e expropriados das condições necessárias para sua reprodução social, sendo “incluídos” precariamente na sociedade de consumo.

Assim, questionamos a estreita e simplificada ligação entre pobreza, campo e práticas, da agricultura camponesa, consideradas arcaicas, sendo a principal base da organização social da população do Vale do Jequitinhonha. Além disso, também é preciso compreendermos por que aqueles que desde os primórdios produziram alimentos são os mesmos que atualmente se encontram na condição de famélicos.

Jean Ziegler, em seu mais recente trabalho³⁷, afirma: “a maioria dos seres humanos que não têm o suficiente para comer pertence às comunidades rurais pobres dos países do Sul” (ZIEGLER, 2013, p. 39). O autor ainda relata que as causas da miséria de milhares de camponeses poderiam ser justificadas entre essas três razões: a) têm que entregar a maior parte da colheita aos *senhores da terra* (no caso de arrendatários); b) possuem a terra que ocuparam por estar vaga ou ser improdutiva, mas não têm o documento que garanta a sua propriedade (caso dos posseiros no Brasil); c) possuem terra própria, mas que são de baixa qualidade e insuficientes para alimentar suas famílias (ZIEGLER, 2013, p. 39).

Com a contribuição das assertivas de Ziegler e a partir da realidade do Vale do Jequitinhonha (MG), consideramos as razões pelas quais os camponeses, especialmente os de Itinga e do Vale, por vezes vivenciam condições consideradas de miséria, intimamente ligadas aos desdobramentos do processo de modernização do campo. As considerações de Martins (2005) são importantes para tanto:

Desde os anos 60 a modernização forçada do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente nos vêm mostrando que esse modelo imperante de desenvolvimento acarretou um contradesevolvimento social responsável por formas perversas de miséria antes desconhecidas em muitas partes do mundo. [...] O mundo rural está também aí, como resíduo, como resto da modernização forçada e forçadamente acelerada, que introduziu na vida das populações do campo um ritmo de transformação social e econômica gerador de problemas sociais que o próprio sistema em seu conjunto não tem como remediar. (MARTINS, 2005, p. 7).

De acordo com Martins, onde a modernização rural forçada fracassou “[...] as velhas estruturas sociais foram desmanteladas, as instituições corroídas, as

³⁷ ZIEGLER, J. *Destruição em Massa: geopolítica da fome*. – 1 Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

comunidades desorganizadas, os costumes desmoralizados e a população degradada” (MARTINS, 2000, p. 9). É o caso do Vale do Jequitinhonha, onde os famintos nada mais são do que o produto da modernização do campo.

Nesse ponto, como os critérios para definição de pobreza são diversificados, também é necessário inserir o debate a respeito das representações criadas em relação a esse conceito. Consideramos a representação criada pela mídia incorporada, principalmente, por pessoas não conhecedoras da realidade do lugar. Na referida reportagem, a foto colocada na capa da revista e interpretadora da situação de fome do lugar possui grande impacto sobre a representação a respeito desse “problema nacional”.

As representações criadas e incorporadas muitas vezes retiram a importância daquilo que permite, em certa medida, a reprodução de várias famílias (a terra) e coloca como necessidade a inovação, a mudança das formas de produzir, a modernização etc. Sem dizer que os níveis de pobreza caracterizados pelo Governo e pela ONU estão fortemente atrelados à renda per capita. Dessa forma, inserimos outro debate, sobre os dados estatísticos do Governo, pois não levam em consideração as características específicas de determinados modos de vida. Em relação ao campesinato, podemos destacar a produção para o autoconsumo, não incorporada como fonte de renda, e a dificuldade de contabilizar a venda do excedente, sendo prática intrínseca ao campesinato no modo capitalista de produção, pois se configura como forma de garantir a reprodução da família camponesa.

Os relatos dos camponeses revelam que, em suas representações, antigamente era possível produzir quase tudo aquilo consumido, sendo necessária somente a compra de alguns produtos de limpeza, entre outros. Porém, agora a dependência do mercado se torna maior, pois afirmam ser necessário comprar muitas coisas que antes não precisavam e que, nos dias atuais, a terra já não produz tanto quanto antes.

Tais interpretações também estão presentes no processo de invenção do Vale do Jequitinhonha, sendo a pobreza relacionada com a *força* da terra, fato que recai no discurso daquilo que Moura (1988, p. 5) descreve como a “aliança entre rótulos e números” para designar aquela sociedade como atrasada. Assim, os problemas por ela enfrentados seriam resolvidos a partir da “elevação dos níveis de

renda”, sendo a expansão das relações capitalistas de produção o passo para o desenvolvimento da região. Segundo Moura (1988):

[...] a insistência com que a questão social do Vale do Jequitinhonha é centralizada na elevação dos níveis de renda evidencia como uma aliança entre rótulos e números quer imputar atributos negativos a uma sociedade, tais como ausência de atividade econômica significativa, fraco dinamismo dos atores envolvidos, tradicionalismo, de modo que a expansão de atividades fundadas no lucro capitalista se tornem o remédio *par excellence* para o desenvolvimento, trazendo, enfim, vida para onde supostamente existem apenas um povo moribundo e uma terra agonizante. (MOURA, 1988, p. 5).

A autora propõe a distinção entre “pobreza ideológica da terra da pobreza concreta da terra”³⁸, por meio da reflexão acerca das entrevistas por ela realizadas e sobre planos governamentais. Tudo levaria a crer que os camponeses dependeriam da fazenda, pois teriam “solos poucos produtivos”, o que aponta para a representação ideológica de pobreza da terra. Encontramos ainda, em alguns casos, a ideia do esgotamento do solo difundida entre os próprios camponeses, ligada ao reduzido tamanho de seus sítios. Contudo, notamos que as representações estigmatizadas, estabelecidas nos dias atuais, não estão mais relacionadas à dependência das grandes fazendas, cada vez com menos emprego, mas a ideia da existência de forte dependência da tutela do governo³⁹.

Observamos também referências à “riqueza ideológica da terra”, concepção mais difundida entre aqueles não camponeses, como verificamos a partir do trabalho de campo. Essa ideia é predominante entre moradores da cidade, membros dos órgãos de assistência e/ou elaboradores de estratégias referentes ao aumento da renda da população do campo. A partir de uma visão estereotipada, acreditam que o camponês não consegue aumentar sua renda familiar por meio da produção agrícola porque não quer, porque não faz o *uso correto* dos programas da agricultura familiar e não investe na produção.

Nas análises de Moura (1988), tanto a pobreza quanto a riqueza ideológica da terra foram criadas como representações da relação de dependência entre os camponeses e os fazendeiros. Atualmente, tais representações (preconceituosas e estereotipadas) estão ligadas às políticas de repasse de renda do Governo Federal,

³⁸ O conceito de ideologia utilizado pela autora e aqui reproduzido, diz respeito à existência de uma estereotipação da realidade.

³⁹ Cabe destacar que não se pretende simplesmente taxar como desnecessários os programas de repasse de renda do governo, mas desqualificar essa ideia de pobreza da terra, sendo a ideologia construída para mascarar o verdadeiro problema e com isso amenizar o confronto.

como o Programa Bolsa Família e outras políticas criadas para o “pequeno produtor rural” como, por exemplo, o PRONAF. Nessas representações, no caso analisado por Moura (1988), a culpa da pobreza recai sobre a terra, no outro, em relação às políticas, recai sobre o camponês. Essa fatalidade coloca a pobreza em estreita relação com o modo de vida desses sujeitos.

Moura (1988, p. 5), em seu trabalho de campo, pôde constatar, a partir das interpretações dos camponeses, discordância com a suposta situação de pobreza absoluta, como consta nos planos do governo. Deparamo-nos com situação parecida, pois quando questionados sobre a fome e a miséria, a maioria dos camponeses entrevistados discordaram do rótulo atribuído à região, “Vale da Fome” e/ou “Vale da Miséria”. Para afirmar esse descontentamento com os rótulos (im)postos sobre a região – e até sobre eles mesmos –, os sujeitos realizavam uma interessante diferenciação, a partir de suas concepções, sobre fome, miséria e necessidade. Na maioria das entrevistas, destaca-se a seguinte frase: “Nós aqui não passamos fome, passamos necessidade” (Entrevista com Anderson, jan. 2013).

As narrativas a respeito do passado se configuram como paradoxo quando retratam, por um lado a pobreza vivenciava pela população e por outro a abundância de chuvas e a fartura das plantações. Muitos descrevem o passado como a época das *sacolinhas*, quando famílias passavam de porta em porta com sacolas pedindo comida. Nos chama a atenção o fato de grande parte dos entrevistados afirmar que hoje não há mais famílias passando fome, e sim necessidade, mesmo o termo sendo relativo, pois o que é necessidade para alguns pode não ser para outros. É possível entendermos que *passar necessidade*, para o camponês, está ligado ao fato de, por vezes, precisar comprar algo que não se produz – subtraem-se os alimentos principais de suas dietas, pois esses “sempre tem” –, mas que não é possível devido ao pouco rendimento, seja um produto para satisfazer a vontade tanto alimentar quanto de bens materiais ou até mesmo em relação ao atendimento médico⁴⁰. De acordo com um entrevistado:

Quando você passa fome é que você não tem nada pra comer. Mas hoje as pessoas têm o feijão, o arroz [...] ela pode não ter uma verdura ou a carne, mas ela não tá passando fome. Ela passa

⁴⁰ Essa necessidade não afeta somente os camponeses e deve-se ao fato de o município não possuir hospital público em funcionamento, dificultando o atendimento médico da maioria da população, deslocando-se para algum município vizinho.

necessidade de ter as coisas que deveria ter por direito, mas fome não passa. (Entrevista com Jô, jan. 2013).

Outro entrevistado, ao se referir especificamente às famílias do campo, afirmou não conhecer casos de famílias passando fome. Em suas palavras:

Fome não, necessidade talvez! Porque eles têm em casa alguma coisa que produziu, alguma reserva da produção anterior: feijão, farinha. Alguma coisa. Passa necessidade, fome dificilmente. (Entrevista com Anderson, jan. 2013).

O mesmo entrevistado, em relação a diferença entre passar fome e necessidade, destaca:

Quando você passa fome é que você não tem nada pra comer, a sua dispensa tá vazia, você vai passar fome. Agora, necessidade é quando você se alimenta menos do que queria. Assim, hoje eu tenho feijão em casa [...] eu tô passando necessidade, não fome! (Entrevista com Anderson, jan. 2013).

Em conjunto com as interpretações sobre fome e necessidade, as narrativas descrevem a importância que teria o Governo Lula em relação à melhoria das condições de vida da população municipal. A maioria da população compreende como marco dessa melhoria a eleição de Lula para Presidente da República. Nas narrativas – daqueles que recebem benefícios sociais –, observamos essa realidade após a criação do Programa Bolsa Família e da construção da ponte sobre o rio Jequitinhonha (Figura 3), ligando um lado ao outro do município.

Figura 3 – Travessia do Jequitinhonha em canoas e balsa.



Fonte: José C. S. P. Acervo pessoal (s/d).

Segundo os entrevistados, quando o candidato à presidência visitou o município, atravessou o rio Jequitinhonha à canoa, sendo o principal meio utilizado para atravessar de um lado ao outro do município, além de uma balsa da prefeitura. Muitas histórias são contadas em relação ao acontecimento, dentre elas, a do canoeiro que realizou a travessia, do então candidato à presidente. Ele teria um tumor no peito, onde escorava o remo, desenvolvido pela força de realizar o movimento necessário. Ao ver aquilo, Lula teria se comovido e logo após a travessia prometera a construção da ponte ligando as duas partes do município, promessa que seria cumprida caso ele fosse eleito. Esse fato, ou estória, alojou-se no

imaginário da população municipal como algo positivo, pois após alguns meses de sua eleição, em 2003, a promessa foi cumprida. A ponte pode ser observada na figura 4.

Figura 4 – Ponte que liga as duas partes do município de Itinga/MG



Fonte: José C. S. P. Acervo pessoal (s/d).

Relata-se no meio rural a importância da construção da ponte, pois barateou os preços dos alimentos e outras mercadorias que chegavam aos mercados, vendas e às famílias do outro lado do rio.

Foi naquele mesmo período, com a visita do então candidato à presidência, que o município de Itinga ganhou repercussão no contexto nacional. Em 2003, já Presidente da República, Lula tomou o município como palanque para anunciar o lançamento do Programa Fome Zero, posteriormente, tornado o Programa Bolsa Família.

Pelas entrevistas notamos a grande quantidade de famílias beneficiadas pelo programa, fato posteriormente comprovado pelos dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). De acordo com esses dados, em 2011, das 3.766

famílias residentes no município, 3.156 famílias estavam cadastradas, sendo mais de 95% delas (das inscritas) com renda abaixo de meio salário mínimo⁴¹. O número de famílias cadastradas representava 83,8% da população⁴², contada no mesmo ano, segundo o censo do IBGE. Do total de famílias inscritas, 2.119 foram beneficiadas pelo programa, ou seja, 56,26% das famílias residentes no município no ano de 2010⁴³. Mesmo com o grande número de famílias beneficiadas, ainda ficaram sem o benefício 1.037 famílias aptas e cadastradas para participarem do programa. Cada família beneficiada recebeu, em 2011, repasse médio mensal de R\$ 110, 90.

Em 2013, após dez anos de sua existência, as críticas ao programa permanecem e Itinga virou manchete de jornal⁴⁴. Desde sua implantação, o programa recebe muitas críticas, como manifestações de preconceito. Segundo Rego & Pinzani (2013)⁴⁵:

[...] o Bolsa Família é um bom exemplo da repetição histórica do preconceito e da força dos estereótipos. Nos mais variados ambientes sociais os pobres são acusados de preferir viver do dinheiro da bolsa, em vez de trabalhar; de fazer filhos para ganhar mais dinheiro do Estado; de usar o dinheiro para comprar cachaça etc. Essas acusações estereotipadas provêm, na maioria dos casos, de pessoas que não dispõem de informações sobre o programa [...]. Esse tipo de argumento é muito comum no discurso público geral, no qual não se admite que os pobres possam não ser responsáveis por sua situação. O estigma que lhes é atribuído se baseia na premissa neoliberal de que cada um é responsável pela sua posição socioeconômica [...]. (REGO & PINZANI, 2013, p. 225-226).

⁴¹ As famílias beneficiadas são selecionadas por meio do Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal, constando nesse cadastro alguns dados observados como critério de seleção, a saber: baixa renda familiar, quantidade de filhos, gestantes e componentes da família.

⁴² O MDS considera a média de quatro membros por família.

⁴³ Dados extraídos do site: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/layout/teste/miv_novo.php. Acesso em: 02 out. 2013.

⁴⁴ Em 14 de maio de 2013, o Jornal Estado de São Paulo publicou a reportagem: “‘Berço’ do Fome Zero não muda com programas sociais”, na qual tenta provar que no município de Itinga a realidade da população nada teria mudado após o programa, ou seja, que ele seria ineficaz. É possível observar um contraponto à reportagem no *blog do Banu* que, a partir de dados censitários, comprova a existência da melhoria social após a sua criação. A reportagem do Estadão pode ser acessada no link: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,berco-do-fome-zero-nao-muda-com-programas-sociais,984002,0.htm>. Acesso em: 03 maio 2014. O contraponto no blog pode ser acessado no link: <http://blogdobanu.blogspot.com.br/2013/02/itinga-berco-do-fome-zero-nao-muda-com.html>. Acesso em: 03 maio 2014.

⁴⁵ Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani realizaram recente pesquisa sobre os efeitos do Programa Bolsa Família, transformada no livro “Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania”. As entrevistas realizadas pela autora, além de outras regiões e lugares, tiveram como lócus o Vale do Jequitinhonha e os municípios de Itinga e Araçuaí.

Itinga é apontada como um dos municípios com o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em uma área considerada de “pobreza absoluta”. Os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano, apresentados em série histórica (Tabela 1), apontam para relativa melhoria desses componentes, apesar de ainda demonstrarem a precariedade dos recursos básicos. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), em 2010, o município estava entre os 10% do Estado mineiro com o menor IDH, isso mesmo com seu significativo aumento no período de 2000 a 2010, tendo passado de 0,440 para 0,600, sendo considerado, atualmente, na faixa de desenvolvimento humano médio (que é entre 0,6 a 0,699).

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes (Itinga/MG)

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,083	0,277	0,484
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	7,40	19,14	28,49
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	10,19	46,19	87,89
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	14,88	50,49	84,07
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	7,54	22,79	50,12
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	2,76	13,56	29,98
IDHM Longevidade	0,616	0,698	0,797
Esperança de vida ao nascer (em anos)	61,95	66,88	72,83
IDHM Renda	0,411	0,442	0,559
Renda per capita (em R\$)	103,08	125,35	260,00

Fonte: Pnud, Ipea e Fundação João Pinheiro. **Org.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)⁴⁶.

Atualmente, a proporção de pessoas consideradas entre a linha da indigência e da pobreza abarca 20,5% do total, enquanto outras 19,9% são consideradas abaixo da linha da indigência⁴⁷. Segundo os critérios utilizados pelo Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁴⁸, nos domicílios com renda *per capita* inferior a R\$ 140,00 por mês, a situação dos moradores é considerada como abaixo da linha da pobreza; nos domicílios de renda

⁴⁶ Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/itinga_mg. Acesso em: 14 ago. 2013.

⁴⁷ Relatórios Dinâmicos (Indicadores Municipais) do MDS. Disponível em: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/perfil/BRA003031385/itinga---mg>. Acesso em: 28 mar. 2013.

⁴⁸ Relatórios Dinâmicos (Indicadores Municipais) do MDS. Disponível em: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/perfil/BRA003031385/itinga---mg>. Acesso em: 28 mar. 2013.

per capita inferior a R\$ 70,00 por mês, são considerados como de indigência. Na tabela 2 observamos a série histórica da renda per capita e pobreza em Itinga.

Tabela 2 – Renda, Pobreza – Itinga/MG.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	103,08	125,35	260,00
% de extremamente pobres	52,47	49,05	19,56
% de pobres	81,47	71,34	39,99

Fonte: Pnud, Ipea e Fundação João Pinheiro. **Org.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Diante dos dados e das entrevistas, houve melhoria social e econômica, principalmente após a criação do Programa Fome Zero (agora Bolsa Família). Consideramos outras mudanças ocorridas no município, estritamente ligadas a seu espaço rural. Dessa forma, após as considerações realizadas a respeito do panorama social do município, dedicamos atenção ao seu espaço rural e sua importância no contexto municipal.

2.3 O ESPAÇO RURAL EM ITINGA

Para complementar as considerações que realizamos sobre o município de Itinga, destacamos, além da atividade agrícola como parte do mundo rural, mais ligada a dimensão material do espaço, também a dimensão simbólica não necessariamente ligada, de forma objetiva, ao espaço. Pensamos o rural baseados na perspectiva contrária à sua definição oficial, ou seja, ao invés de considerarmos o rural como aquilo que não é urbano, propomo-nos pensá-lo a partir de suas especificidades, considerando, além da heterogeneidade social nele existente, o rural como uma *categoria de pensamento* “que classifica e organiza o mundo social orientando suas ações” (CARNEIRO, 2008, p. 9).

Pautamo-nos nessa perspectiva analítica e destacamos alguns pontos relevantes trazidos para a reflexão neste subitem (mas que não serão estancados aqui) para nos ajudar a compreender a realidade do espaço rural de Itinga. Tais pontos dizem respeito à relação campo-cidade e às discussões sobre a existência de um esvaziamento rural ou êxodo rural e às mudanças em curso no espaço rural.

Observar na paisagem do município de Itinga – e isso inclui a cidade e os distritos considerados como área urbana –, a prevalência de características de um modo de *ser* e de *fazer* entendidos como *rural*, pertencentes a grupos sociais que vivem no tempo dos *homens lentos*. Mais que alguns *aspectos do rural*, observamos a estreita relação campo-cidade, fortalecida pelo fato de a maioria das famílias morarem na cidade e possuir algum tipo de ligação com o campo, seja por meio do trabalho agrícola ou por meio de familiares moradores das comunidades rurais. Tais características afastam a ideia da existência do processo de urbanização do campo. Essas considerações podem ser aplicadas para a maior parte do Vale do Jequitinhonha, onde se encontram vários municípios nos quais mais da metade da população é considerada rural, segundo os critérios do próprio IBGE.

Em Itinga, no ano de 1991, do total da população residente no município, contada em 14.013 pessoas, 9.601 residiam na área rural e, apenas 4.412, na área urbana. Uma década depois, o número da população rural teve uma queda de quase 10%. Já entre 2000 e 2010, a queda foi de pouco mais de 4%, como podemos observar na tabela 3, abaixo:

Tabela 3 – População Total, por Gênero e Rural/Urbana – Itinga/MG

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	14.013	100,00	13.894	100,00	14.407	100,00
Homens	7.088	50,58	7.080	50,96	7.352	51,03
Mulheres	6.925	49,42	6.814	49,04	7.055	48,97
Urbana	4.412	31,49	5.738	41,30	6.554	45,49
Rural	9.601	68,51	8.156	58,70	7.853	54,51

Fonte: Pnud, Ipea e Fundação João Pinheiro. **Org.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Os dados demonstram, mesmo diante da diminuição da população rural, certa retração na saída dessa população, entre 2000 e 2010. Ressaltamos, para complementar os dados e atribuir-lhes mais sentido, que grande parte dessa população é composta por camponeses. Nesse sentido, verificamos o forte predomínio de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar, como podemos observar na Tabela 4.

Tabela 4 –⁴⁹ Número e área dos estabelecimentos agropecuários em Itinga/MG

Estabelecimentos agropecuários				
Município	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Total	1.392	100,00	81.114	100,00
Agricultura familiar	1.214	87,21	37.520	46,26
Não familiar	178	12,79	43.594	53,74

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Em Itinga os pequenos estabelecimentos agropecuários são predominantemente de agricultura camponesa, como se pode observar na Tabela 4, ocupando a maior parte dos estabelecimentos agropecuários, apesar de ocupar área menor em relação à não-familiar. A agricultura camponesa, além de se destacar na predominância de estabelecimentos, também se destaca por sua importância econômica e social.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do município, em 2009, era composto da seguinte forma: setor de serviços contribuía com 70,4%; a indústria, com 13,6%; a agricultura, com 13,4%; e os impostos, por 2,5% (IBGE, 2010). A maioria dos empregos formais por setor de atividade concentra-se na administração pública. Em 2010, a administração pública possuía 328 postos de trabalho formais, seguida pela atividade extrativa mineral, com 141 postos; o comércio, com 56 postos; serviços, com 48 postos; e a agropecuária com 37 postos, totalizando 610 postos de trabalho no mercado formal. A maioria dos empregos gerados no comércio e na agropecuária é informal, o que explica, em certa medida, o reduzido número dos postos de trabalho formais. Outro fator importante de se destacar, e mais relevante, é a maioria da população do campo (54,51% do total) composta por camponeses em regime familiar e sem força de trabalho contratada, sendo considerados pelos dados censitários como *pessoas ocupadas*, e não postos de trabalho.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 46,34%

⁴⁹ Usamos a tabela 4 apenas para demonstrar a predominância da agricultura familiar. A investigação acerca da estrutura fundiária será realizada no capítulo 3, juntamente com a análise da formação do campesinato e das comunidades rurais do município.

trabalhavam no setor agropecuário; seguido de 26,23%, no setor de serviços; 10,65%, no comércio; 4,04%, na indústria de transformação; 3,95%, na indústria extrativa; 3,49%, no setor de construção; e 0,33%, nos setores de utilidade pública⁵⁰. Assim, mais que a importância do setor agropecuário (principalmente agrícola) no município, destacamos o protagonismo das pequenas propriedades camponesas. Segundo o IBGE, em 2006, o pessoal ocupado na agricultura familiar era de 3.488 pessoas e na agricultura não familiar (patronal), apenas 365 pessoas. O campesinato aparece como o principal sujeito do protagonismo econômico e social de Itinga; a importância da agricultura camponesa extrapola a unidade familiar, contribuindo até mesmo com reprodução social das famílias moradoras na cidade, pois, como já destacamos e salientaremos a seguir, pois mantêm relações diretas ou indiretas com as atividades agrícolas.

Notamos no município as constantes idas e vindas da população entre o campo e a cidade, um movimento periódico. Os principais planejamentos municipais estão ligados ao campo e às famílias nele residentes e a geração de emprego entre os moradores da cidade muitas vezes se dá por necessidades do campo. Assim, têm-se muitos técnicos agrícolas e, nesse caso, a maioria são pessoas que moravam no campo e mudaram-se para a cidade ou permanecem morando no campo, nas comunidades mais próximas da cidade⁵¹. Ressaltamos o importante papel da Escola Família Agrícola, oferecendo o curso de técnico agropecuário em nível médio. Essa dinâmica, campo-cidade, também se dá em relação aos estabelecimentos, lojas de produtos agrícolas ou de artefatos, revendedores de objetos e ferramentas considerados típicos do espaço rural.

Outra relação fortemente estabelecida é a feira agrícola do município, realizada no mercado municipal. O primeiro mercado, por não abrigar todos os camponeses participantes da feira, deixou de ser o local dessa atividade após a construção do mercado maior, comportando grande quantidade de barraquinhas. Podemos observa-los na figura 5.

⁵⁰ <http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/itinga_mg>. Acesso em: 05 maio 2014.

⁵¹ Esse fato deve-se a necessidade de comparecer periodicamente à prefeitura, sendo assim ficaria inviável permanecer nas comunidades rurais, e muitas são afastadas da sede do município.

Figura 5 – Mercado municipal de Itinga: acima o antigo e abaixo o novo.



Fonte: José C. S. P. Acervo pessoal (s/d) & Trabalho de campo (BERSANI, 2014).

Os dias mais movimentados na cidade são os *de feira*, correspondentes à venda da produção agrícola realizada pelas famílias das comunidades rurais, do consumo desses produtos pelos citadinos e das compras realizadas pelas famílias camponesas nos estabelecimentos comerciais da cidade.

Além dessa dimensão concreta, como destacamos anteriormente, o rural também possui sua dimensão simbólica, não se limitando ao espaço rural. Na concepção da relação campo-cidade, além das atividades agrícolas e toda relação econômica nela envolvida, temos as manifestações culturais e religiosas. A figura 6 retrata algumas dessas manifestações.

Figura 6 – Caminho do Senhor da Boa Vida e Festa da escrava Feliciano.



Fonte: José C. S. P. Acervo pessoal (s/d).

Algumas dessas manifestações, como, por exemplo, o Caminho do Senhor, que conta a história de um fazendeiro cuja filha teria uma doença sem cura. O fazendeiro teria prometido ao Senhor da Boa Vida abrir um caminho em suas terras, que seria limpo por ele todos os anos, e assim, após sua filha ser curada, o pai teria realizado a limpeza desse caminho até o momento de sua morte. O caminho foi abençoado por dois padres e teriam aproveitado, por algum motivo, abençoando outro caminho, passando a ser o caminho onde todos os anos várias famílias realizam suas limpezas, fazendo pedidos e outras promessas⁵². A *Festa da escrava Feliciano* surgiu da história de uma mulher que teria sido queimada viva em uma das comunidades (Pasmado Empedrado), hoje parte do município de Itinga. Após sua

⁵² A data específica para realizar a limpeza do caminho é o dia 07 de dezembro, um dia antes do dia da Imaculada Conceição. Dessa forma, em um dia limpa-se o caminho e em outro é realizada a procissão da Virgem Imaculada. Segundo Pinto (2008, p. 161), várias famílias das comunidades rurais participam dessa manifestação religiosa, aproveitando para pedir chuvas e boas colheitas.

morte, devido a alguns acontecimentos, Feliciano foi concebida pela população local como Santa⁵³.

Também existem outras celebrações religiosas, lendas e contos que se tornaram tradicionais no município. Pinto (2008), relata os exemplos da Festa de Nossa Senhora D' ajuda e da Festa do Bom Jesus, das lendas do Vaqueiro Mateus, da Traíra do Acari, dos Peixes que Viraram Cobra, da Mãe D' água, do Romãozinho e da Mulher da Trougha. Todas essas festas e histórias comemoradas, contadas e/ou encenadas em Itinga, têm íntima ligação com o campo e a vida nas fazendas, senzalas e comunidades, ligadas a cultura rural. Compõem parte da memória e são (re)lembradas por meio das festividades (manifestações culturais e religiosas), expressões do mundo rural enquanto dimensão simbólica/cultural. A partir das práticas sociais, notamos o entrecruzamento de “diferentes” modelos culturais (urbano e rural), geralmente manifestações religiosas e culturais na cidade estão ligadas ao campo. Assim, esses espaços se interagem na construção de identidades territoriais. Nessa perspectiva, as ideias de Carneiro (2008) são elucidativas. De acordo com a autora:

É no momento em que as distâncias culturais e sociais entre o meio urbano e o meio rural se encontram mais diluídas, fruto da própria intensificação da mobilidade física e cultural dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, que se abre espaço para a reivindicação pela diferença, o que se consubstancia na emergência de identidades sociais múltiplas a partir de novas relações de alteridade que se estabelecem nesse novo contexto. O rural [...] não se estaria diluindo junto com a aproximação simbólica e espacial da cidade. (CARNEIRO, 2008, p. 26).

Concordamos com a interpretação da autora, pois o rural não está se diluindo pela aproximação do urbano. O campo ainda mantém suas especificidades, tanto em relação às práticas quanto às representações. Em Itinga, pelo fato de ocorrer pequena diminuição da população residente no campo, verificada a partir dos dados oficiais utilizados pelo governo, torna-se temeroso a interpretação de que o município estaria caminhando em direção ao processo de “esvaziamento rural”. Tal

⁵³ Segundo Pinto (2008, p. 185-186), o senhor de escravo, fazendeiro a quem pertencia a senzala onde nascera Feliciano, apaixonou-se pela escrava e, por ciúmes, sua esposa teria mandado chicoteá-la e queimá-la viva em um forno. Enfim, Feliciano teria sido reconhecida como santa pela população local pelo fato de que nas folhas de uma árvore plantada em seu túmulo apareciam algumas “inscrições”. Essas folhas eram então arrancadas e delas se preparavam chás que curariam qualquer enfermidade. Com isso, começara-se a pedir bênçãos em nome da escrava, sendo confirmado por alguns a realização dos pedidos.

concepção tem no processo de modernização da agricultura o seu principal sustentáculo para afirmar, distorcidamente, a homogeneização das relações sociais e da expansão do urbano – associada à modernização via industrialização – sobre o campo, como aspecto do moderno.

Entretanto, a visão entendedora da realidade de forma mais complexa, possibilita compreendermos que o município de Itinga (até mesmo o Vale do Jequitinhonha) não caminha para, ou passa por um, processo de esvaziamento rural, seja ele associado ao social, político, econômico ou cultural. De acordo com Wanderley (2004):

No Brasil, as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – urbanização, industrialização, modernização da agricultura – não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade, que provocasse o fim das particularidades dos espaços rurais e da população que neles vive. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local, etc. (WANDERLEY, 2004, p. 82).

Difícilmente seria possível comprovarmos essa hipótese agora e em poucas linhas. Dessa forma, as pistas estão sendo espalhadas ao decorrer da dissertação. Enfim, nossa contraposição à ideia do esvaziamento do campo ou fim do rural não se manifesta tão somente pelo fato da ocorrência de certa retração das migrações definitivas e temporárias ou pela possibilidade de haver maior permanência ou até mesmo aumento da população rural. A busca por comprovar a importância econômica, social, política e cultural da agricultura camponesa tem bases na interpretação desenvolvida no decorrer do trabalho, em relação à realidade investigada. Afirmamos que o processo em movimento no campo está mais vinculado às mudanças nas dinâmicas envolvendo seus diferentes atores sociais. O conjunto de mudanças pelas quais tem passado o campo brasileiro estaria ligado à

[...] constituição de novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade. (CARNEIRO, 2008, p. 12).

A existência de novas formas de sociabilidade e de relações sociais no campo brasileiro, segundo Carneiro (2008), está relacionada, especificamente no caso de

nossa investigação, aos desdobramentos de algumas políticas públicas sociais, como o Programa Bolsa Família e algumas políticas públicas agrícolas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tais desdobramentos são tanto socioespaciais quanto relativos às identidades territoriais, ambos resultantes da disputa por interesses e representações.

Em relação ao espaço rural e seus sujeitos, direcionando a análise principalmente ao campesinato, temos de um lado pesquisadores que colocam como imprescindível a busca pelo aumento da renda (principalmente por meio do trabalho assalariado) e o desenvolvimento das comunidades rurais pobres, principalmente com ênfase na dimensão econômica, pois não existiria a lógica contraditória entre campesinato (travestido de agricultor familiar) e o próprio desenvolvimento do capitalismo no campo, sendo que a modernização do campo teria sido um fator de sua homogeneização, até mesmo social. Por outro, compreende-se que há no campo a heterogeneidade de sujeitos e relações socioeconômicas e político-sociais, sendo o campesinato forma singular de representações e práticas socioculturais.

Diante do que foi escrito até aqui, surgiram-nos as seguintes interrogações: a) quais os fatores de permanência dessa população no campo? b) é possível se referir à existência de uma área de “emigração”? c) Se a pobreza está – conforme as representações estereotipadas – estritamente ligada ao campo e à forma “arcaica” de organização do trabalho, quais seriam os motivos que permitem a maioria da população permanecer no campo?

Na busca pela compreensão dessas questões, faz-se necessário, primeiramente, compreender como ocorreu o processo de formação das comunidades rurais e do campesinato de Itinga, suas características e as dinâmicas que lhes envolvem.

2.4 COMUNIDADES RURAIS E CAMPESINATO EM ITINGA

Para compreendermos como ocorreu a formação do campesinato e das comunidades rurais de Itinga, retomamos o processo de ocupação da área, agora pautados na formação de sua estrutura fundiária. Preocupamo-nos com o conjunto

dos processos em detrimento de sua cronologia, pela insuficiência de referências para essa empreitada.

Dentre os desdobramentos do processo de modernização da agricultura no Vale do Jequitinhonha, percorridos no primeiro capítulo, ressaltamos dois aspectos importantes: a) expansão das grandes fazendas e expulsão do agregado; b) expansão da monocultura do eucalipto sobre o espaço das chapadas e expropriação dos camponeses do interior de suas grotas⁵⁴.

Em Itinga a expansão das grandes propriedades pecuárias (fazendas) aparece como o principal processo expropriatório do campesinato. Esse campesinato era formado por brancos pobres, descendentes de índios e de escravos; parte dele era de agregados das fazendas e, outra parte, era de posseiros ocupantes de grande quantidade de terras nas grotas, inclusive aquelas consideradas devolutas pelo Estado⁵⁵. Reconhecemos dois processos ocorridos na relação entre fazendeiro e campesinato, sendo um de expulsão dos agregados e outro de invasão das terras habitadas por posseiros.

Em relação ao processo de expulsão dos agregados das fazendas, notamos a formação de vilas, provavelmente originadas, a partir dessa expulsão. Referindo-se às grandes fazendas existentes em uma das comunidades do município, um entrevistado relata:

Tinha grandes fazendas com grande quantidade de pessoas morando como agregados. Tem uma fazenda que é de meu bisavô, uma fazenda enorme. Hoje os herdeiros dividiram uma parte, mas ainda tem 50 alqueirão de terra. Dentro dessa propriedade tinha de 12 a 15 famílias como agregados, hoje está lá a propriedade sozinha, enorme e não tem morador. Os agregados, alguns mudaram para Itinga [se refere ao distrito sede do município], a maioria mora aqui no povoado. (Entrevista com professor da EFA, jan. 2013).

As análises de Moura (1988) frisam essas expulsões por meio de práticas calcadas no contrato e no favor, fato tornando-as atos legais e até mesmo disfarçados de moralidade. As expulsões aparecem como “escolhas” tomadas pelos próprios agregados (transformados em moradores de favor), de “saírem” das

⁵⁴ Sempre lembrando que esse processo não foi completo.

⁵⁵ Referindo-se à formação do campesinato no Vale do Jequitinhonha, após a decadência da mineração, Moura (1988) destaca: “Uma parcela da população empobrecida retornou gradualmente à vida camponesa nas fazendas [...]. Os pobres livres se espriam em posses no íngreme território das grotas limitantes ou não com as chapadas ou pedem *morada* no interior das fazendas. Gestaram-se assim, no cenário de decadência da mineração, o *situante*, livre, e o *agregado*, dependente” (MOURA, 1988, p. 17).

fazendas. Esses agregados formaram pequenos povoados e mesmo depois de serem expulsos, permaneceram trabalhando nas mesmas fazendas, dessa forma não havia mais o risco para os patrões indenizá-los e com isso perderem parte de suas terras ou pagarem determinados valores, nem a possibilidade de perda de certo controle social, poder político e força de trabalho desses camponeses.

Sobre a expansão das fazendas, destacamos a sua fácil identificação. A paisagem revela as áreas de seu predomínio, diferenciando-as das áreas onde se encontram as comunidades rurais, assim onde há grandes fazendas não existem chapadas (Figura 7). São compostas por pastagens e algumas cabeças de gado, revelando o processo de expansão sobre as chapadas, terras devolutas concedidas pelo Estado aos fazendeiros, para, posteriormente, convertê-las (após desmata-las) em áreas de pecuária.

Figura 7 – Fazenda onde a chapada foi convertida em pasto para pecuária.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).

Os conflitos por terra são evidentes entre fazendeiros e camponeses, devido às invasões das propriedades (grotas) dos segundos pelos primeiros. A apropriação

das *chapadas* (terras devolutas) pelos fazendeiros foi (e ainda é) a condição necessária para expulsar o campesinato das grotas ou pressioná-los, por meio de ameaças, para que as terras sejam vendidas a preço irrisório.

A partir desses processos (expulsões dos agregados e invasões de posses), houve a conformação de um campesinato marginal. Muitos camponeses se tornaram força de trabalho para as mesmas fazendas de onde foram expulsos. Alguns deles conseguiram adquirir algum pedaço de terra e se libertaram parcialmente da dependência das fazendas⁵⁶.

Por meio de algumas entrevistas, notamos a permanência de alguns posseiros em suas grotas, mesmo perdendo as chapadas, terras de uso comum⁵⁷.

Em Itinga, além do discorrido, notamos o intenso desmembramento de fazendas e posses por meio do processo de herança. Algumas fazendas fragmentaram-se pela venda à famílias que chegavam de outras áreas a procura de terra para estabelecimento de moradia, assim como, também, pela partilha entre herdeiros.

Esses fatores encadearam certa fragmentação da estrutura fundiária. Abaixo apresentamos a tabela 5, com o número e a área dos estabelecimentos agropecuários no município.

⁵⁶ Aqui podemos utilizar a análise de Moura (1988). Segundo a autora, o campesinato, em relação à fazenda, se encontrava na seguinte situação: "Os que tiveram suas posses, que posteriormente puderam transformar em propriedades parcelares, nem sempre se tornaram independentes em relação à fazenda, ficando sujeitos a seu assédio quando efetuava grandes obras, como esgotamento de vargens, colocação de cerca em extensas áreas, proteção militar privada, voto para o coronel mais poderoso. Submergiam estes nos movimentos constantes de anexação de terra fortes pelos fazendeiros, ao mesmo tempo em que os que tinham terras ficavam na dependência de plantar no interior da fazenda. Os que entravam *de favor* na fazenda eram, potencialmente, seus novos agregados (MOURA, 1988, p. 17).

⁵⁷ Lembramos que há casos que são exceções, qual o campesinato ainda desfruta da apropriação das chapadas, como o é o da Comunidade Gangorra, analisada mais a frente.

Tabela 5 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários em Itinga/MG – 2006.

Área dos estabelecimentos	Número de estabelecimentos (Unidades)	Área dos estabelecimentos (Hectares)	Área dos estabelecimentos (Percentual)
Total	1.392*	81.114	100,00
0 a 5 ha	306	632	0,78
5 a 10 ha	136	918	1,13
10 a 50 ha	409	10.344	12,75
50 a 100 ha	197	13.603	16,77
100 a 200 ha	106	13.665	16,85
200 a 500 ha	69	21.318	26,28
500 a 1000 ha	19	12.464	15,37
1000 a 2500 ha	6	8.170	10,07

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006. * Há uma diferença entre o total de estabelecimentos e a soma dos estabelecimentos por área que não é justificada pelo IBGE.

No ano de 2006 o número de estabelecimentos com até 200 hectares era de 1.154 e 94 estabelecimentos com mais de 200 hectares. Comparando esses números com o número de estabelecimentos considerados de agricultura familiar e não familiar, e, também, a partir da conformação da pequena propriedade e a realidade empírica de Itinga, afirmamos que, entre os estabelecimentos considerados pequenos⁵⁸, há o predomínio da agricultura familiar, pois o número de estabelecimentos com essa modalidade condiz, aproximadamente, com o número de estabelecimentos abaixo de 200 hectares.

No município, em 2006, havia 1.392 estabelecimentos agropecuários, dos quais 92,1% faziam parte da agricultura familiar, com 54,5% da área total dos estabelecimentos. Do total de estabelecimentos, 7,9% são considerados como agricultura patronal e ocupam 45,5% da área total (IBGE, Censo Agropecuário 2006).

Há certa especificidade em relação à estrutura fundiária de Itinga, que possui média elevada de estabelecimentos com “agricultura familiar”, fato que revela, de certa forma, menor concentração em relação as outras áreas do país. Observamos na tabela 6 a comparação, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006.

⁵⁸ Consideramos como estabelecimentos pequenos até 200 hectares.

Tabela 6 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários

Brasil, Grande Região, Unidade da Federação, mesorregião, microrregião e Município	Agricultura familiar e não familiar	Variável			
		Número de estabelecimen tos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimen tos agropecuários (%)	Área dos estabelecimen tos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimen tos agropecuários (%)
Brasil	Total	5.175.636	100,00	333.680.037	100,00
	Agricultura não familiar	809.369	15,64	253.577.343	75,99
	Agricultura familiar	4.366.267	84,36	80.102.694	24,01
Sudeste	Total	922.097	100,00	54.937.773	100,00
	Agricultura não familiar	222.342	24,11	42.166.474	76,75
	Agricultura familiar	699.755	75,89	12.771.299	23,25
Minas Gerais	Total	551.621	100,00	33.083.509	100,00
	Agricultura não familiar	114.301	20,72	24.247.887	73,29
	Agricultura familiar	437.320	79,28	8.835.622	26,71
Jequitin honha – MG*	Total	48.953	100,00	2.537.285	100,00
	Agricultura não familiar	7.347	15,01	1.726.999	68,06
	Agricultura familiar	41.606	84,99	810.286	31,94
Araçuaí- MG	Total	14.052	100,00	494.555	100,00
	Agricultura não familiar	1.640	11,67	235.008	47,52
	Agricultura familiar	12.412	88,33	259.547	52,48
Itinga - MG	Total	1.392	100,00	81.114	100,00
	Agricultura não familiar	178	12,79	43.594	53,74
	Agricultura familiar	1.214	87,21	37.520	46,26

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.*O que consideramos como Vale de Jequitinhonha diz respeito ao que o IBGE classifica como mesorregião do Jequitinhonha.

Chama-nos a atenção em Itinga, além do elevado número de estabelecimentos de “agricultura familiar”, só não é maior que o de sua microrregião (Araçuaí), é a área ocupada por esses estabelecimentos, um caso diferenciado. O número e a área desses estabelecimentos diferenciam-se a partir do Vale do Jequitinhonha⁵⁹, e a Microrregião de Araçuaí é um caso emblemático, pois o número e a área dos estabelecimentos de agricultura familiar superam os da agricultura não familiar.

⁵⁹ Mesorregião do Jequitinhonha, segundo o IBGE.

Um aspecto desse processo é a formação de diversas comunidades rurais nas áreas onde a propriedade da terra foi fragmentada. Segundo os técnicos agrícolas do município, além de informações coletadas nos sindicatos e na prefeitura, como já destacamos em outro momento, em Itinga há cerca de 55 comunidades rurais⁶⁰, sendo a maioria de seus nomes ligados às respectivas fazendas das quais se formaram ou aos córregos existentes.

Todas as comunidades de que tomamos ciência e visitamos, se formaram, principalmente, a partir de dois processos. Um diz respeito a grandes e médias propriedades desmembradas por motivo de herança, juntamente com a venda de algumas parcelas de terra para outras famílias, tanto do lugar como de fora. Assim, os desmembramentos dessas propriedades deram origem a algumas comunidades e muitas levam o nome da antiga propriedade originária. O outro, mais comum, deu-se por meio da divisão, também por herança, da terra de famílias posseiras, neste caso, ocorre a divisão dos direitos de posse. Nessas comunidades, os camponeses enfrentaram grandes dificuldades em relação aos documentos da terra, além de diversos conflitos com fazendeiros tentando tomar a terra, sob a alegação de possuírem documentos de propriedade, estendendo os conflitos nos dias atuais.

Tais processos fizeram com que a propriedade da terra fosse se fragmentando nessas áreas, constituindo-se em lugares onde predominam as pequenas posses e propriedades, expressões da base material e da dimensão simbólica do território camponês, em constante processo de (trans)formação.

Quando escrevemos sobre as comunidades rurais, referimo-nos aos aglomerados de casas e famílias no campo, situados fora da sede municipal, em locais considerados como áreas rurais. Mas isso não seria o suficiente para denominar uma comunidade rural. Outra visão possível se dá por meio de um olhar investigador em relação à organização e sociabilidade no interior das comunidades, assim como as próprias representações dos sujeitos a seu respeito. Nessa perspectiva, aparece algo mais, notamos relações sociais que ultrapassam a dimensão material do espaço e atingem a subjetividade. Assim, essa é a outra razão

⁶⁰ Observamos, a partir do trabalho de campo, que comunidade rural é a forma como os próprios camponeses, técnicos agrícolas e secretários municipais denominam os agrupamentos de estabelecimentos familiares fora da sede municipal (urbana), uma das razões pela qual também manteremos esta denominação neste trabalho.

que nos fará trabalhar com o conceito de comunidade rural, a sociabilidade camponesa.

O objetivo imediato é trazer nossa interpretação sobre comunidades rurais, relacionando-as ao modo de vida camponês para, posteriormente, compreendermos qual a importância da organização social no interior das comunidades, na constituição do território desses sujeitos enquanto espaço material/funcional e simbólico/cultural.

A dimensão material ("funcional") do território, de acordo com Haesbaert (2005), relaciona-se à apropriação do território enquanto abrigo e base de "recursos", com fortes referentes simbólicos. O território é entendido a partir de uma *multifuncionalidade*, sendo espaço de trabalho e espaço de morada, ambos complementares a reprodução camponesa, designando um *valor de uso*, diferentemente da forma *unifuncional*, na qual prevalece o *valor de troca*. Nessa dimensão material, a qual nos referimos, o território é entendido enquanto "espaço-tempo do vivido", sendo, nesse sentido, segundo Haesbaert (2005): "sempre múltiplo, 'diverso e complexo', ao contrário do território 'unifuncional' proposto pela lógica capitalista hegemônica" (HAESBAERT, 2005, p. 6775).

Em relação ao território, enquanto espaço simbólico/cultural, temos como referência o pertencimento ao lugar e a existência da identidade territorial⁶¹, como importantes dimensões para a constituição de uma comunidade. É isso que podemos observar nas frases: "Sou da Gangorra"; "Minha família é todinha do Jacaré"; "Nasci e criei meus filhos na comunidade". Quando nos referimos à identidade territorial, destacamos a dimensão simbólica/cultural do espaço. Segundo Haesbaert (1997):

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de "controle simbólico" sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação) [...]. (apud, HAESBAERT, 2012, p. 94).

Para os camponeses, a dimensão simbólica do espaço constrói a comunidade assim como, também, é construída por ela, sendo a própria comunidade a base

⁶¹ Quando nos referimos a identidade dos camponeses nesta pesquisa, ela deve ser interpretada pelo seu viés territorial (identidades territoriais), sendo elemento constituinte da estratégia de reprodução social (HAESBAERT 2012, p. 89).

material da identidade camponesa, esta que, no entanto, não se limita ao espaço e convívio na comunidade.

Além da vida em comunidade, há imbricações de representações espaciais construindo a identidade desses sujeitos, como, por exemplo, as migrações, que interpretamos como representações construídas pelo movimento e, ainda, a existência de uma representação regional que diz respeito ao Vale do Jequitinhonha (identidade regional). Com isso, observamos que a construção da identidade territorial se realiza por meio de diferentes experiências e representações espaciais.

Ao analisarmos as comunidades rurais e o campesinato, a partir dessa perspectiva, é nossa intenção situarmos o grupo estudado no contexto geográfico e como portadores de racionalidade específica; homens e mulheres constroem seu território e, ao mesmo tempo, são construídos enquanto sujeitos.

A comunidade é entendida como um espaço simbólico e material expressando um modo de vida, o camponês, constituído por suas práticas de produção, sociabilidade e reciprocidade, conduzidas pela ética camponesa (WOORTMANN, 1990).

Dessa forma, as comunidades rurais visitadas, em nosso entendimento, são expressões da apropriação do espaço, sendo poder exercido mais na dimensão simbólica, sem, no entanto, descartar o relativo domínio (poder concreto/material) do espaço pelo campesinato, possibilitando ao grupo exercer certo controle sobre ele a fim de garantir sua reprodução social.

Não nos deteremos à análise sobre a heterogeneidade do campesinato de Itinga a partir das especificidades (construtoras de identidades territoriais) de cada comunidade e de seu(s) grupo(s) familiar(es). Cada comunidade possui suas especificidades, no entanto, concebemos seus diferentes grupos e seu modo de vida em comum, regidos por uma ordem moral (WOORTMANN, 1990), cujo cerne encontramos nos elementos da produção camponesa. Baseados nas análises de Oliveira (1996),⁶² são eles: a) a força de trabalho familiar, complementada pelo trabalho assalariado, ajuda mútua e parceria; b) o trabalho acessório, no qual o camponês se assalaria temporariamente para obter renda monetária que complemente a sua (re)produção; c) a socialização do camponês, no qual, a grosso modo, dizemos que as crianças aprendem e são inseridas na organização do

⁶² Por sua vez, as análises de Oliveira (1996) pautam-se nas realizadas por Tavares dos Santos (1978) em seu livro "Colonos do vinho".

trabalho familiar; d) a propriedade da terra, onde se realiza o trabalho familiar e não a exploração do trabalho alheio (terra de trabalho)⁶³; e) a propriedade dos meios de produção, comprados e produzidos artesanalmente pelos próprios camponeses; f) a jornada de trabalho, alternando momentos seguidos de trabalho intenso com momentos ociosos (OLIVEIRA, 1996, p. 55-65).

Para nós, o campesinato de Itinga corresponde a todas as famílias das comunidades rurais, dos pequenos sítios que utilizam do trabalho familiar, além de outros elementos da produção camponesa, sendo possível a existência da combinação de todos eles. Além disso, a sua organização apoia-se no tripé: terra, trabalho e família.

Esse campesinato, formado a partir da expulsão do interior das fazendas, da ocupação das grotas e dos desmembramentos das posses por meio do processo de herança, permanece na terra a partir das estratégias criadas e recriadas, de acordo com as especificidades da comunidade, de cada grupo familiar e da relação estabelecida com a natureza. Investigamos quais são as estratégias territoriais de (re)produção das famílias camponesas da comunidade Gangorra, como esse campesinato continua reproduzindo-se, e se algumas políticas públicas corroboram para sua reprodução, em que medida e quais são elas.

⁶³ Oliveira (1996, p. 61-62) frisa que no Brasil a realidade vivenciada pelo campesinato é a da expropriação da terra, sendo notável uma diferenciação interna referente à propriedade da terra. Nessa perspectiva, temos camponeses-proprietários, camponeses-parceiros, camponeses-rendeiros e camponeses-posseiros.

3. ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA

Com o processo de modernização da agricultura, que atingiu o Vale do Jequitinhonha na década de 1960, muitas famílias camponesas foram expulsas da terra por meios simbólicos e jurídicos⁶⁴. Somam-se a isso a supressão das condições de trabalho e reprodução, tanto nas fazendas, onde em geral trabalhavam como agregados, quanto com a perda das chapadas – até então usadas em comum – para o monocultivo do eucalipto e criação de gado. Como vimos, no caso de Itinga, a expansão da grande propriedade (grandes fazendas) foi o principal processo de expropriação do campesinato, não dando-se de forma completa.

Apesar das adversidades, o campesinato de Itinga teima em continuar se reproduzindo socialmente, sendo a grande quantidade de comunidades rurais e de população no campo, prova dessa permanência, e, conforme demonstramos anteriormente, estabilizando-se nos últimos anos. Essa permanência torna-se possível a partir de diversas estratégias produzidas e reproduzidas no tempo e no espaço, materializadas nos sítios e comunidades e, inclusive, ultrapassam esses limites, por meio das migrações.

Destacamos, mais adiante, quais as estratégias detectadas entre as famílias camponesas da comunidade Gangorra, como também as adotadas em outras comunidades, para entendermos como, a depender das especificidades de cada uma, o campesinato possui forte poder de recriação. Demonstramos a singularidade da comunidade Gangorra, onde analisamos as estratégias de forma mais aprofundada.

As estratégias de reprodução camponesa são, neste trabalho, identificadas como *estratégias territoriais*, manifestando-se no processo de *territorialização do campesinato*. Entendemos por territorialização “[...] as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico” (HAESBAERT, 2012, p. 339).

⁶⁴ Conforme expressamos anteriormente (Capítulo 1), baseados nas pesquisas realizadas por Silva (1999) e Moura (1988).

Dessa forma, o território adquire fundamental importância em nossa análise, explicitamos a compreensão sobre a perspectiva na qual nos fundamentamos, de acordo com Haesbaert (2012):

a) integradora, pois nos permite levar em conta as múltiplas dimensões do espaço social, são elas: política, econômica, cultural e natural. Ao considerarmos as múltiplas dimensões do espaço de forma indissociável, também contemplamos a dimensão simbólica e a dimensão material do território;

b) relacional, a qual compreende o território construído a partir de um conjunto de relações histórico-sociais, enquanto relações de poder. Consideramos o território como movimento, sempre inserido em uma determinada dinâmica espaço-temporal.

Haesbaert (2012), além de entender o território a partir dessas perspectivas, também considera que há diferentes “modalidades territoriais”, que são os territórios-zonas e os territórios-redes. Segundo autor:

[...] os territórios-zonas, mais tradicionais, forjados no domínio da lógica zonal, com áreas e limites (“fronteiras”) relativamente bem demarcados e com grupos mais “enraizados”, onde a organização em rede adquire um papel secundário; os territórios-rede, configurados sobretudo na topologia ou lógica das redes, ou seja, são espacialmente descontínuos, dinâmicos (com diversos graus de mobilidade) e mais suscetíveis a sobreposições [...] (HAESBAERT, 2012, p. 306).

Entendemos o território-zona do campesinato de Itinga correspondente aos bairros rurais, aos pequenos sítios afastados, às vilas onde se encontra camponeses sem terra (expropriados) e, na sua maior porção, às comunidades rurais. A partir desses espaços, os camponeses garantem o “território mínimo” para sua reprodução, tornando-se possível diante do conjunto de relações e práticas adotadas no interior dos territórios-zonas.

Em relação aos territórios-redes, entendemo-los como necessários para a manutenção do território-zona e parte constituinte do processo de territorialização camponesa; dizem respeito à mobilidade espacial do campesinato, ou seja, às migrações. Os territórios-redes interligam diferentes territórios, constroem as conexões entre o lugar de origem e o lugar de destino.

Consideramos as estratégias de reprodução social desse campesinato como territoriais e não restritas ao seu território-zona, à escala local. Ligam-se, também, à constituição de territórios-redes, pois as migrações configuram-se como uma das

estratégias de sua reprodução⁶⁵. O campesinato elabora formas de resistência calcadas no território, consideramo-las multidimensionais (econômicas, políticas e culturais); relacionais, pois envolvem relações de poder sempre histórico-sociais e, ainda, espaço-temporais. Tais resistências, assim como o território, também são materiais e simbólicas.

Para Fabrini (2007), a resistência camponesa ocorre para além dos movimentos sociais, entende-as a partir do território. Segundo o autor:

Destaca-se no processo de construção da resistência a partir de forças locais, um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeiro, etc. Estas ações, sustentadas numa base territorial camponesa, se manifestam na produção de autoconsumo e resistência, controle de segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias, coletivas e de vizinhança [...]. (FABRINI, 2007, p. 24).

Fabrini (2007) realiza a análise das resistências camponesas assimilando o território camponês à escala local. Compartilhamos da mesma ideia, entretanto, de acordo com o contexto em que se inserem nossas análises (envolvendo as migrações) e os sujeitos nelas envolvidos, buscamos um conceito mais amplo de território (camponês) que, para além da escala local, é construído a partir dos, anteriormente referenciados, território-zona e territórios-redes. Entendemos que, nesse caso, o processo de territorialização⁶⁶ camponesa se realiza a partir de outros espaços, além dos sítios, comunidades rurais, assentamentos, etc.

Para expressarmos nossa compreensão a respeito das estratégias territoriais, trabalhá-la-emos separadamente, iniciando por aquelas realizadas no território-zona⁶⁷ e depois nos dedicando àquelas realizadas a partir da constituição de territórios-redes. Entretanto, frisamos que ambas são partes constituintes de um mesmo processo, aquele que diz respeito à territorialização camponesa, necessário para a sua (re)existência.

No que se refere às estratégias calcadas no território-zona, de acordo com a pesquisa, elas são comuns a maioria das comunidades rurais. Essas estratégias são regradas pela sociabilidade e reciprocidade (WOORTMANN, 1990), configurando-se

⁶⁵ Segundo Haesbaert (2012, p. 355), as migrações devem ser entendidas a partir da concepção dos denominados territórios-redes.

⁶⁶ Também entendido como processo de formação de territórios (HAESBAERT, 2012).

⁶⁷ Nosso lócus de análise das estratégias realizadas no território-zona será a comunidade Gangorra. Neste caso, destacamos que o território-zona refere-se ao espaço da comunidade.

em práticas socioculturais permanentes no tempo e no espaço dos camponeses de Itinga (dando sentido à afirmação da existência de um território camponês).

A manifestação dessas práticas ocorre por meio de estratégias não geradoras de renda, mas de significativa importância para a reprodução do campesinato, as quais manifestam-se no cotidiano da vida camponesa, principalmente no saber-fazer, comum do dia-a-dia. Observamos as estratégias em meio às conversas com os camponeses e a partir do convívio nos dias de nossa permanência nas comunidades. Podemos citar: a troca-de-dias, a produção para o autoconsumo, a diversificação da produção e o mutirão, aparentemente em desuso nos dias de hoje, foi citado em algumas ocasiões no decorrer do trabalho de campo.

Para o saber-fazer, em relação à produção, destacamos conhecimentos como: saber qual o tipo de feijão é melhor para plantar em determinada época do ano; onde se pode “botar” roçado; estabelecer ciclos agrícolas a partir das chuvas. Essas práticas demonstram a estreita relação entre a família camponesa e a natureza, por meio de sua observação atenta⁶⁸. Ao assim fazer, o camponês executa seu trabalho de acordo com esse movimento, diferentemente do capital, pretencioso a acelerar o tempo da natureza. A forma de apropriação camponesa da natureza também pode ser entendida como estratégia de reprodução, com destaque para o complexo *grotas-chapadas*⁶⁹ (GRAZIANO & GRAZIANO NETO, 1986).

Estratégias de trabalho são adotadas com o intuito de gerar renda necessária para a reprodução e para o consumo (sanado parcialmente). Na atividade agrícola destacam-se: o trabalho-a-dia⁷⁰ (também chamado de camarada-a-dia), o arrendamento de pasto (*manga*) e as empreitadas (regradas por um código camponês específico, como veremos mais adiante). Outras estratégias comuns aos grupos camponeses a comercialização do excedente agrícola na feira municipal (a depender das condições internas da unidade familiar) e para o Programa Nacional

⁶⁸ Existem três tipos de biomas em Itinga: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. A maior parte dos recursos hídricos está situada à margem direita do rio Jequitinhonha, onde predominam o Cerrado com resquícios de Mata Atlântica. À margem esquerda o bioma assemelha-se à Caatinga, com escassos recursos hídricos.

⁶⁹ A apropriação da natureza a partir do complexo *grotas-chapadas* diz respeito à forma singular de reprodução desenvolvida pelo campesinato do Vale do Jequitinhonha, em que as *grotas* são apropriadas de forma individual/familiar onde estabelecem moradia, e os roçados, nas áreas mais úmidas. As chapadas são apropriadas de forma coletiva onde se colhe frutos e retira-se a lenha (GRAZIANO & GRAZIANO NETO, 1986, p. 88-89).

⁷⁰ Nesse caso, as relações de trabalho-a-dia ocorrem tanto entre os camponeses quanto nas grandes fazendas. Assim permanece, no tempo e no espaço, o trabalho nas fazendas, não da mesma forma como era utilizado antigamente (morador etc.), sendo mais comum o trabalho temporário. O trabalho-a-dia é remunerado em dinheiro.

de Alimentação Escolar (PNAE). Tais estratégias inserem-se na dimensão sociocultural, como, também, na dimensão político-econômica do território camponês.

Entendemos a existência de algumas relações contraditórias contribuindo para a reprodução social desse campesinato, como é o caso da relação com o Estado e com o mercado, estabelecida a partir das políticas públicas agrícolas e sociais. As políticas públicas agrícolas, além do caso já destacado do PNAE, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Nas políticas públicas sociais destaca-se o Programa Bolsa Família⁷¹.

Essas políticas contribuem de forma mais efetiva para a reprodução camponesa, pelo fato de o campesinato usá-las estrategicamente (a partir do uso e das representações) fazendo com que elas contribuam para sua reprodução enquanto camponeses.

As atividades não-agrícolas também são adotadas em algumas comunidades, principalmente naquelas onde o acesso à água é mais restrito e a quantidade de terra é limitada⁷², as famílias encontraram outras formas de gerar renda, como o trabalho em pequenas lavras individuais (garimpo) na comunidade Jenipapo, nos quais se extraem pedras com valor de mercado. Sua comercialização é feita para atravessadores circulantes na comunidade com a finalidade de complementar a reprodução familiar camponesa.

A produção do artesanato de barro e de madeira na comunidade Pasmadinho é outra forma de reprodução. A comunidade localiza-se à beira de uma rodovia, onde é realizada a comercialização desses artesanatos, sendo essa uma das principais fontes de renda das famílias da comunidade.

Essas atividades não se constituem em algo novo. Assim como a terra, elas também são passadas de geração em geração, de pais para filhos, como complementos de renda. Nas comunidades de Jenipapo e Pasmadinho, assim como em outras, as rendas advindas de atividades não agrícolas possuem grande importância, geradas de forma autônoma e não por meio do assalariamento.

⁷¹ Pensões, aposentadorias e benefícios de programas como o Bolsa Família são rendas que se somam àquelas adquiridas por meio do trabalho agrícola e não-agrícola. São complementos à reprodução camponesa.

⁷² Destacamos desde já que esses problemas, além de ser de ordem natural, são, também e principalmente, de ordem político-social.

Consideramos essas estratégias pautadas no território-zona e outras criadas a partir dos territórios-redes, relacionadas às migrações. Concebemos as migrações como forma de territorialização pelo movimento, compreensão a partir da ideia de Haesbaert (2012, p. 280, grifo do autor): “[...] *territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento*”⁷³. Esse processo é entendido, pelo autor, como construção de territórios-redes, conectando diferentes territórios. No caso das migrações, essa conexão é possível por meio das redes de relações sociais, assim sendo, entendemos as migrações como processo social que atinge tanto os que saem quanto os que ficam (SILVA & MENEZES, 2007).

Diante dessas ideias, a partir da comunidade Gangorra, analisamos as estratégias territoriais de reprodução do campesinato por meio de dinâmicas internas e externas à unidade familiar e, ainda, compreendermos os fatores de permanência no tempo e no espaço do campesinato da comunidade Gangorra, ou seja, o processo de territorialização camponesa e de (tras)formação de seu território.

3.1 COMUNIDADE GANGORRA

Existem alguns motivos de escolha e fatores levados em consideração para a análise da comunidade Gangorra⁷⁴. Os principais motivos foram: trabalho predominantemente familiar; alto grau de permanência (mesmo temporária) de jovens na comunidade após concluírem o ensino básico; atividades predominantemente agrícolas; casas fechadas e sítios aguardando o retorno do proprietário, fato indicador de migração como processo existente e a ser analisado.

Em Gangorra nosso olhar era aquele que tínhamos em relação ao Vale do Jequitinhonha e ao pouco que havíamos conhecido de Itinga, um olhar de fora e de

⁷³ É interessante notar que o objetivo de qualquer forma de territorialização é fazer cumprir a reprodução social de determinado grupo. No caso do campesinato temos o conhecimento dos conflitos gerados nesse processo. Em Itinga, verificamos, desde a formação daquele campesinato até os dias atuais, o processo de territorialização em meio a conflitos; representados de forma mais intensa pela expansão das grandes fazendas pecuárias e os embates com os camponeses.

⁷⁴ A comunidade Gangorra foi uma das comunidades visitadas devido ao contato inicial estabelecido com um dos filhos de camponeses da comunidade e posterior convite para conhecê-la. Após verificarmos a impossibilidade de visitar e de tratar de todas as comunidades de Itinga (55 no total), notamos a necessidade de focarmos em uma. Dentre as comunidades visitadas, foi Gangorra que mais chamou-nos a atenção e tornou-se a comunidade/objeto de análise para esta pesquisa.

longe. No olhar de perto e de dentro encontramos compatibilidades com o conhecimento prévio e, em maior parte, particularidades. Vimos na comunidade aquilo que tanto líamos nos livros: a apropriação individual das grotas e coletiva das chapadas. Forma secular de apropriação da natureza adotada pelos camponeses do Vale do Jequitinhonha, contribuindo para a reprodução das famílias camponesas. Entretanto, poucas comunidades e famílias camponesas, em Itinga, ainda contemplam e fazem parte dessa realidade. Notamos ainda, a intenção de manter preservadas as chapadas e a vigilância para ninguém prejudicar esse ambiente (espaço), em especial, em referência aos seus recursos hídricos. Deparamo-nos, a partir das conversas, com a dinâmica migratória diferente daquela que conhecíamos.

Dessa forma, analisaremos a composição e forma espacial da organização familiar na comunidade para compreendermos como ocorre a territorialização desse campesinato.

Essa é nossa Gangorra, vale que vale, vale dizer, vale conhecer, vale saber que aqui se construiu e constrói a cada dia um novo parágrafo desse nosso jeito singular de viver⁷⁵.

A comunidade Gangorra localiza-se a cerca de 50 km da sede do município de Itinga. Atualmente compõe-se por nove famílias nucleares, das quais oito possuem laços de parentesco e uma veio de fora, estabelecendo-se na comunidade após comprar a terra. Existem, porém, dez propriedades, tendo em vista que, mesmo fora, uma família mantém sua propriedade na comunidade.

A partir da pesquisa de campo, entendemos como se deu a formação da comunidade Gangorra, foco de análise em nosso trabalho.

De acordo com as entrevistas e a partir da análise dos laços de parentesco entre as famílias, soubemos que as terras no entorno da Gangorra pertencem, principalmente, à família de Antônio Muquicho. Muquicho é um dos herdeiros daquelas terras, fazendo parte da segunda geração de donos. Os filhos de Laurentino (filho de Muquicho) narraram que as terras eram de seus bisavôs (pais de Muquicho) e foram passadas por herança para alguns filhos (não se sabe quantos). Muquicho deixou como herdeiros cinco filhos, dos quais, Laurentino e

⁷⁵ Trecho de um poema feito por Anderson, filho de camponeses da Comunidade Gangorra.

Dalva⁷⁶ mantiveram a posse da terra. Laurentino passou as terras por herança a seus filhos e Dalva ainda tem sua posse. A maioria das famílias da comunidade são herdeiros de Laurentino, controlador da maior parte das posses de seu pai, comprando o direito de dois irmãos.

O caminho entre os dois herdeiros foi diferente. A terra de Laurentino, somada aos direitos que havia comprado dos irmãos, foi dividida entre seus filhos; já a terra de Dalva, mais uma parcela ganha na Justiça⁷⁷, não foram divididas entre seus filhos, criados fora da comunidade, em Araçuaí. Dessa forma, Dalva se diferencia dos moradores da comunidade, primeiro por não morar lá e, segundo, por ter “grande” porção de terra⁷⁸ e ainda pagar para que trabalhem nela. Assim, mesmo sendo dona de parte das terras que eram de Muquicho, não é considerada como integrante da comunidade.

As nove famílias da comunidade conseguiram suas glebas de terra da seguinte forma: uma foi vendida por Antônio Muquicho para Dona Domingas; uma diz respeito a apropriação por uma posseira (Dona Dú, parente de Dona Domingas); cinco são de filhos de Laurentino⁷⁹ e uma de sua já citada irmã;⁸⁰ e, por último, uma que diz respeito à compra por pessoas de fora (um casal de aposentados), de um dos herdeiros de Laurentino. A figura 8 reproduz a comunidade, com o desenho das estradas e das casas e seus respectivos donos.

⁷⁶ Não se sabe o tamanho das terras de Muquicho, citamos Laurentino e Dalva pelo fato de que a geração atual descende de Laurentino e por Dalva ainda possuir um dos direitos da comunidade (Dalva é a única filha viva de Muquicho).

⁷⁷ Parcela de terra de Muquicho que estava em disputa com um fazendeiro que se dizia ser dono daquele pedaço de terra.

⁷⁸ Na expressão de Sr. Reinaldo: “ter a maior força das terras que era de Muquicho”.

⁷⁹ Uma é da viúva do filho de Laurentino, que mora com o atual marido e um filho.

⁸⁰ A irmã de Laurentino, Dalva, mora em Araçuaí.

Alex (morador de Gangorra, filho de Dona Pretinha) desenhou a Comunidade para compreendermos a distribuição das casas e propriedades em seu interior.

De acordo com o desenho, temos:

- Casa 1 é de Dona Dalva, filha de Antônio Muquicho;
- Casa 2 é da viúva de um dos filhos de Laurentino;
- Casas 3, 4, 6 e 7 são dos herdeiros de Laurentino, respectivamente Tião, Preta (esposa de Reinaldo), Antônio e Zé⁸¹;
- Casa 5 é de João Friagem, externo ao grupo familiar, comprou a terra de outra família também de fora da comunidade, adquirente do direito de um dos herdeiros de Laurentino;
- Casas 8 e 9 são de Dona Dú e Domingas (possuem laços de parentesco), tendo Dú tomado posse da terra e Domingas comprado um pedaço da terra de Antônio Muquicho, antes de sua morte.

A única família sem laços de parentesco é a de João Friagem (mora com a mulher, ambos aposentados). A filha de Dona Dú casou-se com Tião, filho de Laurentino⁸², estabelecendo com os Muquicho laços de parentesco.

Há outros vínculos de parentesco interpretados incompletamente, pois até mesmo alguns moradores da comunidade têm dificuldade em explicar. Entretanto, entendemos que Antônio, filho de Laurentino, é casado com Anunciada, cunhada de Dona Domingas. Assim como uma filha de Laurentino, Dona Gerinha (que *saiu* da comunidade), é casada com Zé Antônio, primo de Anunciada, mulher de Antonio, irmão de Dona Gerinha.

Os membros das famílias de Dona Dú e Dona Domingas⁸³ casaram-se com filhos de Laurentino, estabelecendo laços de parentesco entre as famílias. Tal entrelaçamento entre famílias camponesas nos remete ao “princípio do casamento próximo”. De acordo com Woortmann (2009):

⁸¹ Alex fez o desenho baseando-se nas casas e famílias que atualmente moram na comunidade. Porém, existe mais um herdeiro de Laurentino, este migrou, mas ainda possui seu direito. Referimo-nos à Dona Gerinha que encontramos quando realizávamos o segundo trabalho de campo, ela e seu marido começaram a construir uma casa em seu direito. Isso será trabalhado em relação às migrações.

⁸² Deixamos claro quais são os laços de parentesco das famílias para, posteriormente, entendermos as redes de relações sociais que compõem o processo migratório e, ainda, para compreender a constituição dos territórios-redes.

⁸³ Dona Dú e Dona Domingas possuem laços de parentesco, entretanto, não conseguimos saber quais são.

O casamento preferencial é aquele entre primos, mas pode ser também entre vizinhos, mesmo que não haja laços de sangue [...] Acrescenta-se ao princípio do casamento próximo a prática do “casamento trocado”, ou seja, literalmente a troca de irmãs, e o casamento de dois ou mais irmãos de uma família com duas ou mais irmãs de outra. São práticas muito comuns em grupos camponeses do Brasil e da Europa [...]. (WOORTMANN, 2009, p. 231).

Na perspectiva das análises de Woortmann (2009), percebemos a estratégia para não fracionar demasiadamente a terra: o casamento entre vizinhos, entre duas famílias centrais. A partir desses laços, essas famílias se transformaram em uma comunidade e sua delimitação são as propriedades e famílias que a compõem, estritamente ligadas a terra e aos laços de parentesco. O fato de Zé Friagem não ser parente de ninguém e mesmo assim sua família ser considerada da comunidade, deixa claro que, além dos laços de parentesco e de proximidade, fazem parte do reconhecimento de *ser* da comunidade a condição de “ser igual” (pequeno) e as relações de sociabilidade no trabalho, como, por exemplo, as trocas-de-dias, o uso comum das chapadas, a participação nas festas e o convívio do dia-a-dia. As famílias criaram um código camponês, manifestação de sua territorialidade, ou seja, aquele que adentra a comunidade deve inserir-se nesse modo de vida, assim a terra não será vendida a um desconhecido. A terra é concebida como patrimônio familiar e zela-se para que não ocorra a sua venda para alguém de fora.

A concepção da terra como patrimônio da família é latente nas entrevistas que realizamos com os moradores da Gangorra. Alguns dos jovens, quando discutiam sobre a divisão da terra e venda daqueles que migraram, frisavam a vontade de mantê-la sob o domínio familiar. Assim,

[...] não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. (WOORTMANN, 1990, p.12).

Entre os filhos de Laurentino, herdeiros, a posse da terra corresponde a ter um direito. Essa concepção decorre do fato de que as terras não estão separadas juridicamente (por meio de documentos), são terras no “bolo”, o herdeiro não possui o documento da terra, mas sim o seu direito.

Além disso, ainda de acordo com Woortmann (1990), a terra como patrimônio familiar é transmitida com o saber do processo de trabalho, tornando-a *terra de trabalho*. Observamos essa concepção em diversos trechos da narrativa de Dona Joanita, por exemplo: “Eu agradeço muito a Deus porque pai ensinou nós a trabalhar [...] a profissão que deu pra gente foi muito bom. Ensinou trabalhar e ser honesto” (Entrevista com Joanita, jan. 2014).

Em relação a seu cunhado, Reinaldo, marido de Dona Pretinha, Dona Joanita diz ter sido seu pai que o ensinou a trabalhar na roça, pois não sabia sequer roçar manga, pois em um único dia quebrou cinco foices. Ensinar o trabalho na roça para Reinaldo era condição necessária para passar o direito da terra à filha, já que a roça é vista como o lugar de trabalho do homem. Passa-se o direito de trabalhar na terra e não apenas a terra como um recurso econômico.

Diante da importância da terra para a família, notamos que a venda para alguém de fora do contexto familiar só ocorre quando o herdeiro se encontra em situação de necessidade e nenhum dos irmãos pode comprar o seu direito. Não encontramos nenhum caso de o herdeiro vender seu direito antes de sair ou para sair da comunidade, o que há são casos em que depois de sair ter ocorrido a venda por necessidade. De acordo com os camponeses, vender a terra é a pior escolha.

Durante o segundo trabalho de campo, em janeiro de 2014, tivemos a oportunidade de entrevistar duas herdeiras que moram fora. Uma havia vendido seu direito ao irmão (Sr. Zé) e a outra manteve o seu. Joanita, a herdeira que vendeu seu direito, narra o quanto se arrependeu por tê-lo feito. “[...] vendi ai eu fiquei sem lugar. Porque foi preciso eu vender. O homem ainda vendeu pra Zé de lá, por telefone. [...] eu arrependi de ter vendido, e muito! Agora não tem pra onde voltar”⁸⁴ (Entrevista com Joanita, jan. 2014).

Há mais herdeiros que venderam seus direitos: dois venderam para o mesmo irmão que comprou de Joanita e um para uma família de fora da comunidade. Todas as vendas foram realizadas em função das migrações, não para migrar, mas para os sujeitos se manterem no lugar de destino (construir casa etc.). Há também casos como os de Dona Gerinha e Antônio que migraram, mas não venderam seus direitos.

⁸⁴ Dona Joanita quando vai à comunidade fica um pouco na casa de cada um dos seus irmãos que lá permaneceram, ou seja, há um “revezamento”.

Com a venda da terra de alguns herdeiros, além de desagregação do patrimônio familiar (quando se vende para alguém “de fora”), algumas mudanças podem ocorrer nas relações no interior da comunidade, sejam elas causadas pela chegada de alguém externo ou pelo aumento dos direitos de um herdeiro que os comprou de seus irmãos e assim aumentou sua posse.

Ao caminharmos pela comunidade observamos que a maioria das trilhas, tanto as que levam para cada propriedade quanto as que são utilizadas para cortar caminho em direção à estrada, passa por dentro de todas as propriedades, com exceção daquela que leva à propriedade de João Friagem, e, também, não há trilha que ligue a propriedade dele com a de qualquer outro membro da comunidade. Dessa forma, entendemos que isso é um forte fato simbólico de diferenciação dessa família em relação aos outros moradores da comunidade.

A propriedade dessa família é considerada, pelas demais, como somente dela. Já as demais posses, mesmo que cada herdeiro possua seu direito, tendo limites definidos para o uso da terra, cada parcela é vista como partes integrantes de uma herança, como patrimônio familiar, e, com isso, pode até mesmo haver a concessão do uso da terra de uma família à outra. As famílias que não são de herdeiros de Laurentino adentram essa relação por meio dos vínculos criados a partir do casamento com os herdeiros.

Por outro lado, o aumento dos direitos por um dos herdeiros parece acarretar algumas mudanças nas relações de trabalho entre as famílias. São mudanças substanciais como, por exemplo, na dinâmica de troca-de-dias e no trabalho-a-dia⁸⁵. Entretanto, esse fator não faz desse herdeiro um *forte* ou *diferente* em relação ao modo de vida camponês, mas fez com que passasse a ter outra posição dentro da organização da comunidade.

A partir desse ponto de vista, em relação ao aumento dos direitos, notamos que a compra de terra parece não ser viável para as famílias da comunidade, mesmo ao seu redor, tendo em vista que seus limites esbarram nas grandes e médias propriedades⁸⁶. No âmbito da própria comunidade, sem que ocorra a *saída* de algum dos seus membros, pois cada herdeiro possui o equivalente à cerca de dez hectares, a divisão impossibilitaria a permanência com condições dignas de

⁸⁵ Elas serão analisadas no subitem a seguir.

⁸⁶ Uma tem o plantio de café como principal atividade e nas outras se destaca a pecuária e o monocultivo do eucalipto.

reprodução. Caso alguma família migre, parece-nos que o herdeiro que já possui a maior parte dos direitos seria o único que poderia comprar, fato que aumentaria a diferenciação interna entre as famílias da comunidade e poderia alterar de forma intensa as relações de sociabilidade.

A transmissão da terra por herança feita por Laurentino para todos seus filhos foi possível devido ao fato de o tamanho de sua posse suportar tal divisão, de acordo com a quantidade de membros herdeiros. Veremos, mais adiante, a influência desse fato nas migrações.

3.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E (RE)PRODUÇÃO CAMPONESA

Neste subitem analisaremos a organização do trabalho e da produção camponesa como partes constituintes de suas estratégias territoriais de reprodução⁸⁷, adotadas no âmbito da comunidade, entendida como o território-zona desse campesinato. Para isso, deixamos claro que a organização do trabalho e da produção pode ocorrer com algumas diferenças entre as famílias da comunidade, devido a fatores como acesso às políticas públicas agrícolas, como PNAE (somente Sr. Tião), e tamanho da posse/quantidade de direitos (Sr. Zé). Dessa forma, analisaremos os aspectos comuns dessas estratégias e, quando há diferenciação devido aos fatores supracitados, associaremos a dinâmica com a respectiva família, frisando a diferenciação.

A resistência se encontra em uma vasta gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintamente diferente. Ela se encontra nos campos, na forma como o “estrume bom” é produzido, como “as vacas nobres” são criadas e como as “belas propriedades” são construídas. Por mais antigas e irrelevantes que essas práticas possam parecer se consideradas isoladamente, no contexto do Império elas são cada vez mais veículos através dos quais a resistência é expressa e organizada. [...] Em suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento. Através de e com a

⁸⁷ Entendemos essas estratégias como parte constituinte do processo de territorialização camponesa.

ajuda dessas respostas, os camponeses conseguem remar contra a maré. (PLOEG, 2008⁸⁸ apud MENEZES; MALAGODI, 2009, p. 22).

A comunidade Gangorra é vista como privilegiada em relação à realidade da maior parte das comunidades do município de Itinga, pelo farto acesso aos recursos hídricos e, para nós, pela forma de apropriação da natureza por meio do uso das grotas e das chapadas. Assim, a localização entre vales é fator de acesso a algumas nascentes e córregos, essenciais para a produção camponesa que se utiliza (no caso dessas famílias) somente de instrumentos manuais de trabalho (Figura 9) e daquilo que, dentro da racionalidade camponesa, é possível aproveitar da natureza para produzir.

Figura 9 – Instrumentos de trabalho.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2014).

⁸⁸ PLOEG, Jan Douwe van der, *The New peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization*. London, Sterling, Earthscan, 2008.

As ferramentas de trabalho são essencialmente manuais, como: foice, facão, machado, enxada, enxada e enxadinha, carriola, cavadeira, pilão, engenho de cana. Toda família tem guardado, para auxiliar o trabalho, corda, arame, tela, varetas de bambu, baldes, escada, bambu, saco de estopa, peneira, lanterna, cuia e cesta. Para a irrigação dos cultivos no *roçado* e *quintal* utilizam equipamentos aspersores, que funcionam pela pressão da água conduzida por desnível. São dois desníveis necessários: um do córrego às caixas d'água e outro das caixas d'água ao *roçado* e *quintal* e, ainda, para o uso doméstico na casa. Não vimos a utilização de bombas elétricas e grande parte das caixas d'água foi adquirida por meio de programas governamentais, principalmente pelo Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR).

Alguns aspectos importantes da produção na comunidade devem ser destacados antes de trabalharmos com a produção propriamente dita e com a organização do trabalho. Na produção na comunidade prioriza-se o autoconsumo, o garantindo certa autonomia à família camponesa frente ao mercado. A esse propósito, destacamos os fundamentos encontrados na análise de Garcia Júnior (1975):

A explicação da predominância das “lavouras de subsistência” no *roçado* está na própria dificuldade de se obter o necessário ao consumo familiar, segundo os padrões socialmente estabelecidos. Em outras palavras a razão está na reprodução ameaçada do grupo doméstico enquanto pequeno produtor independente. Com “lavouras de subsistência” pode garantir diretamente uma faixa fundamental do consumo familiar. Com “lavouras comerciais” teria que realizar o valor de sua produção vendendo-a e, com o dinheiro assim obtido, adquirir os produtos necessários ao consumo familiar. (GARCIA JÚNIOR, 1975, p. 42).

As “lavouras de subsistência” tratada pelo autor são as de produção destinada ao consumo familiar, ou seja, ao autoconsumo, garantindo ao menos o principal para a reprodução do grupo familiar. Essa produção é, também, produtora de certa autonomia camponesa por possibilitar a segurança alimentar das famílias, ou seja, o campesinato, a partir dele mesmo, garante suas necessidades vitais (alimentação).

Em Gangorra, não há distinção explícita entre as *lavouras comerciais* e as de *subsistência*. O que há é, por vezes, a preferência por alguns cultivos que são utilizados tanto para a comercialização quanto para o autoconsumo. Isso é possível

devido ao alto grau de flexibilidade no processo entre a venda e o consumo, variando de acordo com a situação, por exemplo, demanda alimentar da família, preço de mercado e condições de armazenamento e de consumo.

Além do autoconsumo e em conjunto com ele, destacamos a importância da diversificação da produção possui relação à reprodução do grupo familiar. Um camponês entrevistado narrou nunca ficar sem ter o que comer ou sem ter algum produto para a venda, devido ao fato de “mexer com tudo”. Segundo ele:

Às vezes perde um, mas tem outros que não perde. Igual outra vez, perdeu cenoura, o feijão perdeu, mas ficou mandioca, ficou cana, que eu também mexo com cana, banana. Tem outras coisas [...] Se mexer com uma coisa só, aí certeza que você vai perder [...] eu prefiro de tudo um pouco, tem uns que não sobra, tem uns que sobra um pouco. (Entrevista com Sr. Zé, jan. 2013).

Nas diversas conversas com as famílias da comunidade, quando discorriam sobre a produção, destacou-se a importância de plantar de tudo, pois, se perder um tem outro, e assim nunca falta o que comer e nem o que vender.

O cultivo se dá, na maioria das vezes, a partir das sementes retiradas da própria produção, mas também a partir da doação de sementes pela EMATER, pela compra no comércio e pela troca entre as famílias da comunidade, vizinhos ou conhecidos (Figura 10).

Figura 10 – Sementes para o cultivo de: a) abóbora, b) arroz, c) alface, d) milho.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2014).

Além disso, quando se compra algum produto não cultivado, costuma-se guardar a semente na tentativa de começar a cultivá-lo. Presenciamos Dona Pretinha retirando, secando e guardando sementes de uma variedade de abóbora, não presente em seu quintal, para posterior cultivo, ampliando as variedades da produção.

Se por um lado a produção vegetal é variada, por outro lado a produção animal é restrita, somente frangos e alguns porcos, principalmente para o

autoconsumo, mas também vendidos de acordo com a necessidade da família, dificilmente acontecendo, segundo relatos. A venda efetua-se quando “[...] os produtos do *roçado* não são suficiente para suprir o consumo familiar. Nessas circunstâncias, recorre-se também ao autoconsumo ou à venda da criação” (HEREDIA, 1979, p. 100).

A criação de alguns bovinos na comunidade é limitada devido ao seu terreno íngreme e ao parco rendimento para efetuar compras de reses, assim como para mantê-los, inviabilizando a atividade. Zé, que tem a maior posse de terra, cria quatro vacas⁸⁹ e um cavalo, servindo para o transporte tanto dos membros das famílias⁹⁰ quanto de produtos trazidos da chapada para a casa ou levados da casa para a chapada, local onde se pega a condução para a *rua*⁹¹. Além dele, Antônio, aposentado, cria duas vacas.

Diante desses aspectos e fatores influenciadores da organização do trabalho e da produção, demonstraremos como os diferentes espaços são produzidos e produzem o território-zona do campesinato; esses espaços são produzidos socialmente a partir da forma de produzir e das relações de trabalho e demais relações existentes dentro de cada unidade familiar, assim como dentro da comunidade, como, por exemplo: reciprocidade, troca-de-dias de trabalho e trabalho-a-dia. Nessa perspectiva, separamos os diferentes espaços de acordo com as relações que os produzem. São elas: trabalho, produção, consumo, ajuda, troca, lazer etc.; dentro e entre a(s) unidade(s) familiar(es). Esses espaços são construídos socialmente, de acordo com as formas de apropriação e uso que se faz de cada um deles, assim como das relações de trabalho e sociabilidade, ou seja, concebemo-los como produto e produtor das práticas sociais, sendo que para cada um dos diferentes espaços são produzidos diferentes significados e relações de poder e trabalho. Esses espaços são respectivamente: *casa*, *quintal*, *roçado*, *manga* e *chapada*.

Demonstraremos no texto, como as atividades e relações de trabalho, desenvolvidas na comunidade Gangorra e dentro de cada unidade familiar, são

⁸⁹ Zé contou que duas das vacas foram compradas com o dinheiro do PRONAF. Cabe ainda destacar que a mulher de Zé possui um salário fixo, pois trabalha como servente escolar.

⁹⁰ Quando necessário, o cavalo é emprestado para os demais membros da comunidade. Outros membros já tiveram animais de carga, porém os animais morreram e os camponeses ainda não puderam comprar outros.

⁹¹ Aqui “trazer da chapada” é ter comprado na *rua* e levar para a comunidade; já “levar para a chapada” é levar para comercializar na *rua*. Isso porque o veículo em que é feito o transporte dos produtos não entra na estrada que leva à comunidade, sendo um longo caminho a percorrer.

flexíveis em relação aos espaços de cada membro da família, ou seja, a depender das necessidades, todos os membros da família participam das diferentes atividades nos distintos espaços. Por outro lado, se tratarmos de especificidades em relação ao lugar de cada membro da família no sítio, temos que os espaços *casa* e *quintal* podem ser apropriados por todos, mas o é, principalmente, pela mulher. A produção do espaço do *roçado* se dá principalmente pelo homem (do pai com ajuda dos filhos), mas pode haver a ajuda da mulher; ainda destaca-se, correlato ao *roçado*, o espaço do *roçadinho*, onde a produção é realizada por um filho que permanece na unidade familiar, *sendo* este espaço verificado somente em uma das famílias (Família de Sr. Tião). Já o espaço da *manga* é produzido, prioritariamente, pelo trabalho do homem e filhos mais velhos que, geralmente, já tenham acabado a educação básica. Todos esses espaços são apropriados individualmente por cada família, ou seja, cada família possui o seu. Cabe destacar que, como dito, são espaços individuais, embora sejam produzidos de forma comunitária. Há relações de sociabilidade entre as diversas famílias dentro de cada um deles, seja pelo convívio na *casa* e no *quintal* ou pelo trabalho-a-dia e troca-de-dias no *roçado* e na *manga*.

Já o espaço das *chapadas* se diferencia por meio do uso em comum pelas famílias da comunidade, sendo possível que até mesmo o uso de outras pessoas. Dessa forma, não se trabalha nas *chapadas*, mas sim, se faz uso dela. Um uso comum que a transforma em um espaço coletivo.

3.2.1 Espaços de resistência: estratégias territoriais de (re)produção calcadas no território-zona

Os diferentes espaços da comunidade são partes indissociáveis de uma mesma dinâmica, qual seja a territorialização camponesa a partir de seu território-zona (comunidade), por meio de estratégias territoriais de reprodução desdobradas na produção e organização do trabalho familiar. Nessa perspectiva, analisaremos os diferentes espaços de forma separada e, quando necessário for, conjuntamente.

Pautamo-nos nas ideias de Heredia (1979, p. 77), quando detecta o *roçado* e a *casa* como espaços de reprodução social da unidade familiar camponesa; além disso, a partir desses espaços, a autora designa o lugar dos diferentes membros do “grupo doméstico”. Baseados nessa concepção, de associar os lugares (espaços) a

cada membro da família camponesa, entenderemos como se organiza o trabalho e a produção na comunidade.

Para a autora, *casa* e *roçado* compõem uma oposição e ainda aponta a divisão de gênero existente no interior da unidade familiar. Segundo ela, “A oposição casa-roçado delimita a área do trabalho e do não-trabalho, assinalando os lugares femininos-masculinos relativos a essa divisão” (HEREDIA, 1979, p. 79). Nesse caso, *casa* e *roçado* são tratados como unidade de consumo e unidade de produção: “[...] é justamente no *roçado* onde o grupo se materializa como unidade de produção, enquanto na *casa* o faz em termos de unidade de consumo” (HEREDIA, 1979, p. 78, grifo do autor). A partir dessa perspectiva, a autora considera a *casa* como unidade de consumo e lugar de não-trabalho (HEREDIA, 1979).

Para nós, de acordo com a realidade da comunidade Gangorra, a *casa* também é o lugar da ajuda, da sociabilidade e, logo, do fortalecimento dos laços entre os membros da(s) unidade(s) familiar(es). Designar a *casa* somente enquanto espaço de consumo e não-trabalho se dá pelo fato de os autores visarem as relações de produção, isso acaba por perder de vista a dimensão da existência de uma campesinidade⁹², regrando o modo de vida camponês.

Nos dias que ficamos na comunidade, as horas dentro da *casa* da família que nos alojou e a partir das visitas nas outras casas, ajudaram-nos a entender esse espaço de suma importância para a(s) família(s) camponesa(s). Pudemos ver e sentir a racionalidade e o agir de um modo de vida que se diferencia do modo capitalista de pensar, da racionalidade capitalista.

Nas casas, além de brincadeiras, conversas e decisões tomadas no âmbito da unidade familiar, também é onde as famílias fortalecem seus laços comunitários, lugar da festa, de encontro e desencontro com a chegada e partida tanto dos parentes que vão e vem, quanto dos filhos que partiram e regressaram.

Entre as representações e práticas construídas e estabelecidas no espaço da *casa*, aquelas em relação à comida nos parece de extrema importância para a compreensão da territorialidade desse campesinato, devido ao fato de ser o autoconsumo uma das principais finalidades da produção.

Trabalhar a terra tem a finalidade de produzir o alimento (a comida) para o consumo familiar. Comercializa-se a produção e com o dinheiro obtido compra-se

⁹² Nos termos de Woortmann (1990).

outros produtos não produzidos no sítio. Nessa dinâmica, destacamos o fato de, no âmbito das representações, o dinheiro parece desaparecer, sendo considerado pelos sujeitos uma *troca* de comida por comida⁹³.

Isso ocorre devido a forma simples de produção da mercadoria, seu objetivo é vender mercadoria para comprar mercadoria, a comida. Processo diferente daquele que ocorre na produção capitalista. Segundo Oliveira (1996), temos:

Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula D-M-D na sua versão simples e D-M-D' na sua versão normal, ampliada portanto. Enquanto na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula M-D-M. Por conseguinte, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar [...]. Portanto, no ciclo M – D – M, a quantia de dinheiro que se obtém através da venda de uma mercadoria, vai ser consumida pela compra de outra mercadoria, em geral não produzida [...]. (OLIVEIRA, 1996, p.52-53).

Nessa perspectiva, na produção simples de mercadoria, o dinheiro é apenas parte do processo, mas não sua finalidade. Assim, a representação desses camponeses sobre o processo equivale à troca, pois parte da forma como os processos de comercialização e circulação da produção são realizados. Sempre a referência é a troca. “O que produz aqui tem que trocar pelo que não produz. Fica trocado né, tipo trocado” (Entrevista com Natália, jan. 2014).

Os camponeses, enquanto produtores de alimento, têm como mercadoria a comida e é esse mesmo produto que cumpre a maior parte de sua reprodução social, seja a partir da comercialização ou pelo autoconsumo. Dessa forma, a comida adquire forte poder simbólico e faz parte das representações camponesas, pois é “uma das categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro” (WOORTMANN, 1990, p. 23).

Na unidade familiar a comida é consumida no espaço da casa, assim sendo, há forte representação dessa categoria cultural nesse espaço. A maioria das atividades na casa liga-se à comida. Assim, une-se o preparo da comida como atividade e a casa como espaço, ambos tendo o trabalho feminino como

⁹³ Notamos entre a maior parte das famílias da comunidade, a venda da produção se restringe à finalidade de comprar alimentos não produzidos na unidade para o consumo familiar. Apenas no caso de Tião, que acessa o PNAE e consegue obter mais renda, aparece, por exemplo, a compra de outras mercadorias por meio da venda da produção.

característica. As filhas aprendem as atividades da *casa* – entre elas preparar a comida – desde pequenas e, assim, esse lugar torna-se o espaço apropriado prioritariamente por elas. Durante nossa estadia na comunidade, na ocasião que a mãe havia saído da casa, a filha, com cerca de doze anos, se responsabilizou por esquentar a comida e arrumar a mesa para o almoço.

As mulheres sabem o gosto e a “fome” de cada um dos membros da família, e assim colocam a comida no prato de acordo com esse conhecimento. Já o prato do visitante é preparado com tudo que tiver para a refeição do dia, sempre em grande porção. Há a expectativa de o prato ser “limpo”, demonstrando quão boa está a comida e indica se o visitante está ou não se sentindo à vontade na *casa*. Assim, “Comida, trabalho e terra são [...] categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza” (WOORTMANN, 1990, p. 37).

A *casa* é o espaço onde a mulher possui maior autonomia para as atividades a ela relacionadas e aparecem como obrigatoriedade, ou seja, o trabalho nesse lugar é realizado prioritariamente pela mulher. Outro espaço, também de maior atividade da mulher, é o *quintal*. Dessa forma, temos que há certa compatibilidade *casa-quintal* (Figura 11).

Figura 11 – Sociabilidade no espaço do *quintal*/compatibilidade *casa-quintal*.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2014).

O *quintal* se configura como um dos espaços da unidade familiar, composto pela horta próxima à casa, pelo jardim logo em frente e, na entrada do *quintal*, o pomar com várias árvores frutíferas. No fundo da casa se localiza o terreiro, com galinhas criadas soltas, atividade realizada por todas as famílias. Em algumas, criam-se porcos em pequenos chiqueiros, mas não é prática realizada por todas as famílias, pois, nos últimos anos devido à seca, perderam-se roçados de milho, principal alimento dos porcos.

Ao comparar a compatibilidade entre os espaços *casa-quintal*, principalmente na horta e o espaço do roçado, percebemos que esse é concebido como lugar de trabalho. Sendo assim, o trabalho da mulher se dá na horta, que por sua vez está intimamente ligada à casa, sendo o que ela ali executa visto realmente como trabalho, diferente de quando a mulher executa alguma tarefa no roçado, vista como ajuda.

Em uma das casas que visitamos na comunidade, a primeira cena com que nos deparamos foi de uma mulher com o enxadão nas mãos, lidando com o preparo da horta, no quintal de casa. O preparo da horta (Figura 12) é feito no fim da época das águas (geralmente março) e os canteiros permanecem até as próximas águas (geralmente novembro).

Figura 12 – Horta de uma família da comunidade Gangorra.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).

Para a família de Tião, que acessa o PNAE, a escolha dos produtos cultivados na horta sofre, em certa medida, interferências do programa. É entregue às famílias uma lista com os produtos que serão comprados. A família analisa qual “sai mais” e se organiza para cultivar aquele que “produz bem”. Por exemplo, a cenoura “produz bem” na comunidade e é comprada em grande quantidade pelo programa. Dessa forma, Tião opta por plantar cenoura em grande parte de sua horta. Entretanto, há produto pedido em grande quantidade (“sai mais”), mas pode não ser cultivado pela família por não “produzir bem”. Tião, por exemplo, declara:

Eu gosto de plantar de acordo com o que pede, só que tem um bocado de coisa que eu não planto porque às vezes não tem local pra plantar e aqui também não e não tem adubo suficiente pra mexer⁹⁴ (Entrevista com Sr. Tião, jan. 2014).

A horta possui importante papel para a família, não como negócio, mas, muito do que se planta na horta é para o autoconsumo ou ainda exclusivamente destinado a esse fim. Sendo assim, desempenha papel importante na reprodução familiar.

Para as famílias que não acessam o PNAE, a horta possui maior importância em relação ao autoconsumo, já que poucos produtos da horta são levados para a comercialização na feira, seja por não “ter saída” ou por estragar no caminho, devido a forma de transporte. Também possui importância no autoconsumo das famílias, ainda no espaço *quintal*, as árvores frutíferas, com grande diversidade: mamão, manga, abacate, maracujá, acerola, banana, laranja, limão, entre outros.

⁹⁴ O adubo muitas vezes é comprado fora, pois como criam poucos animais, há pouco esterco para fazê-lo. Para render usam uma técnica de adubação verde que os filhos aprenderam na Escola Família Agrícola (EFA), com a participação de alunos das universidades próximas que visitam a escola para elaborar e propor experimentos. No caso foi proposta a adubação verde para as famílias que não têm o animal para produzir o esterco, o que foi entendido como grande ajuda. Essa adubação é composta pelo esterco comprado, restos de capina, de folhas, de talos de verduras e legumes.

Figura 13 – Algumas frutas do quintal: banana, mamão, abacate e manga.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2014).

Há outros cultivos, não como parte da horta, pois são produzidos de forma espalhada pelo espaço do *quintal*⁹⁵, são eles: abóbora de diversos tipos, maxixe, batata, chuchu, tomate, quiabo, pimenta, alguns tipos de feijão. Também há no *quintal*, e isso observamos em todas as casas, alguns pés de café e moitas de cana, além de urucum e de coentro, utilizados na produção dos temperos. Os cultivos do *quintal* (Figura 14) aparentam ser exclusivamente para o autoconsumo das famílias, e a escolha baseia-se nos gostos e hábitos alimentares.

⁹⁵ As próprias famílias quando fazem referências a determinados cultivos se utilizam da palavra *quintal* para esclarecerem onde estão plantados. Por exemplo: “eu planto algumas abóboras no *quintal*”.

Figura 14 – Alguns cultivos do *quintal*.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2014).

A partir da forma como é apropriado e das relações de sociabilidade entre os membros da unidade familiar e da própria comunidade, o *quintal* não pode ser visto somente como uma unidade de produção, em oposição a *casa* como, também somente, unidade de consumo, pois, como observamos, *casa* e *quintal* estão estreitamente ligados. É no *quintal* onde prepara-se, em um pilão, a quirera para os pintos, frangos e galinhas, e os temperos com o urucum e o coentro.

O *quintal* representa também o *cartão de boas vindas* de cada unidade familiar. A entrada do *quintal* – geralmente, corredor para se chegar a *casa* – está sempre limpa e nela sempre há o jardim bem cuidado e com flores. Mesmo sendo um espaço que demonstra o cuidado e o trabalho da mulher, observamos a ajuda tanto do homem como dos filhos. O *quintal* mescla produção e um tipo de sociabilidade que não é apenas a do trabalho, mas também a do lazer (Figura 15).

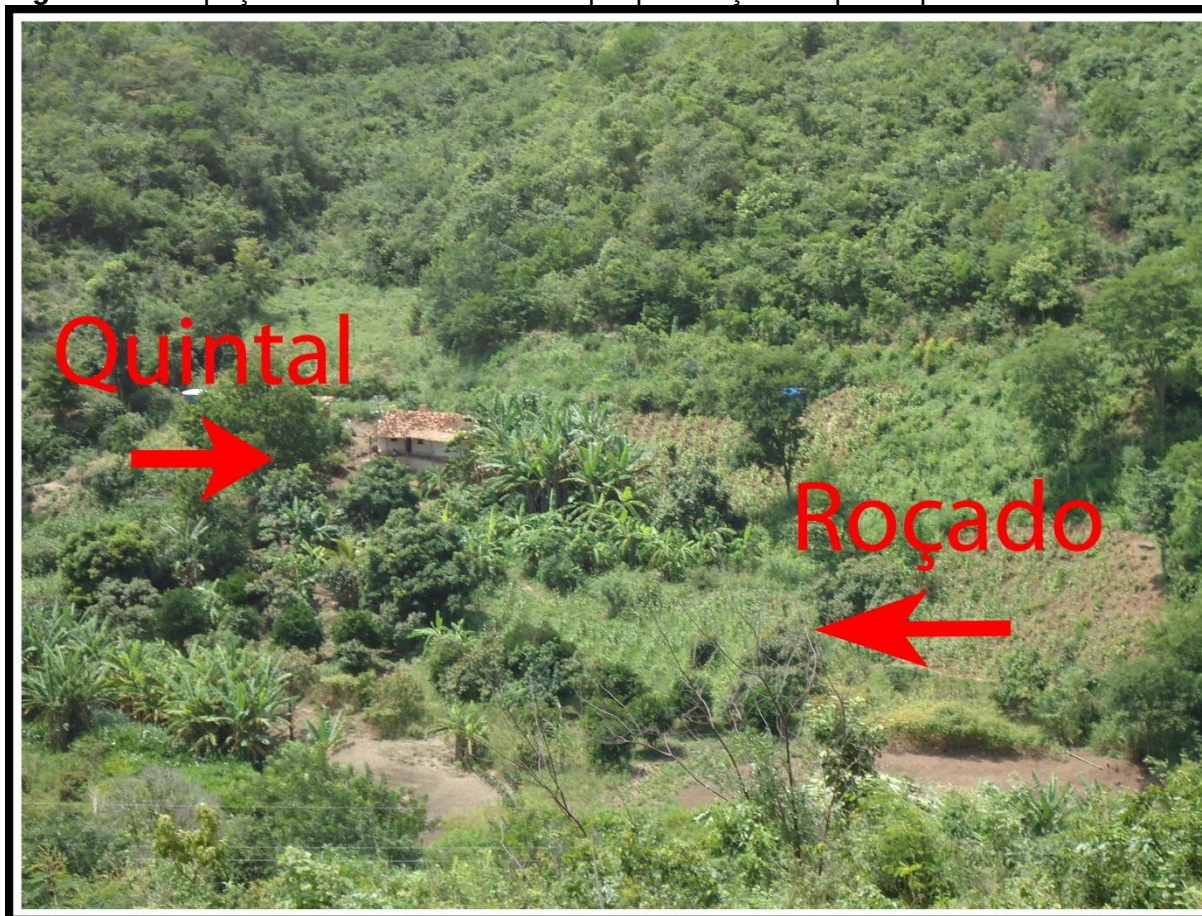
Figura 15 – Entrada, flores e sociabilidade no *quintal*.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2014).

Tanto o *quintal* quanto a *casa* e o *roçado* situam-se na grotá, no fundo do vale, para facilitar o acesso à água. O *roçado* difere da *casa* e do *quintal*, pois configura-se como espaço prioritariamente de trabalho. Todos os *roçados* ficam próximos às casas (Figura 16), feitos no *baixio*, onde há água para irrigação (água de rega, segundo os camponeses) e é mais úmido. Ter *água de rega* significa estar à beira de algum córrego onde sempre tem água ou onde é possível drenar a água dos tanques pela gravidade, garantindo a irrigação dos cultivos.

Figura 16 – Espaços da comunidade: destaque para roçado e quintal próximos as casas.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI 2013).

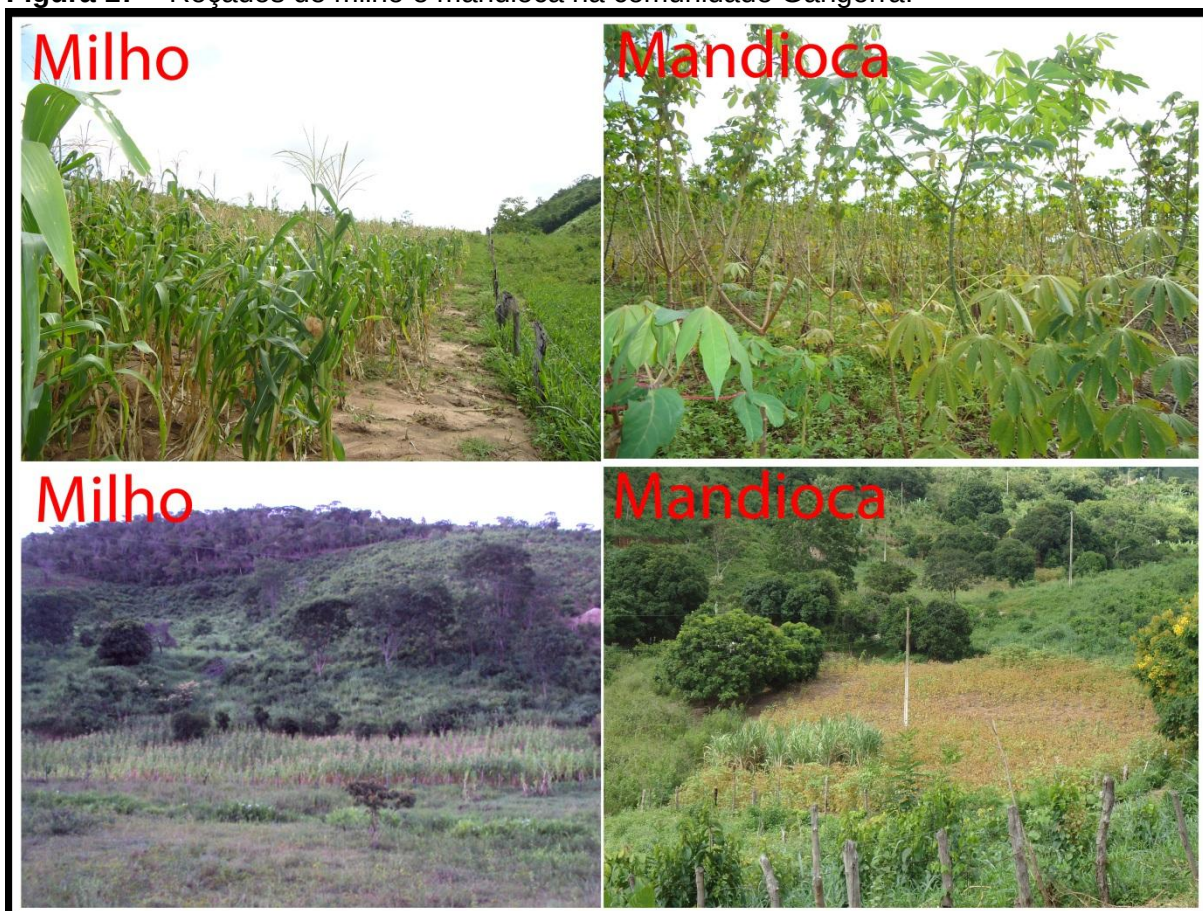
A quantidade de terras no *baixio* é limitada, ou seja, há pouca terra para viabilizar o cultivo no *roçado*. Isso não quer dizer que as *terras altas* não sejam boas, mas dependem das águas das chuvas, que ocorrem de forma irregular, inclusive com períodos de estiagens, comprometendo o desenvolvimento do *roçado*. Assim, a natureza condiciona as possibilidades e frequências de uso das áreas de plantio. Plantar no *alto* (área intermediária entre a grota e a chapada) é arriscado, pois se corre o risco de não colher o suficiente ou até mesmo perder todo o *roçado*, dependente somente das chuvas. Algumas famílias tentaram plantar o *roçado* no *alto* algumas vezes, mas por perderem a maior parte, essa prática acabou sendo descartada. De acordo com a narrativa de um dos entrevistados, “Nós trabalha onde tem *água de rega*. No *alto* não plantamos mais, perdemos uns três anos roça grande no *alto*. Se tivesse pelo menos uma energia mais barata⁹⁶ pra jogar a bomba pra ajudar [...] Não aguenta não!” (Entrevista com Sr. Tião, jan. 2013).

⁹⁶ Sabemos que a energia na área rural é mais barata, principalmente para o uso fora dos horários de maior consumo. Mesmo assim, seu preço continua sendo um entreve, segundo os camponeses.

Devido a essa dificuldade com o plantio, um camponês revelou só conseguir *botar roçado* em dois hectares de sua terra, onde tem *água de rega*. Segundo ele, é melhor permanecer com o que tem, do que arriscar. Como observamos, o camponês faz a análise do risco, da seguinte forma: se plantar *no alto* implica correr o risco de prejudicar a reprodução da família, então essa prática é abandonada. Há possibilidade de manter roças *no alto*, a partir de sistema de irrigação, mas, primeiro, calcula-se se as perdas serão maiores que os ganhos. Esse cálculo não é feito a partir de uma racionalidade capitalista para obter lucro, mas sim para que a família não passe necessidades diante de determinada decisão.

Os principais cultivos do roçado são a mandioca, o milho e o feijão (Figura 17); ocupam a maior parte da área cultivada dentro da unidade familiar.

Figura 17 – Roçados de milho e mandioca na comunidade Gangorra.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2014).

Notamos alguns fatores explicativos para a escolha desses principais cultivos do roçado na comunidade. Os três são alimentos fundamentais da dieta familiar, indispensáveis na refeição de todas as famílias da comunidade.

A preferência pela mandioca e o milho se deve à flexibilidade de seus usos, pois possibilita “[...] ao pequeno produtor optar entre seu consumo direto e sua venda, nos diferentes momentos do ano agrícola” (HEREDIA, 1979, p. 52).

São cultivados dois tipos de mandioca, a brava e a mansa. A brava, cultivada em menor quantidade, serve para produzir a farinha. Já a mansa é cultivada em maior quantidade, serve para fazer bolo, biscoito (feito com a goma), cozinhar, fritar e, além disso, tem *boa saída* na feira. Algumas famílias cultivam-na visando além do autoconsumo a sua comercialização⁹⁷. Contudo, não concebemo-la como lavoura comercial, pois sua produção não está voltada exclusivamente para a comercialização, sendo um caso de economia de excedente, na qual se produz para que o excedente sempre ocorra.

O milho, mesmo ocupando grande parte dos roçados, é destinado, principalmente, ao autoconsumo. Sua preferência também decorre dos seus múltiplos usos, tanto para o trato animal – a quirera de milho é a principal forma de tratar as galinhas – quanto para o consumo humano, propiciando diversos usos, culinários como o angu (polenta), a farinha de milho, o bolo, o fubá, a pamonha, o milho assado, etc.

Verificamos a possibilidade – a depender das necessidades da família em adquirir outros produtos – de redução do consumo para garantir a comercialização, possibilitando o equilíbrio entre venda e consumo. Dessa forma, não só a mandioca e o milho, mas a maioria dos produtos possui a propriedade da *alternatividade*, como destacam Garcia Júnior (1975) e Heredia (1979). Isso possibilita à família decidir entre vender ou consumir. Para a maioria dos cultivos é dada a prioridade para o autoconsumo, sendo alguns cultivados exclusivamente para esse fim e outros, em maior quantidade, visando a sua comercialização. Entretanto, na maior parte dos casos, cultiva-se, como costumam dizer, “pra despesa”. “Pra vender, vende mesmo se sobrar alguma coisa. Mas você tem que vender, né?” (Entrevista com Sr. Zé, jan. 2013).

O feijão ocupa menor área nos roçados, mas com grande variedade. Dificilmente acontece de alguma família precisar comprá-lo. Notamos sua presença em praticamente todas as refeições, um dos principais alimentos da dieta alimentar da família. Os pequenos roçados de feijão, diferente dos roçados de mandioca e

⁹⁷ Algumas famílias, inclusive, disseram já ter investido o recurso do PRONAF em roças de mandioca.

milho, normalmente são plantados bem próximos às casas, no *quintal*. Geralmente esses roçados são feitos com feijão de arranca e/ou o feijão catador, variedades produzidas na época das secas. A diferença é que na colheita do feijão de arranca retira-se todo o pé e deve-se esperar que ele seque para posteriormente *bater* (Figura 18), sendo necessário plantá-lo novamente na próxima safra.

Figura 18 – Feijão d'arranca secando/ Feijão sendo *batido*.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013/2014).

No caso do feijão catador, colhe-se a vagem e o pé continua produzindo durante o ano inteiro, sendo necessário replantá-lo somente no ano seguinte. Além desses, há diversos outros tipos, geralmente plantados no quintal, como:

carioquinha, preto, são-paulino, fava, guandu e, o chamado, feijão de porco, para ração dos porcos, dificilmente consumido por ser muito duro. Observamos alguns tipos na Figura 19.

Figura 19 – Variedade de Feijão: de porco (branco), catador e guandu.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2014).

Os camponeses narram que antes, quando a época das chuvas era mais prolongada e havia mais chuva na época da seca, plantavam também o arroz, mas agora dificilmente cultivam-no. No entanto, parece-nos que essa mudança ocorreu por dois motivos e a partir do Governo Lula. São eles: a) devido a construção da ponte que liga os dois lados do município, fato barateador do custo dos produtos, antes trazidos por balsas; b) pelo aumento da renda familiar a partir da criação do Programa Fome Zero, posteriormente transformado no Programa Bolsa Família⁹⁸.

⁹⁸ Com exceção de Vânia, pensionista pela morte do marido, todas as famílias da comunidade têm acesso ao programa, que, por vezes, a renda de seu repasse ultrapassa a obtida pela venda do excedente da produção.

Assim, tornou-se mais fácil comprá-lo ao invés de produzi-lo ⁹⁹. Dessa forma, diminui-se a auto-exploração da força de trabalho familiar, aproximando-se de um equilíbrio entre consumo e bem-estar da família camponesa.

Um fato que nos chamou atenção em relação ao *roçado* foi que um dos jovens (Rodrigo, filho de Tião, neto de Laurentino) decidiu “botar” roçado e horta por sua conta nas terras de sua avó (Dona Dú). Rodrigo, após ter retornado de Pernambuco¹⁰⁰, decidiu “tentar a sorte” na roça. Contou que sua avó não estava mais lidando com seu pedaço de terra e concordou em deixá-lo fazer sua própria roça. Esse fato se assemelha à análise elaborada por Garcia Júnior (1975) sobre a existência do *roçado* e *roçadinho*. O autor compreende o roçado como o lugar do pai, onde os filhos ajudam-no nas tarefas desenvolvidas, sua finalidade é o consumo coletivo da família camponesa. Já o roçadinho refere-se à

[...] plantação efetuada sob controle de cada membro da unidade doméstica que não o pai, cujo produto é vendido para proporcionar ao seu detentor a aquisição de uma determinada mercadoria. Opõe-se ao roçado, pois é realizado individualmente e visa cobrir despesas individuais. (GARCIA JÚNIOR, 1975, IV, p. 1).

A decisão de Rodrigo de fazer seu próprio roçado foi auferir renda para suprir suas necessidades individuais. Ainda mais, parece-nos que por ser o filho mais velho e por não aceitar a migração como forma de reprodução, sendo sua intenção permanecer na comunidade, a primeira condição para que isso seja possível é ter seu próprio roçado.

Quando eu cheguei de Pernambuco, uma semana depois, eu falei pra minha vó: “Vó tenho que caçar um negócio pra mim”. Ela falou assim: “Oh, tem a terra aí, eu já tô velhinha e não aguento mexer com nada, se você quiser cuidar dela aí”. Eu tava trabalhando pra ela, dia normal. Ai, no outro dia eu peguei a enxadinha e fui pra lá e comecei. Mas, começo é assim mesmo pra quem não tem né? Acho que conseguir uma coisa dada, de mão-beijada é difícil, né? (Entrevista com Rodrigo, jan. 2014)¹⁰¹.

⁹⁹ No entanto, Sr. Reinaldo, marido de Dona Pretinha, disse que vai plantar neste ano (2014). O arroz é plantado no brejo e, geralmente, planta-se em novembro (época das águas).

¹⁰⁰ Isso será tratado no capítulo 5, quando analisamos as experiências e trajetórias migratórias desses camponeses. O motivo da ida de Rodrigo a Pernambuco foi a busca de trabalho, a saída ocorreu por meio de seu tio, que estava em Angra dos Reis/RJ e havia arranjado emprego em Pernambuco.

¹⁰¹ Na ocasião do primeiro trabalho de campo, todos os primos estavam comentando sobre a decisão do rapaz, pois esses, apesar de trabalharem na roça com os pais e para outras famílias da comunidade, como também para vizinhos (como no caso do trabalho em um cafezal), têm como alternativa mais visada a migração para Itatiaia ou Angra dos Reis, ambos municípios situados no

Rodrigo plantou roças de milho, mandioca e feijão, além de hortaliças, como cenoura, couve e jiló. Na realização do segundo trabalho de campo (2014), vimos alguns resultados de um ano de trabalho do jovem Rodrigo (Figura 20).

Figura 20 – Rodrigo, filho de Tião, no local onde estava plantando roçado de mandioca.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2014).

Nesse caso, a possibilidade de “liberar” o filho para cuidar de seu roçado próprio (não quer dizer que ele deixe de ajudar o pai nas outras atividades) advém da existência de braços suficientes para o trabalho na unidade familiar¹⁰², como também é a condição necessária para o jovem permanecer na comunidade. Como Rodrigo está começando, seu pai, além de liberá-lo também o ajuda com o trabalho em seu roçado, não configurando-se como troca-de-dias ou trabalho-a-dia. Contudo,

Estado do Rio de Janeiro, onde possuem parentes. Assim, a decisão de Rodrigo difere da maioria dos jovens da comunidade.

¹⁰² Tião tem quatro filhos, dos quais apenas um ainda não ajuda na roça.

Rodrigo continuar ajudando o pai no *roçado* familiar e outras atividades, sempre que necessário.

Notamos que o *roçadinho* (GARCIA JÚNIOR, 1975) de Rodrigo intensificou as relações de trabalho na comunidade, como troca-de-dias e trabalho-a-dia. Por enquanto a relação com o irmão e/ou os primos é de troca-de-dias¹⁰³. Sobre a troca-de-dias, Garcia Júnior explica:

A troca de dia dá-se quando um membro de uma determinada unidade familiar (A) trabalha no roçado de uma outra unidade familiar (B), sob as ordens do chefe desta última (B). Não recebe por isto nenhuma contrapartida em dinheiro, mas assegura que membros desta outra unidade familiar (B) farão o mesmo quando for necessário. Esta forma está baseada nas redes de solidariedades locais, sejam elas definidas por parentesco ou por grupos de vizinhança. (GARCIA JÚNIOR, 1975, p. 62).

A troca-de-dias na comunidade ocorre a partir dos mesmos arranjos de solidariedade definidos por Garcia Júnior, entretanto, no caso de Rodrigo, por exemplo, entre os membros da comunidade que trocam dias com ele, está o próprio irmão e seus primos, mesmo não possuindo *roçadinho*. Dessa forma, Rodrigo pagará quando esses membros precisarem de ajuda para *roçar manga* ou em qualquer outro serviço do qual recebem em trabalho-a-dia, pois assim, com a ajuda de Rodrigo, terminarão o trabalho com menos esforço e em menos tempo.

No *roçado* e no *roçadinho*, as relações de trabalho extrapolam a unidade familiar (entre seus membros) e incorporam relações entre as famílias da comunidade. Em outras palavras, a organização do trabalho camponês, ao extrapolar a unidade familiar, toma formatos de cooperação entre as famílias da comunidade, regradas por práticas (estratégias) de reciprocidade¹⁰⁴. Das relações que citamos – troca-de-dias e trabalho-a-dia – só participam os homens e filhos mais velhos, mais comuns entre as famílias herdeiras de Laurentino. Porém, não parece ter relação estrita com a questão dos laços sanguíneos, mas sim com o fato de a maioria das outras famílias serem de aposentados, possuindo vencimentos que lhes garantem a reprodução.

¹⁰³ Entre os jovens a troca-de-dias ocorre com maior intensidade que o trabalho-a-dia, que dificilmente acontece. O trabalho-a-dia pode ocorrer quando um dos jovens pega uma empreitada, porém, dificilmente se pega empreita no *roçado*. Os trabalhos no *roçado* são, principalmente, o plantio, a colheita e a capina, o ato de retirar o mato da roça.

¹⁰⁴ Os princípios de reciprocidade ultrapassam até mesmo os limites da comunidade, pois, como veremos no capítulo 4, é também a partir deles, são formadas as redes de relações sociais necessárias para o processo migratório.

Essas relações de trabalho entre famílias ocorrem somente em três espaços: no *roçado*, no *roçadinho* e no espaço da *manga*. A *manga* corresponde ao espaço exclusivamente de trabalho, áreas de pasto natural (Figura 21), transformada em *espaço* a partir da apropriação e uso que se faz delas.

Figura 21 – Manga (a área circutada corresponde ao espaço da *manga*).



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2014).

As *mangas* não são abertas pelos camponeses, ou seja, não são áreas desmatadas, mas sim pastos naturais cercados e limpos. São espaços individuais¹⁰⁵, onde o trabalho realizado é o de tirar os tocos e o mato, deixando apenas o pasto. Dessa forma, não se planta *manga*, o que se faz é *roçar manga*. As mangas são pouco utilizadas propriamente pelos membros da comunidade, pois não têm renda suficiente para comprar e manter muitos bovinos. O que mais ocorre é seu arrendamento para alguém de fora, o que explica porque não há grandes extensões de *mangas* roçadas, sendo realizado somente quando o seu arrendamento está garantido.

¹⁰⁵ Cada família possui a sua manga.

No trabalho de *roçar manga*, ocorrem as empreitadas. Diferentemente do trabalho-a-dia – apesar de o pagamento ser realizado a partir do valor do trabalho-a-dia –, a empreitada é trabalho pago por tarefa. Avaliam quantos dias serão precisos para roçar determinada *manga* e chegam ao valor que será pago. Apesar de ser trabalho por empreitada, verifica-se, novamente, a flexibilidade das relações de trabalho. Assim, o acordo é feito entre o dono da *manga* e um membro da comunidade responsável pelo trabalho, oferecido somente a uma pessoa (os homens ou filhos mais velhos), e incluirá outros membros na sua realização. Narraremos um caso que presenciamos.

Reginaldo (filho de Dona Pretinha) pegou a empreitada de *roçar manga* para seu tio Zé. Foram contabilizados dez dias de trabalho necessários para roçar toda a *manga*. Eduardo, filho de Tião, que estava devendo trabalho-a-dia para Reginaldo, foi chamado para pagá-lo com seu próprio trabalho, ou seja, realizar a troca-de-dias. Reginaldo também tem a opção de pagar trabalho-a-dia a algum membro para que o ajude, ou ainda, notamos a possibilidade do próprio Zé pagar trabalho-a-dia a outro membro para que ajude Reginaldo, a depender do tempo estabelecido. Em outras palavras, se Zé notar que Reginaldo não conseguirá terminar de *roçar a manga* no tempo estabelecido, ele também pagará trabalho-a-dia para mais outro membro para que o prazo seja cumprido. Isso não lhe custará mais, pois teria que pagar mais trabalho-a-dia para Reginaldo terminar, sendo que isso incorreria em extrapolar a data marcada para o arrendamento da *manga*.

Notamos as tramas que o trabalho familiar tece na comunidade Gangorra e a flexibilidade nas relações de trabalho entre os membros da comunidade. Aqui, porém, a troca-de-dia não se dá apenas no *roçado*, como apontado por Garcia Júnior (1975, p. 62), mas também, como observamos, no *roçadinho* e na *manga*, sendo que no *roçadinho* ocorre somente entre os jovens. Acrescentamos ainda a possibilidade de, por exemplo, trabalho-a-dia transformar-se em troca-de-dias, como observado no exemplo da empreitada de Reginaldo.

Geralmente, entre os membros da comunidade quem costuma contratar empreitada de *roçar manga* é Zé, para depois arrendá-la para alguém de fora colocar o gado. Isso se deve ao fato dele ter a maior área, devido à compra dos direitos dos irmãos, como escrevemos anteriormente. Isso modificou as relações de trabalho na comunidade. Após a compra de mais direitos, Zé deixou de participar da troca-de-dias na comunidade e do trabalho-a-dia fora, transformando-se naquele

que mais contrata empreitadas e trabalho-a-dia de seus irmãos e sobrinhos. Também, pelo fato de não ter força de trabalho suficiente na sua unidade familiar para realizar todo trabalho na propriedade¹⁰⁶.

Mesmo com essa diferenciação, os outros membros da comunidade, a partir do trabalho nas terras de Zé, conseguem adquirir renda. Concomitantemente a isso, Zé tem a situação econômica mais confortável. Por meio das entrevistas e da observação durante os trabalhos de campo na comunidade, afirmamos que essa diferenciação ainda não afeta outros laços a ponto de fazer com que Zé seja visto como diferente, que aproxime o trabalhar para ele do trabalhar no cafezal na propriedade vizinha, por exemplo. Zé refere-se ao trabalho dos sobrinhos como ajuda. Contudo, não há como saber até que ponto as relações no interior da comunidade continuarão sendo entre iguais, pois a intensificação dessa diferenciação, conforme compreendemos, poderá causar maiores mudanças nos vínculos de reciprocidade entre as famílias.

Após investigarmos a organização do trabalho e da produção nos diferentes espaços da unidade familiar, em cada unidade e entre as famílias, foi possível elaborarmos algumas considerações a respeito da diferenciação social na comunidade.

Ao tratarmos das relações de trabalho entre as famílias, das nove, referimos mais a família de Zé, Tião e Reinaldo, e isso não é por acaso, pois a família de Dona Dalva não mora na comunidade e a de Vânia trabalha exclusivamente em sua posse; as demais famílias (Dona Dú; Dona Domingas; João Friagem e Antônio) são de aposentados, somente Dona Dú e Dona Domingas ainda, de vez em quando, pagam trabalho-a-dia para alguns dos jovens da comunidade realizarem tarefas do *roçado* (plantar, limpar e colher), e as de João Friagem e Antônio somente cultivam uma horta e realizam, sozinhos, pequenos trabalhos, até mesmo para “não ficar parado”.

Na unidade familiar de Vânia, seus dois filhos trabalham na própria terra da família e o marido trabalha como empregado nas terras de Dona Dalva (irmã de

¹⁰⁶ Dos três filhos de Zé, um menino ainda criança e duas meninas (ajudam mais a mãe no trabalho da casa). Soma-se a isso o fato de sua mulher “trabalhar fora”, fato inviabilizador do trabalho no sítio.

Muquicho), como assalariado permanente, com jornada de trabalho semanal e salário mensal¹⁰⁷.

Em relação às famílias de Zé e de Tião, notamos o fato de Zé possuir mais terra e contar, além disso, com o salário de sua esposa, e de Tião ter acesso ao PNAE, possibilitando não trabalhem “pros outros”, fora da comunidade e não estabelecem relações de troca-de-dias no interior da comunidade¹⁰⁸.

A família de Reinaldo complementa sua reprodução, garantida, parcialmente pela produção de autoconsumo, por meio do trabalho-a-dia, tanto para os irmãos quanto no cafezal do proprietário vizinho. O trabalho-a-dia no cafezal do fazendeiro vizinho¹⁰⁹ é realizado, principalmente, por Reinaldo (marido de Dona Pretinha) e seus filhos mais velhos. Essa já não é mais a realidade para Zé e Tião. Segundo Zé: “Trabalhar pra fazendeiro é ruim demais, você não tem segurança de nada [...] trabalhar pra gente é melhor” (Entrevista com Sr. Zé, jan. 2013).

De acordo com as análises realizadas, notamos como fatores internos e externos à unidade familiar fazem diferença em suas condições de reprodução, como, principalmente, ter ou não acesso a algum tipo de política pública ou então ter mais ou menos terra. Fica-nos claro que determinados fatores podem alterar a organização das relações de trabalho entre as famílias, contudo, aparentemente não alteram os princípios de sociabilidade nas relações sociais na comunidade. A territorialidade desse campesinato dá sentido à vida comunitária, e as relações de apropriação e uso dos espaços possuem traços singulares.

Tratamos de espaços individuais com relações coletivas, mas, também, há espaços coletivos de relações de uso comum, como as *chapadas*, sendo esses espaços expressões e características da organização do trabalho e da (re)produção desses camponeses.

As *chapadas*, espaços coletivos correspondem às áreas de vegetação com características do cerrado, onde não há cercas para separar as posses, ou seja, não há a *chapada* de fulano ou beltrano.

Entretanto, as *chapadas* já não são algo comum, tanto no Vale do Jequitinhonha como em Itinga. De uma comunidade para outra, observamos

¹⁰⁷ Verificaremos no próximo subitem, algumas questões referentes à renda familiar – que, até mesmo, ajudaram a compreendermos a organização do trabalho e da produção na comunidade –, ao analisarmos as diferentes fontes de renda das famílias da comunidade.

¹⁰⁸ Tião somente ajuda com seu trabalho no *roçadinho* de Rodrigo, seu filho.

¹⁰⁹ Charlão, ex-prefeito de Itinga, é proprietário da fazenda vizinha onde se situa o cafezal.

grandes fazendas pecuárias onde as *chapadas* foram desmatadas para colocar pasto, e ainda notamos que são realidade de poucas comunidades¹¹⁰, pois foram tomadas dos camponeses, em grande parte do Vale do Jequitinhonha, e apropriadas por empresas de monocultivo do eucalipto e empresas mineradoras, e no Médio Jequitinhonha e Itinga por fazendeiros, como mencionamos.

Gangorra possui sua *chapada*, e ela é *vigiada* pelos camponeses, pois por vezes já foram surpreendidos por incêndios sem causas conhecidas. As *chapadas* são os principais espaços onde permanecem os conflitos entre o campesinato e o capital, sendo o último amparado pelo Estado.

A realidade de Gangorra é comum à daquelas comunidades onde ainda encontram-se as *chapadas*, ou seja, sua existência é fruto da luta camponesa, pois se não fosse por eles – pela forma como se apropriam da natureza e pelos conflitos travados – existiriam somente nas histórias contadas de geração em geração, dentro de suas famílias.

O zelo deve-se à relação que têm com a natureza. Sabem que esse ambiente é necessário para sua reprodução, pois lhes oferece os frutos, as águas, os animais etc. Dessa forma, a apropriação das *chapadas* (Figura 22) pelo campesinato transforma o que é considerado genericamente um ambiente em um espaço. Esse espaço, consideramos como de resistência e de reprodução, mantendo-se por características seculares de uso. São atividades realizadas nas *chapadas*: extração de madeira para forno e fogão; coleta de frutos, como cagaita, marmelinho, e o pequi, comercializado na feira.

¹¹⁰ Gangorra é um caso singular

Figura 22 – Vista da *chapada*.



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2014).

Ao refletirmos sobre a reprodução dos camponeses de Gangorra e sobre as *chapadas* e os demais espaços que, de um modo geral, fazem parte das grotas, é que sem *chapadas* não há *grotas* e sem *grotas* não há *chapadas*.

Fizemos a análise da organização do trabalho e (re)produção camponesa a partir de Gangorra, o que nos permitiu entender a formação de espaços de resistência. Entenderemos, adiante, como as fontes de renda e algumas políticas públicas contribuem para a reprodução do campesinato.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, VENDA DO EXCEDENTE E OUTRAS FONTES DE RENDA

O avanço do capital no campo ocasionou mudanças tanto internas quanto externas à família camponesa, as quais, exigem recriações de suas estratégias de

reprodução. As rendas monetárias tomaram relativa importância devido a perda de condições de (re)produção antes existentes, como, por exemplo, o uso das chapadas para criação de bovinos e a possibilidade de se abrir novas posses. Entretanto, como é o caso do campesinato de Itinga e, especificamente, da comunidade Gangorra, esses sujeitos cumprem parcialmente sua reprodução a partir de determinadas estratégias realizadas dentro da comunidade, analisadas anteriormente.

Analisaremos outras estratégias e fatores ligados às diferentes fontes de renda das famílias, ou seja, investigaremos os tipos de fontes de renda a que os camponeses de Gangorra têm acesso e como essas rendas interferem e são utilizadas para a reprodução social das famílias da comunidade.

As fontes de renda das famílias da comunidade são agrícolas e não-agrícolas, porém advêm principalmente de atividades agrícolas e repasses de renda, como o Programa Bolsa Família, pensões e aposentadorias, configurando-se como rendimentos não-agrícolas, mas, também, não advindos de algum tipo de atividade produtiva não-agrícola¹¹¹. Tais rendas, em geral, garantem o bem estar das famílias.

Notamos que, por muito tempo, as gerações antepassadas de famílias da comunidade trabalharam nas grandes fazendas e até mesmo, no caso de alguns, arriscaram a saída para o corte da cana, com a finalidade de geração de renda para a satisfação das necessidades de suas famílias. Isso significava, ao mesmo tempo, o cativeiro do camponês e a liberdade de sua família. Atualmente essa não é a única opção, como destaca Antônio: “Uns anos atrás aqui era assim, meu pai tinha a terra aqui, sogro lá em baixo tinha, outro também tinha, mas trabalhava mais era pros fazendeiros, hoje trabalha mais pra si” (Entrevista com Sr. Antônio, jan. 2014).

Ainda de acordo com essa assertiva, está a fala de Tião:

Hoje melhorou porque quase todo mundo [referindo-se aos integrantes da comunidade] trabalha pra ele¹¹². Todos tem alguma coisinha. Não tinha essa ajuda que tem hoje, não tinha o bolsa escola, não tinha energia. Foi de Lula pra cá. Até esses projetos, igual eu falei pra você, que começou incentivar aqui [referindo-se ao PRONAF e PNAE], foi da época de Lula. (Entrevista com Tião, jan. 2014).

¹¹¹ A única família que possui rendimento advindo de uma atividade não-agrícola é família de Zé. Sua esposa trabalha como servente numa escola localizada na comunidade vizinha, Itinguinha.

¹¹² Aqui o narrador quer dizer que cada camponês teria passado a trabalhar para si próprio.

Quanto maior as possibilidades de geração de renda, a partir das atividades agrícolas – que é o que sabem fazer ¹¹³ –, em suas próprias posses, maior a autonomia dessas famílias. Assim, se a liberdade no trabalho é um fator considerado importante para os camponeses, como observamos nas diversas narrativas de preferência pelo trabalho por conta e não “pros outros”, ela se torna uma busca constante.

Como destacado por Woortmann (1990, p. 39) na citação de abertura deste subitem, comercializar sua própria produção e transformar o trabalho nela exercido em ganho é, para os camponeses, de fundamental importância para que, assim, comprem aquilo que não é produzido dentro da unidade familiar¹¹⁴. No caso da comunidade em estudo, notamos essa comercialização, especialmente a realizada no mercado municipal, garantindo somente a compra de outros alimentos. Assim, a comercialização do excedente no mercado municipal (Figura 23) é uma das formas de manutenção da autonomia camponesa, pois permite a comercialização direta, sem atravessadores.

¹¹³ Na narrativa dos sujeitos o saber fazer parece se diferenciar de profissão; é herança que vem junto com a terra, faz parte da identidade camponesa. Essa ideia está contida em Woortmann (1990).

¹¹⁴ Mesmo que essa prática seja mediada pelo dinheiro adquirido com a venda da produção, ela é encarada como uma troca. Essa concepção pode ser observada nas falas dos entrevistados quando se referiam ao ato de *fazer feira*. Podemos entender a feira como um espaço dotado de significados, onde ocorrem trocas materiais e simbólicas (SERVILHA, 2008).

Figura 23 – Mercado municipal de Itinga/MG



Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).

Mesmo sem o atravessador, a comercialização tem um custo, que é o transporte para ir à *rua*¹¹⁵ e para retornar à comunidade, com um valor de sete reais por pessoa mais quatro reais por saca de produtos, ambos são pagos tanto na ida quanto na volta. A distância entre a comunidade e a feira, na sede do município, é de aproximadamente 50 km. O município não possui transporte para essa função e, dessa forma, quem o faz é um morador de uma comunidade próxima. Sobre o transporte, Zé argumenta: “O prefeito prometeu por um carro pra nós carregar o produto, mas até agora [...]” (Entrevista com Sr. Zé, jan. 2014).

Esse transporte é feito no popular *pau de arara*, pela estrada principal, mas não entra na comunidade. Sendo assim, os camponeses levam os produtos até essa estrada, distante cerca de 3 km das casas, no alto da chapada. Para isso, colocam os produtos em sacas, no dorso do animal (cavalo ou burro) e caminham os 3 km até a estrada onde o *pau-de-arara* passa para pegar os camponeses e seus

¹¹⁵ Forma como os camponeses referem-se à cidade.

produtos. A maioria das famílias participa da feira, prioritariamente aos sábados, sendo todo processo de organização dos produtos levados, realizado na sexta-feira.

Dadas as dificuldades e o trabalho para carregarem as sacas até a *chapada*, as famílias fazem esse processo no entardecer da sexta-feira, deixando os produtos no meio do mato para, na madrugada de sábado, antes das quatro da manhã, subirem até onde estão os produtos, retirarem-nos do mato e colocarem-nos no *pau-de-arara*. Isso evita possíveis imprevistos atrapalharem e até mesmo impossibilitarem a ida à feira, pois *falhar* a feira pode se configurar em perda de alguns alimentos e dispêndio de trabalho¹¹⁶. A precariedade do transporte e das estradas acaba por limitar a diversidade de produtos levados à feira, principalmente no caso de frutas, como o mamão e a manga.

Durante uma das entrevistas, Zé narrou não haver controle exato do ganho da venda e do valor dos gastos, mas disse que no fim sempre dá certo. Entendemos que isso revela a equilíbrio interno da unidade familiar entre produção e consumo. Os entrevistados descrevem o mesmo narrado por um camponês na pesquisa elaborada por Brandão (1981), que a vida do camponês é plantar, colher e comer; vender “o que sobra” (excedente) para, novamente, plantar, colher e comer. A fala de uma camponesa retrata a situação: “Não tem retorno em dinheiro, se trabalha para viver!” (Entrevista com Natália, jan. 2013)¹¹⁷. Dessa forma, a feira é o meio de os camponeses pesquisados terem acesso a outra parcela de alimentos que complementa sua alimentação. De acordo com Woortmann (1990):

Vender a própria produção e realizar o valor monetário do trabalho é expressão da autonomia camponesa. Neste sentido, a feira é um espaço de realização do *pai de família* que no roçado encarna o trabalho familiar e na feira “governa” a transformação desse trabalho em *ganho*, necessário para “botar de um tudo dentro de casa.” (WOORTMANN, 1990, p. 39, grifos do autor).

Entretanto, além da comercialização do excedente na feira, há outra forma de se realizar essa comercialização, por meio de políticas públicas agrícolas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); além de ter no PRONAF a possibilidade de gerar renda. Destacamos, também, as políticas públicas sociais de repasse de renda, como é o caso de Programa Bolsa Família.

¹¹⁶ Mesmo assim, essa perda por vezes acontece durante o transporte devido a precariedade tanto do próprio meio de locomoção quanto da estrada.

¹¹⁷ Tentar descobrir a renda desses camponeses pode ser muito complicado. Se questionados, a resposta é que não possuem renda. O que quer dizer que não sobrou dinheiro, que foi trocado.

Quanto maiores as condições de reprodução (inclui-se aqui a geração de renda) dentro da unidade familiar e a partir do próprio trabalho familiar, menor é a necessidade de o camponês vender sua força de trabalho a baixo custo e, logo, maior é sua autonomia. Isso parece-nos algo que, mesmo timidamente, ocorre em relação aos camponeses de Gangorra. Aqui, especificamente, referimo-nos aos pais de família. Atribuímos isso principalmente a dois fatores: a) certas mudanças nas políticas públicas agrícolas a partir de 1990; b) políticas públicas sociais de redistribuição de renda, tais como Programa Bolsa Família, aposentadorias e pensões¹¹⁸.

Em relação ao primeiro fator, a partir da década de 1990, o Governo Federal atentou-se pelo o potencial dos camponeses para com o desenvolvimento econômico do país. Assim, as relações sociais daqueles sujeitos, considerados entraves, foram incorporadas às políticas públicas e, dessa forma, institucionalizou-se políticas para a “agricultura familiar”. Segundo Tolentino (2013), esse processo diz respeito à passagem do modelo fordista de desenvolvimento para o de acumulação flexível.

Nessa perspectiva, foram criadas políticas públicas destinadas a agricultura familiar. Um marco foi a criação do PRONAF, ampliado e aprimorado no Governo Lula, junto com outros programas para o mesmo segmento, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os Territórios da Cidadania, entre outros. Dentre os programas elencados, destacamos o PNAE e o PRONAF, sendo, o primeiro acessado somente por uma família da comunidade¹¹⁹, e o segundo, especificamente o PRONAF-B, quase todas as famílias tiveram/têm acesso¹²⁰.

Sucintamente, a modalidade do PRONAF-B diz respeito ao microcrédito rural, chegando a até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), destinados a agricultores beneficiários do Programa Bolsa Família ou cadastrados no Cadastro Único da

¹¹⁸ Não é possível nos objetivos deste trabalho detalhar e analisar a gênese dessas políticas. Será analisado, porém, o uso que as famílias fazem dos rendimentos que delas advêm, ou seja, os seus desdobramentos dentro da unidade familiar e da comunidade.

¹¹⁹ A família de Tião é a única que acessa o PNAE.

¹²⁰ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) não é acessado pelos camponeses de Itinga. Segundo a técnica da EMATER, isso se deve ao fato: “O grande entrave do PAA que eu vejo hoje, são os preços. Então assim, a média de preço não com diz com a média de preço do mercado. Numa região igual a nossa que é tão difícil de produzir, as pessoas não se interessam de vender pelo preço. Esse é o maior entrave do programa aqui pra nós. O preço é muito baixo!” (Entrevista com Márcia, jan. 2014).

União. Seu destino seria para produção e geração de renda de famílias de baixa renda do meio rural¹²¹.

O último acesso ao PRONAF-B entre as famílias da comunidade foi em 2012¹²². A maioria das famílias acessou o programa por três vezes e estavam na esperança de acessar novamente, mas os técnicos da EMATER informaram que as operações do PRONAF-B estariam suspensas. Segundo a técnica da EMATER, em 2013 poucas famílias conseguiram acessar o PRONAF-B. Em 2014 os agentes de crédito adiantaram que não seria liberada verba para esse tipo de PRONAF em Itinga, devido ao alto percentual de inadimplentes¹²³.

A agricultura em Itinga pauta-se nas pequenas propriedades camponesas, sendo de grande importância para o município. Mesmo assim, a agricultura possui poucos rendimentos, e a maioria das famílias com acesso ao PRONAF, está inserida no grupo “B”.

A técnica discorre sobre a forma como o PRONAF-B deveria ser aplicado:

Em relação ao PRONAF-B o agente de crédito do Banco do Nordeste teria que fazer uma visita ou uma reunião de mobilização e explicar pras pessoas como funciona o programa, e depois fazer o projeto, e depois que a pessoa tem acesso ao crédito ele voltaria na propriedade para constatar se aquilo que foi projetado foi aplicado. É tanto que o MDA ele paga algumas visitas de auditoria, mas é por amostragem. Então, é assim. Tem alguma coisa que não esteja saindo como foi programado. (Entrevista com Márcia, jan. 2014).

O que não está saindo como programado é o uso do crédito adquirido pelo PRONAF-B, divergindo dos projetos elaborados pela EMATER e das representações hegemônicas contidas no PRONAF, pois usa-se o crédito para outras finalidades. A quantidade máxima de acessos ao PRONAF, realizados pelas famílias da comunidade, foram, segundo Zé (Entrevista, jan. 2013), três. No primeiro, de R\$ 1.000,00; no segundo, de R\$ 1.500,00 e no terceiro, de R\$ 2.500,00. Os camponeses citaram alguns investimentos feitos com o crédito do PRONAF, mas

¹²¹ Informações disponíveis em:

http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/programas_complementares/programas_complementares/detalhes-programas-federais/programa-nacional-da-agricultura-familiar-pronaf. Acesso em: 03 maio 2014.

¹²² Dessa forma, quando realizamos o primeiro trabalho de campo (2013) haviam acessado o programa, e quando realizamos o segundo trabalho (2014), haviam quitado o financiamento.

¹²³ Sr Zé comenta que lhe disseram que talvez fosse mais fácil pegar o PRONAF maior, que seria mais fácil que o pequeno, mas relata a dificuldade, pois precisaria dos documentos da terra para acessá-lo. Outra questão levantada pelo Sr. Zé é que se mudar para o PRONAF maior não pode voltar para o pequeno. Em suas palavras: “Dai a gente fica naquela, depois a gente muda, ai num faz nem o pequeno nem o grande” (Entrevista com Sr. Zé, jan. 16/01/2014).

não todas as vezes foram realizados em função de um objetivo, relacionado com a produção¹²⁴ ou não. Muitas vezes o uso do dinheiro ocorre para sanar diversas necessidades.

Tião, participante do PNAE, investiu o dinheiro do PRONAF na produção de mandioca, pois *sai bem* na feira, como utilizou o crédito para pagar trabalho-a-dia para um *camarada*, comprar esterco e pagar o frete do caminhão para o transporte de esterco até sua propriedade, além de usar na compra do carro para ajudar a levar sua produção para a escola Jacaré – participante do PNAE – pois a entrega, segundo informações em relação ao programa, deve ser realizada por conta própria.

Esses são os usos que as famílias fazem com o crédito do PRONAF-B. Contudo, os créditos anteriormente acessados por meio do PRONAF, principalmente os primeiros, cujo valor era menor, foram utilizados para diversos gastos, tanto relacionados com a produção quanto para outras necessidades.

Sobre o fato de o PRONAF ser, muitas vezes, usado para outras finalidades e não para investir na produção, a técnica da EMATER havia relatado alguns casos de desvio para comprar outras coisas, como roupa, moto etc¹²⁵. Acrescentou ainda que as inadimplências mais recentes se devem à seca de 2012/2013, causadora da perda de animais e da produção¹²⁶. Nesse caso, houve um desconto de 80% nas parcelas e muitas pessoas quitaram o débito, mas não todas.

A técnica também se baseia em um boato ocorrido para explicar a causa da inadimplência. Ela acrescenta:

O PRONAF-B tem algumas pessoas que acham que ele não é necessário pagar, que eles vão ter perdão da dívida. Algumas pessoas pensam assim ainda, porque isso antigamente foi disseminado no município, você tá entendendo? E o comentário vai correndo, vai correndo e vai correndo. Não pelos agentes de crédito, mas por pessoas da própria população. Ai as pessoas não levaram muito a sério no início. Eu acho que as pessoas que estão devendo, que essa inadimplência não é desses últimos financiamentos, são de

¹²⁴ Temos a compra de vacas, como no caso de Zé que pegou o PRONAF-B três vezes e em duas comprou vacas. Reinaldo que comprou uma égua que logo morreu, fato de grande prejuízo. Vânia investiu parte do crédito na plantação de mandioca. Tião investiu na plantação de mandioca e comprou um carro usado para levar a produção para as escolas, que ele entrega por meio do PNAE.

¹²⁵ No primeiro trabalho de campo, o então técnico agrícola da EMATER havia relatado que 90% dos camponeses que acessam o PRONAF-B não o utilizam para a finalidade dos projetos elaborados (investimento na produção).

¹²⁶ Chegamos a questionar se pelo fato de usarem para outras finalidades, não teriam o retorno para pagar o crédito e por isso haveria tanta inadimplência. A técnica não acredita que seja isso. A partir de Gangorra a realidade não é essa, pois até mesmo no caso de Reinaldo, que perdeu a criação que havia comprado com o crédito, pagou-o.

financiamento antigo que tá lá de muito tempo e não foi quitado. (Entrevista com Márcia, jan. 2014).

A difusão da informação entre os camponeses da não necessidade de pagar o empréstimo não ocorreu somente em Itinga. De acordo com o trabalho de Tolentino (2013), essa informação também foi difundida entre os camponeses da Paraíba. Assim como no caso estudado pelo autor, não se sabe a origem dessa informação, pois os camponeses e os presidentes de associações repassavam os rumores sobre a não necessidade de pagamento do empréstimo, sem saber sua origem, sendo boatos do cotidiano camponês (TOLENTINO, 2013, p. 196-197)¹²⁷.

Mas, mais que os casos de inadimplência, a maior reclamação dos técnicos agrícolas é sobre os desvios dos investimentos. No entanto, compreendemos as causas de os camponeses usarem o crédito para outras finalidades, analisando sua racionalidade. Por exemplo, a maioria dos que acessam o PRONAF-B não possuem alternativas para comercializar a produção a não ser a feira¹²⁸, a qual serve para absorver tão somente o excedente da produção, uma vez que, como afirmam os camponeses, “se levar muito sobra”. Além disso, para a realidade do campesinato investir é correr risco, por vezes perde-se até a produção para o autoconsumo. Além de outros fatores, como pouca terra para plantar os roçados, dificuldade com o transporte e o seu custo relativamente alto. Dessa forma, torna-se mais racional, na lógica camponesa, investir no bem-estar da família e isso ocorre de diversas formas, a depender de sua necessidade e seu anseio.

A comercialização da produção por meio do PNAE seria uma forma de estimular o investimento do crédito do PRONAF, pois configura-se como uma política de crédito para a produção agrícola, e o PNAE é sua complementação, ou seja, uma política para a comercialização dessa produção. Porém, de acordo com a realidade que analisamos, esse programa possui menor alcance e maiores limitações para o acesso que o PRONAF, estancando o processo de produção e de venda.

Sobre o PNAE, a técnica da EMATER destaca:

¹²⁷ Observamos em Gangorra o mesmo acontecendo em relação à ineficácia e dificuldade para acessar algum programa do governo ou para conseguir crédito, porém, como sempre veem na televisão que eles existem, são criadas desconfianças em relação ao Governo Municipal. De acordo com a narrativa de Zé: “O órgão que trabalha com agricultura aqui não gosta de ajudar os pequenos. Eles preferem fazer as enroladas aí e ajudar os grandes do que os pequenos. O governo manda muito recurso que a gente vê aí, mas não chega no pequeno não” (Entrevista com Sr. Zé, jan. 2013).

¹²⁸ Salvo o caso de Tião, o único que consegue comercializar por meio do PNAE.

Acho que o programa não havia sido entendido nem pelas escolas, nem pelos agricultores, nem pela prefeitura. *A gente chegou aqui, a visão que o pessoal da prefeitura tinha, era que o PNAE era feito licitação.* Então, tudo fora dos ajustes do programa. Os agricultores estavam desacreditados justamente por causa disso; porque não estava funcionando bem. Então, o programa não tinha credibilidade porque não funcionava. (Entrevista com Márcia, jan. 2014).

Assim, dos entraves interpostos em relação ao PNAE, alguns foram relatados pelos camponeses, até mesmo por Tião que consegue acessá-lo. Como observamos na narrativa da técnica da EMATER, houve um equívoco por parte da prefeitura, pois os camponeses foram informados que a venda para o programa se daria por licitação, ou seja, a partir dos produtos utilizados na merenda escolar, elaborada pela EMATER, com a relação dos produtos e, posteriormente, entregue aos camponeses. Dentre os produtos listados, os camponeses assinalariam aqueles produzidos em suas propriedades e os seus preços. A EMATER a partir dessa relação, compraria os produtos mais baratos.

A partir das entrevistas, entendemos que, por algum tempo, foram dessa forma as vendas para o programa, até a mudança. Nesse caso, um dos grandes problemas foi incitar a concorrência entre os camponeses, algo impossível e sem sentido para eles. Dessa forma, acabaram por calcular o preço do produto de acordo com seus gastos e os preços de mercado, tornando-os elevado e, dificilmente, seus produtos eram selecionados. Relataram não saber de quem a prefeitura comprava os produtos com o preço tão baixo e alegaram não compensar a venda por aquele preço, desistindo do programa.

Segundo a técnica da EMATER, isso mudou, mas deixou os camponeses desconfiados em relação ao programa. Para reverter esse quadro, a EMATER realiza visitas explicando como o programa funciona, mudando a concepção a seu respeito. Segundo ela, da última vez, foram levantados os produtos dos camponeses e o preço de comercialização no mercado. As escolas elaboraram o cardápio de acordo com a lista levantada pela EMATER, atentando para produtos periódicos de determinada época do ano. A técnica da EMATER acredita na tendência de aumento da participação dos camponeses no programa. Segundo ela:

Esse ano nós vamos fazer visitas às famílias pra questão de escalamento da produção, principalmente o pessoal das hortaliças que têm uma dificuldade grande em relação a isso. Trabalhar a

gestão, organização de mercado, boas práticas de produção de alimentos. (Entrevista com Márcia, jan. 2014).

Caso ocorram os devidos reparos e seja cumprido ao menos o percentual mínimo de compra, 30% da merenda escolar, o PNAE contribuirá de forma significativa para a reprodução camponesa, mas algumas mudanças devem realizadas para a consonância com a concepção dos camponeses e de suas necessidades.

Mesmo com as implementações dessas políticas, a partir das representações do mercado, tais representações não podem ser vistas como as únicas existentes e nem como as únicas interferentes na realidade, pois as representações dos camponeses estão envolvidas no processo, sendo assim, também influenciam tais políticas públicas.

Dessa forma, há disputa no âmbito político e no das representações, apontando possíveis mudanças a partir da realidade do campesinato e maior êxito na aplicação das políticas em pauta. Entre os problemas mais urgentes em relação ao PNAE nos parecem ser o valor, por vezes mais baixo que o do mercado, e a necessidade de arcar com os custos do transporte, interferindo na venda do excedente no mercado municipal.

Em 2013, visitando a comunidade pela primeira vez, fomos informados que no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (antiga gestão), apenas dez camponeses participaram do programa em 2012. Já em 2014, no segundo trabalho de campo, a informação foi que no segundo semestre de 2013, vinte e três camponeses participaram (nova gestão)¹²⁹.

Mesmo restrito a poucas famílias e ainda não sendo considerada uma atividade segura, devido aos entraves antes percorridos, as políticas públicas de crédito e de comercialização da produção, como é o caso do PRONAF e do PNAE, possuem papel relevante na geração de renda e na reprodução das famílias participantes, como o caso de Tião.

Por um lado, essas políticas não surtem efeitos significativos ou efeitos facilmente visíveis, por outro, as mudanças aparecem de forma mais latente em

¹²⁹ Parece-nos até um paradoxo, num município onde a EMATER atendeu mais de 600 famílias camponesas em 2013 e que, segundo o IBGE (2006), tem 1.214 estabelecimentos considerados de agricultura familiar, número ínfimo de famílias tenha acesso às políticas públicas agrícolas. Entendemos o aumento à mudança em relação à forma de compra dos produtos, não mais por licitação.

relação ao Programa Bolsa Família, pelo elevado número de famílias beneficiadas pelo programa, em Itinga, conhecida como o “berço do Fome Zero”, onde ocorreu o seu anúncio.

A distribuição do Bolsa Família, entre as famílias com baixa renda, cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, e os dados divulgados em relação a essas famílias, não as distingue enquanto residentes em áreas rurais ou urbanas, e o programa não se configura como política específica para famílias do campo. Isso dificulta a afirmação exata de quantas famílias camponesas recebem o benefício, mas todas as famílias entrevistadas no trabalho de campo confirmaram seu recebimento.

Em relação a renda dessas famílias – um dos principais critérios para participar do programa –, é baixa diante das análises governamentais, pois não se leva em conta, por exemplo, a produção para o autoconsumo. Ademais, existe a dificuldade de contabilizar a renda gerada pela comercialização do excedente, pelos eventuais *trabalhos-a-dia* e a venda de animais.

Segundo Rego & Pinzani (2013), o Programa Bolsa Família diminuiu a influência do coronelismo em diversos lugares e regiões do país, fortemente verificado nas regiões rurais, como é o caso do Vale do Jequitinhonha, com raízes profundas em Itinga. Nessa perspectiva, a redistribuição de renda, mesmo tímida, como é o caso do programa, possibilita o aumento do poder de consumo e, conseqüentemente, maior dinamismo econômico em determinadas áreas, além de mudanças nas relações sociais perpetradas por mais de um século.

A autora, em entrevista¹³⁰, destaca o preconceito com o Programa, visto por aqueles que não são beneficiados, a mesma visão estereotipada em relação à população pobre, pois se acredita que seriam somente uma massa manipulada que deseja ser incluída na sociedade de consumo. Destaca certo rompimento com a cultura de resignação existente entre aqueles em determinada situação de pobreza, que se quer conseguiriam lutar por alguma mudança. Mas, as famílias, participantes do programa, percebem a possibilidade de melhorar e mudar de vida.

Diante das possibilidades de mudanças, a partir do Programa Bolsa Família, compreendemos que as políticas públicas sociais, além de possuírem um alcance

¹³⁰ Entrevista concedida ao Jornal *Folha de São Paulo* à respeito do lançamento e conteúdo do livro. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1293113-bolsa-familia-enfraquece-o-coronelismo-e-rompe-cultura-da-resignacao-diz-sociologa.shtml>. Acesso em: 30 abr. 2014.

maior, seus desdobramentos são mais significativos do ponto de vista das relações sociais. Assim, seus efeitos são maiores que das políticas públicas agrícolas na comunidade Gangorra e, provavelmente, em outras comunidades.

Para considerarmos as políticas públicas sociais como um fator de aumentado da autonomia e de contribuição na reprodução do campesinato¹³¹, levamos em conta os parques rendimentos gerados a partir da comercialização do excedente agrícola dessas famílias – e isso envolve as dificuldades já percorridas –, é possível que a renda dessas políticas, por vezes, sejam maiores.

Os benefícios do Programa Bolsa Família destacam-se, como verificamos, pois as famílias da comunidade Gangorra conseguem acessá-lo e, em alguns casos, torna-se a principal renda familiar (como é o caso de Dona Pretinha). Seu uso é múltiplo, desde a compra de material escolar, roupas e sapatos para as crianças e jovens, remédios, até o pagamento da conta de energia. Já em relação à aposentadoria rural (um salário mínimo), dentre as famílias que a possuem, é o maior de todos os rendimentos¹³². No entanto, outras famílias se beneficiam desses rendimentos, principalmente os filhos e netos de Dona Dú, moradores da comunidade. No caso do Antônio, que há quatro anos retornou para comunidade, seu rendimento é repartido entre ele, a mulher e seu filho mais velho. Nesse caso, entendemos a aposentadoria como influência para o retorno e a permanência na comunidade¹³³.

Somente uma família se beneficia de pensão. Trata-se da Sra. Vânia, cujo marido (filho de Laurentino) morreu logo quando haviam retornado à comunidade, após passarem alguns anos fora. A pensão serve para acessar bens de consumo da família. Vânia tem dois filhos, o mais novo migrou em 2013 e o mais velho continua na comunidade, diante da promessa, por parte de sua mãe, de um valor mensal para que trabalhe a terra que lhes ficou de herança. Além da renda da pensão, a família também conta com o salário do companheiro de Vânia, assalariado mensalista nas terras de Dona Dalva.

¹³¹ Além das políticas públicas sociais de repasse de renda, observamos que aquelas que dizem respeito à infraestrutura, saneamento básico, doações de sementes e de criações, como frangos, também contribuem para a reprodução e o bem-estar da família camponesa. É o caso do Programa de Combate a Pobreza Rural e do Programa Minas Sem Fome.

¹³² Somente quatro famílias possuem beneficiário, são elas: Dona Dú, Dona Domingas, Sr. João Friagem e Sr. Antônio.

¹³³ Isso será melhor trabalhado no próximo capítulo.

Em relação a esses repasses de renda, especificamente a respeito do Programa Bolsa Família, notamos as representações (hegemônicas) de que ele deixou o povo acomodado, e com isso tornou-se difícil recrutar alguém para trabalhar por dia. A visão em relação aos beneficiários do programa é retratada por estereótipos, como "indolentes", "vagabundos", "acomodados", vistos como aqueles que não querem trabalhar; formados a partir da visão do *outro*, daquele que é socialmente diferente.

Aqueles que reclamam do programa são os principais exploradores da força de trabalho camponesa a baixo custo, e após a implantação do programa perdem essa possibilidade de exploração, de aproveitar de situações de necessidades, as quais os camponeses vendem a força de trabalho para a reprodução da família. Confirmamos esse fato pela diminuição desses serviços, em que pagava-se pouco. O camponês se utiliza da relação com o Estado – repasse de renda e programas para a agricultura familiar – para aumentar sua autonomia frente às relações de exploração, quais estava submetido até pouco tempo.

No entanto, chamamos a atenção para o seguinte fato: mesmo com a reclamação do *outro*, de que não se acha mais facilmente alguém para, por exemplo, limpar um quintal (na cidade) ou no para *roçar manga* (no campo, reclamação de fazendeiros), as empreitadas e o trabalho-a-dia entre os *iguais* permanecem. Sendo assim, quem o faz, como forma de *ajuda*, pode receber em dinheiro ou, até mesmo, em *troca-de-dias*. Observamos na fala de um camponês da comunidade Jacaré: "Tem uns que trabalho até de graça, *camarada* não precisa pagar, mas tem *outros* que nem me pagando "mile" reis eu não vou" (Entrevista com Antoniel, jan. 2013).

Aqui está um ponto chave em relação a geração de renda na comunidade. O fato de famílias possuírem acesso às políticas públicas, sejam agrícolas ou não, promove a diferenciação entre essas famílias. Por sua vez, o que notamos é que, a partir da forma de organização das relações de trabalho na comunidade, em nossa interpretação, parece ocorrer uma (re)distribuição das rendas obtidas pelas políticas públicas entre as famílias da comunidade, e isso se dá por meio das empreitadas e do trabalho-a-dia.

O aumento da renda por parte das famílias, a partir dos meios percorridos, elevou o valor do trabalho-a-dia. Em 2012, quando realizamos o primeiro trabalho de campo, o preço pago pelo trabalho-a-dia era de R\$ 25,00, já em 2013, no segundo

trabalho de campo, o preço estabelecido era de R\$ 35,00 e, provavelmente, subiria para R\$ 40,00. Dessa forma, podemos afirmar que as políticas públicas possuem importância para as famílias da comunidade Gangorra, sendo inegavelmente as principais fontes de renda quando se pensa na sua (re)distribuição entre as famílias. Somam-se a elas, na composição final da renda dessas famílias, as empreitadas, os trabalhos-a-dia, a venda do excedente e o autoconsumo¹³⁴.

Elaboraremos algumas considerações, principalmente em relação as políticas públicas. As políticas públicas de cunho social possuem maior contribuição para a reprodução desses camponeses do que as propriamente agrícolas. Ressaltamos os impasses ao êxito das políticas públicas: burocracia, curto alcance e limitações, tanto de acesso quanto de uso, piorando com a rigidez na aplicação e a forma de controle dessas políticas, reduzindo-se suas contribuições.

Os camponeses de Gangorra destacam que as políticas públicas agrícolas são fracas e há necessidade de melhorias. Por isso, devem ser implantadas de acordo e a partir das necessidades desses sujeitos.

Há contrariedades entre a racionalidade de determinadas políticas e a racionalidade camponesa. Assim, os camponeses, para reproduzirem socialmente suas famílias, apegam-se à tradição e às práticas camponesas, entendidas se levados em consideração seu modo de vida, sua cultura e sua territorialidade. Mesmo com acesso às políticas públicas e, até mesmo, novidades em relação aos cultivos, para continuarem camponeses, esses sujeitos se apegam às tradições, características próprias. Nessa perspectiva, as considerações de Woortmann (1990) reforçam tal assertiva:

[...] o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro. (WOORTMANN, 1990, p. 17).

Entretanto, consideramos o processo de reprodução social desses sujeitos marcado pelo contraditório, pois as políticas públicas agrícolas aparentam ser

¹³⁴ O autoconsumo pode ser considerado fonte de renda não monetária, também devemos levar em conta o gasto que a família deixa de ter por não precisar comprar aquilo que produz.

criadas e empregadas como formas de dominação e exploração do campesinato, como expressões do exercício de poder pelo capital e pelo Estado. Mas, em contraposição, os camponeses, ao usarem-nas de acordo com seus interesses, fazem tais políticas contribuírem para o processo de sua reprodução¹³⁵.

Deparamo-nos com relações de poder entre campesinato e capital (representados pelo Estado e pelo mercado). Sobre as relações de poder, as ponderações de Haesbaert (2012) se tornam basilares:

O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e “objetificado”. Num sentido também aqui relacional, o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico. (HAESBAERT, 2012, p. 93).

Nesse caso, a identidade camponesa produzida a partir da tríade terra, trabalho e família, no âmbito das comunidades, é a expressão dos laços entre espaço e poder¹³⁶, permitindo uma racionalidade diferenciada que, ao invés do *valor de troca*, tem como expoente o *valor de uso*. Afirmamos, diante das dificuldades e limitações das políticas públicas, que a reprodução desse campesinato em seu território-zona (comunidade) é possível a partir da forma como se utilizam dessas políticas.

Entendemos que, caso fossem adotadas de acordo com a forma que é implantada (representações hegemônicas), essas políticas públicas agrícolas ocasionariam a contínua perda de autonomia do campesinato, maior dependência do mercado e do assalariamento, e intensificariam seu processo de pauperização.

O que ocorre são ações contrárias correspondentes ao que Menezes & Malagodi (2009), pautados em Scott (1976)¹³⁷, chamam de “segurança em primeiro lugar”. Significa dizer que o campesinato elabora formas de ações contra as relações de dominação que lhes envolvem, para cumprir sua principal estratégia: garantir a reprodução social da família. Dessa forma, existe uma *construção de*

¹³⁵ Essa perspectiva demonstra uma prática de subversão ao discurso e prática dominantes, como também à racionalidade do capital, sendo uma forma de exercício do poder pelo campesinato.

¹³⁶ Segundo Haesbaert (2012, p. 932-93), esses laços podem ser percebidos quando abarca-se na análise do território além de sua dimensão material, sua dimensão simbólica.

¹³⁷ SCOTT, James C. *The Moral Economy of the Peasant*. Rebellion and subsistence in southeast Asia. New Haven. Yale University, 1976.

ações diante de opções e possibilidades, sendo a principal perspectiva desses sujeitos sociais, a melhoria de suas condições de vida/trabalho sem que, para isso, seja preciso sair de suas terras.

Concordamos com Menezes & Malagodi (2009), a partir de Scott (1976), pois afirmam que os princípios de *segurança em primeiro lugar e ética da subsistência* possibilitam entender o universo camponês em todas as suas dimensões. De acordo com os autores:

Tipicamente, o camponês cultivador procura mais evitar um risco que poderá arruiná-lo do que tentar um grande investimento que pode ser arriscado e fatal. Em termos de processo de decisão, seu comportamento demonstra aversão ao risco, [com o que] ele reduz a possibilidade pessoal de uma perda maior. (SCOTT, 1976 apud MENEZES & MALAGODI, 2009, p. 13).

Essa evidência aplica-se aos programas do Governo (exemplo: PRONAF) e às novas técnicas impostas (mecanização), além de atividades não-agrícolas. A opção de se evitar o risco, deve-se às condições socioeconômicas do campesinato estudado, à produção caracterizada por culturas não rentáveis, à pequena propriedade e à falta de perspectiva no mercado de trabalho (principalmente no caso do pai/chefe de família).

As representações dos *outros* (representações hegemônicas) em relação aos camponeses, como: “esperam chegar na boca”, “acomodados”, “preguiçosos”, são formulações estereotipadas criadas quando ocorre a insubordinação camponesa. Em outras palavras, são criadas pela vontade de explorar a força de trabalho camponesa, extrair a renda de sua terra, inseri-los de maneira forçada no mercado e especializa-los, também, de maneira forçada. Tais visões estereotipadas ainda criam a concepção desses sujeitos estarem se recusando ao “novo”, o “progresso” e o dinheiro. As palavras de Thompson (1998) refletem a resistência camponesa ao moderno, “prato do dia” e, segundo a visão hegemônica, deveria ser acatado por todos.

[...] o registro histórico não acusa simplesmente uma mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também a exploração e a resistência à exploração; e que os valores resistem a ser perdidos bem como a ser ganhos. (THOMPSON, 1998, p. 301).

Poderíamos, a partir das evidências em Gangorra e das palavras de Thompson (1998), desmontar uma gama de distorções criadas a respeito do

campesinato e das políticas de repasse de renda. Mas, o que realmente nos interessa é chamar a atenção para o fato de as práticas e representações são opostas entre os diferentes grupos, e é por meio delas que eles se contrapõem a ordem imperativa do mercado. Diferentemente dos movimentos sociais, o conflito de classe não se dá no embate via organizações, mas nas práticas do cotidiano (MENEZES; MALAGODI, 2009), concebidas como uma das formas de resistência dos camponeses pesquisados.

Os adeptos do paradigma do capitalismo agrário (FERNANDES, 2008)¹³⁸, acreditam que a pobreza rural seja produto do atraso do campo ou da sociedade camponesa. Entretanto, nada mais é a própria marca da modernidade e de sua racionalidade. As políticas públicas são utilizadas pelos camponeses como mecanismos de resistência, garantindo sua reprodução e melhorias nas suas condições de vida, mas não são utilizadas como viabilizadoras de transformação da unidade camponesa em pequenos agronegócios rurais, como sugerem os estudiosos da agricultura familiar e da integração ao mercado. O modo de vida camponês ainda persiste no tempo e no espaço, negando o projeto de desenvolvimento capitalista, mesmo mascarado com o discurso do desenvolvimento.

As estratégias regradas pela territorialidade camponesa e realizadas na comunidade (território-zona) são de suma importância para a reprodução das famílias camponesas, garantindo, principalmente, segurança alimentar, geração e (re)distribuição de renda, permanência dos pais de família e relativa permanência dos jovens na comunidade. Enfim, consideramo-las como a garantia parcial¹³⁹ da permanência espaço-temporal desse campesinato, bem como são partes constitutivas de sua territorialização. Segundo Fabrini (2007):

O modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos, estruturais ou vinculados a esquemas transnacionais de ação em rede dos movimentos sociais, mas também a ações localizadas e assentadas no território.

¹³⁸ Fernandes (2008) desenvolve uma diferenciação entre estudos sobre o desenvolvimento territorial rural, enquadrando-os em dois paradigmas: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária. Dos quais, grosso modo, no primeiro não elabora crítica e pretendem contribuir ao desenvolvimento capitalista; já no segundo, elabora-se crítica ao modo de produção capitalista destacando as contradições de sua relação (capitalista) com relações não-capitalistas.

¹³⁹ Garantia parcial, pois nossa hipótese é que tal permanência espaço-temporal se realiza, além das estratégias calcadas no território-zona, também a partir das estratégias pautadas na criação de territórios-redes.

Por isso, a dimensão territorial tem importante sentido, não para potencializar o mundo da mercadoria como defendem os adeptos da agricultura familiar, mas reconhecer o território camponês como trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista. O território vai além de um local que se constitui como palco e condição/possibilidade para inserção no mundo da mercadoria no processo de mundialização das relações sociais de produção. (FABRINI, p. 30, 2007).

As práticas cotidianas de resistência, conceito desenvolvido por James Scott, têm no *território camponês* o seu sustentáculo, ou trincheira, como retratado por Fabrini (2007). No caso que analisamos, esse território forma-se a partir das comunidades e, apesar de ser o lugar a principal escala de construção da resistência camponesa, há outros espaços constituintes de seu processo de territorialização. Assim sendo, a territorialização desse campesinato não está restrita ao espaço de cada comunidade, ao conjunto das comunidades e das famílias camponesas que mantêm relações entre si, e ao espaço da feira. Consideramos, como parte desse processo e da própria territorialidade desses camponeses, as redes migratórias (territórios-redes). Nessa perspectiva, os espaços de reprodução desses sujeitos ampliaram-se como resposta às imposições colocadas pela expansão do capitalismo no campo, configurando-se na insubordinação camponesa.

Após analisarmos as estratégias de reprodução camponesa no território-zona, no próximo capítulo, analisaremos as estratégias desenvolvidas a partir dos territórios-redes, ou seja, um processo de territorialização realizado, também, pela mobilidade, pois compreendemos a territorialização desses camponeses a partir da articulação entre território-zona e territórios-redes.

4. AS MIGRAÇÕES ENQUANTO PARTE DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA

No Brasil as migrações internas têm sido estudadas por diversos intelectuais a partir de diversas áreas do conhecimento. Os estudos variam entre análises sob perspectivas macroestruturais, microestruturais e aquelas com certa conciliação entre as duas. Das diferentes interpretações, destacamos, primeiramente, três das quais são consideradas como centrais para autores, como Becker (1999) e Póvoa Neto (1997): *neoclássica*; *histórica-estrutural* e *mobilidade do trabalho*. Discorreremos sucintamente sobre elas e as perspectivas norteadoras de nossa investigação, as quais compreendem as migrações enquanto *estratégia de reprodução camponesa* e um *processo social*.

Em relação à interpretação *neoclássica*, observamos certa conciliação entre as perspectivas macro e microestruturais. Entretanto, apesar de pautar-se principalmente no indivíduo, ele não aparece como *ser social*, mas, sim, como *ser econômico*, guiado pelo mercado, por fatores econômicos e produtivos (PÓVOA NETO, 1997). O ponto de partida é a análise das forças de repulsão existentes no lugar de origem e forças de atração dos lugares de destino, correspondendo “[...] à identificação e quantificação de algumas causas e efeitos” (BECKER, 1999, p. 332). Dessa forma, “[...] esse enfoque torna-se a-histórico e pretensamente apolítico” (BECKER, 1999, p. 332). Nele, as migrações correspondem ao balanceamento e ajuste dos desequilíbrios dos fatores produtivos, como destaca Póvoa Neto (1997).

As interpretações *histórico-estrutural* e *mobilidade do trabalho* são enquadradas como perspectivas macroestruturais. Encontramos aplicações dessas interpretações em diversos tipos de mobilidade (rural-urbana; rural-rural; urbana-urbana e urbana-rural), e, por vezes, aparecem como *leis gerais* que regem a dinâmica migratória. A interpretação *histórico-estrutural*, também não considera o sujeito enquanto *ser social*, e dá ênfase às relações e ao modo de produção capitalistas, à estrutura do sistema. Nessa interpretação temos, por exemplo, a compreensão das migrações como consequência dos desníveis de desenvolvimento regionais. Em tal análise, as regiões consideradas estagnadas e com baixo dinamismo econômico expulsariam trabalhadores para regiões mais desenvolvidas economicamente e o mercado de trabalho absorvendo migrantes. Esse tipo de interpretação considera as migrações dos camponeses do Vale do Jequitinhonha

originadas no arcaísmo das relações de produção pautadas no uso de equipamentos rudimentares e de baixa tecnologia e, ainda, consideraria o Vale do Jequitinhonha como região de emigração, de expulsão. Essa interpretação foi utilizada para elaboração dos planos governamentais originando, por exemplo, a criação da Codevale, desprezando das relações sociais e de produção pautadas em bases não capitalistas. Segundo Póvoa Neto (1997), dificilmente seria possível conciliar os fatores micro e macroestruturais nessa interpretação, pois nela a racionalidade capitalista é a dominante.

A interpretação na perspectiva da *mobilidade do trabalho*, em nosso entendimento, também compartilha dessa incompatibilidade. A partir da *mobilidade do trabalho*, as análises consideram algumas regiões como verdadeiros “celeiros de mão-de-obra”, necessários para a própria expansão do capitalismo. Para Becker, nessa perspectiva, as migrações são tratadas como *mobilidade forçada da força de trabalho*, aspecto da crescente sujeição do trabalho ao capital (BECKER, 1999, p. 334). A interpretação da *mobilidade do trabalho* privilegia a análise da teoria marxista da transformação da força de trabalho em mercadoria e, assim, os deslocamentos espaciais de trabalhadores serviriam para “atender às solicitações da acumulação capitalista” (PÓVOA NETO, 1997, p. 19).

Nas três perspectivas temos a dimensão privilegiada na análise econômica, podendo em um caso ou outro levar em conta a dimensão política. Para Póvoa Neto (1997), essas três interpretações formam o grande tronco teórico sob o qual se apoiam os estudos sobre migrações internas no Brasil¹⁴⁰. Entretanto, nossa intenção é destacar as interpretações sob a análise da microestrutura, como, também, os desdobramentos macroestruturais, por meio da análise escalar entre o local e o global, entre os sujeitos e a estrutura; dinâmica não contemplada nas interpretações anteriores.

Existem outras interpretações, utilizadas, via-de-regra, quando o processo migratório diz respeito ao campesinato e consideram as migrações camponesas como *estratégia de reprodução* e como *processo social* (SILVA & MENEZES, 2007).

¹⁴⁰ Entendemos, dentro dos limites e objetivos deste trabalho, não cabe-nos realizar a análise aprofundada dos diversos enfoques e teorias a respeito das migrações internas, pois não acrescentaria alguma novidade. Dessa forma, nos limitamos a ligeira descrição dos enfoques existentes para demonstrar a diversidade de análises existentes em relação à temática e para, posteriormente, correlacioná-las ao nosso enfoque e instrumentos teórico-metodológicos de investigação.

Klaas Woortmann (2009) interpreta as migrações enquanto estratégia de reprodução camponesa. O autor afirma: “Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa” (Woortmann, 2009, p. 217). A partir dessa perspectiva, Woortmann (2009) trata de três modalidades de migrações camponesas:

a) *migração do filho antes do casamento*: além de possuir dimensão prática por viabilizar o casamento do filho, esse tipo de migração, também, possui dimensão simbólica por representar a passagem de uma fase para outra, de rapaz para homem, de filho para pai de família;

b) *migração do pai da família camponesa*: “voltada para o projeto coletivo da família e para a reprodução de seu patrimônio” (WOORTMANN, 2009, p. 220). Tal modalidade ocorre após o casamento. O autor refere-se a esse tipo de migração como cíclicas, realizadas de acordo com os diferentes ciclos produtivos e com a disponibilidade de produtos do roçado. Destacamos, como exemplo, a migração para o trabalho no corte da cana;

c) *migração definitiva*: essa modalidade de migração, de acordo com a pesquisa do autor, tem como principal causa a transformação da *terra de trabalho* em *terra de gado*. Por esse motivo, ele aponta a supressão dos supostos naturais da reprodução camponesa, substituídos por supostos sociais, por exemplo, as migrações sazonais e definitivas. Em outras palavras, a reprodução somente a partir da natureza e do território camponês, no caso, não seria mais uma realidade, sendo assim, as migrações passaram a ser uma necessidade para a reprodução de parte do campesinato. O autor afirma que esse processo, também, pode ser verificado no Vale do Jequitinhonha (WOORTMANN, 2009, p. 230).

Segundo o autor, com o espaço de reprodução reduzido pela tomada das *soltas*, no caso do Vale do Jequitinhonha são designadas *gerais* ou *chapadas*, o processo de herança é realizado de forma a evitar o fracionamento da terra, um fator de expropriação da família camponesa que, por sua vez, dependerá das práticas culturais de cada lugar. O autor verifica como prática cultural, para amenizar o fracionamento da terra, o casamento consanguíneo e o princípio da unigenitura, ou seja, a transmissão da terra para um único filho.

A partir das análises elaboradas por Woortmann (2009), migrar é parte constituinte das próprias estratégias de reprodução social da família camponesa. O autor esclarece que a linha separadora de uma modalidade de migração de outra é tênue, sendo possível, por exemplo, a migração do filho para o casamento

transformar-se em migração cíclica, da mesma forma a migração cíclica do pai de família pode se tornar migração definitiva, porém, não equivale a dizer que as migrações cíclicas sejam um caminho para o completo assalariamento.

No mais, Woortmann (2009) demonstra que as migrações dos camponeses estudados em Sergipe, mantêm ligação íntima à própria família camponesa. Considera que, se por vezes a migração contribui para a reprodução camponesa, por outras, ocorre o contrário, ou seja, configura-se como uma ameaça.

Woortmann (2009) é expoente da análise das migrações enquanto *estratégia de reprodução camponesa*. Na análise das migrações enquanto um *processo social*, destacamos o trabalho de Silva (1999), sobre as migrações do próprio campesinato do Vale do Jequitinhonha (MG).

Silva (1999), ao desvendar o processo de exploração-dominação, a partir da análise dialética do nó classe, gênero e etnia, trabalha a dimensão material e simbólica da realidade vivenciada pelos sujeitos pesquisados. Sua análise é realizada tanto na região de origem dos sujeitos, como camponeses expropriados pelo processo de modernização, quanto na região de destino (principalmente nos canais de Ribeirão Preto (SP)), como trabalhadores volantes, boias-frias.

O trabalho de Silva (1999) foi desenvolvido a partir da metodologia explicada em Silva & Menezes (2007), no qual elaboraram um apanhado crítico acerca das diferentes interpretações sobre as migrações e ressaltaram a perspectiva das migrações enquanto *processo social*, sendo os camponeses agentes¹⁴¹ do processo. A perspectiva vai para além dos modelos de deslocamentos e compreende as migrações enquanto processo histórico, atingindo os que ficam e os que partem, e levando em conta, também, suas necessidades materiais e simbólicas. São múltiplos fatores incidindo sobre esse processo, sendo importante, por um lado, destacar as condições históricas de expropriação e exploração e, por outro, a realidade do grupo social do sujeito, seus laços de sociabilidade, sua cultura, seus valores, enfim, o espaço social ao qual pertence (SILVA & MENEZES, 2007).

A partir da explanação das diferentes perspectivas presentes nas análises das migrações internas no Brasil, entendemos esses pontos de vista, elaborados e utilizados, sob o ponto de vista das mudanças, de acordo com o processo histórico-

¹⁴¹ Quando nos referimos aos camponeses enquanto sujeitos sociais, enfatizamos a mesma conotação da palavra *agente*, ou seja, aquele que além de fazer parte da história também faz a própria história, em condições determinadas (SILVA & MENEZES, 2007).

geográfico, ou seja, estritamente ligadas ao contexto de cada período e, também, aos pressupostos teórico-metodológicos de cada pesquisador. Cada perspectiva tem a sua contribuição para o entendimento das migrações, são por vezes excludentes e por outras, complementares. Em determinados contextos, pode ser dado privilégio a uma específica teoria pelo fato de contemplar o aspecto determinante do processo.

Essas afirmações podemos observar nos estudos sobre as migrações dos camponeses do Vale do Jequitinhonha. Por volta da década de 1970, as migrações camponesas foram, predominantemente, influenciadas pelo contexto da modernização agrícola naquela região. Na maioria, foram *migrações forçadas*, aproximando-se das perspectivas macroestruturais. Os fatores macroestruturais causaram maiores e mais intensos desdobramentos naquele contexto. Mesmo assim, devemos levar em conta que muitos camponeses não foram totalmente expulsos de suas posses e nem todos os expulsos tiveram como destino o assalariamento. Alguns ingressaram nos movimentos sociais de luta pela terra, para reconquistar a autonomia camponesa, como destaca Silva (2004).

A leitura não pode se limitar aos principais fatores e desdobramentos citados acima e por outro lado, as análises realizadas atualmente, sobre as migrações camponesas do Vale do Jequitinhonha, não podem deixá-los de lado, pois dificilmente seria possível chegar a uma interpretação consistente a respeito do tema sem levar em conta os desdobramentos do processo de modernização agrícola. Alguns dos aspectos determinantes foram a redução das posses e a limitação de sua expansão espacial, assim como as migrações forçadas; não podemos perder de vista esses aspectos, pois por vezes, migrar é necessário para a reprodução camponesa, como discorrera Woortmann (2009). Por esses motivos, as *migrações* têm conotações genéricas. Além de levar em consideração as especificidades do grupo a ser estudado no processo migratório, também, torna-se necessário contextualizá-lo espacial e temporalmente. De acordo com Haesbaert:

[...] migrante é uma categoria muito complexa e, no seu extremo, podemos dizer que há tantos tipos de migrantes quanto indivíduos ou grupos sociais envolvidos nos processos migratórios. Com isto, falar genericamente em migração pode mesmo tornar-se temerário – *somos sempre obrigados a qualificá-la*. (HAESBAERT, 2012, p. 246, grifo nosso).

Mesmo quando as compreendemos como *processo* (multifacetado), as migrações ocorrem de formas heterogêneas e por diversos fatores, transformam-se

no decorrer do tempo e geram continuidades e discontinuidades presentes na realidade atual. Assim, fugimos de uma leitura funcionalista-estruturalista, a qual leva em conta somente os fatores econômicos, pois é como se a investigação do processo migratório, nesse caso, fosse regida por uma *lei geral*, fazendo com que percamos de vista outras determinantes extremamente importantes do processo.

Por isso, destacamos as migrações camponesas e suas especificidades, sofrem influência do modo de vida camponês, de sua territorialidade e de sua identidade territorial. Mesmo assim, configuram-se em processo multifacetado, relacional e multidimensional, simbólico e material.

As migrações camponesas podem ser consideradas como desdobramentos e consequências de fatores internos e externos à unidade familiar, fatores multiescalares, do local ao global e vice-versa. Fazem parte das estratégias de reprodução social dos camponeses e como processo social. Por isso, novas perspectivas são necessárias para avançarmos na compreensão da realidade, criadas a partir das lacunas abertas quando utilizadas perspectivas já existentes.

Partimos da premissa de o processo migratório possuir significações diferenciadas, de acordo com o contexto histórico-geográfico analisado. Por isso, separamos nossa análise nos seguintes recortes: a) *migrações forçadas* pela expropriação e expulsão da terra; b) *mobilidade da força de trabalho* para o corte da cana; e c) migrações como processo de *territorialização camponesa*.

Os dois primeiros recortes dizem respeito à análise realizada no primeiro capítulo da dissertação, pois se tornou necessário percorrer os caminhos histórico-geográficos da formação e configuração espacial do campesinato do Vale do Jequitinhonha, desde seu estabelecimento até a sua parcial expulsão¹⁴² e expropriação pelo projeto de modernização agrícola. Estabelecemos as bases estruturais sobre as quais está assentado o processo migratório a ser investigado e para compreender os fatores e dinâmicas que se desdobram nos dias atuais, uma vez que esses não são meros acontecimentos de uma situação vivenciada hoje, havendo continuidades e discontinuidades levadas em conta na análise.

O terceiro recorte diz respeito a análise das migrações camponesas presentes neste capítulo. Para isso, continuamos com o *olhar geográfico* voltado para comunidade Gangorra a fim de investigarmos *in loco* o processo migratório,

¹⁴² Como já destacamos, esse processo não se realizou por completo para todas as famílias camponesas, ou seja, não houve a expulsão total da terra.

considerando sempre que não se trata de uma generalização, uma vez que há as especificidades do contexto da própria comunidade configurando a análise. Para investigarmos a realidade encontrada na comunidade Gangorra, considerando que dificilmente uma visão estritamente naturalista ou economicista e estruturalista daria conta de explicar as migrações das famílias e de membros da comunidade, optamos por conduzir a investigação a partir da análise do processo de *territorialização camponesa*, tendo a categoria *território* como central, justamente por ser relacional, multidimensional, simbólico/cultural e material/funcional.

Quando nos referimos à *territorialização*, colocamos em questão um processo essencial para a reprodução de determinada classe social¹⁴³. Para Haesbaert (2012, p. 97), territorializar-se de forma efetiva é criar mediações para ter o efetivo controle sobre nossa reprodução social. Esse processo está imerso em relações de poder – o que também remete à luta de classe –, cuja manifestação possui um caráter mais simbólico e outro mais concreto, de apropriação e controle do espaço. Diante disso, consideramos o território com caráter político e integrador, além de disputas entre macropoderes, exercidas, principalmente, pelo Estado, e micropoderes, exercidas pelos grupos sociais em seu cotidiano (HAESBAERT, 2012, p. 76). De um lado, temos o Estado como gestor exercendo poder, principalmente por meio de políticas públicas e, de outro, o campesinato e suas práticas cotidianas, manifestando seu poder.

Entretanto, assistimos, frequentemente, à *territorializações precárias* do campesinato, seja dentro das fazendas como agregados, seja na própria unidade familiar, no seio da comunidade rural ou nos acampamentos e assentamentos, como é o caso dos Sem Terra, dentre outros. Dessa forma, o campesinato trava lutas incansáveis para cumprir seu processo de territorialização, na expectativa de torná-la efetiva. A respeito do processo territorialização, as ideias de Haesbaert (2012) são elucidativas:

[...] cada grupo social, classe ou instituição pode “territorializar-se” através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os “seus” espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Não é preciso dizer que são muitos

¹⁴³ No caso, quando trabalhamos com a ideia de *territorialização camponesa*, descartamos a abstração do termo *migrante* e inserimos um sujeito no processo, o camponês, pertencente a determinado grupo e classe social e que possui determinada identidade. Levamos em conta todas as análises percorridas até o momento em relação aos camponeses da comunidade Gangorra.

os potenciais conflitos a se desdobrarem dentro desse jogo de territorialidade. (HAESBAERT, 2012, p. 96).

As relações de poder existentes no processo de territorialização devem ser entendidas como multilaterais. Para Raffestin (1993, p. 7): “[...] o poder é a chave — em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido”. Dessa forma, entender o poder limitado ao Estado é equivocado, pois qualquer ator (aqui tratados como sujeitos sociais) é capaz de exercer poder. Segundo o autor, “[...] o poder não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda ‘produção’ que se apóia no espaço e no tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 6).

As formas de territorialização (trans)formam-se no transcorrer do tempo e, segundo Haesbaert (2012), uma nova forma não neutraliza outras, mas se coloca em movimento com aquelas preexistentes, coexistindo no tempo e no espaço. Assim, tanto o território quanto o processo de territorialização se reconstroem continuamente.

A territorialização do campesinato de Gangorra, torna-se possível devido às suas estratégias de reprodução. Os camponeses criam mediações para ter controle (poder) sobre sua própria reprodução, e esse ato de exercer poder sobre a reprodução é “[...] multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo” (HAESBAERT, 2012, p. 97).

Nessa *relação de poder*, Estado e capital impõem formas de territorialização para o campesinato, ou seja, se não conseguem se territorializarem desterritorializando o campesinato e nem monopolizar seu território, constroem mecanismos (políticas públicas) de controle e de domínio do território camponês, sem monopoliza-lo ou se territorializarem. Consideramos como expressões desses mecanismos as próprias políticas públicas agrícolas, a invenção da agricultura familiar e o advento do desenvolvimento rural; ambos fazem parte, a nosso ver, do paradigma do capitalismo agrário (FERNANDES, 2008). Eis uma disputa territorial.

Para Fabrini (2007, p. 21-22-23), a criação do “agricultor familiar” possui a intenção de ter na escala local as bases para incorporar o campesinato ao mundo da mercadoria. Essa territorialização imposta significaria uma desterritorialização do modo de vida camponês, que na perspectiva do paradigma do capitalismo agrário, é considerado arcaico, para dar lugar ao novo sujeito, o agricultor familiar. Deixa-se de lado a compreensão de que o campesinato possui a racionalidade contrária à ordem

do capital e impõe-se a ideia de que nada teria de antagônico ao modelo, ao contrário, seria a possibilidade de ampliação das relações capitalistas. Entretanto, há resistências a esse controle territorial interposto pelo Estado, manifestando-se pela apropriação do território realizada pelo campesinato, a qual se difere radicalmente da lógica do capital. As ideias de Haesbaert (2012) ajudam na nossa compreensão da luta desse campesinato para se territorializar, configurando-se em uma disputa territorial, na medida em que diz respeito ao controle de determinada fração do espaço.

Se territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo concreto e simbólico, e uma relação de poder mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais, é evidente que, como toda relação de poder, a territorialização é desigualmente distribuída entre seus sujeitos e/ou classes sociais e, como tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores. (HAESBAERT, 2012, p. 259).

Em relação aos camponeses da comunidade Gangorra, interpretamos que não há um processo de desterritorialização, pois além das práticas calcadas no território-zona¹⁴⁴, conforme analisamos no capítulo anterior, as migrações são tomadas como prática de resistência, ao construírem territórios-redes, tornando-se parte do processo de territorialização camponesa. Os relatos das migrações na comunidade vêm de longas datas. A reprodução desses camponeses está assentada na lógica dos territórios-redes que, para Haesbaert (2012), são descontínuos, mas interligam um território a outro, logo são articulados. Esses são princípios para analisarmos a territorialização camponesa, e ela pode ser, assim como o é o território, descontínua e articulada e, a partir daí, compreemos que há um processo de territorialização camponesa a partir da mobilidade. Para Haesbaert (2012):

¹⁴⁴ A ideia de território-zona que utilizamos, baseados em Haesbaert (2012), foi discutida no capítulo anterior. Cabe lembrar que, em relação a nossa pesquisa, entendemos a comunidade Gangorra como o território-zona do campesinato estudado. Lembramos também a definição de território-zona de acordo com Haesbaert (2012). Para o autor, os territórios-zonas são “[...] mais tradicionais, forjados no domínio da lógica zonal, com áreas e limites (‘fronteiras’) relativamente bem demarcados e com grupos mais ‘enraizados’ [...]” (HAESBAERT, 2012, p. 306).

Uma das propostas mais interessantes é aquela que coloca a possibilidade, hoje, da construção de territórios no e pelo movimento, “territórios-rede” descontínuos e sobrepostos, superando em parte a lógica político-territorial zonal mais exclusivista do mundo moderno. (HAESBAERT, 2012, p. 97-98).

Assim, a mobilidade espacial aparece como parte do processo de territorialização do campesinato, convivendo com outras no tempo e no espaço. Aquele campesinato que antes se reproduzia no enraizamento, hoje se reproduz na mobilidade. Dessa forma, o que ocorre é “[...] uma nova forma de territorialização, convivendo lado a lado com diversas outras formas, distintas e historicamente cumulativas [...]” (HAESBAERT, 2012, p. 97).

As migrações não caracterizam, necessariamente, falta de autonomia ou de controle sobre o espaço de reprodução, pois a própria imobilidade pode se configurar em des-territorialização quando o controle do território é realizado por outro (HAESBAERT, 2012, p. 237). Em alguns casos, as migrações caracterizam-se como processo de des-territorialização (relativa), quando há a perda do controle sobre os fluxos e os espaços de vida (HAESBAERT, 2012, p. 327).

Haesbaert (2012), utiliza-se das ideias anteriores (dentre outras) para reforçar sua crítica ao discurso da desterritorialização. O ponto chave é explicar que não existe uma desterritorialização em sentido estrito; sua tese é que, assim como há um processo territorialização e des-territorialização, há, também e, concomitantemente, um processo de reterritorialização, ou seja, ocorreria um movimento de des-reterritorialização. Entretanto, em nossa perspectiva, o que ocorre com os campesinatos de Gangorra, para além do processo de des-reterritorialização, é o constante processo de *territorialização camponesa*. De qualquer forma, referimo-nos à construção, destruição e reconstrução de territórios, permanentes na constituição do território camponês.

A ideia de um processo único, mas não linear, serve para enfatizarmos que a terra é o ponto de partida e, pretensamente, o ponto de chegada das migrações camponesas. Tal concepção contempla, além da possibilidade concreta de materialização do retorno à comunidade, o sonho sempre presente do eterno retorno. Tanto as *saídas* como os *retornos* e as *permanências* se tornam possíveis por meio da existência de pontos de conexão entre lugar de origem e lugar de destino, as redes. Utilizamos, como destacamos anteriormente, o conceito de territórios-redes de Haesbaert (2012), para quem, são descontínuos, dinâmicos e

podem ser sobrepostos. Essa compreensão sobre territórios-redes permite-nos reconhecer a interligação entre distintos territórios, comparada ao conceito de *territórios migratórios*, trabalhado por Silva (2011), ao resgatar o conceito de autores, como FARET (2001) e FLORES (2006)¹⁴⁵, para compreender o espaço de origem e o de destino, unidos socialmente (SILVA, 2011, p. 167).

Os conceitos apontam para a ideia de *redes*, formadas a partir das relações sociais entre os que estão fora e os que permanecem no *lugar de origem*, designado como território-zona do campesinato, no caso em estudo, a comunidade Gangorra. Os mesmos princípios de reciprocidade e sociabilidade manifestados entre as famílias de Gangorra no interior da comunidade em seu processo de produção e reprodução, trabalhado no capítulo anterior, extrapolam o território-zona do campesinato e dão origem (criação) aos territórios-rede ou *territórios migratórios*.

Baseados nessa interpretação, investigaremos as migrações enquanto *processo de territorialização* do campesinato da comunidade Gangorra para tentarmos entender as especificidades desse processo, como também as suas mudanças espaço-temporais.

4.1 EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS

A gente tem felicidade se viver aonde quer, e eles tá vivendo sem querer pra fora, tá sem felicidade, que a felicidade é aonde a gente quer viver. Se não, é só no pensamento, só no sonho. Quando tiver com saudade. Tá dormindo? Tá sonhando com o lugar da gente!
(Entrevista com Dona Joanita, jan. 2014).

Escolhemos a fala de uma camponesa, Dona Joanita, para iniciarmos este subitem. Nosso propósito é refletirmos acerca da estreita relação entre o desejo e a possibilidade concreta, ambos presentes no processo migratório, ou seja, as dimensões simbólicas e materiais permeando e interagindo esse processo. Aparecem, em primeiro plano, as condições estruturais colocadas para o sujeito e, em segundo, as relações familiares e suas condições individuais, representando a

¹⁴⁵ FARET, L. *Mobilité spaciale et territorialité*. De la diversité de formes de construction du rapport aux lieux. Séminaire PRISMA. Toulouse, 10-11 de maio, 2001.

FLORES, S. M. L. Circulación territorial y encadenamientos migratorios de los jornaleros agrícolas en el Noroeste del México. *Teoría e pesquisa*, n. 49, jul/dez, 2006. p. 13-34.

possibilidade real de interferência nas migrações. Segundo Silva (2011) o migrante deve ser analisado sob duas óticas:

[...] inicialmente, trata-se de um(a) trabalhador(a) produzido no bojo de determinadas relações sociais, resultantes de processos de violência e expropriação. O migrante acha-se inserido numa realidade social, definida por laços sociais (familiares, grupos de vizinhança, valores, ideologias etc.), que o caracterizam como pertencente a um determinado espaço social e cultural. (SILVA, 2011, p. 167).

Destacar a ótica de inserção do migrante em uma realidade e grupo social específico, com identidade territorial própria. O migrante pode passar anos fora de seu lugar de origem e não se enraizar completamente no lugar de destino, pois seus vínculos com o lugar de origem permanecem tanto por meio das redes de relações sociais quanto de retornos periódicos, além do elo simbólico criado no lugar de destino (práticas e representações), como observamos nas palavras de Dona Joanita, na abertura do subitem.

Assim, não estamos diante de um processo de desterritorialização, mas do contínuo processo de territorialização. Nessa perspectiva, mesmo aqueles que migraram e não retornaram para a comunidade, fazem parte do processo migratório e, logo, são partes constituintes do processo de territorialização dos camponeses da comunidade Gangorra. O processo de territorialização refere-se ao grupo social e não somente ao sujeito, ao indivíduo.

Dentre os grupos familiares, há especificidades em relação às migrações, desde famílias (nucleares) migrantes e outras que permaneceram; membros que migram e outros ficam; alguns que migraram e retornaram em curto espaço de tempo e outros somente após décadas da saída; alguns após terem migrado, venderam o direito (posse) recebido de herança e outros, mesmo fora, não venderam seus direitos.

Para alguns sujeitos existe a ideia do *estar fora*, remetendo à vontade, e constante possibilidade, do retorno; para outros a permanência aparenta ser transitória (como o caso dos jovens que pensam em migrar); e ainda, para os pais de família na comunidade, tem-se a permanência, propriamente dita. Estamos diante de um processo complexo que não diz respeito somente a dimensão material, mas, também, a dimensão simbólica da realidade. Enxergamos fatores estruturais e conjunturais, macro e microestruturais, sobre os quais atuam influências

econômicas, políticas, sociais e culturais. Sendo assim, analisaremos as experiências migratórias de algumas famílias e de alguns membros da comunidade para compreendermos melhor o processo em questão.

Dessa forma, para analisarmos o processo de *territorialização camponesa* a partir da *mobilidade* (migrações), utilizaremos o termo (conceito) thompsonian de *experiência*. Para Thompson (1981), baseado em seu termo, os homens

[...] retornam como sujeitos [...] não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Analisaremos as experiências dos sujeitos em relação às migrações, baseando-nos na ideia de *experiências migratórias*. A análise, das *experiências migratórias* dos camponeses, contribuirá para compreendermos quais os significados do processo migratório. Analisaremos os seguintes aspectos em relação às migrações: motivações para a *saída*, *permanência* e *retorno*, atividades trabalhadas, condições de trabalho e moradia e, ainda, desvendar as relações de sujeição e resistência vivenciadas pelos sujeitos.

Somamos ao nosso instrumento teórico metodológico, para análise das migrações, o conceito de *trajetórias*, de Bourdieu (2006). Destacamos que a análise das *trajetórias de vida* de um indivíduo, de uma família ou de um grupo, pode explicar determinadas ações e escolhas por ele(s) realizadas.

A utilização das *fontes orais* e/ou da *história oral*, a partir dos diálogos com os sujeitos (entrevistas), é a principal ferramenta para trabalharmos as *trajetórias de vida*, ou *trajetórias migratórias*, como preferimos designar, pelo fato de estarem estritamente vinculadas ao processo migratório. Para Bourdieu (2006), *trajetória* significa uma "[...] série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações" (BOURDIEU, 2006, p. 189). Dessa forma, o autor compreende o agente (por nós designado sujeito) como um ser histórico, afirmando que o indivíduo é o mais "insubstituível dos seres". Ainda elabora a seguinte interrogação: "quem pensaria em evocar uma viagem sem ter uma idéia da paisagem na qual ela se realiza?" (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Como destacamos, as *trajetórias de vida* das famílias da comunidade Gangorra se inscrevem no processo migratório e são marcadas pela mobilidade, mesmo considerando nesse processo, tanto as famílias ou os membros migrantes quanto aqueles que permanecem na comunidade. Nessa perspectiva, estabelecemos os seguintes tipos de *trajetórias*: as marcadas pela *permanência no lugar de origem*; as marcadas pela *permanência no lugar de destino*; e as marcadas pelo *retorno*. Inserimos, na análise, os trajetos das migrações, os municípios pelos quais passaram, a cronologia e direção dos fluxos migratórios, a ligação entre os pontos e a quantidade de trajetos. Nesse último caso, utilizaremos mapas para as análises.

Entendemos as *trajetórias* relacionadas com o conjunto de *experiências migratórias* de cada sujeito e de sua família. Entrecruzamos os conceitos teórico-metodológicos, *trajetórias de vida* e *experiências migratórias*, para compreendermos o processo migratório. De acordo com Silva e Menezes (2007), analisarmos as *trajetórias* contribui para descartarmos a ideia de um processo etapista, segundo o qual a migração sazonal significaria o passo para a migração definitiva. Reforçaremos essa análise e a refutação da ideia etapista quando verificaremos se é possível qualificar ou não os tipos de migrações. Por meio das *experiências* e *trajetórias* de uma geração e de outra, compreenderemos as rupturas e permanências contidas no processo migratório. Daremos atenção às trajetórias de sete famílias, das quais três designamos como marcadas pela *permanência no lugar de origem*, duas pela *permanência no lugar de destino* e duas pelo *retorno*. Após descrevê-las, elaboraremos algumas análises permitindo-nos entender o processo migratório dos camponeses da comunidade Gangorra.

4.1.1 Trajetórias marcadas pela permanência no lugar de origem

As três trajetórias¹⁴⁶ destacadas são marcadas pela *permanência no lugar de origem*, ou seja, na comunidade, mas isso não quer dizer que não haja mobilidade entre os membros das famílias. Significa que a maioria dos membros permanece na comunidade, principalmente os pais, alguns migram. Assim, há casos de membros

¹⁴⁶ Cada trajetória diz respeito a uma família nuclear e todos os seus membros.

que nunca *saíram* da comunidade, outros que *saíram e retornaram* e, ainda, outros que permanecem *fora*, como é o caso de alguns jovens. A perspectiva de retorno aparece na maioria dos casos daqueles que *estão* fora.

Apresentamos a seguir cada trajetória de acordo com o grupo familiar e optamos por nomeá-los destacando o membro que foi nosso principal interlocutor¹⁴⁷. Assim temos: Grupo familiar de Sr. Tião, Grupo familiar de Sr. Zé e Grupo familiar de Sr. Reinaldo.

4.1.1.1 Grupo familiar de Sr. Tião

Esse grupo é composto por cinco membros: pai, mãe e quatro filhos, dos quais dois já terminaram a educação básica em curso Técnico em Agropecuária¹⁴⁸ e dois não concluíram. A família vive da agricultura e seus membros trabalham no sítio. Por vezes os filhos trabalham no cafezal de um vizinho *forte*¹⁴⁹ e, nesses casos, a renda obtida serve para adquirir algo de uso pessoal, não sendo usada para ajudar nas despesas da família. A renda da família é complementada pelo repasse de renda do Programa Bolsa Família, utilizada para os compromissos que não podem *falhar*, como energia e material escolar.

O herdeiro das terras é o pai e a sua trajetória de vida se inscreve na comunidade, marcada pela permanência no lugar de origem. Nunca saiu da comunidade, nem para morar e nem para trabalhar. Era o filho mais novo e ficou com os pais trabalhando no sítio: “Sempre fiquei mais pai e mãe garrado aqui nas roças, alguns saiu, aí eu fiquei mais eles, depois fui ficando mais de idade aí falei, agora que não vou sair mais mesmo” (Entrevista com Sr. Tião, jan. 2013).

Natália e Sr. Tião consideram mínima a possibilidade de *saírem*. Primeiramente, Tião comenta: “Não tem estudos, se sair atrás de um salário não compensa, não dá pra cobrir os gastos”. Logo depois, no meio da conversa, ao falar sobre o trabalho na roça, ressalta: “Eu gosto, eu prefiro trabalhar na agricultura [refere-se ao trabalho no próprio sítio] enquanto eu aguentar, do que trabalhar de

¹⁴⁷ Essa escolha também é válida para os demais grupos familiares.

¹⁴⁸ Todos os jovens da comunidade estudaram ou estudam na Escola Família Agrícola localizada na comunidade Jacaré. A escola oferece o curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio. A escola, como a maior parte das EFA's, trabalha com a pedagogia da alternância.

¹⁴⁹ É considerado forte aqueles que possuem grandes propriedades e “não precisam” trabalhar, podem pagar para que o faça.

empregado. Eu trabalho porque gosto, toda vida” (Entrevista com Sr. Tião, jan. 2013).

A mulher fala: “Não pretendo sair não, mas pretendo que os meninos arruma um serviço adequado pra eles, mais próximo, pra eles não ter que sair. Então, agora tudo pra eu é os meninos” (Entrevista com Natália, jan. 2013).

Sobre a possibilidade dos filhos não migrarem e continuarem na comunidade, Tião afirma: “eles tá com vontade de mexer [com roça], mas não sei não. Se tivesse um apoio assim melhor, as vez mexia” (Entrevista com Sr. Tião, jan. 2013). O pai, mesmo gostando de trabalhar na roça, aconselha os filhos a procurarem outro serviço, porque o agricultor (referindo-se ao pequeno) não tem apoio:

Hoje o agricultor, o lavrador não tá tendo apoio não, até no INSS, no sindicato [...] se der uma crise ou uma doença aí, você vai lá, o médico te dá um atestado. Você tem que afastar dois/três meses, o INSS te reprova, não aceita. Às vezes você não tá aguentando trabalhar e eles não aceita. Então, não tem apoio na agricultura não! (Entrevista com Sr. Tião, jan. 2013).

O camponês ainda cita o exemplo de sua mulher. O médico havia diagnosticado a necessidade de fazer uma cirurgia na coluna e a proibiu de trabalhar. Segundo a esposa: “Me proibiu, mas não tem como parar. Aí você pega essa ocasião que trabalha 5/10 anos e você não tá bem, não tá aguentando, como vai fazer?” (Entrevista com Natália, jan. 2013). Tião continua a fala de Natália e, referindo-se ao filho, narra:

É por isso que eu tava falando. Eu falei: ó nem é bom não! Porque enquanto você tá aguentando você tira uma renda, mas na hora que você não tiver aguentando? Só se pagar INSS por conta, mas num tem condições de pagar. (Entrevista com Sr. Tião, jan. 2013).

Apesar dessas dificuldades, as narrativas dos interlocutores geralmente são seguidas por algumas afirmações, como: “Agora, também, pra sair lá pra São Paulo/Rio de Janeiro do jeito que tá lá, conforme for o serviço, não compensa não, né? Porque a gente tá vendo como é que tá aí pra fora. Tá feio, né?” (Entrevista com Sr. Tião, jan. 2013).

Os dois filhos que terminaram os estudos. moram na comunidade. Os pais revelam a dificuldade tanto para os filhos deixarem a comunidade quanto para eles verem os filhos saírem.

Os menino aqui criou muito garrado com nós. A família criou muito garrado! Aí tem o problema tanto pra esses sair tanto pra nós que vai ficar. Da minha parte mesmo, é difícil de acostumar, nem sei se acostuma. Tanto pra eles como pra nós. (Entrevista com Natália, 2013).

Um dos filhos, quando realizávamos o primeiro trabalho de campo, havia experimentado sua primeira saída da comunidade em 2012, mas culminou no retorno. Sua saída foi influenciada por um tio que havia migrado de Itatiaia-RJ para o estado de Pernambuco para trabalhar em uma empresa de petróleo. Quando esse tio, em férias, retornou à Itatiaia-RJ, ligou e propôs a Rodrigo a ida para Pernambuco, com a finalidade de arrumar emprego. Rodrigo e seus pais aceitaram a proposta, mas segundo o rapaz:

Não era o que eu queria não, não deu certo, era muito complicado. Daí estava demorando, coloquei o currículo, fiquei esperando e nada. Meu tio disse que fui impaciente, mas sei lá. Aqui também é bom, aqui não é ruim não. Tem três anos que eu formei, se tivesse começado aqui na roça já estava mais ou menos, é a bobeira que a gente dá as vezes. (Entrevista com Rodrigo, jan. 2014).

Rodrigo contou que antes de migrar teve a oportunidade de emprego na Cáritas¹⁵⁰. Foi chamado duas vezes, mas era necessário ter carteira de habilitação, pois trabalharia em pesquisa por amostragem, sendo necessário se deslocar. Os jovens das comunidades, estudantes da Escola Família Agrícola (EFA) Jacaré, têm vantagem por saírem com o Ensino Médio e o nível técnico em agropecuária, e os empregos ligados a pesquisas sobre agricultura, geralmente, se pede algum curso técnico na área, segundo Rodrigo.

O curso técnico também ajuda com a lida na roça. Como discorremos no capítulo anterior, Rodrigo fez um roçadinho na terra de sua avó e sua intenção agora é permanecer na comunidade e trabalhar na roça cerca de 3 a 4 anos para saber se é possível continuar ali, se dará retorno. Já retirou sua carteira de agricultor e sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), permitindo-lhe acesso às políticas públicas para agricultura familiar e a obtenção de empréstimo em seu nome. Em 2013 tentou acessar o Pronaf-Jovem, mas disse que não se enquadrava nas condições estabelecidas pelo programa, pois teria primeiro que participar do Pronaf “pequeno”

¹⁵⁰ Segundo site oficial, a Cáritas “é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural”. Disponível em: <http://caritas.org.br/>. Acesso em: 30 abr. 2014.

(Pronaf-B). Então tentou acessar o Pronaf-B, mas, como já mencionamos, o crédito foi liberado para poucos camponeses e, em 2014, foi totalmente bloqueado. Por enquanto, a sua produção é encaminhada para o PNAE junto com a de seu pai.

Rodrigo, após a experiência de sair, e, mesmo por pouco tempo, experimentar como é ficar fora, retornou e permaneceu na comunidade. A partir de então, sua trajetória é de permanência, mas o limite entre o sair e o ficar é uma linha tênue, pode ceder ou não. Segundo o pai, o filho não aguentou ficar longe do lugar, da família e dos amigos. Sobre a decisão de ficar na roça, Rodrigo faz a seguinte ponderação: “Falam por aí que o futuro do Brasil é os jovens. Já pensou se todo mundo sair da roça pra caçar melhoria fora? Tem que ficar alguém!” (Entrevista com Rodrigo, jan. 2014). Logo em seguida, seu pai complementa: “Ele tá pensando do jeitinho d’eu quando era solteiro. Eu num saí, pai e mãe já de idade, saiu quase todo mundo aí quando eu pensava em sair [...] não vou sair não, vou trabalhar, eu gosto. Fiquei até hoje” (Entrevista com Sr. Tião, jan. 2014). Tião complementa que no caso do filho é diferente, pois tem estudo, mas, mesmo assim, ele continuará na roça. Tião segue a sua argumentação: “se eu fosse um jovem hoje, eu não trocaria o trabalho na roça por de nenhum assalariado de qualquer lugar, se eu tivesse a força deles” (Entrevista com Sr. Tião, jan. 2014).

O segundo filho de Natália e Tião, em 2014, quando realizamos o segundo trabalho de campo, tentou a sua primeira *saída* da comunidade, mas não deu certo. O pai narra:

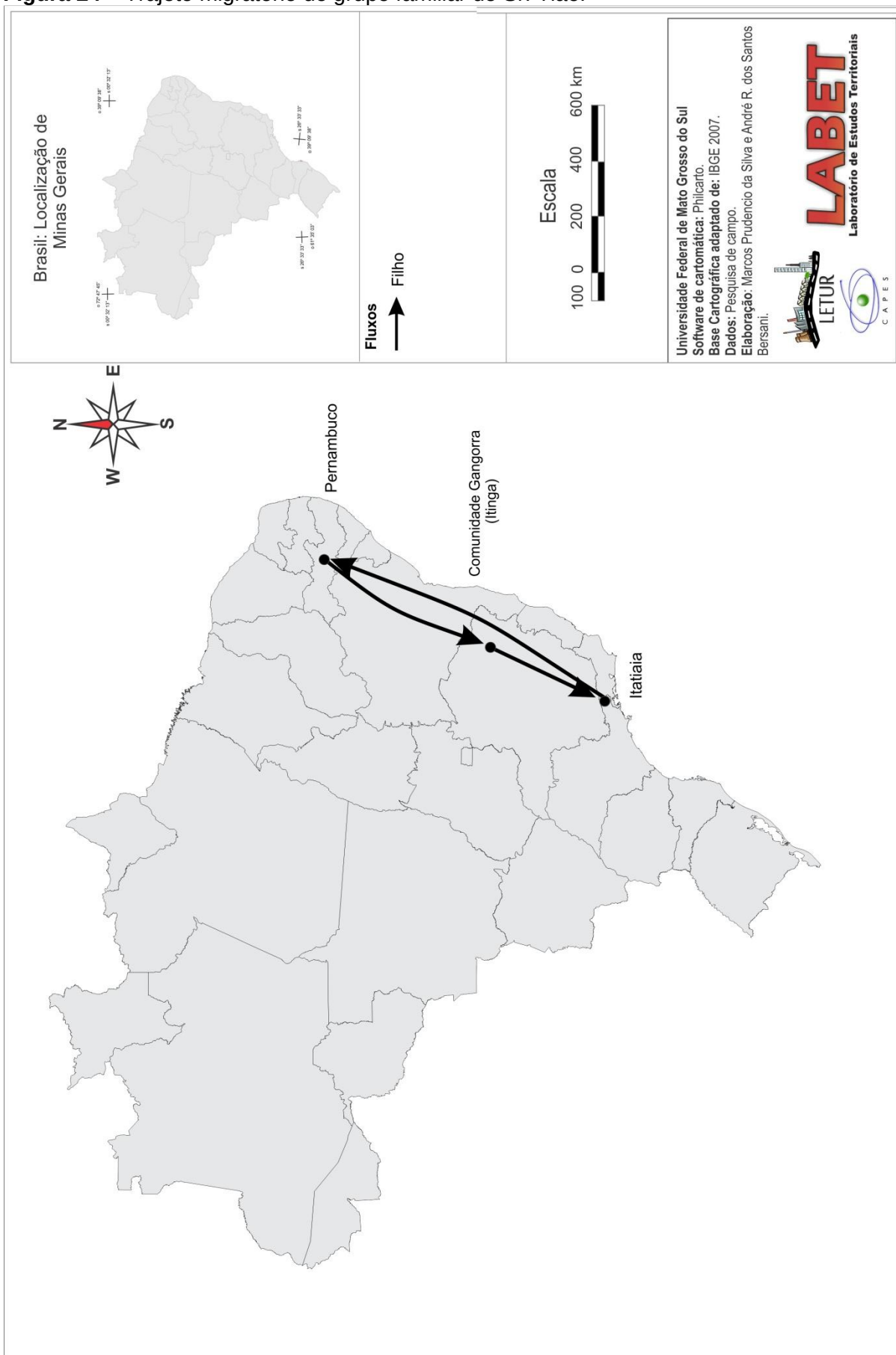
Ele já tava indo essa semana aí mais um cara trabalhar em Belo Horizonte, mas não deu certo. Disse que ia vender num boteco lá, mas era sem carteira assinada nem nada e ele formado pra trabalhar em boteco pros *outros* sem saber como que era. Eu falei não, vê se acha um serviço melhor. Acho que não é bom ir não. Ele disse: mas eu tô com vontade, eu tô precisando sair. Falei, mas isso não é serviço não, nem ao menos um contrato que eu queria fazer não deu certo. Falei não! Queria que colocasse ele no ônibus aqui pra outro receber lá. Iria descer lá sozinho, nunca saiu, criou aqui na roça e ia sair daqui pra lá. Eu fiquei preocupado demais. Eles pensa que é igual aqui. Não deu certo não, aí ficou, tá aqui por enquanto. (Entrevista com Sr. Tião, jan. 2014).

Tião, para falar o quanto os filhos gostam do lugar, destacou o fato de certa vez o lote seria beneficiado com uma cisterna, mas para isso seria necessário cortar alguns pés de coco ao lado da casa. Para a surpresa do pai, que esperava pela cisterna, seus filhos não permitiram o corte dos coqueiros. Eles não deixam arrancar

um pé de árvore: “São árvores que eles mesmos plantaram e que não deixam arrancar por nada” (Entrevista com Sr. Jan. Tião, 2014).

A Figura 24 representa as trajetórias migratórias de Rodrigo, filho de Sr. Tião e Natália, único membro a migrar.

Figura 24 – Trajeto migratório do grupo familiar de Sr. Tião.



4.1.1.2 Grupo familiar de Sr. Zé

O Grupo familiar, residente em Gangorra, é composto, atualmente, por cinco membros: os pais e três filhos. Outros três migraram para a cidade de Diadema (SP), onde moram até hoje. Os que migraram foram uma filha e dois filhos, dos quais a primeira trabalha em depósito, no controle de mercadorias de uma firma e os filhos, em metalúrgica. Segundo Zé: “O mais velho que foi primeiro tem uns três anos que tá lá. O mais novo foi de pouco vai fazer um ano em setembro. A menina já faz mais de dois anos” (Entrevista com Sr. Zé, jan. 2014).

A família não tinha parente em Diadema, e o primeiro filho migrou pela ajuda de amigos que ligaram e avisaram sobre a vaga de trabalho em posto de gasolina

Aí ele chegou lá entrou e saiu, daí entrou em outro [posto de gasolina], trabalhou um dia ou dois e não gostou não. Falou não vou trabalhar em posto de gasolina mais não. Aí depois entrou na metalúrgica, ficou um ano e pouco e depois entrou em outra, está até agora, e o mais novo também (Entrevista com Sr. Zé, jan. 2014).

Segundo o pai, o filho mais novo não está gostando e pretende voltar, e a menina “[...] fala direto que se achasse um salário aqui vinha embora” (Entrevista com Sr. Zé, jan. 2014). Na narrativa, mais a frente, notamos a principal importância atribuída ao trabalho dos filhos *fora* está na contribuição para a futura aposentadoria e no amparo em decorrência de um possível adoecimento que, segundo ele, não existe para quem trabalha na roça. Zé associa a *saída* dos jovens da seguinte forma:

Os jovens pensa mais em ir embora, chega na idade de vinte e dois/vinte e três anos. Olha esse coitado desse menino aí [referindo-se a uns dos sobrinhos], ele já correu, já pelejou pra ver se consegue um empreginho aí pra ganha ao menos um salário, nunca conseguiu. Aí como é que fica? Já tá na idade de vinte e dois anos, daí daqui a pouco acabou a juventude dele, vai arrumar o que mais? Não paga um INSS, não paga um sindicato. Se chegar machucar [...] que vai fazer? (Entrevista com Sr. Zé, jan. 2013).

Deparamo-nos com a preocupação em relação à aposentadoria, pois quando chega o momento em que *acabam as forças* ainda não conseguiram se aposentar, e até mesmo em caso de doença não conseguem Seguro Saúde. Os pais não querem os filhos passando por isso, algo corriqueiro entre os mais velhos e, por isso, sempre frisam esta preocupação.

Quanto ao pelejar, do sobrinho, em conseguir emprego, refere-se à procura no município. Essa é a principal expectativa dos jovens, para não *sair*. Dos três filhos que moram junto com os pais, todos estão em idade escolar. O pai trabalha somente no sítio e a mãe é funcionária de uma escola rural, relativamente próxima à comunidade, trabalhando como servente. A principal fonte de renda da família advém do trabalho da mulher. Outras fontes de renda são da venda do excedente na feira municipal e do repasse do Programa Bolsa Família, sendo renda complementar.

Zé já migrou para trabalhar no corte da cana quando solteiro (vinte e dois anos), na usina Bonfim, em Taquaritinga (SP). Ficou somente por quatro meses, regressando antes do fim da safra: “Fui pro corte da cana e não gostei, voltei!” (Entrevista com Sr. Zé, jan. 2013). Sobre a experiência no corte da cana, discorre:

O alojamento era no meio do canavial, tinha cana pra todo lado ao redor [...]. Foi um bocado de gente, uns 2 ou 3 ônibus [de Itinga]. É pesado e aquilo tem que ter prática, se não tiver não ganha nada não, é de acordo que a gente faz que ganha. Tinha muito desconto, eles descontava a despesa, passagem que a gente foi eles descontava também. Aquilo ali o cara as vezes tira um dinheiro até bom, mas volta descontando aqui e ali, resulta em pouco né [...]. Tinha outro colega meu aqui do Jacaré, eu fui primeiro que ele, aí quando eu tava lá ele chegou. Ele não gostou também, aí nós saiu. (Entrevista com Sr. Zé, jan. 2014).

Diante das falas, notamos a preferência na manutenção da autonomia no trabalho ao invés de trabalhar *pros outros*, possibilidade existente devido ao fato desses camponeses serem ao mesmo tempo trabalhadores e proprietários de seus meios de produção. Mesmo o trabalho sendo pesado e não permitindo descanso, mesmo sem direito a férias e ter que acordar na madrugada para aguar a roça, Zé diz que não pretende *sair*: “A gente mora aqui porque acostumou. Gosta de plantar, gosta de colher [...] acostumou trabalhar na roça, na lavoura” (Entrevista com Sr. Zé, jan. 2013).

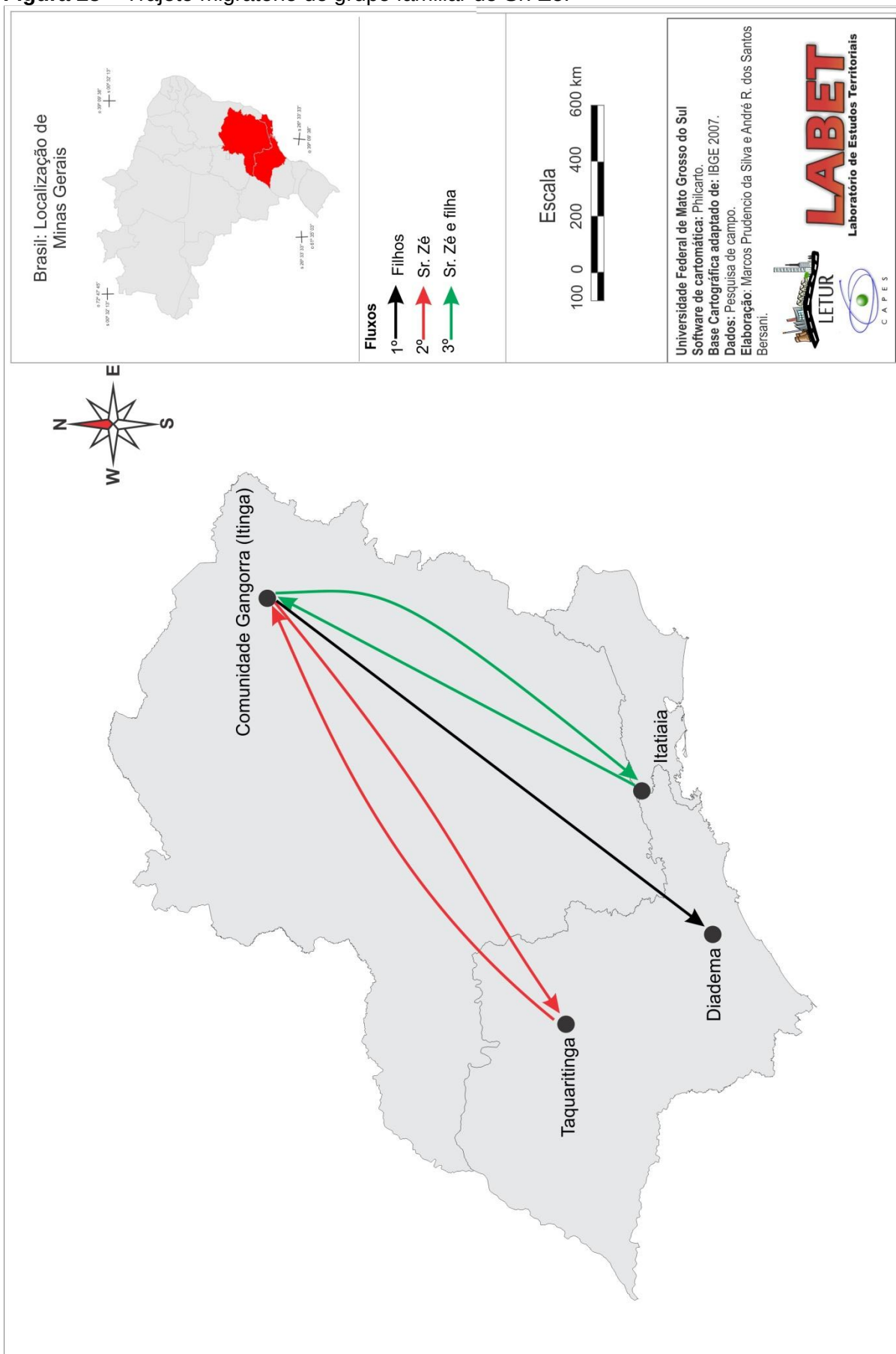
Zé relata a ocasião que precisou *sair*, entretanto, “não foi tanto pra trabalhar”, foi para fazer o tratamento de visão de uma das filhas, ficando um ano em Itatiaia (RJ), onde moram seus irmãos. Durante esse tempo, trabalhou na represa de Furnas (sem assinar carteira, *fichar*), e seu serviço era plantar árvores ao redor da represa (reflorestamento). A mulher ficou na comunidade por causa de seu emprego na escola. Quando retornou, não demorou muito, voltou para a cidade de Itatiaia por

outro motivo de saúde, ficando por mais um ano e meio, trabalhando *fichado* na Rodovia Presidente Dutra¹⁵¹, como ajudante de limpeza (a carteira foi assinada como ajudante de construção civil). Surgiu a possibilidade de permanecer *fora*, mas voltou à comunidade, devido “os problemas que a vida *fora*” poderia trazer para seus filhos mais novos¹⁵². A Figura 25 indica os trajetos migratórios dos membros da família de Zé.

¹⁵¹ Rodovia que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

¹⁵² Zé destacou, como exemplo, as drogas e a violência, além da dificuldade de encontrar um emprego “decente”.

Figura 25 – Trajeto migratório do grupo familiar de Sr. Zé.



4.1.1.3 Grupo familiar de Sr. Reinaldo

O Grupo familiar de Sr. Reinaldo é composto por oito membros: os pais e seis filhos, sendo cinco homens e uma mulher. Dos filhos, quatro já terminaram o Ensino Médio e dois cursam a Educação Básica, sendo um rapaz no primeiro ano do ensino médio e a moça no ensino fundamental. A renda da família, em 2012, quando realizamos o primeiro trabalho de campo, advinha, principalmente, do Programa Bolsa Família, com o valor calculado, entre outros aspectos, em relação ao número de filhos frequentando a escola. Em 2014, quando realizávamos o segundo trabalho de campo, a família não sabia qual seria sua principal renda no ano de 2014, uma vez que o valor do repasse também era incerto, pois dois filhos concluíram a Educação Básica. Fora o repasse do programa, soma-se à renda o trabalho-a-dia de Reinaldo, realizado, principalmente, no cafezal de Charlão (ex-prefeito), vizinho da comunidade, e, em menor porcentagem, a renda da comercialização do excedente na feira.

Reinaldo mudou-se para a comunidade após se casar com Dona Pretinha. Destacamos a experiência migratória de Reinaldo antes do casamento, pois a partir dela percebemos as mudanças ocorridas em sua vida, importantes para a análise da trajetória da família. Ele narra a migração para diversos lugares para trabalhar, entretanto, depois de casado, não *saiu* mais. Antes do casamento, teve a experiência de ser levado “enganado” para trabalhar em Feira de Santana. Reinaldo se refere ao fato de 15 homens levados na expectativa de fazer um tipo de serviço, mas, quando chegaram lá, perceberam que se tratava de trabalho escravo. Relata que havia muitos trabalhadores doentes¹⁵³ no local, assim, logo que se depararam com aquela situação, começaram “tumultuar” e forçaram para serem levados embora. Ao chegarem à cidade, foram para a delegacia, onde o delegado fez com que os *gatos* pagassem as passagens de volta aos seus locais de origem. Reinaldo acrescenta que todos os outros trabalhadores foram soltos.

Nós fomos achando que era uma coisa, nós chegamo lá era outra. Levou 15 peão de Comercinho¹⁵⁴ e lá tinha uns 30 ou mais, tudo doente. Nós falamos pra ele que na nossa região eles não pegava mais gente não. Eles largaram nós na rodoviária, fomos pra

¹⁵³ Sr. Reinaldo narra que o trabalho era aplicar veneno em plantações de eucalipto e não havia equipamento para prevenir a contaminação.

¹⁵⁴ Comercinho é o município onde Sr. Reinaldo morava antes de se mudar para Itinga.

delegacia e demos queixa. Nós saímos de lá só depois de cada um com a passagem na mão e dinheiro pra comer. Os outros que tava lá soltou, sei que soltou porque nós tava na rodoviária e chegou um bocado lá. Falamos pro delegado que tinha gente doente lá. Eu sei que na rodoviária eles chegava e abraçava a gente porque nós ajudou a libertar eles. (Entrevista com Sr. Reinaldo, jan. 2014).

À época, Reinaldo tinha dezoito anos e não havia muita opção de trabalho, por isso aceitou a empreitada, mas, depois dessa experiência, ficou com receio de *sair*. Continuou morando como agregado em uma fazenda no município de Comercinho, junto com sua mãe e seus irmãos. Seu pai morreu cedo e foi ele, o filho mais velho, quem ajudou a criar os irmãos. Mas Reinaldo saiu da fazenda onde morava com sua mãe, porque poderia ajudá-la melhor fora. Trabalhou como vaqueiro em uma fazenda em Itinga¹⁵⁵, próximo à comunidade Gangorra. Após algum tempo, conheceu Dona Pretinha, casaram-se e Reinaldo mudou para Gangorra, mas continuou trabalhando pros *outros*, sem, no entanto, *sair* para trabalhar *fora*. Trabalhou para Dona Dalva, tia de Dona Pretinha, irmã de Laurentino, por cerca de cinco anos.

Eu trabalhei cinco anos aí, fazia de tudo, roçava manga, fazia cerca e mexia com o gado. O povo não dá valor pro trabalho da gente não, eu trabalhei cinco anos sem carteira assinada, sem nada, nunca me deram um dia de férias. Ô moço, eu sai de lá pra quinze dias de férias pra visitar o pessoal dela [se refere à Dona Pretinha], eu sai na sexta foi no domingo eles já ligou lá pra mim ir embora. Nem pagava férias, só pagava o salário. Fiz um acordo de besteira aí porque era da família da muié aí, se não fosse não tinha feito não (Entrevista com Sr. Reinaldo, jan. 2014).

Reinaldo trabalha no cafezal, mas não é sempre que tem trabalho. Nos intervalos, trabalha na terra de sua família e aproveita o tempo livre com os filhos e a esposa. Reinaldo não gosta de ir pra *rua* e sequer pensa na hipótese de *sair* da comunidade.

Dona Pretinha, a esposa de Reinaldo, nunca saiu da comunidade para trabalhar. Sua história se inscreve na história da comunidade. Diz que nunca *saiu* e que não pensa em *sair* para outro lugar. Sairia se fosse para Itinga, caso os filhos mudassem para a *rua*, pois daria para *cuidar das coisas* na comunidade. Reinaldo não pensa em *sair* e, ao contrario de Dona Pretinha, nem para morar na rua. Por trabalhar por anos para *outros* e por entender que não dá para apostar na roça, não

¹⁵⁵ O município de Comercinho, onde Sr. Reinaldo morava com a mãe e os irmãos, fica próximo ao município de Itinga.

arrisca tocar grandes roçados, e o que planta é prioritariamente para o autoconsumo.

Dona Pretinha disse que, quando se casou, Reinaldo foi trabalhar com seu finado pai nas terras dos fazendeiros do município, tanto para plantar à meia quanto para roçar manga. Ele demorou pegar o *jeito*, em um único dia quebrou cinco foices. Tal narrativa, revela a força da *trajetória de vida* de Reinaldo e do *costume*, explicando muito sobre a dinâmica migratória e a vontade de permanecer na comunidade, e sua preferência do trabalho-a-dia, ao invés de arriscar na produção própria.

Em relação aos filhos do casal, a migração, para eles, aparece como a principal alternativa para melhorar de vida. Anderson, o filho mais velho, após passar em um concurso do município, mudou-se à *rua*. Porém, na fala de Dona Pretinha, a interpretação era de que o filho não havia *saído*. Para ela, sair relaciona-se a migrar, ficar longe. Em uma das conversas com Reginaldo (filho de Reinaldo), seu primo Rodrigo e seu tio Tião, pai de Rodrigo, Tião falava sobre a possibilidade dos jovens permanecerem na comunidade e trabalharem na roça, como algo possível em seu ponto de vista. Sobre a possibilidade de permanecer na comunidade, Reginaldo observa: “Entra a questão do tamanho da terra. Já pensou, igual aqui tem quatro filhos pra dividir essa terra aqui. Lá em casa, tem cinco filhos, como faz? Trabalhar tudo junto não dá renda.” (Entrevista com Reinaldo, jan. 2014).

Quando realizamos o segundo trabalho de campo (2014), Reginaldo preparava-se para *sair*. Havia fechado uma empreitada de dez dias roçando manga para seu tio Zé e, com o dinheiro, comprou a passagem para Itatiaia (RJ). Ainda não tinha emprego certo por lá, e ficaria na casa de uma tia para procurar um emprego. Uma de suas tias tem um terreno e daria a ele para a construção de sua casa. Os dois irmãos de Reginaldo que concluíram a Educação Básica e, também, falavam de *sair*, depois de juntarem o dinheiro necessário. Na Figura 26, observamos o trajeto migratório de Reginaldo, filho de Reinaldo, único desse grupo familiar.

Figura 26 – Trajeto migratório do grupo familiar de Sr. Reinaldo.



4.1.2 Trajetórias marcadas pela permanência no lugar de destino

Tratam-se das trajetórias daqueles que *saíram* e atualmente moram *fora* da comunidade. Nesse grupo são considerados aqueles que retornaram para a comunidade e *saído* novamente. A elaboração dessas trajetórias foi possível porque, quando realizávamos o segundo trabalho de campo, havia duas famílias visitando a comunidade, duas filhas de Laurentino acompanhadas de seus maridos. Uma ainda tinha o seu direito e a outra já o tinha vendido. As entrevistas com Dona Joanita e Dona Gerinha nos possibilitaram, além de acrescentar esse tipo de trajetória, entender melhor como é a vida no lugar de destino e como funcionam as migrações a partir das redes de relações sociais.

4.1.2.1 Grupo familiar de Dona Gerinha

O Grupo familiar de Dona Gerinha é composto por cinco membros: o casal e três filhos. A principal fonte de renda da família advém do trabalho de Zé Antônio, marido de Dona Gerinha. Zé Antônio migrou pela primeira vez aos 23 anos¹⁵⁶, seu destino foi Angra dos Reis (RJ), onde havia alguns familiares, principalmente tios.

Sair pela primeira vez não foi difícil, pois ele era solteiro, tinha recursos e não tinha muitos gastos. Além disso, já havia um *corredor migratório* construído. Ficou dois anos e pouco por lá. Trabalhou por dois meses em um restaurante, mas não gostou; depois trabalhou como carpinteiro por cerca de um ano e meio na obra de construção de uma das usinas nucleares, à época em construção (Angra I e Angra II). Segundo o interlocutor:

Daí peguei meus direitos, falei o que, eu vou embora. Aí voltei, que vai e fica com vontade de voltar. Nunca tinha saído, era a primeira vez. Aí voltei, tornei ficar uns tempo, aí casei, aí a mulher engravidou [...]” (Entrevista com Sr. Zé Antônio, jan. 2014).

Conforme narrado, depois de dois anos fora, Zé Antonio decidiu voltar para comunidade, casou-se com Dona Gerinha e tiveram três filhos. De acordo com a entrevista, supomos que a saída de Zé Antônio, mesmo que ele não tenha afirmado, teve como finalidade juntar algum dinheiro e retornar para se casar. O fato de Dona Gerinha ter o direito que herdara de seu pai facilitou o casamento. Após se casarem,

¹⁵⁶ O Sr. Zé Antônio também era morador da comunidade, filho de Dona Oswaldina, irmã de Dona Dú.

permaneceram por seis anos na comunidade. Zé Antônio trabalhava na terra herdada por Dona Gerinha e na terra de seu pai, mas, após seis anos de casado, as coisas ficaram difíceis e ele decidiu então *sair* novamente.

Depois de casado, conta que antes de sair novamente, havia feito um roçado de feijão e outro de milho, com o pai, mas com a falta de chuva perderam a maior parte dos roçados. Segurou mais um ano, decidiu fazer uma roça maior, mas sem sucesso. Ele narra:

Comecei a roçar, três dias de foice. Na baixa e no morro, trabalhei três dias e não tinha mais dinheiro e mais nada. Você olhava pro sol chegava tá tremendo de quente. Falei, falei vou sair [...] mas não tinha dinheiro pra sair. Falei com um tio meu pra me emprestar um dinheiro, daí me arrumou 50 conto, deu pra pagar a passagem. Cheguei em casa falei pra mulher: “mulher, eu vou embora”, e aí fui. (Entrevista com Sr. Zé Antônio, jan. 2014).

Migrou sozinho, a mulher e os filhos ficaram na comunidade, pois não havia dinheiro para *sair* a família inteira. Dessa vez o destino escolhido foi Itatiaia (RJ). Após trinta dias, conseguiu serviço como caseiro numa fazenda, e, assim que recebeu o primeiro pagamento, mandou o dinheiro para a mulher migrar com os filhos. Dona Gerinha nunca havia saído da comunidade.

Sobre a chegada em Itatiaia, Zé Antônio narra:

Chegou lá, aperto do mesmo jeito. Primeiro, moradia, eles queriam que eu morasse na fazenda, falei o que, morar em fazenda eu vou trabalhar mais ainda do que eu já trabalho. Daí eu sai e fui pra obra de novo. Eu fiquei na casa dos cunhados, dessa cunhada minha, Joanita. Daí chegou mais gente também, e pra ficar todo mundo junto’ [...] Daí eu fiz um barraco lá de 2 metros por 2 metros quadrados, só vendo. Aquilo quando chovia, a água entrava e saía pelo outro lado e molhava tudo, mas aí Deus ajudou que as coisas foi caminhando, foi dando certo, né? Aí trabalhei numa firma 6 meses, falei “vou sair”, aí o cara acertou comigo, peguei o Fundo de Garantia e Seguro Sesemprego, aí comecei levantar a casinha devagar. Tem um cômodinho lá que dá pra esconder da chuva e tamo lá, né? (Entrevista com Sr. Zé Antônio, jan. 2014).

Depois de algum tempo e de passar por alguns sufocos, Zé Antonio acredita que as “coisas melhoraram”. Atualmente continua trabalhando na construção civil, presta serviço para empreiteiras, já faz 20 anos que estão *fora*. Sobre o período de saída e a possibilidade do *retorno*, o casal argumenta:

Sr. Zé Antônio: Nós saímos daqui não tinha Bolsa Escola, não tinha luz, não tinha rodagem.

Dona Gerinha: a única escola que tinha era na Água Fria [comunidade vizinha], a gente ia a pé daqui pra estudar lá. Eu ia, mas não aguentei, eu adoeci. Fui dois meses, enfraqueci e não aguentei mais. Filho aqui também não tinha como criá, ia crescer analfabeto, também.

Zé Antônio: A situação aqui, um tempo atrás era difícil moço.

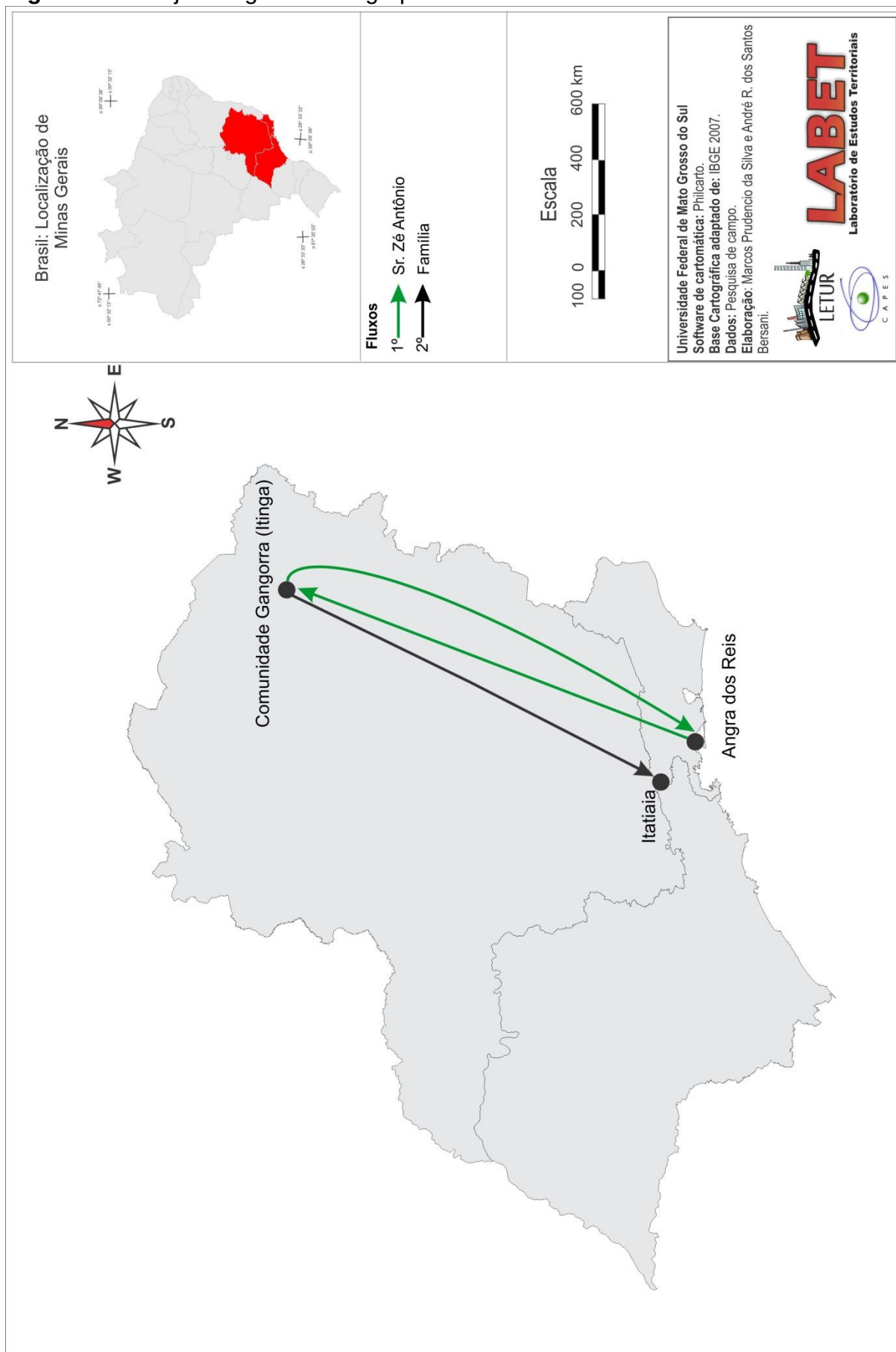
Pesquisador: Se fosse da forma que está hoje, teria saído?

Zé Antônio: Talvez não, porque os que ficou aí não saiu, né? Eu acredito que fosse igual hoje eu não saia não, eu tinha ficado aí. Mas, também não me arrependo não, já que tá dando certo, né? Os meninos que foi pra lá, tá cada um correndo atrás de seus sonhos. (Entrevista com Sr. Zé Antônio e Dona Geinha, jan. 2014).

Dos três filhos do casal, o mais velho trabalha no Exército e cursa o Ensino Superior em Engenharia; o do meio cursa Administração, com a ajuda dos pais; e o mais novo terminou o Ensino Médio e trabalha em supermercado desde os doze anos. Dona Gerinha acredita que dificilmente os filhos voltariam para a comunidade, pois *saíram* bem cedo e foram criados *fora*. Já ela, diz que voltaria caso o marido insistisse em retornar, a única dificuldade seria ficar longe dos filhos. Para o casal, a possibilidade de retornar, caso seja essa a vontade, é uma realidade concreta, pois mantiveram o direito herdado por Dona Gerinha. Zé Antônio alimenta a vontade do retorno e permanência na comunidade. Durante o tempo que estiveram na comunidade, estavam levantando uma casa¹⁵⁷ com a ajuda de seu sobrinho (filho de Sr. Antônio). Justificam que é para quando forem passear, pois não precisariam ficar de casa em casa, e, também, se quiserem retornar, já teriam o seu próprio lar. A Figura 27 demonstra o trajeto migratório da família.

¹⁵⁷ Parece-nos que a família antes de migrar morava ou na casa dos pais de Zé Antônio ou de Dona Gerinha. Dessa forma, Dona Gerinha havia herdado o direito, mas nele não havia uma casa.

Figura 27 – Trajeto migratório do grupo familiar de Dona Gerinha.



4.1.2.2 Grupo familiar de Dona Joanita

O Grupo familiar de Dona Joanita é composto por seis membros: o casal e quatro filhos. Atualmente só um dos filhos mora com Dona Joanita e seu atual marido¹⁵⁸. Dona Joanita saiu pela primeira vez quando tinha vinte anos. À época já era casada e tinha quatro filhos¹⁵⁹, e mudou-se com o marido e os filhos para Itatiaia (RJ), ficaram algum tempo na casa de seu irmão¹⁶⁰ até o marido arrumar trabalho em fazenda no município de Arapeí, no Estado de São Paulo, próximo à divisa com o Rio de Janeiro, aproximadamente 100 km de Itatiaia.

Eu fazia comida e deixava pra eles [os filhos] feita na mesa. Falava pra eles, tá aqui a comida. Pra eles não queimá, era comida fria. Eu trabalhava o dia inteiro e o homem saía pra trabalhar ganhando um salário mínimo também, que ficou trabalhando e não tinha profissão. Eu fui trabalhar de empregada doméstica e ele foi trabalhar pros *outros* na roça. Depois consegui comprá um barraquinho de táboa e fui fazendo a casinha em volta, até eu consegui fazer a casa. Mas foi preciso eu vender aqui pra conseguir terminar lá (Entrevista com Dona Joanita, jan. 2014).

Em Arapeí (SP), Dona Joanita, marido e filhos moraram por muito tempo na fazenda. Ela saía para limpar casa e lavar roupa de algumas famílias e o marido ficava na lida com a criação de gado e retirava leite. Dona Joanita narra a experiência nessa primeira fazenda onde moraram:

Ficamos numa fazenda, ele trabalhando pra um fazendeiro que era um sargento aposentado, o homem era ruim demais, pegou a carteira dele [marido], que ele não tinha leitura e falou que tinha assinado, ficou com a carteira lá guardada e nem pagando INPS dele tava. Daí ele ficou doente, teve que operar da apendicite, eu fazendo faxina numa casa e outra, ele tinha que ficar noventa dias parado. Quando eu fui falar com o fazendeiro pra receber, nada. Fui no INPS levá a carteira dele pra ele receber o tempo de trabalho, quando cheguei lá com os documentos dele, eles olhou a carteira e falou assim: “Como que você vai receber INPS?” Perguntou: quantos anos seu marido tem de trabalho? Eu disse: “tem cinco anos de trabalho”. Ele falou: “tem cinco anos de trabalho e seis meses de carteira assinada. É dona, nós não paga não, você pode dar um jeito”. E eu com a casa cheia de menino pequeno, falei “meu Deus o que vou fazê?”. Daí sai cedinho pra fazer faxina pra mulher, daí eu falei

¹⁵⁸ Dona Joanita separou de seu primeiro marido, com o qual se casou antes de sair da comunidade e é pai de seus filhos.

¹⁵⁹ Teve mais dois filhos nascidos *fora*.

¹⁶⁰ O dinheiro das passagens da família quem pagou foi o mesmo irmão que acolheu Dona Joanita quando ela ali chegou.

pra mulher, minha patroa, que eu tava com os meninos pequeno. Assim, assim, assim. Daí ela falou assim: “Mas assim você não pode ficar não, com os meninos pequenos”.

Daí não sei o que ela fez lá, falou com a assistente social e arrumou uma compra pra mim todo mês até o homem miorou. Quando o homi miorou que foi trabalha. O fazendeiro disse: “pode ir embora que você não vai poder mais pegar peso”. Mandou o homi embora! Aí é que eu sofri viu, falei agora que danou tudo. Cheguei chorá, falei o que eu vou fazê agora? Voltar pra trás não dá, eu não tenho mais aonde morar [...] (Entrevista com Dona Joanita, jan. 2014).

Após sair dessa fazenda, mudaram para outra onde o marido trabalhou lidando com plantação de roça e pasto; Dona Joanita continuou trabalhando como empregada doméstica em outras casas. Ela narra que “dessa vez não foram passados para trás” a carteira do marido foi assinada e seus direitos garantidos. Após quatro anos na fazenda, conseguiram comprar um barraquinho, graças as economias feitas e ao acerto trabalhista recebido pelo marido.

Dona Joanita narra que foram atrás de serviço, até que conseguiram um de ajudante de pedreiro para o seu marido nas obras dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), conhecidos na época como Brizolões¹⁶¹. Após um tempo o marido passou ao cargo de pedreiro e, após o término das construções, continuou trabalhando como pedreiro para empreiteiras em diversas obras. Atualmente, Dona Joanita mora com seu atual marido em um sítio no município de Arapeí (SP). Ele é aposentado e ela lida com alguns plantios em seu quintal. Somente um dos filhos mora com ela, e trabalha-a-dia em sítios e fazendas do município. Os demais moram e trabalham em Itatiaia (RJ). Em relação ao possível retorno dos filhos, Dona Joanita argumenta:

Meus meninos falou que eles vão vir embora pra cá. Adão gosta de roça, disse ele que se puder comprar, vem. Tá até triste querendo sair de lá porque não tem emprego, lá também não tem emprego não, é roça do mesmo jeito. (Entrevista com Dona Joanita, jan. 2014).

Ao final da entrevista, Dona Joanita fala sobre a vontade de retornar para a comunidade; a vontade daqueles que nasceram na comunidade e migraram. Nas suas palavras:

Eles tudo tem vontade de voltar, mas volta *acuma* se eles tudo vendeu? Diz que não gosta da cidade não. Eles tudo fala. Os filhos

¹⁶¹ A criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), foi um projeto educacional elaborado por Darcy Ribeiro quando foi vice-governador, no Governo de Leonel Brizola.

que tão enraizando lá, uns quer vir outros num qué [...]. As pessoas que vai vendendo aqui só fica com saudade, como quando passa aquela música “*Saudades da minha terra*”. Já viu aquela música?¹⁶² “*O que me adianta viver na cidade se a felicidade não me acompanhou [...]*” É só viver com a saudade [...] Davi meu irmão morreu cantando essa música, gostava daqui! Ele cantava ela lá e chorava, ele lembrava daqui e chorava. Tocava no violão [...] nós falava assim “canta ai Davi, saudade da minha terra”. Ele cantava e chorava! (Entrevista com Dona Joanita, jan. 2014).

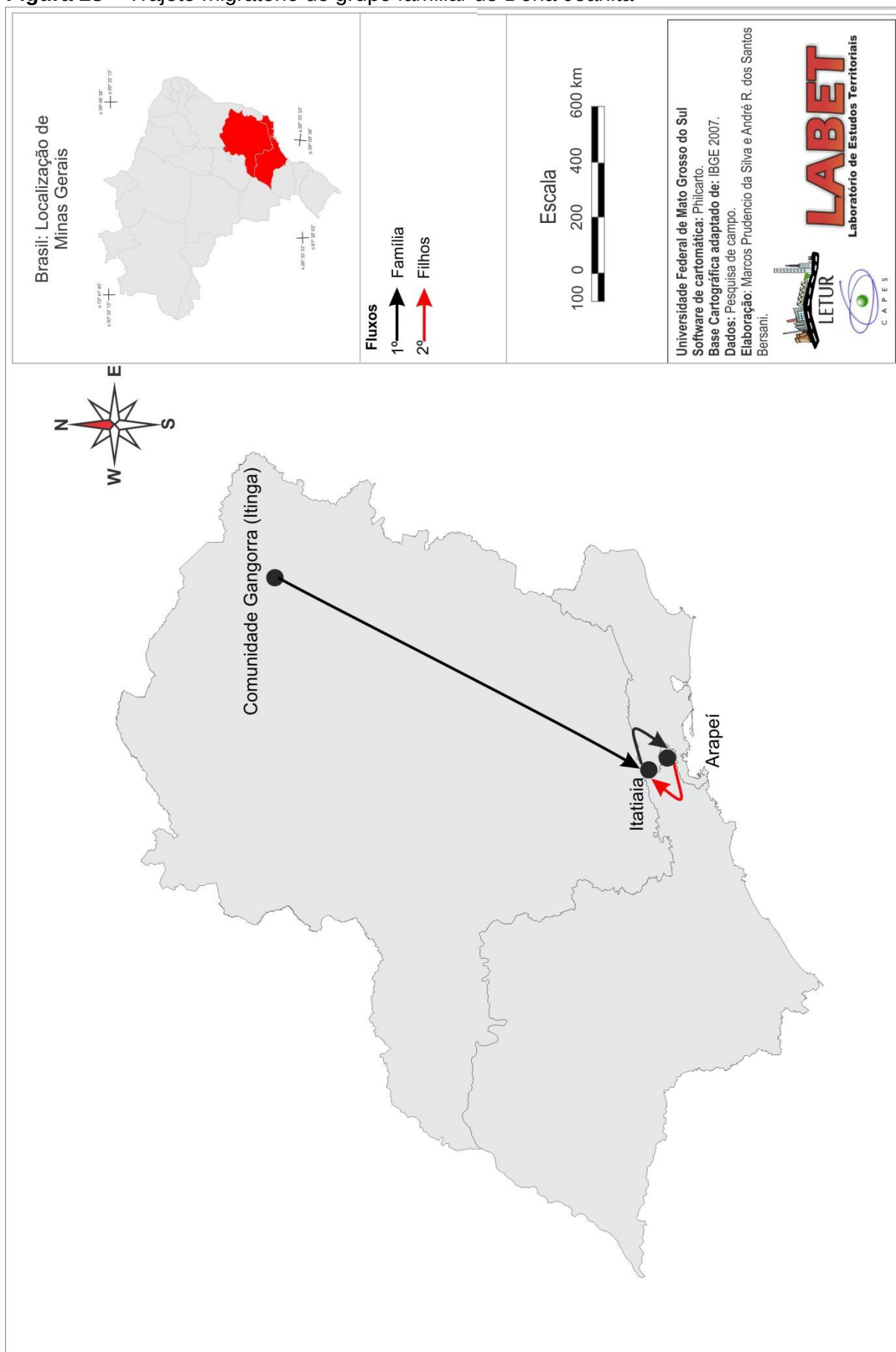
No mais, Dona Joanita demonstra a vontade de retornar para comunidade e discorre sobre essa possibilidade:

Se eu tivesse outra terra que eu pudesse comprá, eu já tava aqui de volta. Porque eu gosto daqui. Se eu fizer pelo menos uma casa eu vou ficar aqui do mesmo jeito, plantando pelo menos uns três pés de laranja. A gente gosta do lugar da gente, a gente nasce num lugar e criar ali meu filho, quando sai dali sai com o coração pequenininho. (Entrevista com Dona Joanita, jan. 2014).

A venda de seu direito aparece em suas narrativas como algo necessário, mas do qual ela se arrepende. O arrependimento aparece em dois pontos: primeiro, quando enfrentou momentos de angústia e dificuldades em Arapeí (SP), suportando aquela situação e aceitando as únicas alternativas colocadas em sua frente; segundo, quando pensa na possibilidade do retorno definitivo, dificilmente se realizará sem o seu pedaço de chão. A Figura 28 demonstra o trajeto migratório da família.

¹⁶² Neste momento da entrevista, Dona Joanita começa a cantarolar a música e seus olhos se enchem de lágrimas.

Figura 28 – Trajeto migratório do grupo familiar de Dona Joanita



4.1.3 Trajetórias marcadas pelo retorno

4.1.3.1 *Grupo familiar de Sr. Antônio*

Quando realizamos o primeiro trabalho de campo, uma casa estava vazia e nos chamou a atenção. Soubemos que era de Sr. Antônio, irmão de Dona Pretinha e Dona Joanita, qual estava fora realizando exames médicos, pois tem Doença de Chagas¹⁶³. Descobrimos um pouco de sua trajetória a partir das narrativas de seus irmãos, mas no segundo trabalho de campo entrevistamos Antônio já que, naquela ocasião, estava na comunidade.

Antônio é um dos herdeiros de Laurentino, tem cinco filhos, dos quais três nasceram na comunidade e dois em Itatiaia (RJ), quando estava *fora* pela segunda vez. Quando *saiu* da comunidade pela primeira vez, aos 19 anos de idade, teria como destino Itatiaia-RJ, onde estavam seus tios, mas fora aconselhado por eles que migrasse para Angra dos Reis-RJ¹⁶⁴, pois as usinas estavam em construção e *empregava muita gente*. Antônio se recorda da primeira vez que *saiu*: Eu me lembro que teve uma época que eu falei pro meu pai: ô o que eu puder ajudar o senhor, eu vou ajudar lá de fora, mas aqui eu não vou mais bater minha foice em pau pra fazer bico. (Entrevista com Sr. Antônio, jan. 2014).

Em Angra dos Reis, trabalhou cerca de um ano em empreiteira prestadora de serviços para a usina nuclear.

Primeiro entrei lá como ajudante de eletricista e após seis meses eu fui classificado, né! Virei oficial e depois de um ano eu já era eletricista. Mas eu não gostei de lá, da cidade de Angra. (Entrevista com Sr. Antônio, jan. 2014).

Antônio migrou para Itatiaia (RJ) e, além de eletricista, passou a trabalhar como pedreiro para diversas empreiteiras. Após cerca de quatro anos retornou à comunidade para se casar. Sua esposa também morava na comunidade e, após o casamento, permaneceram aproximadamente cinco anos por lá, onde tiveram seus três primeiros filhos. De acordo com Antônio: “Foi a época que eu tava trabalhando

¹⁶³ Entre as famílias da Gangorra há caso de morte pela Doença de Chagas, além de Antônio outros dois irmãos também foram infectados, Dona Pretinha e Dona Joanita. Não são casos isolados. Há vários depoimentos da alta incidência da doença no município, que se deve ao fato de a maioria das casas feitas de pau-a-pique e nelas o *Bicho Barbeiro* se hospedava.

¹⁶⁴ Destacamos que os dois municípios são próximos, com uma distância de aproximadamente 150 km.

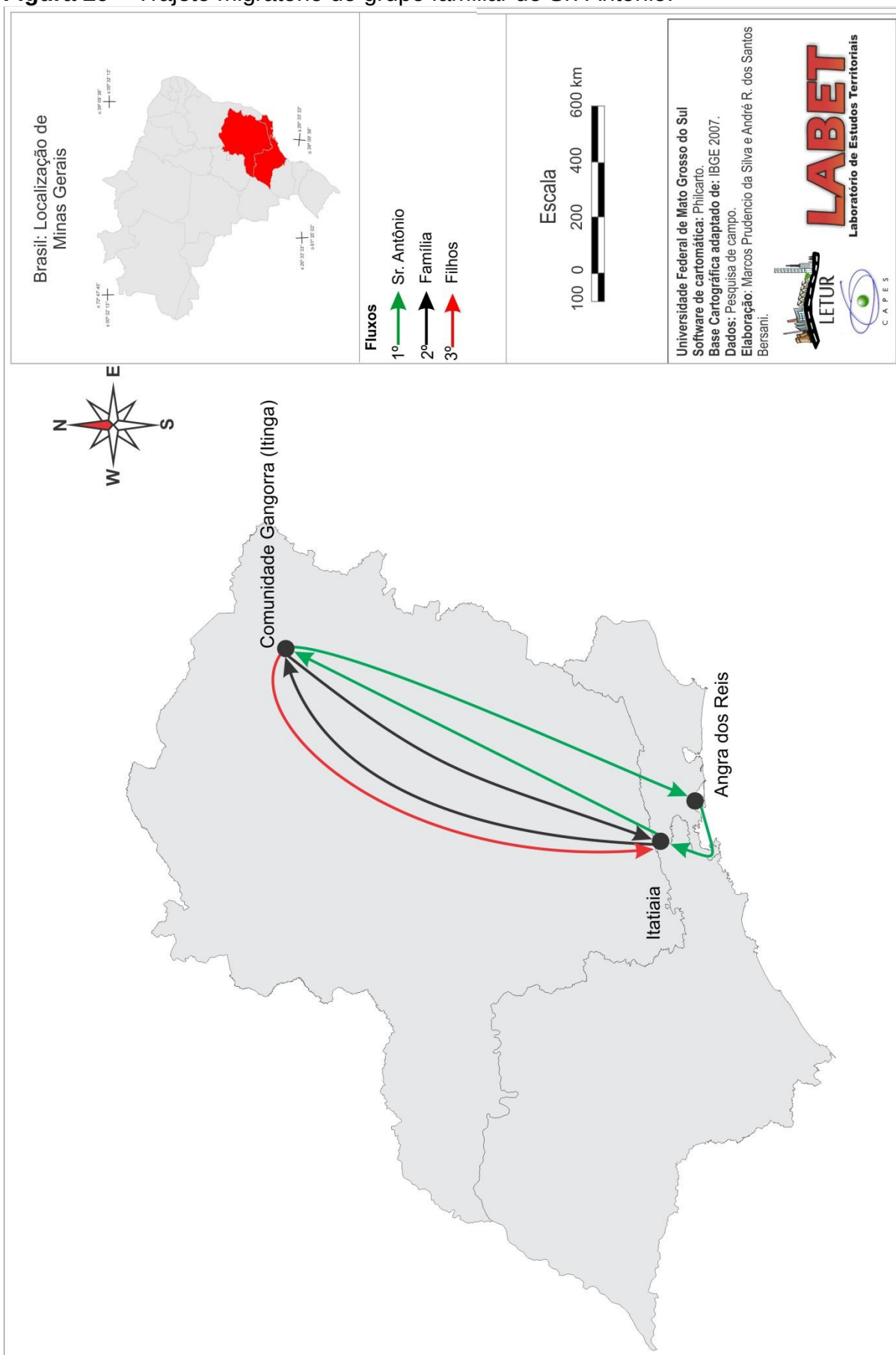
com Solano, de pedreiro. Aí eu trabalhei na construção da Escola Família em Jacaré. O primeiro pavilhão lá foi eu que marquei” (Entrevista com Sr. Antônio, jan. 2014). Discorre ainda que trabalhava como contratado e, nessas condições, não receberia seguro nem décimo terceiro salário. Decidiu então retornar a Itatiaia (RJ), dessa vez, casado, com a mulher e os filhos. Em Itatiaia tiveram mais dois filhos; Antônio continuou com o trabalho de pedreiro em diversas empreiteiras da construção civil. Em Itatiaia trabalhou com seu tio e seu cunhado.

Continuei trabalhando assim, as vezes trabalhava dois anos numa firma, três em outra; passei por muitas firmas, né? Os melhor prédio que tem dentro da cidade foi passado por minha mão, do meu irmão que já faleceu e do meu cunhado. Essa que aposentei eu tava a três anos nela, meu sonho era esse, o dia que eu me aposentar eu vou embora. Trinta e poucos anos eu fiquei lá, mas o pensamento era vir embora. Depois que aposentei não fiquei um ano lá e vim pra cá de novo. (Entrevista com Sr. Antônio, jan. 2014).

Antônio retornou à comunidade Gangorra após um ano de aposentado, vieram a esposa e três filhos; o mais velho ficou na comunidade junto aos pais e as duas moças moram na *rua*, uma casada e outra em uma casa que Sr. Antônio construiu. Pela narrativa de Sr. Antônio, os outros dois filhos voltaram para Itinga, mas retornaram para Itatiaia.

Faz quatro anos que Antônio retornou, e lida com roça, mas diz que o faz por prazer. Relata que sua doença (Chagas) melhorou muito após ter retornado. Seu filho trabalhou por algum tempo como motorista, levava alunos das comunidades para as escolas. Nos últimos dias, trabalhava na roça e ajudando Zé Antônio (marido de Gerinha, irmã de Antônio) na construção da casa. Entretanto, disse que na roça não dá para ficar e, por isso, pensa em voltar para Itatiaia (RJ). A Figura 29 demonstra o trajeto migratório da família.

Figura 29 – Trajeto migratório do grupo familiar de Sr. Antônio.



4.1.3.2 Grupo familiar de Dona Vânia

Faz cerca de 15 anos que os irmãos e tios de Dona Vânia migraram da comunidade Capão, onde morava antes de se casar com um dos filhos de Laurentino e mudar-se para a comunidade Gangorra. O destino de seus familiares foi Pitangueiras, no Estado de São Paulo. Os primeiros saíram para o corte da cana e ficaram por lá. Hoje continuam trabalhando na usina, mas como encarregados e operadores de máquinas.

Dona Vânia, seu marido, já falecido, e o filho mais velho, quando saíram da comunidade, migraram, primeiro, para Itatiaia (RJ), onde nasceu o segundo filho. O marido de Vânia trabalhou como pedreiro na construção civil para diversas empreiteiras; ficaram cerca de cinco anos em Itatiaia e migraram para Pitangueira (SP). Lá ficaram aproximadamente um ano morando com um irmão de Dona Dalva e alguns irmãos, trabalhando no corte da cana. No tempo em que ficaram em Pitangueiras, o marido trabalhou o período de uma safra no corte da cana, mas não gostou. Decidiram retornar para a comunidade e, após seis meses do retorno, seu marido foi assassinado na comunidade vizinha.

Quando realizamos a entrevista, além de Dona Vânia, entrevistamos seu atual companheiro. Utilizaremos sua experiência migratória, pois após casar-se com Vânia e mudar-se para comunidade, não migrou mais. Antes de mudar-se ficou muitos anos trabalhando *fora*, trabalhou por oito anos no Estado de São Paulo, em uma fazenda de gado; depois de ser demitido, retornou para sua comunidade em Itinga e começou *sair* para o corte da cana. No corte, trabalhou nos Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo. Entretanto, diz que não há mais emprego para o corte, que acabou.

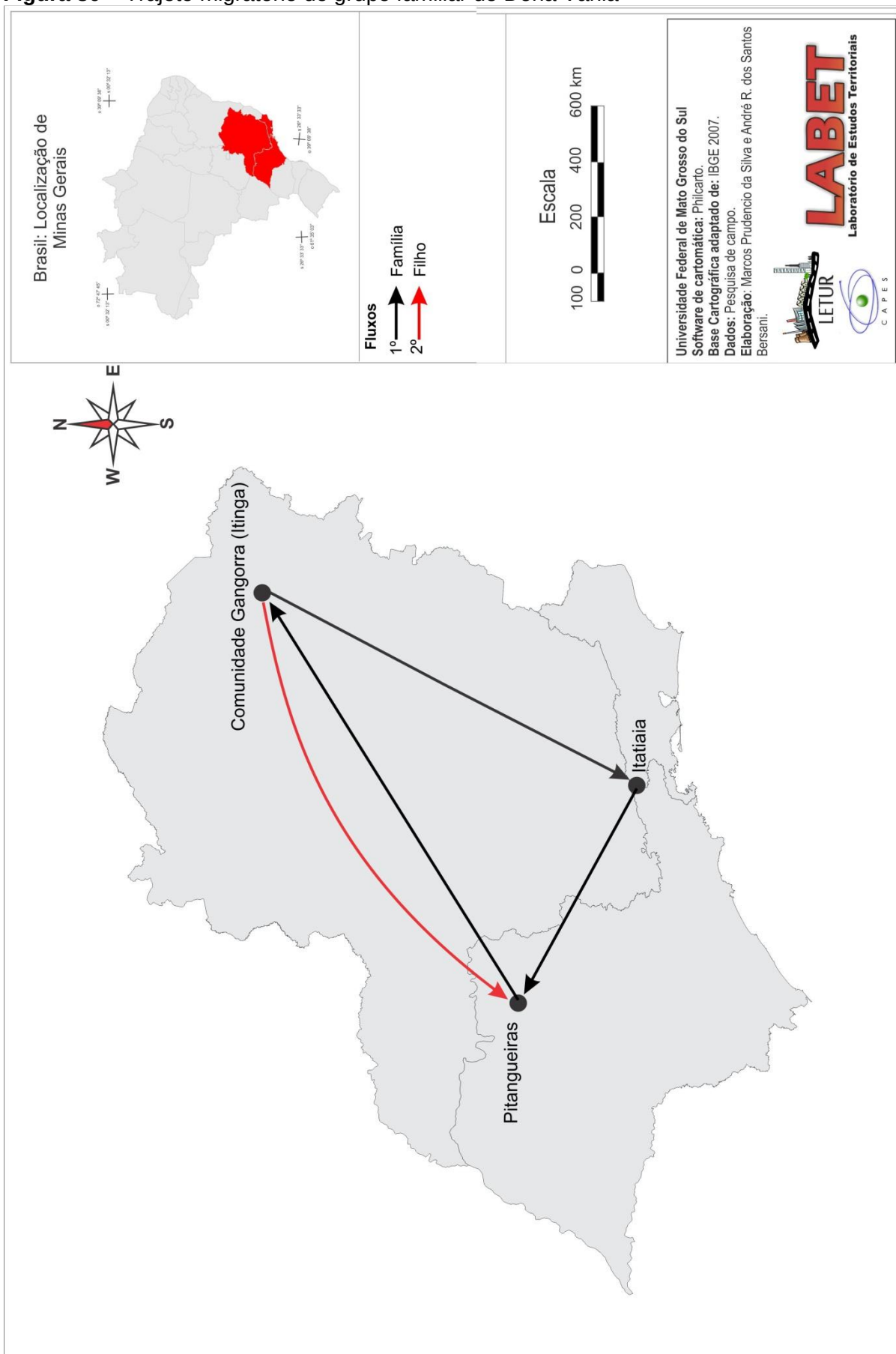
Na comunidade, trabalha na terra de Dona Dalva, onde Reinaldo trabalhava. Diz que gosta do trabalho na comunidade, mas trabalhar sem carteira assinada é complicado, e se aparecer algum trabalho bom para fora, provavelmente sairá¹⁶⁵. A renda da família é composta pela pensão de Dona Vânia e o salário de seu

¹⁶⁵ Como já destacamos, compreendemos por trajetórias marcadas pelo *retorno*, aquelas em que os sujeitos, após *saírem* e ficarem por algum tempo *fora*, decidiram retornar para comunidade e que *até o momento da pesquisa ainda estavam na comunidade*. No caso do marido de Dalva, ele adentra na dinâmica em que a família está inserida, além de levarmos em conta o fato de que ele, mesmo não tendo *saído* da comunidade, pois passa a morar nela após casar-se com Dalva, sua trajetória também pode ser entendida como de retorno quando lembramos que morava numa comunidade vizinha, saía para trabalhar e retornou para Itinga.

companheiro, não recebendo repasses do Programa Bolsa Família. Para esse grupo familiar, *sair* aparece como uma possibilidade. Quando realizávamos a entrevista, Dona Vânia disse que seu filho mais novo tinha *saído* havia oito dias, ido para Pitangueiras (SP), onde seus tios garantiram que arrumariam emprego para ele. O filho mais velho também pensa em migrar para Pitangueiras; diz que ainda não *saiu* porque está esperando seu diploma ficar pronto e está tirando a carteira de motorista. Dona Vânia ofereceu um salário para o filho ficar *lhe* ajudando por mais algum tempo na comunidade.

Em relação aos primos que estão *fora* e moravam em sua comunidade (Capão), Dona Vânia conta que, apesar de terem saído há muitos anos, pensam em um dia retornar, pois cada um está comprando um pedaço de terra na comunidade. Já em seu caso, disse que pretende ficar onde os filhos estiverem. Assim, se o filho mais velho migrar para Pitangueiras e os dois estiverem *bem empregados* por lá, provavelmente migrará para perto dos filhos e outros familiares. Para ela, permanecer na comunidade seria complicado, pois após a morte do marido, o herdeiro do direito onde mora na comunidade, alguns laços com as outras famílias já não são os mesmos. A Figura 30 demonstra o trajeto migratório da família.

Figura 30 – Trajeto migratório do grupo familiar de Dona Vânia



4.2 SAÍDAS, RETORNOS E PERMANÊNCIAS NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA

Por meio das *experiências* e *trajetórias* migratórias, tentaremos entender as migrações como parte do processo de territorialização do campesinato da comunidade Gangorra, realizado na articulação entre os territórios-redes construídos com a migração e o território-zona da comunidade. Por isso, a territorialização pela mobilidade é parte constituinte do processo e não o todo. Tal assertiva demonstra o nosso interesse em realizar a análise territorial do processo migratório, pois ela nos possibilita compreendê-lo de forma mais efetiva, já que as migrações como mobilidades espaciais designam, por meio dos territórios-rede, uma “experiência espacial integrada” em diferentes territórios (HAESBAERT, 2012, p 346).

Devido à constelação de dinâmicas existentes nesse processo, propomos, de acordo com as trajetórias e experiências migratórias, as dinâmicas fundamentais para a sua compreensão nos moldes usados: a) mudanças no processo migratório, diferença entre uma geração e outra em relação aos propósitos, fatores e experiências migratórias; b) diferenciação entre as migrações dos homens e das mulheres e dos filhos e filhas; c) fatores internos à unidade familiar e à comunidade; d) redes de relações sociais (redes migratórias); e) práticas e representações no *lugar de destino*; e f) contra-mobilidades espaciais.

Primeiramente, é necessário especificar algumas características das migrações dos camponeses da comunidade Gangorra. Tratam-se de migrações envolvendo camponeses que detêm a posse da terra¹⁶⁶, isso lhes confere algumas especificidades. Por exemplo, suas migrações não são em busca de terra, mesmo que preferencialmente *morar* num sítio no lugar de destino seja a melhor opção para aqueles que migram. A terra, por ser herança, é representada como um patrimônio familiar e deve ser zelada enquanto tal. Essa ideia se repete em diversas partes das entrevistas que realizamos com os camponeses da comunidade. Até mesmo os jovens ressaltaram que é preciso manter a terra sob o domínio familiar e vendê-la seria a última opção, sendo preferível a venda para algum membro da comunidade. Manter a terra como patrimônio familiar, seja pela família nuclear ou por familiares, é

¹⁶⁶ Cabe também levar-se em consideração que são pequenas propriedades que possuem cerca de 10 hectares. Logo, mesmo com a posse da terra, ela é limitada em relação à quantidade de membros de cada família.

condição necessária para que no processo migratório os sujeitos usufruam de certa autonomia, tanto para *sair* como para *retornar*. Notamos, no caso de Dona Joanita, que a mesma enfrentou situações precárias por ter vendido seu direito e, por isso, não ter para onde retornar quando as dificuldades apareceram.

Diante de tais fatos, podemos afirmar que manter ou não a posse da terra pode ser uma condicionante tanto para a permanência quanto para o retorno à comunidade. Sobrar força de trabalho e faltar terra também pode indicar como caminham, para garantir a reprodução social do grupo, as migrações. Seria difícil todos os filhos permanecerem na terra, devido à relação entre o tamanho da terra e a quantidade de herdeiros. Fracionar demasiadamente a terra pode levar à perda do patrimônio familiar. Nessa perspectiva, migrar pode ser a condição necessária para possibilitar que se mantenha a terra sob o domínio da família. Dessa forma, alguns dos filhos migram para que a terra permaneça no meio familiar.

Não há como negar a supressão dos espaços de reprodução do campesinato pelo capital, sendo a expansão das fazendas o principal processo ocorrido no município de Itinga e as modificações na relação do campesinato com os fazendeiros. Com a expansão das fazendas veio o rompimento da maneira de se relacionar com a terra e modificaram-se as formas de apropriação dos espaços, antes partes do território camponês, e novas formas de territorialização foram criadas.

As narrativas dos sujeitos destacam o referido processo. Em seus relatos, encontramos essa realidade. Segundo Zé Antônio e Dona Gerinha:

Sr. Zé Antônio: Até hoje os filhos [referindo-se a seus irmãos] reclamam: “é nosso, é nosso”. Mas, perdeu, perdeu.

Dona Gerinha: Perdeu já era não. É que chegava os poderoso, os mais rico e tomava dos coitado que não tinha nada. Os fazenderão rico chegava e invadia tudo. Essa “fazenda” lá que é de minha vó que veio ganha há pouco tempo, era invadida pelos fazendeiros, Zé Fernandes invadiu ela.

Sr. Zé Antônio: Se quer saber de uma verdade, essas terra por fora aí “não tinha dono”. Essas pessoas que tão hoje aí são tudo de fora, eles chegaram e invadiram. As pessoas que moravam aqui dentro memo não lucrô, isso aí era deles, deles não, nosso que tamo aqui dentro. *Aí quem se apossô disso aí foi pessoas que veio de fora, marajá.* (Entrevista com Sr. Zé Antônio e Dona Gerinha, jan. 2014).

Zé Antônio discorre ainda sobre o uso em comum das chapadas e terras altas que antes “não tinham dono”, que eram de todo mundo.

Você viu aquela fazenda que eles fizeram ali em cima, naquela chapada lá? Aquilo lá não tinha dono não. *Aquilo lá você soltava gado aqui ô, gado de todo mundo, você soltava aqui, outro soltava lá e comia tudo junto nisso daí, não tinha dono.* Aí fulano comprou uma parte, aí outro comprou outra ali, aí foi tomando conta. *Eles foi cercando tudo e aí a gente fico embeijado.* (Entrevista com Sr. Zé Antônio, jan. 2014).

Com a tomada das *chapadas* e demais extensões de terra por grandes fazendeiros, o acesso tanto às *chapadas* quando à terra se tornou limitado para as famílias camponesas. Os herdeiros de Laurentino discorrem que tinham que trabalhar para fazendeiros. O pai negociava a empreitada e a família inteira participava. Os homens roçavam a manga e as mulheres preparavam a comida, sendo outra alternativa plantar à meia com os fazendeiros. Fora isso, havia o trabalho na própria unidade familiar.

Temos por um lado o ato de migrar relacionado ao processo de supressão dos espaços desse campesinato, por outro, também, significava desatar os laços de sujeição com os fazendeiros; lembramos que o caso dos membros da comunidade é diferente do que seria o de camponeses agregados, pois para estes migrar significaria perder a terra.

A partir dessas considerações, o processo migratório aparenta não estar restritamente relacionado, nesse caso, à propriedade da terra ou à impossibilidade de sobreviver na terra, como chama atenção as análises de Woortmann (2009), e, menos ainda, dá-se devido à estagnação da terra ou às técnicas utilizadas, como argumentam Galizoni e Ribeiro (2006).

Entendemos que na relação entre a posse da terra e as migrações há, para além de fatores materiais e funcionais, outros fatores de dimensões simbólicas e culturais, pois, como mencionamos, as migrações não se limitam ao econômico. Com isso, entre sair, permanecer e retornar, afirmamos que o fato do camponês herdar com e a partir da terra o trabalho, a sociabilidade e a lógica de relação com a natureza, interferem no processo. Pois, como já destacamos, a herança camponesa ultrapassa a visão da terra como propriedade, entendida somente como um meio de produção; ela é vista como patrimônio familiar.

Também, devido a esses outros fatores, por serem de dimensões mais simbólicas e culturais, (trans)formando-se ao longo do tempo. Quando pensamos atualmente quais os filhos que sairão e o(s) que ficarão na comunidade, parece-nos limitado afirmar que essas possibilidades se restringem a algum tipo de “vocação

para o trabalho na roça”. Pode até aparecer esse argumento nas entrevistas, entretanto, observamos para além das aparências. Se tratando das migrações entre os jovens, antes a permanência do filho mais novo era, via-de-regra, comum. Hoje não podemos afirmar o mesmo. Em Gangorra vimos uma família em que o filho mais novo migrou e o mais velho permaneceu para ajudar a mãe; em outra vimos que, após migrar e retornar, o filho mais velho decidiu tentar o trabalho na roça pelo menos três anos para “ver se dá certo”, enquanto os mais novos esperam o “momento certo” para sair.

Antes as migrações possibilitavam também o casamento, no sentido de juntar dinheiro para construir a casa ou para fazer roçados, como afirma Woortmann (2008): “Migrar é necessário para ter roçado e casar. Isso é sem dúvida verdadeiro, mas [...], a migração é também voltada para o projeto coletivo da família e para a reprodução de seu patrimônio (WOORTMANN, 2008, p. 220). Não encontramos algum caso em que as migrações permitissem a compra de um pedaço de terra. As migrações, na maioria dos casos, parecem não ter retorno nessas proporções, apesar de serem possíveis casos em que ocorra junto com a mobilidade espacial a mobilidade social. Mais do que a possibilidade de juntar uma quantia em dinheiro que viabilize a compra de terra, existem dois entraves para que a expansão da propriedade na comunidade seja possível. O primeiro é que dificilmente consigam expandir a propriedade para além dos limites da comunidade, tendo em vista que está cercada por grandes propriedades¹⁶⁷. O segundo, que acaba derivando do anterior, é que no interior da comunidade o direito de alguma família só poderá se expandir a partir da compra do direito da outra, ou seja, essa possibilidade só existe se algum herdeiro vender sua terra, e para isso sua família teria que migrar.

Observamos que, entre os jovens, estabelecer moradia na comunidade para alguns é algo possível, enquanto para outros será difícil. Para os filhos de Zé, que comprou os direitos de seus irmãos, é possível que algum tome conta ou herde um pedaço de terra ainda com o pai vivo. Já para as demais famílias, o tamanho da propriedade é limitado e dificilmente seria possível estabelecer outra família em seu limite.

¹⁶⁷ Esse fato acaba não sendo somente um entrave para a expansão da propriedade camponesa, mas, também, é uma ameaça à sua existência. Nesse sentido, é possível observar a resistência à expansão das grandes propriedades vizinhas, pois, como os casos já relatados sobre os conflitos com grandes fazendeiros, estes ainda permanecem no tempo e no espaço. Destacamos que quando realizamos o segundo trabalho de campo (2014) soubemos que havia *um pessoal* que entrou na justiça para tomar a terra de Dona Dú, sob a alegação de que seriam os verdadeiros proprietários.

Sair aparece para a maioria dos jovens como algo necessário, mas, ao mesmo tempo, deixar a família, o lugar e os amigos, é uma escolha difícil de tomar. A vontade de “crescer na vida” e a impossibilidade de que isso ocorra caso continuem na comunidade, foi narrada diversas vezes. A opção de *sair* está amplamente aberta para eles, devido aos familiares que estão fora; dessa forma esperam uma possibilidade de permanecer, mas caso essa possibilidade não ocorra no tempo que determinam, a opção é migrar. Assim como a opção de *sair*, a possibilidade do retorno também está garantida pela permanência dos pais na comunidade. Podemos usar como exemplo o caso de Rodrigo, que migrou e, após algum tempo sem conseguir emprego e com dificuldades em permanecer *fora*, retornou para comunidade e tentou “conseguir algo” a partir do trabalho na terra.

Não compreendemos as migrações desses sujeitos como um problema ou como um fator de desagregação da família camponesa ou indícios de uma transição infalível, pois certa imobilidade (permanecer na terra) nem sempre é sinônimo de autonomia, como explica Haesbaert (2012). Aqueles que estão *fora* incentivam os que estão na comunidade a *sair*. A consolidação de territórios-rede dotam as migrações desses camponeses de certa autonomia, e os pontos de conexão permitem aos jovens irem e voltarem quando necessário, pois seus pais permanecem na comunidade e a terra continua sendo um patrimônio familiar.

Utilizamos os conceitos de *territórios-rede* (HAESBAERT, 2012) e *corredor migratório* (SILVA, 2011) para expressar o quanto o lugar de origem e o lugar de destino estão conectados, sendo o cimento dessa conexão as redes de relações sociais e o constante *ir* e *vir* entre os territórios. Assim, a territorialização pela mobilidade se dá por espaços descontínuos e fragmentados, mas que, ao mesmo tempo, estão fortemente interligados.

Esse *corredor migratório*, já estabelecido e consolidado, interliga a comunidade Gangorra aos espaços apropriados pelos camponeses que migraram primeiro. O território de destino, antes desconhecido, começa a se tornar comum e sua apropriação, por intermédio de uma territorialidade camponesa, o transforma e o reconstrói enquanto parte do território dessas famílias camponesas, ao menos na dimensão simbólica/cultural, de apropriação do espaço, como destacamos anteriormente.

Há um ponto principal de conexão com a comunidade Gangorra, o município de Itatiaia, no Rio de Janeiro, onde se situa o principal lugar de destino migratório

das famílias da comunidade. Referimo-nos a lugar de destino, pois a migração não se realiza somente para o mesmo município, mas sim para o mesmo bairro, a mesma rua, como é o caso das famílias que estão em Itatiaia (RJ). Davi foi o primeiro herdeiro de Laurentino a sair. Não possuía parentes em Itatiaia (RJ), mas conhecidos. Após certa estabilização de Davi, os irmãos, cunhados e sobrinhos foram convidados ou migraram por saberem que a ida do irmão havia dado certo.

Observamos nos mapa das trajetórias migratórias que todas tiveram Itatiaia (RJ), se não como o único, ao menos como um dos pontos de destinos. Sobre a migração de grande parte dos familiares para Itatiaia, Antônio destaca: “Nessa Itatiaia, lá a família nossa, a parentela, tem um monte morando lá. Lá tem uma rua que você vai de um lado a outro, é só parente” (Entrevista com Sr. Antônio, jan. 2014). Dona Joanita também frisou Itatiaia como o principal ponto de destino das famílias de Gangorra. Segundo ela, os familiares em Itatiaia.

[...] mora tudo embolado, sai da casa de um entra na casa do outro. Tudo numa rua assim, que é na linha do trem, aonde o trem passava antigamente e ali eles foi chegando, foi aonde eles pôde ir comprando um pedacinho de terra [...]. Tem muita gente, tá tudo em Itatiaia esse povo. (Entrevista com Dona Joanita, jan. 2014).

Notamos, quando consolidado os territórios-redes ou um corredor migratório, outros destinos são descartados pelos sujeitos migrantes, pois é mais seguro migrar por meio das redes estabelecidas. A partir das trajetórias, observamos Itatiaia como o primeiro destino de quem migra, e de lá para outros lugares. Esses outros lugares de conexão, que designamos como secundários, mesmo como primeiro destino, são específicos a cada família nuclear da comunidade, para os quais (geralmente) somente migram os integrantes da mesma unidade familiar. Os lugares e as respectivas famílias que a eles se interligam são: a) Diadema (SP): grupo familiar de Zé; b) Angra dos Reis (RJ): grupos familiares de Sr. Tião e Sr. Antônio; c) Pitangueiras (SP): grupo familiar de Dona Vânia.

Esses são lugares alternativos para as famílias a eles vinculados, mas podem ser alternativas para outras famílias, devido aos vínculos de parentesco estabelecidos entre elas.

Em relação aos lugares de conexão, não verificamos a existência de nenhum que estivesse no próprio Estado (MG). As chamadas migrações pendulares e migrações intra-regionais não são uma realidade no âmbito das migrações dessas

famílias. Contudo, elas são uma possibilidade, como observamos no caso do filho de Tião, que quase realizou uma migração intra-regional, mas que, por não haver um “corredor migratório”, não foi considerada uma forma segura de *saída*. Privilegia-se a *saída* para os lugares de interligação com a comunidade, formados por uma rede de relações sociais, prioritariamente, com familiares, seja no destino principal (Itatiaia-RJ), seja nos destinos secundários (Diadema-SP; Pitangueiras-SP; Angra dos Reis-RJ).

Arapeí (SP), onde está dona Joanita (100 km de Itatiaia), é um ponto de conexão com a comunidade, mas que, em nossa interpretação, ainda não se tornou um *corredor migratório*, pois somente houve a migração de uma família para esse município. Assim, apesar de Dona Joanita ter aberto uma possibilidade, um lugar de conexão com a comunidade, ainda não houve outras experiências migratórias para abrir o *corredor migratório* entre o local de origem e o local de destino.

Em todos os casos, os migrantes ficam na casa de algum parente ou até mesmo passam um tempo na casa de um e na casa de outro, até conseguirem um lugar definitivo. As famílias com casa vazia no lugar de destino, sedem-na para o recém-chegado. Há famílias que, quando possuem outro terreno, dispõem-no para os migrantes, para a construção de casa, ter lugar onde morar. Há certa influência daqueles que migraram para que ocorra a migração de demais membros.

A reciprocidade e a ajuda no interior da comunidade, como vimos no capítulo anterior, estendem-se para outros espaços e são as bases para a formação dos *corredores migratórios*. A migração como um processo que envolve tanto os que migram quanto os que permanecem e, a partir dessa compreensão, entendemos as migrações como parte do processo de territorialização dos camponeses da comunidade Gangorra, pois não há a efetiva des-territorialização em relação à comunidade e nem uma completa re-territorialização nos lugares de destino, pois existe a possibilidade de des-territorialização na imobilidade e territorialização na e pela mobilidade, como afirma Haesbaert (2012). Entender como abandono do território ou como processo de desterritorialização o fato de um sujeito *sair* do território ao qual pertence e do qual faz parte é minimizar os aspectos conceituais do *território* enquanto categoria de análise, sob as bases amplas das quais nos apoiamos.

Como já ressaltamos em outros pontos, quando nos referimos ao processo de *territorialização do campesinato da comunidade Gangorra*, estamos nos referindo à

construção de um território camponês a partir do grupo de sujeitos; da mesma forma tem que ser a interpretação em relação às migrações (que permite a territorialização do grupo pela mobilidade), pois nessa dinâmica participam tanto os que permanecem na comunidade quanto os que saem. Por isso, nessa perspectiva, entendemos que não estamos tratando de um processo de des-re-territorialização, já que compreendemos que não há uma des-territorialização, logo também não há uma re-territorialização (quando a referência é o grupo). Consideramos que esse caso diz respeito ao próprio processo de territorialização do campesinato de Gangorra.

Assim, o que há são partes de um mesmo processo, ou seja, etapas que permitem a permanência espaço-temporal desse campesinato, sua territorialização. Ao nos referimos ao processo de territorialização, buscamos enfatizar todas as dimensões determinantes do território, ou seja, além dos fatores econômicos e políticos, os fatores culturais fazem parte desse processo.

Então, consideramos que a identidade territorial dos camponeses da comunidade Gangorra se constrói a partir do próprio território-zona (comunidade) e pela relação e imbricação com outros territórios (migrações). Sendo assim, torna-se de suma importância o papel das experiências migratórias na formação da identidade, tanto daqueles que migram, voltam e permanecem na comunidade, quanto daqueles que migraram e permaneceram nos locais de destino, tendo na ideia do retorno o pressuposto para permanecerem fora. De qualquer forma, nessa dinâmica não há o total desprendimento do lugar de origem. O sujeito continua mantendo relações sociais com os familiares que ficaram e com os que retornaram e, sendo assim, o que há não é a perda de identidade, os sujeitos não são destituídos de seus valores simbólicos, mas a aquisição de novas representações e uma contínua (re)construção dessa identidade.

O *estar fora* “cobra” dos sujeitos práticas e costumes que se manifestavam no lugar de origem. Viver afastado dos elementos centrais, que até então sempre fizeram parte de seu universo (terra, trabalho e família), causa o deslocamento do sujeito em relação ao seu modo de ser/estar no mundo, que por sua vez são recriados por meio de práticas no lugar de destino. A memória e a cultura possuem essencial papel para que se faça o elo entre o lugar de origem e o de destino, concretizado no cotidiano e manifestando-se pela territorialidade. O camponês migrante, fora do seu lugar/território (território-zona), experimenta novas

experiências espaço-temporais no território que lhe é estranho. Porém, a sobreposição ou imbricação territorial nesse processo fica clara, pois o camponês reproduz simbolicamente o seu território por meio de costumes, objetos e pela própria memória.

Temos a sobreposição de territórios, pois entendemos que as “fronteiras” do território camponês se expandiram para outros territórios. Nesse caso, em relação ao entrecruzamento de territórios, levamos em consideração a reflexão de Carneiro (2008):

As fronteiras entre os territórios são, nesse sentido, móveis e podem até mesmo ser deslocadas de uma espacialidade física. Isso quer dizer que os indivíduos podem expressar o seu vínculo com um determinado território (sua identidade territorial), mesmo estando fora desse território. É o caso da manifestação de práticas culturais entendidas como rurais em espaços definidos como urbanos e vice-versa. (CARNEIRO, 2008, p. 35).

A ideia de fronteiras móveis entre territórios, como já ressaltamos anteriormente, faz parte dos denominados territórios-rede. Segundo Haesbaert (2012, p. 307): “Uma característica muito importante é que a lógica descontínua dos territórios-rede admite uma maior sobreposição territorial, na partilha concomitante de múltiplos territórios”.

Isso quer dizer que há a expansão dos espaços de reprodução desses camponeses, ainda mais quando assistimos ao entrecruzamento de territorialidades e temporalidades (ou entre espaços e tempos distintos), como forma de resistência ao desenraizamento – pelo menos na dimensão simbólica – e, paradoxalmente, permitindo a permanência no lugar de destino e a manutenção dos vínculos com o lugar de origem. Em outras palavras, o *ser* e o *estar* ganham relevância na análise, pois o sujeito *está* em Itatiaia (RJ), mas continua *sendo* da Gangorra. Também nesse sentido, as palavras de Martins (2005) nos ajuda a compreendermos melhor o raciocínio desenvolvido. De acordo com o autor:

O deslocamento [de “massas rurais” para a cidade] nos mostrou, e já há estudos sobre o fenômeno, que o rural pode subsistir culturalmente por longo tempo fora da economia agrícola. Pode subsistir como visão de mundo, como nostalgia criativa e autodefensiva, como moralidade em ambientes moralmente degradados das grandes cidades, como criatividade e estratégia de vida numa transição que já não se cumpre conforme as profecias dos sociólogos (MARTINS, 2005, p. 6).

Assim como o rural, de acordo com Martins (2005), entendemos que o modo de vida camponês subsiste como visão de mundo (representações) e pode subsistir nas próprias práticas (re)criadas no local de destino. Contudo, nossa análise, a respeito dessas práticas, ficou restrita às entrevistas daqueles migrantes visitando a comunidade quando realizamos o segundo trabalho de campo (2014); daqueles que retornaram para comunidade; e dos que permanecem, mas já visitaram os familiares *fora*. Assim sendo, podemos somente discorrer sobre alguns aspectos da territorialidade no lugar de destino, mas não é possível aprofundar tal análise.

Destacamos um ato realizado no lugar de destino que nos chamou a atenção, o de cercar terrenos baldios, aparentemente algo praticado pelas famílias constantemente. Entendemos que, essa prática derivada das representações e práticas camponesas construídas no lugar de origem, migrou junto com os sujeitos, pois a forma de apropriação da terra por esses camponeses se realizava pela abertura de posses, ou seja, a terra em que não havia *donos*, alguém que morasse ou trabalhasse nela, era passível de ser apropriada por famílias que ali estabeleceriam moradia e trabalhariam a terra.

Em relação ao fato das famílias se estabelecerem num mesmo bairro e até mesmo na mesma rua deriva, sem dúvida, de haver um fator econômico, pois o bairro onde as famílias estabelecem suas moradias é mais acessível¹⁶⁸. Outro fator, porém, remete à possibilidade de manter relações próximas às do convívio em comunidade, sendo que estabelecer moradias próximas é manter relações de ajuda e certa sociabilidade comunitária, é restabelecer a vida de comunidade deixada para trás.

Também existe certa resistência em relação ao trabalho precarizado, sendo para isso essencial o fato das famílias estabelecerem moradias próximas, pois, dessa forma, cria-se a possibilidade de sair de um trabalho e procurar outro enquanto os familiares colaboram com a reprodução social da família durante o intervalo de desemprego. Até mesmo em outros casos são criadas diversas formas de reciprocidade entre as famílias para que se torne possível permanecer no lugar de destino, como, por exemplo, o cuidar do filho do outro, preparar as refeições para mais de uma família, trocar alimentos, entre outras formas de ajuda.

¹⁶⁸ As entrevistas apontam um bairro novo, ainda em formação, parecendo ser um lugar desabitado antes da chegada das primeiras famílias que migraram da comunidade para Itatiaia.

Outra possibilidade de negar o trabalho precarizado e possíveis condições precárias de reprodução no lugar de destino, ocorre por meio do retorno à comunidade. Nessa perspectiva, o retorno apresenta-se como uma estratégia, uma saída à sujeição das condições precárias de trabalho, às dificuldades de subsistência, à instabilidade econômica, às más condições de moradia. Não ter terra para retornar e nem familiares no lugar de destino poderia significar ter que se sujeitar às condições precárias de trabalho e outras más sortes.

Para isso, os laços de sociabilidade com a família (aqui num sentido mais amplo, não restrito à família nuclear), que permaneceu no lugar de origem, também permite a possibilidade do retorno (mesmo sem a terra), mas nessa situação em que não se tem mais a terra, o retorno tende a ser temporário, se estendendo até que o membro torne a migrar. Assim, nesse caso, o retorno dificilmente poderia resultar em permanência na comunidade. Análise similar é realizada por Woortmann (2009). De acordo com o autor:

A obrigação para com parentes é um princípio central, mas ela é uma rua de duas mãos, pois também se impõe aos que ficam; e isso conduz a outra questão. Se aqueles que saem perdem o acesso à terra, não perdem necessariamente o acesso à família e nunca se pode prever quando definitiva é a emigração definitiva. (WOORTMANN, 2009, p. 237).

Entendemos que ao perceber as dificuldades encontradas no lugar de destino, abrem-se condições de uma luta para permanecer na terra sem ter que deixá-la. Marques (2002, p. 109), referindo-se às classes subalternas, afirma que “[...] diferentes situações tem servido para elevar as categorias e valores tradicionais a uma posição central na visão de mundo destes sujeitos”.

Assim, além de *sonhar com o lugar da gente* quando está fora¹⁶⁹, o camponês também trava uma luta incansável por uma territorialização efetiva no lugar de origem e isso tanto pode ser feito por meio das migrações ou mesmo pela insistência em permanecer na terra e ainda, como colocamos, pelo retorno.

O camponês pode retornar à terra e, se não for possível recriar-se no lugar de origem (essa tentativa pode ocorrer por várias vezes, em um processo de idas e vindas), torna a migrar, com a esperança de encontrar melhores condições de trabalho, moradia etc.; como observamos na experiência migratória da família de Zé Antônio.

¹⁶⁹ Alusão à narrativa de dona Joanita que abre este subitem.

Para os adultos que saíram e mesmo assim mantiveram suas posses, há a ampla possibilidade do retorno caso se deparem com condições precárias no lugar de destino. Para os jovens, cujos pais possuem terra na comunidade, o retorno parece ser possível durante a fase de solteiro e se reduz após o casamento fora, pois nesse caso seria necessário um pedaço de terra para retornar, uma vez que já se é chefe de família.

Detectamos mudanças nas migrações femininas. As mulheres da comunidade saíam, necessariamente, após o casamento, junto ao marido ou depois que esse conseguisse o recurso e as condições necessárias para que ela migrasse com os filhos. Atualmente a migração feminina ocorre antes mesmo do casamento e objetivam a procura por trabalho, com a diferença de que acontece geralmente quando os familiares que estão fora já tiverem lhes garantido um emprego.

As famílias que encontram condições consideradas viáveis para a sua reprodução permanecem no local de destino e os retornos são efetivados para visitas a parentes e amigos. Há fatores que contribuem com essa decisão de permanecer no lugar de destino, como a facilidade de mobilidade entre o lugar de origem e de destino, a construção de laços afetivos e o “formar” família *fora*. Até mesmo quando os filhos nascem na comunidade, mas vivem a maior parte de suas vidas fora, existe maior resistência ao retorno. Já os pais, mesmo após muitos anos, sonham com o retorno.

Notamos, a partir das entrevistas, que antes havia alguma dificuldade para *sair*, até mesmo quando se julgava necessário, devido à falta de recursos. Muitas vezes o dinheiro para migrar era tomado emprestado ou ganho de um familiar. Atualmente, a falta de recursos parece não ser mais um entrave para a *saída*, até mesmo pelo fato de que aqueles que *saem* (atualmente os jovens), não o fazem de modo repentino, como uma necessidade imediata, mas de forma planejada.

O aumento da escolaridade aparece como fator de mudança, refletindo, principalmente, na inserção no mercado de trabalho, como algo viabilizador da concomitância da mobilidade espacial com a mobilidade social. A maioria dos jovens moradores das comunidades rurais completa a Educação Básica em conjunto com o curso de Técnico Agrícola na Escola Família Agrícola da comunidade Jacaré, como é o caso dos jovens da comunidade Gangorra. Nesses casos, *ter estudos* e ainda um curso técnico em agropecuária pode contribuir tanto para a permanência como também para a *saída* da comunidade.

A permanência pode ser possível quando encontram emprego no município, em município vizinho ou até mesmo na região, pois, como no caso de Anderson, filho de Reinaldo e dona Pretinha, a representação é que mesmo não morando na comunidade o filho não está *fora*. Alguns exemplos de empregos, segundo as entrevistas, são: técnico em agropecuária da EMATER, da ATER (Assistência técnica Rural) e da prefeitura municipal.

Antes da existência da EFA não havia como a maioria dos jovens concluírem os estudos, somente era possível para aqueles cujos pais pudessem arcar com os gastos de manter um filho fora. Dessa forma, sem ao menos o Ensino Médio, a opção era migrar temporariamente para o corte da cana ou outras atividades agrícolas de monoculturas. A EFA mudou o contexto de vida das famílias camponesas.

No início do funcionamento da EFA muitos pais de família se matricularam para concluir os estudos, dos quais grande parte saía para o corte da cana. Dessa forma, a escola aparece como possibilidade de melhoria na vida camponesa, de encontrar um trabalho menos desgastante e deixar o corte da cana¹⁷⁰.

Outra mudança é em relação às atividades realizadas a partir das migrações, atualmente aparecem menos ligadas ao trabalho agrícola e mais ao trabalho nos centros urbanos, ainda que isso aparecesse nas migrações da geração anterior. Entretanto, essa geralmente encontrava trabalho na construção civil e os jovens, atualmente, encontram trabalho, principalmente, no comércio e em diversos tipos de empresas terceirizadas. Isso nos leva a entender que as migrações para o trabalho agrícola eram principalmente aquelas consideradas sazonais ou cíclicas¹⁷¹. A migração cíclica, ligada ao trabalho temporário entre ciclos de atividades agrícolas, não é uma realidade no processo migratório dos membros e famílias da comunidade Gangorra, ao menos entre os herdeiros de Laurentino¹⁷². O único caso é o de Zé,

¹⁷⁰ Também podemos acrescentar a interferência do Programa Bolsa Família, pois como fora relatado, existiam casos de alunos que deixavam a escola para cortar cana, colher laranja e tomate. Hoje isso é raro, sendo atribuído a esse fato o repasse de renda do programa junto às suas exigências, como o fato da família ter que manter o filho na escola.

¹⁷¹ Salvo os casos como de Dona Joanita e seu marido que, após migrarem, continuaram trabalhando na agricultura (seu marido encontrou trabalho em uma fazenda). Nesse caso, mesmo não se tratando de migração sazonal, houve a permanência no trabalho agrícola.

¹⁷² Atualmente esse pode não ser um fato específico a comunidade Gangorra, pois os trabalhos temporários que geralmente são em atividades agrícolas, estão sendo suprimidos pelo maquinário. No entanto, nos falta evidências empíricas para poder confirmar essa hipótese, ainda que a atual conjuntura aponte para esta realidade.

que migrou para o corte da cana, mas retornou antes de terminar a safra, pois não gostou do trabalho.

A existência de migrações para outras atividades que não o corte da cana somada à permanência das próprias migrações após o término quase total do corte manual, aponta para uma possibilidade interessante que por vezes é deixada de lado nas pesquisas, que é o fato das migrações não estarem estritamente ou necessariamente ligadas à expansão da produção de agrocombustíveis, nesse caso, do álcool. Essa ideia ainda precisa ser aprofundada, mas podemos ponderar que o processo migratório que analisamos possui suas especificidades, e é diferente daquele analisado por Silva (1990), sobre as migrações específicas para o corte da cana, mais próximo daquilo que a autora considera como exclusão-inclusão precária, e do que Haesbaert (2012) trata como *aglomerados de exclusão*.

As migrações dos camponeses da comunidade Gangorra são cada vez mais difíceis de serem estabelecidas em uma temporalidade, ou seja, dificilmente conseguimos qualificá-las como temporárias ou definitivas. Isso se deve a própria complexidade do processo, composto por diversos fatores, e diferentes experiências e trajetórias migratórias individuais e familiares não se encaixam em uma determinada temporalidade.

Dentre as diferentes experiências migratórias, não encontramos algum caso que apontasse para uma trajetória marcada pela circularidade, ou seja, pelo ir e vir constante e sem o controle do indivíduo ou da família. Entendemos as migrações com forte circularidade como característica de famílias expropriadas que, ao buscarem a reprodução *fora*, deparando-se com condições precárias de trabalho e moradia, migram novamente, sujeitas a encontrar a mesma situação e tornar a migrar até conseguirem algo melhor. Essa possibilidade de migrar constantemente, por sua vez, depende dos recursos disponíveis. Quando não há mais recursos para migrar, por vezes se sujeitam à exploração por algum tempo ou adentram em movimentos sociais dos Sem Teto, Sem Terra, entre outros. Tal circularidade aponta uma forma de resistência à exploração, proporcionando aos sujeitos alguma melhoria ou até mesmo o reencontro com determinadas situações de *inclusão precária*, o que lhes coloca novamente em busca de algo melhor.

Esse fato aponta para algumas características do processo migratório dos camponeses da comunidade Gangorra, como, por exemplo, a existência de uma relativa autonomia sobre ele. Referimo-nos à relativa autonomia, pois, por vezes, o

sonho e a vontade do sujeito não condizem com a sua realidade objetiva, como é o caso de Dona Gerinha e dos demais irmãos que venderam seus direitos e, por isso, não podem voltar para a comunidade.

Contudo, como discurremos, há alguns fatores em relação às trajetórias marcadas pela permanência no lugar de destino contribuindo, até mesmo, para os sujeitos continuarem *fora*. Nesse caso, dessas trajetórias, o território camponês expandiu-se para além da comunidade, sendo possível até mesmo afirmarmos que o *lugar de destino*, mais estritamente a rua onde “só tem o pessoal da Gangorra” e as casas das famílias, integram o próprio território camponês, um território fragmentado e ao mesmo tempo flexível, móvel.

Nessa perspectiva, há uma complementação entre o lugar de origem e o de destino. Em relação às trajetórias marcadas pela *permanência no lugar de origem*, podemos considerá-las como expressões de uma retração das migrações, tanto definitivas como temporárias, dos pais de família e, sendo assim, atualmente as migrações parecem restritas aos jovens.

Essas trajetórias poderiam, a princípio, apontar as políticas públicas como determinantes, principalmente as agrícolas, no caso de Zé e Tião, e as sociais, no caso de Reinaldo. Como observamos, elas, de certa forma, contribuem para a reprodução do campesinato, mas não da forma efetiva como poderia ser. Para que isso aconteça, compreendemos ser necessária maior atenção com a realidade e as necessidades das famílias atendidas por essas políticas. Nesse sentido, pensamos em outros fatores determinantes, mesmo levando em consideração que as políticas contribuem, de certa forma, para a permanência das famílias na comunidade.

As migrações representam uma forma de resistência às políticas públicas insuficientes para a reprodução social, e, muitas vezes, criadas para impor um modo de vida não próprio do campesinato. As migrações são resistências à seca, às dificuldades de produção e comercialização do excedente e, ao mesmo tempo, parecem revelar um processo de perda da autonomia camponesa sobre seu espaço (o que envolve o controle do tempo e do trabalho, como dimensão da dominação e da apropriação desse espaço), mas, na verdade, significam a reconquista e manutenção da autonomia.

O território-zona e a formação de territórios-redes aparecem como necessários ao processo de territorialização dos camponeses da comunidade Gangorra, efetivado pela saída e, também, pela permanência na terra.

O processo de territorialização camponesa insere-se no rol daquilo que Martins (2005) trata como capacidade camponesa para se reinventarem no mundo e, mais do que isso, conseguem demonstrar-nos possibilidades de reinventar o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E AS TESSITURAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA

Essa pesquisa surgiu e se consolidou a partir da busca pelo entendimento das formas de reprodução do campesinato, sujeito que a partir de uma luta incansável pela sobrevivência (de seu modo de vida) teima em (re)existir na história brasileira. É essa capacidade de recriação que nos chamou/chama a atenção e foi a ela que demos destaque em nossa pesquisa. Buscamos compreender as estratégias de reprodução social do campesinato, as quais, a nosso ver, acabam por se configurar como resistências à exploração e expropriação, processo forçado pelo modo capitalista de produzir e de pensar, vivenciado pela maior parcela do campesinato brasileiro. Direcionamos o *olhar* para essas estratégias, tendo como foco analítico as famílias camponesas da comunidade Gangorra. A partir de então, foi possível compreendermos que se tratam de estratégias territoriais pois têm nas múltiplas dimensões do território os seus alicerces, sendo expressas, por exemplo, na forma como as famílias camponesas se organizam tanto dentro da unidade familiar e da comunidade rural quanto fora, quando *saem para o mundo*.

Consideramos que esse processo de recriação, que caracterizamos como territorialização do campesinato, é realizado a partir da construção do território-zona e dos territórios-redes, sendo essa a forma que o campesinato da comunidade Gangorra encontrou para resistir à *grande transformação*, se recriando em tempos e espaços diferentes.

No território-zona as tramas da organização do trabalho e as relações de sociabilidade e reciprocidade constroem espaços de resistência pelos quais as famílias, que permanecem na comunidade, garantem uma parcela da reprodução familiar do grupo. Para isso, algumas estratégias são criadas e recriadas, como a diversificação da produção, a produção prioritariamente realizada para o autoconsumo, a venda do excedente, a forma de uso das políticas públicas agrícolas e a negação de algumas delas como manifestações do princípio de *segurança em primeiro lugar*, e as práticas do cotidiano são resistências ocultas, manifestadas, principalmente, pelo conhecimento do *saber fazer* passado entre as gerações. Além da importância em manter a terra como patrimônio familiar.

Na construção dos territórios-redes, as relações de sociabilidade e reciprocidade são mantidas e permitem a reprodução social do grupo, ou seja, parte

do processo de territorialização se dá pelo movimento. Geralmente a *saída* ocorre por meio dos *corredores migratórios*. Em outras palavras, migra-se para onde há familiares, pois estes ajudaram de diversas formas, transpondo a vida comunitária que tinham no lugar de origem para o lugar de destino. Assim, no lugar de destino, ponto de conexão com a comunidade, criam-se e recriam-se estratégias de reprodução social entre as famílias, razão pela qual estabelecem moradias próximas.

Essa realidade demonstra mais que uma territorialização *fora* do território, o que realmente ocorre é a expansão da territorialidade camponesa para outros espaços, um território fragmentado e descontinuo que, entretanto, interliga fortemente lugar de origem e de destino, tanto material quanto simbolicamente. Atrevemo-nos afirmar que, quando o camponês não é expropriado totalmente da terra ou mantém algum tipo de ligação com ela, mesmo que na dimensão simbólica, ao expandir sua territorialidade, recriação também seu modo de vida.

Nessa perspectiva, para que esse processo seja possível, é necessário obter e/ou manter a posse da terra sob o domínio familiar, condição essencial para que o território camponês possa se expandir, a partir dos *territórios-redes*, para outros espaços, construindo *corredores migratórios* que garantam uma migração com maior autonomia, permitindo *sair e retornar* quando necessário. Quando isso é possível, não vemos a migração como um processo expropriatório, mas sim como uma estratégia de reprodução social do próprio campesinato. O que não quer dizer que uma migração realizada com maior autonomia não acarrete problemas para os sujeitos envolvidos, pois quando ocorre o deslocamento espacial entre os membros da família, ocorre também o sofrimento simbólico, o sentimento de ausência e mudanças na organização social dentro da unidade familiar.

Nesse sentido, notamos, no processo de territorialização do campesinato, algumas mudanças internas e externas à unidade familiar, as quais afetam a organização e a sociabilidade entre as famílias camponesas. Mudanças internas são observadas quando a diferenciação social entre as famílias – que no caso compõem uma comunidade rural – começa a ser demasiadamente significativa a ponto de se estabelecerem relações nas quais um grupo acaba se beneficiando mais que outros, comprometendo a sua reprodução.

Observamos o processo migratório tomando novos contornos entre uma geração e outra, ocorrendo devido a diversas mudanças, locais e globais. No caso

das famílias da comunidade, pelo fato de migrar ser prática realizada há algum tempo – consolidando alguns *corredores migratórios* –, faz com que as migrações atuais, das novas gerações, sejam mais seguras que as anteriores, além de aumentar a possível ocorrência junto à mobilidade espacial da mobilidade social.

Entretanto, a reprodução dessas famílias camponesas no lugar de origem, quando isso significa ter e criar os filhos na comunidade sem que seja necessário *sair*, se encontra limitada. Assim, mesmo que esses sujeitos recriem seu modo de vida *fora*, seria importante para a sua efetiva territorialização o acesso de todas as famílias à terra.

Em relação às dificuldades de reprodução, deixamos claro que o processo de territorialização desse campesinato ocorre em meio a conflitos, como, também, é gerador de outros, seja na construção do território-zona e dos territórios-redes, seja interno ou externo ao seu modo de vida. A disputa, por terra e território, com os grandes fazendeiros permanece no tempo e no espaço, assim como a contraditória relação com o Estado e o capital. Por vezes, o campesinato se utiliza dessa relação para cumprir sua reprodução social e com isso acaba produzindo capital e, por outras vezes, essa relação faz com que a manutenção da terra e a territorialização camponesa estejam ameaçadas.

As políticas públicas, por enquanto, contribuem de forma tímida com a reprodução do campesinato estudado, que se utiliza delas com precaução, pois compreendem os riscos dessa relação¹⁷³. Ainda, pelo que pudemos analisar, elas estão longe de possibilitar mudança significativa na vida desses sujeitos, sendo que sua contribuição advém da forma como o campesinato delas se apropria.

Alguns conflitos se mantêm no tempo e espaço desse campesinato e outros aparentam estar em curso. Atualmente observamos no município de Itinga, além da permanente expansão das grandes fazendas pecuárias, também a territorialização do monocultivo de eucalipto. Observar em uma das comunidades rurais visitadas,

¹⁷³ Algumas mudanças nessas políticas podem contribuir de forma mais efetiva para a reprodução e até mesmo permanência dessas famílias no campo, como levar em consideração a organização do trabalho e da produção camponesa; fortalecer o investimento em recursos, na produção e na comercialização e arcar com o transporte do produto. Entretanto, esse não parece ser o objetivo dessas políticas. É possível observar que elas estão voltadas para as necessidades do mercado, tendo como objetivo atender a sua demanda. Já as políticas sociais, principalmente as de repasse de renda, têm contribuído significativamente para sua reprodução social e aumento da autonomia. Fortalecer e ampliar essas políticas pode significar uma melhoria considerável nas condições de reprodução das famílias camponesas.

por meio dos relatos de camponeses, a coerção exercida para que estes deixem suas terras.

Consideramos que o desafio que se põe ao processo de territorialização do campesinato não é o de evitar mudanças, já que estas apontam para a garantia da sua permanência espaço-temporal, mas sim, o do contínuo enfrentamento contra as forças expropriatórias do capital e a manutenção dos princípios básicos que dão sentido ao modo de vida camponês, assim como a constante busca por uma territorialização mais segura e efetiva, que contemple as suas necessidades e os seus anseios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, jan./jun., 2008, p. 55-67.

BERSANI, A. R. S. *Trabalho familiar versus trabalho assalariado: os camponeses do Alto Jequitinhonha-MG e o trabalho no corte da cana em Mirandópolis-SP*. Monografia (Especialização em História e Sociedade) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2012.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 319-363.

BRANDÃO, C. R. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

_____. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Revista Sociedade e Cultura*, V. 10, N. 1, jan./jun. 2007, p. 11-27.

BOLSA FAMÍLIA enfraquece o coronelismo e rompe cultura da resignação, diz socióloga. Folha de S. Paulo. 11/06/2013. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1293113-bolsa-familia-enfraquece-o-coronelismo-e-rompe-cultura-da-resignacao-diz-sociologa.shtml>. Acesso em: 30 abr. 2014.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Maristela de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CAVALIERI, L. *Migração e reprodução social: tempos e espaços do cortador de cana e de sua família*. 262 f. Tese (Doutora em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARNEIRO, M. J. 'Rural' como categoria de pensamento. *Revista Ruris*, Campinas, n. q, v. 2, mar. 2008, p. 9-38.

ESPINDOLA, H. S. Extermínio e servidão. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLVII, nº I, jan., 2011, p. 49-64.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. *Revista Nera*, Presidente Prudente: UNESP, ano 10, nº 11, jul./dez., 2007, p. 8-32.

FARET, L. Mobilité spaciale et territorialité. De la diversité de formes de construction du rapport aux lieux. *Séminaire Prisma*. Toulouse, 10-11 de maio, 2001.

FERNANDES, B. M. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.) *Campesinato e territórios em disputas*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FLORES, S. M. L. Circulación territorial y encadenamientos migratorios de los jornaleros agrícolas en el Noroeste del México. *Teoria e pesquisa*, n. 49, jul/dez, 2006. p. 13-34.

GARCIA JÚNIOR, A. R. *Terra de Trabalho*: trabalho familiar de pequenos produtores. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GRAZIANO, Eduardo; GRAZIANO NETO, Francisco. As condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. In: *Revista Perspectiva*, vol. 6, São Paulo, 1983.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 49-77.

HAESBAERT, R. Território e região numa “constelação” de conceitos. In: Mendonça, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Marcia (Orgs.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: Ademadan, 2009, p. 621-534.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP, 2005, p. 6774-6792.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HEREDIA, B. M. A. de. *A morada da vida*: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 17 nº 49, p.11-29. Jun/2002.

MARCOS, V. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 84, 2006, p. 105-136.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, São Paulo, n. 19, 2002, p. 95-112.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 4ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: *Não há terra para se plantar neste verão*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988, p. 43-61.

_____. A aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil: a aliança do atraso. In: *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 52-92.

_____. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, 2005. p. 5-12.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MENEZES, M. A.; MALAGODI, E. *Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência*. Campina Grande: Projeto IPODE/CNPq, 2009.

MOURA, M. M. *Os deserdados da terra; a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

O PARADOXO da miséria. Revista Veja: Edição 1735 – 23/01/2002. Disponível em: http://veja.abril.com.br/230102/p_082a.html. Acesso em: 31 jul. 2013.

OLIVEIRA, A. U. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.

PINTO, J. C. S. *Memórias de Itinga*. Belo Horizonte: Centro Cultural Escrava Feliciano, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. *The New peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization*. London, Sterling, Earthscan, 2008.

PÓVOA-NETO, E. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. *Experimental*, n. 2, março, 1997, p. 11-24.

PTDRS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Médio Jequitinhonha (MG). *Colegiado Territorial/APTA/MDA* – novembro 2010.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, W. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. – São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RELATÓRIOS DINÂMICOS (Indicadores Municipais) do MDS. Disponível em: <http://www.relatoriosdynamics.com.br/portalodm/perfil/BRA003031385/itinga--mg>. Acesso em: 28 mar. 2013.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. *Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. In:

<http://www.nucleoestudo.ufla.br/nppi/artigos%20selecionados/ABEPUBb.pdf>.

Acesso em: 23 mar. 2014.

ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, J. V. T. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1984.

SCOTT, James C. *The Moral Economy of the Peasant*. Rebellion and subsistence in southeast Asia. New Haven. Yale University, 1976.

SERVILHA, M. M. *O Vale do Jequitinhonha entre a “di-visão” pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional*. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1999.

_____. A terra no imaginário dos migrantes temporários. *Revista História Oral*, N. 4, junho de 2001, p. 103-120.

_____. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Vidas transitórias. Entre os cocais maranhenses e os canaviais paulistas. *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, número especial, out. 2011, p. 161-178.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. *Revista Eletrônica do Nead*, Brasília/DF, v. 1, 2007, p. 1-14.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLENTINO, M. L. D. L. *O (des)envolvimento no PRONAF: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses*. 277 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

WOORTMANN, K. “*Com Parente Não se Neguceia*”. O Campesinato Como Ordem Moral. *Anuário Antropológico*, n.87. Brasília: Editora UnB, 1990.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato (1990). In: Clifford A. Welch. et al. (Org.) *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ZIEGLER, J. *Destruição em Massa: geopolítica da fome*. – 1 Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

SITES CONSULTADOS

http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/layout/teste/miv_novo.php. Acesso em: 02 out. 2013.

http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/itinga_mg. Acesso em: 14 ago. 2013.

<http://blogdobanu.blogspot.com.br/2013/02/itinga-berco-do-fome-zero-nao-muda-com.html>. Acesso em: 03 maio 2014.

<http://caritas.org.br/>. Acesso em: 30 abr. 2014.

<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,berco-do-fome-zero-nao-muda-com-programas-sociais,984002,0.htm>. Acesso em: 03 maio 2014.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1293113-bolsa-familia-enfraquece-o-coronelismo-e-rompe-cultura-da-resignacao-diz-sociologa.shtml>. Acesso: 30 abr. 2014.

<http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 jul. 2013.

http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/programas_complementares/programas_complementares/detalhes-programas-federais/programa-nacional-da-agricultura-familiar-pronaf. Acesso em: 03 maio 2014.

http://veja.abril.com.br/230102/p_082a.html. Acesso em: 31 jul. 2013.

**APÊNDICE A – PARTE DO REGISTRO FOTOGRÁFICO REALIZADO DURANTE
OS TRABALHOS DE CAMPO**



Foto: Panorama do Rio Jequitinhonha / Escultura “Canoeiro”, na praça de entrada do município de Itinga.
Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).



Foto: Pau-de-arara utilizado como transporte entre a sede municipal e comunidades rurais.

Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).



Foto: Comunidade Jacaré.
Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).



Foto: Escola Família Agrícola na Comunidade Jacaré.
Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).

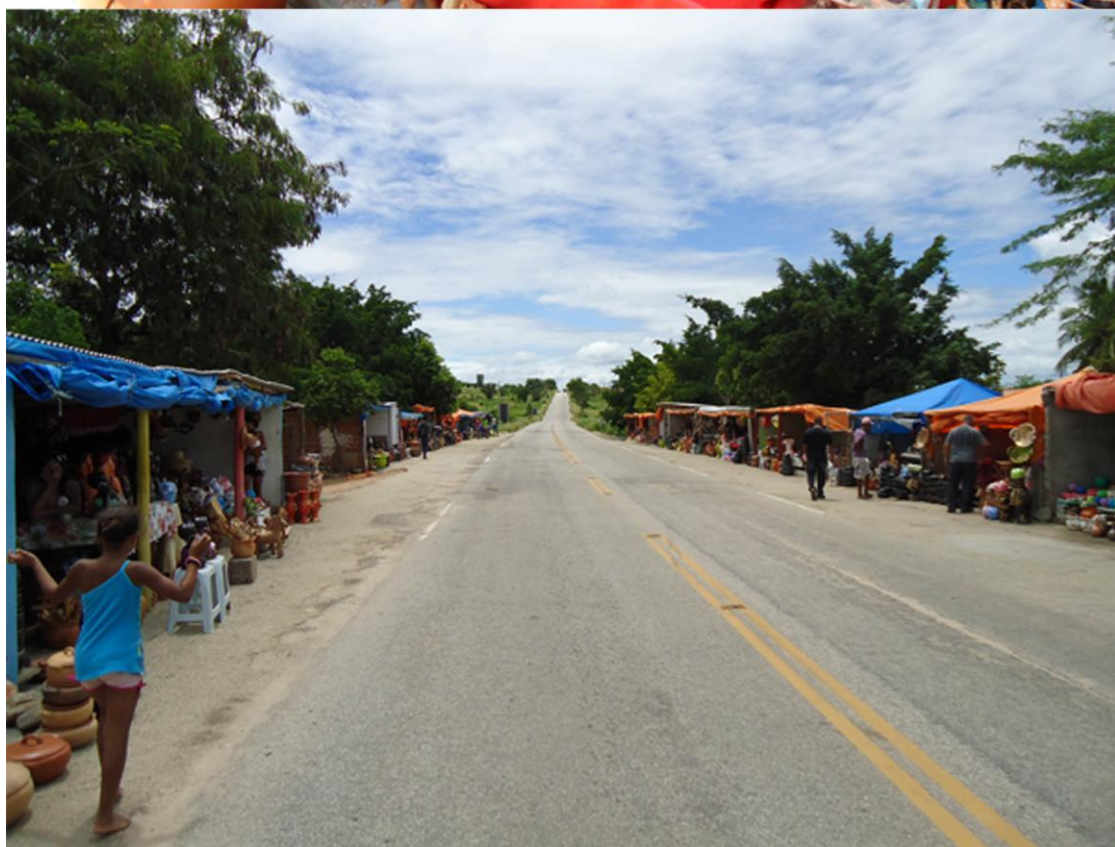


Foto: Comercialização do artesanato produzido pelos moradores da Comunidade Pasmadinho.

Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).



Foto: Artesanato em barro no Assentamento “Sem Terra” / Família entrevistada no assentamento

Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).



Foto: Pesquisador e Família entrevistada no Assentamento “Sem Terra”.
Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).



Foto: Entrevista com moradores da Comunidade Hermogenes / Fogão à lenha em uma casa na comunidade.

Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).



Foto: Família da Comunidade Santo Antonio das Pindobas / Forno de barro na comunidade.

Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).



Foto: Estrada que leva à Comunidade Gangorra / Panorama da comunidade.

Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).



Foto: Dona Pretinha e Sr. Reinaldo, Comunidade Gangorra.
Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2014).



Foto: Pesquisador e família de Sr. Zé / Pesquisador e Dona Pretinha e Sr. Reinaldo.
Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2014).



Foto: ateliê do Sr. Ulisses Mendes (artesão) / Escultura: O Retirante / Escultura: Cristo Lavrador (representado pela figura da mulher que trabalha a terra enquanto o marido realiza a migração temporária).
Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).



Foto: Pastoral do Migrante em Araçuaí (MG).
Fonte: Trabalho de campo (BERSANI, 2013).